



**UNISINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**NÍVEL DOUTORADO**

**LUIZ FELIPE SCHERVENSKI PEREIRA**

**DISCURSOS POLÍTICOS DO MINISTRO OSWALDO ARANHA E A DEFESA DO  
PAN- AMERICANISMO NO PERÍODO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES**

**(1938-1944)**

**SÃO LEOPOLDO/RS**

**2015**

**LUIZ FELIPE SCHERVENSKI PEREIRA**

**DISCURSOS POLÍTICOS DO MINISTRO OSWALDO ARANHA E A DEFESA DO  
PAN- AMERICANISMO NO PERÍODO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES  
(1938-1944)**

Tese apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como registro parcial para obtenção do título de doutor em História.

Linha de pesquisa: Poder, Ideias e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir.

**São Leopoldo/RS  
2015**

LUIZ FELIPE SCHERVENSKI PEREIRA

**DISCURSOS POLÍTICOS DO MINISTRO OSWALDO ARANHA E A DEFESA DO  
PAN- AMERICANISMO NO PERÍODO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES  
(1938-1944)**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 4 de maio 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Cláudio Pereira Elmir (Orientador)

---

Eliane Cristina Deckmann Fleck (PPGH UNISINOS)

---

Luiz Alberto Grijó (PPGH UFRGS)

---

Marluza Marques Harres (PPGH UNISINOS)

---

René Ernaini Gertz (PPGH PUCRS)

São Leopoldo/RS  
2015

“A vida é uma obra de continua superação, e para isso, a liberdade é uma condição iniludível. A democracia é um imperativo da Civilização e da Cultura. O mundo melhora sem cessar e continuará a melhorar cada vez mais. A paz permanente surgirá como uma consequência dessa evolução material e moral do mundo. Todavia, reconheço que tal evolução poderá encontrar obstáculos e atrasos, crises em sua evolução”. Discurso de abertura da II Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, em 16 de setembro de 1947. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p. 93.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Prof. Cláudio Pereira Elmir, pelo aceite em orientar esta tese. Agradeço também aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Meu agradecimento se estende a todos os colegas de profissão da cidade de Alegrete. Ao querido amigo Paulo de Tarso Pereira por ajudar a chegar a Porto Alegre e às colegas Maria Zita e Eliana Pedroso pela correção e diagramação desta tese.

Agradeço a minha esposa Simone Teixeira e aos meus filhos Raquel e Gabriel Pereira pela paciência e apoio nas horas difíceis. Agradeço também pelo pouso na capital e pelo apoio a minha irmã Ariete e ao meu cunhado Ricardo.

Por fim, ao alegretense, que legou sua trajetória ao Brasil, da qual me apoderei para fazer este trabalho.

## RESUMO

Essa tese tem como objetivo a analisar os discursos do Ministro Oswaldo Aranha, e a sua defesa pela causa do Pan-americanismo, no período em que foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil, durante o governo do Estado Novo, entre 1938 e 1944. Propomos analisar o tema do Pan-americanismo em Oswaldo Aranha a partir dos seus discursos e conferências. Com isso, torna-se necessário ter pleno discernimento dos objetivos do Estado Novo no cenário nacional e internacional; torna-se importante o posicionamento assumido por Aranha na política interna e externa no período em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores. Buscamos também contribuir para a compreensão da política externa durante o período em que Oswaldo Aranha foi Chanceler, quando as relações exteriores do Brasil com os Estados Unidos se tornaram prioridade e compreender também a linha mestra de sua política de relações exteriores para o Brasil: o Pan-americanismo.

**Palavras-chave:** Oswaldo Aranha. Pan-americanismo. Estado Novo.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to analyze the speeches of the Minister Oswaldo Aranha, and his defense for the Pan-americanism cause, in the period when he was Minister of Foreign Affairs of Brazil, during the government of the New State, between 1938 and 1944. We propose to analyze the subject of Pan-americanism in Oswaldo Aranha from his speeches and conferences. Thus, it becomes necessary to have full insight into the new state goals in the national and international scene; becomes important the position assumed by Aranha on domestic and foreign policy in the period that he was ahead the Ministry of Foreign Affairs. We also seek to contribute to the understanding of foreign policy during the period in which Oswaldo Aranha was Chancellor when foreign relations between Brazil and the United States became priority and also understand the guideline of his foreign affairs policy for Brazil: the Pan -americanism.

**Keywords:** Oswaldo Aranha. Pan-americanism. New State.

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>3 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DA REPÚBLICA VELHA AO ESTADO NOVO .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 Política Externa Brasileira da República Velha .....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 Política Externa Brasileira no Governo Provisório (1930-1934) e no Governo Constitucional (1934-1937) da Era Vargas .....</b>	<b>35</b>
<b>3.3 Política Externa Brasileira do Estado Novo (1937-1945).....</b>	<b>38</b>
<b>3.4 Oswaldo Aranha: o Embaixador em Washington.....</b>	<b>44</b>
<b>3.5 Oswaldo Aranha Chanceler: da Nomeação à Posse .....</b>	<b>51</b>
3.5.1 A Repercussão na Imprensa da Posse do Chanceler Oswaldo Aranha .....	51
3.5.2 Análise do Discurso de Posse do Chanceler Oswaldo Aranha.....	59
<b>4 PAN-AMERICANISMO EM OSWALDO ARANHA.....</b>	<b>766</b>
<b>4.1 Oswaldo Aranha e a defesa do Pan-americanismo .....</b>	<b>766</b>
<b>4.2 As relações Brasil e Estados Unidos nos discursos do Chanceler Oswaldo Aranha .....</b>	<b>12020</b>
<b>4.3 As Conferências Pan-americanas e a Chancelaria do Estado Novo .....</b>	<b>14040</b>
4.3.1 A VIII Conferência Internacional Americana em Lima, Peru.....	14140
4.3.2 A Conferência do Panamá .....	14343
4.3.3 A Conferência de Havana.....	1444
<b>5 A CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO DE 1942 E A CONTRIBUIÇÃO DE OSWALDO ARANHA PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA .....</b>	<b>15252</b>
<b>5.1 III Reunião de Consulta dos Ministérios das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas no Rio de Janeiro.....</b>	<b>15252</b>
<b>5.2 A contribuição do Ministro Oswaldo Aranha para a política externa brasileira...1777</b>	
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>1933</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Primeiramente, destacar-se-á o caminho percorrido pela tese e a sua relevância. Para tais explicações, utilizar-se-á a primeira pessoa do singular e, nas partes seguintes, será empregada a primeira pessoa do plural.

Como coordenador e professor do Curso de História da Universidade Regional da Campanha - URCAMP/Alegrete, coube-me a responsabilidade pelo projeto de inventário, catalogação e levantamento de fontes da Biblioteca Particular de Oswaldo Aranha, que se encontrava sob nossos cuidados, no Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha, no município de Alegrete, num total de mais de onze mil volumes, entre livros e jornais.

O contato com esse patrimônio cultural despertou em mim o interesse para realizar um projeto de pesquisa. Então, busquei as fontes e a bibliografia que poderia dar suporte a este estudo.

Mantive contato com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), junto à Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, onde se colocaram à disposição de enviar e de indicar as documentações necessárias ao estudo a ser desenvolvido.

Destaquei, como relevante no trabalho, o mapeamento das ideias e das questões sobre o Pan-americanismo nos discursos, nas conferências e nos escritos do Ministro Oswaldo Aranha, no Ministério das Relações Exteriores (1938-1944), além de identificar no discurso de Oswaldo Aranha o pensamento dos intelectuais e dos personagens da política externa brasileira, como Rio Branco<sup>1</sup>, Rui Barbosa<sup>2</sup> e Joaquim Nabuco<sup>3</sup> que, segundo ele próprio,

---

<sup>1</sup> Para Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, as grandes linhas da política do patrono da diplomacia brasileira foram a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, a restauração do prestígio internacional do país, a intangibilidade de sua soberania, a defesa da agroexportação e, sobretudo, a solução de problemas lindeiros. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 177. Para Livia de Carvalho Borges, Rio Branco associou-se ao Pan Americanismo, então concebido como um movimento de cooperação continental conduzido pelos Estados Unidos, cujas bases repousavam em princípios gerais como a paz, a cordialidade e a promoção comercial entre os países hemisféricos. Essa estratégia de aproximação com a potência norte-americana que se ancorava na ideia de que a América era constituída por três partes distintas, a saber, : os Estados Unidos, a Hispano-América e o Brasil, pautava-se pela tentativa de se consolidar a posição brasileira no cenário regional, numa linha em que o Brasil acabaria por se tornar um interlocutor privilegiado entre os Estados Unidos e o restante do continente. BORGES, Livia de Carvalho. **Sociabilidade e Política: Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e o Pan-americanismo (1899-1907)**. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2007, p. 56.

<sup>2</sup> Euclides da Cunha escolhido por Rio Branco para saudar Rui Barbosa em nome do Itamaraty após o conclave de Haia, sublinhou que via no “Embaixador Rui Barbosa não um representante do Brasil, mas sim, o plenipotenciário da América Latina, ‘ o deputado do continente’”. CARDIM, Carlos Henrique. **As raízes das coisas – Rui Barbosa: o Brasil no mundo**. PIMENTEL, José Vicente de Sá. (org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 525.

<sup>3</sup> A proposta do Pan Americanismo passou a assumir uma posição central em sua concepção política, tendo os Estados Unidos como paradigma civilizatório. Dedicar-se-ia, assim, a promoção do estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, ao qual julgava serem melhores para o país do que aqueles existentes com a

inspiraram na sua formação de política externa e na defesa do Pan-americanismo. Do Barão do Rio Branco herdou a luta pelo Pan-americanismo e as características pacifistas; de Rui Barbosa, a defesa por princípio de igualdade entre as nações e a defesa de maior participação do continente americano nas decisões políticas internacionais; de Joaquim Nabuco, a tarefa de difundir o Pan-americanismo como modelo a ser seguido pelo Brasil e pelos demais países do continente. Este estudo sobre os elementos formadores do pensamento do Ministro Oswaldo Aranha é, ainda, limitado, como percebemos em suas biografias.

Trabalhando os discursos do Ministro Oswaldo Aranha, no Ministério das Relações Exteriores, percebi que eles eram mais ricos em informações do que eu supunha. Além dos discursos de Oswaldo Aranha, resolvi utilizar outra fonte valiosa de pesquisa: os recortes de jornais da época de Oswaldo Aranha. Ele colecionava tudo o que era publicado a seu respeito na imprensa escrita nacional e internacional. Esses recortes encontram-se no Museu Oswaldo Aranha, na cidade de Alegrete/RS. Estes documentos dizem muito sobre o pensamento político do Ministro Oswaldo Aranha.

Com essa ideia, procurei, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), o professor Cláudio Pereira Elmir, quando, na oportunidade, expus a minha ideia de projeto e convidei-o para ser o meu orientador no doutorado, o que, prontamente, foi aceito.

O resultado do trabalho pode ser conferido nas próximas páginas.

---

Inglaterra. No âmbito da política externa, Nabuco arguia pelo fim do monopólio das relações com a Inglaterra e pela aliança com os Estados Unidos. BORGES, Livia de Carvalho. **Sociabilidade e Política: Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e o Pan-americanismo (1899-1907)**. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2007, p. 13.

## 2 INTRODUÇÃO

Esta tese se propõe a analisar os discursos do Ministro Oswaldo Aranha, e a sua defesa pela causa do Pan-americanismo, no período em que foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil, durante o governo do Estado Novo, entre 1938 e 1944.

Na primeira parte da introdução, apresentaremos a trajetória de vida e política de Oswaldo Aranha.

Nascido no interior do Rio Grande do Sul, em Alegrete, no dia 15 (quinze) de fevereiro de 1894, Oswaldo Euclides de Souza Aranha foi criado num ambiente de ampla liberdade o que auxiliou no desenvolvimento de sua personalidade ativa. Ele próprio, em seus pronunciamentos, definia-se como um homem preocupado mais com ação do que de com ideação<sup>4</sup>.

Ingressou no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, no ano de 1904, em cujo internato permaneceu até 1906. Colega de educandário, João Neves da Fontoura<sup>5</sup>, que se matriculou no mesmo colégio um ano antes, descreve que Oswaldo Aranha passava, regularmente, férias em Itaqui e na estância, e que tais deslocamentos envolviam passagens por Montevideu e Buenos Aires, onde assistia a eventos culturais e fazia compras, bem como encomendas para os pais, como atestam cartas conservadas em arquivos<sup>6</sup>. Os jovens de boa família frequentavam os melhores colégios da região; alguns relativamente, afastados da cidade natal para os padrões e as dificuldades da época<sup>7</sup>. No ano seguinte, ingressou no Colégio Militar, na capital do país, Rio de Janeiro, o que, mais tarde, lhe serviu como experiência, ao integrar as Forças Legalistas na Revolução de 1923 e, depois, como um dos líderes da Revolução de 1930.

Aos 18 anos, ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, destacando-se na política estudantil em oposição ao Presidente da República Hermes Rodrigues da Fonseca e a Pinheiro Machado, senador pelo Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1913/14, viajou pela Europa e matriculou-se na École des Hautes Études Sociales, em Paris, tendo que retornar logo ao Brasil, pois iniciara a Primeira Guerra Mundial.

---

<sup>4</sup> A biografia mais completa sobre Oswaldo Aranha foi elaborada por Stanley Hilton, **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

<sup>5</sup> Advogado e político foi um dos principais nomes do Rio Grande do Sul no movimento que culminou na Revolução de 1930. Duas vezes ministro das Relações Exteriores – em 1946, no governo Eurico Dutra, e entre 1951 e 1953, no segundo governo Getúlio Vargas.

<sup>6</sup> LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: **Oswaldo Aranha – O Rio Grande e a Revolução de 1930: um político gaúcho na República Velha**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1996, p.33.

<sup>7</sup> CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p. 39.

Em 1916, bacharelou-se em Direito e, em seu discurso de formatura, pronunciado na Faculdade Livre do Direito, em 30 de dezembro de 1916, denotou vasto conhecimento sobre autores gregos e romanos, com diversas citações em latim, italiano e francês, fazendo referências a autores e a filósofos europeus de várias épocas.

Quando jovem, deixou-se fascinar pelo liberalismo - influência de sua admiração por Rui Barbosa (1849-1923). A mensagem antimilitar, antioligárquica e de exaltação às liberdades civis por Rui Barbosa<sup>8</sup> conquistou Aranha que o saudou quando de sua volta de uma viagem a Buenos Aires, questionando o papel da Argentina em face da neutralidade aos crimes de agressão ao direito das gentes<sup>9</sup>. Em várias ocasiões, Oswaldo Aranha falava e citava Rui Barbosa em seus escritos e discursos, enfatizava os seus ideais, como a defesa do indivíduo nas suas sagradas aspirações à justiça e à liberdade. Registrou suas impressões, citando Rui Barbosa em seus discursos e em suas conferências. Costumava dizer: “os movimentos que tentam destruir esses ideais, depois de causar muito sofrimento, apenas conseguem implantá-los mais firmemente como centelha divina no coração do povo”<sup>10</sup>.

Nesta época, também tornou-se admirador do Barão do Rio Branco, transformando-se, mais tarde, em seu herdeiro pragmático<sup>11</sup>. Em carta, manifestou-se desolado com a morte de Barão do Rio Branco, em 1912:

---

<sup>8</sup> Rui Barbosa se empenhava na defesa de relações internacionais menos assimétricas, fundamentadas na igualdade e na justiça. Opunha-se a visões conservadoras da ordem mundial, que pretendiam fechar o acesso e calar a voz dos países de fora do círculo do poder. AMORIM, Celso. **A diplomacia multicultural do Brasil: um tributo a Rui Barbosa**. Fundação Alexandre Gusmão. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília, 2007.

<sup>9</sup> Em 14 de julho de 1916, por ocasião das comemorações do centenário da independência Argentina, Rui Barbosa pronunciou sua famosa conferência sobre o dever dos neutros, na Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires, intitulada "Os conceitos modernos do direito internacional". Rui condenou a "agressão organizada" da Alemanha, afirmando que para ela os tratados internacionais seriam meros "farrapos de papel". Sustentou que não eram os governos democráticos os que turbavam a paz do mundo, porque a democracia e a liberdade eram "pacíficas e conservadoras". A guerra em andamento, argumentou, "seria impossível se os povos, e não o direito divino das coroas dominasse a política internacional". Os horrores do conflito e a destruição repercutiam longe e a ninguém era dado permanecer indiferente em face da barbárie. Os neutros sofriam as consequências da guerra tanto quanto os Estados beligerantes e a neutralidade, pois, implicava obrigações claras. Devia-se recorrer à "orientação pacificadora da justiça internacional", já que os tribunais, a opinião pública e a consciência não podiam se declarar neutros entre a lei e o crime. Para Rui Barbosa, as nações cristãs, zelosas do direito, não poderiam continuar à mercê dos interesses imorais da violência e da força. A Alemanha representava o egoísmo e a ambição, cinicamente camuflados em obras de filósofos e escritores militares alemães, na razão inversa da civilização. GARCIA, Eugênio Vargas. **Aspectos da vertente internacional do pensamento político de Rui Barbosa**. Textos de História. v.4. n.º1, UNB, 1996, p.114.

<sup>10</sup> COHN, Gabriel. **Problemas da industrialização no século XX**. IN. MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectivas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p.90.

<sup>11</sup> Ao avaliar realisticamente o ambiente externo, relativamente à segurança do Brasil e ao estabelecer, com base nos mesmos fundamentos, fortes laços de cooperação entre o país e os Estados Unidos, aliança que se revelaria decisiva naqueles anos turbulentos; assim procedeu impulsionando também por sua visão de futuro, identificando o pleno interesse do Brasil na continuidade de uma relação que os dois países desejavam cada vez mais igualitária e no respeito das soberanias respectivas. ALMEIDA, Paulo Roberto e ARAÚJO, João Hermes Pereira de. PIMENTEL, João Vicente (orgs.). **Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)**. Brasília: FUNAG, 2013, 3 vols.; ISBN 978-85-7631-462-2; vol 3, p. 667.

Parece que nossa terra está fadada às grandes desgraças! Vão os homens de valor, (...) Nós, realmente, decaímos passo a passo nestes últimos tempos: a miséria granjeou adeptos na "nefanda política" e sobe aceleradas as escadas do poder! Morreu Rio Branco! Devemos senti-lo, porém, muito mais devemos sentir a morte moral de nossa Pátria! Tudo nos leva a descrer desse Marechal <sup>12</sup>.

Oswaldo Aranha, desde a faculdade, demonstrava interesse pela política, mas, só depois de formado, filiou-se ao Partido Republicano Rio-grandense. Casou-se com Delminda Gudolle, em 1917, a quem chamava, em inúmeras cartas, de "Vindinha" e, entre 1918 e 1923, o casal teve quatro filhos. Foi neste período que se aproximou profissional e pessoalmente com o também advogado Getúlio Vargas.

Desde o primeiro encontro, Aranha já começava a desenvolver especial relação com Getúlio Vargas, que seria determinante por toda a sua carreira política. A fidelidade de Aranha era incontestável. Um episódio, que ilustra de maneira marcante a fidelidade de Aranha, aconteceu no governo de Juscelino Kubitschek, já no fim de sua carreira política, quando, ao ser cogitado para assumir um cargo no governo, Aranha, recusando, afirmou enfaticamente que "só poderia ser segundo de Getúlio Vargas" <sup>13</sup>.

Seu relacionamento com Vargas seria o fator determinante em sua carreira pública, a partir dessa época, quando se formaram entre eles vínculos de respeito, de admiração e de confiança mútuos que adquiriram uma dimensão de afeto, pelo menos por parte de Aranha, com o passar do tempo. Para Hilton Stanley os dois não podiam ser mais diferentes, seja em aparência física, seja em temperamento. Vargas era um homem baixinho e fleumático, cujo autocontrole e capacidade de dissimulação se tornariam lendários; em Aranha, um homem bonito e alto para a época – tinha um metro e oitenta de altura – o sentimentalismo era o traço dominante e disfarçava com dificuldades suas emoções <sup>14</sup>.

Na apresentação do livro Oswaldo Aranha: a estrela da revolução, Francisco Iglésias destaca a inteligência, o sentimentalismo, a sensibilidade e a capacidade de diálogo de Oswaldo Aranha, o que o classifica como conservador admirável e de irradiante simpatia, conquistando os demais com uma liderança natural, espontânea e até, fraterna <sup>15</sup>.

Em face de situações conflitivas, Vargas relutava em se comprometer definitivamente; Aranha, por outro lado, tendia a se impacientar com qualquer demora em agir, uma vez traçado o caminho que julgava certo. Vargas, não obstante, em parte pelo fato de ser dez anos

<sup>12</sup> Apud. HILTON Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.7.

<sup>13</sup> *Ibdi.*, p.443.

<sup>14</sup> HILTON Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.9.

<sup>15</sup> IGLÉSIAS, Francisco apud CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p. 7.

mais velho, exercia sobre ele inquestionável ascendência psicológica ao longo de suas carreiras<sup>16</sup>.

Ao longo de quatro décadas, ele manteve uma surpreendente e tormentosa relação de lealdade com Getúlio Vargas, um misto de chefe político, “de pai ou de irmão mais velho”, ligado às suas raízes gaúchas. Ambos eram bacharéis intelectualmente bem formados, de tradição jurídica, literária e humanística, marcados pela herança doméstica da tradição castilhistas. Seus temperamentos políticos eram, no entanto, opostos<sup>17</sup>. A parceria política de ambos sobreviveu às grandes intempéries das décadas de 30 e de 40. Refez-se uma vez mais na tormentosa década de 50, e parece ter se retroalimentado da atração dos contrários, isto é, da complementaridade na diferença.

Aspásia Camargo, também traça um paralelo entre Aranha e Vargas. Para ela, Aranha era abrasador, comunicativo, brilhante nos improvisos, capaz de atos ousados e impetuosos, que o levavam a correr grandes riscos, talvez porque fosse, constitutivamente, um otimista. Vargas, mais frio, desconfiado e cético quanto à natureza humana, era movido pela perseverante vontade de poder, que exercia em seus mínimos detalhes, ocupando sempre as zonas cinzentas das sutilezas: agia nos meios-tons, nas meias palavras, no silêncio. Seu gosto por controlar os outros começava pelo seu próprio autocontrole, pela disciplina pessoal, que se traduzia em inquebrantável vontade administrativa. Nas cartas que ambos trocaram, tão fortemente ao longo da vida, é fácil verificar, mais além da amizade e da confiança, de que maneira a franqueza, a afetividade, a admiração e a vontade de agradar de um contrastavam com a contenção excessiva e a objetividade formal do outro<sup>18</sup>.

As eleições de 1922, no estado do Rio Grande do Sul, confirmaram a hegemonia de Borges de Medeiros, reeleito pela quarta vez na região. O governo de Antônio Borges de Medeiros baseava-se em um autoritarismo e cooptação das autoridades municipais, indicando Intendentes de sua confiança para as cidades, no caso - em 1925, Oswaldo Aranha para a cidade de Alegrete.

Se verificarmos a teoria positivista e as atitudes de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, veremos que eram conservadores e, em muitos casos, os indicados não eram os melhores, mas sim os fiéis ao partido, com algumas exceções, como o caso de Oswaldo Aranha na Intendência de Alegrete. Oswaldo Aranha não era positivista, mas gostava de ler as obras de Augusto Conte (1798-1857) – filósofo francês. Quando visitou Paris, contemplou a

---

<sup>16</sup> HILTON Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.9.

<sup>17</sup> CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p. 21.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p.21.

estátua desse filósofo que dera ao castilhismo parte importante de sua sustentação ideológica. O positivismo era visto como ideia de uma organização “científica” da sociedade e da vida política, cuja consequência lógica seria uma “ditadura esclarecida”.

Em 1927, elegeu-se deputado federal pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR). No ano seguinte, com a posse de Vargas no governo do Rio Grande, foi nomeado secretário estadual do Interior e Justiça. Oswaldo Aranha atuou em nível estadual, nas áreas sob a alçada da Secretaria de Interior e do Exterior, o que hoje denominamos de Secretaria de Interior e Justiça. Em sua gestão, foi elaborado o Regulamento das Escolas Complementares, então uma das bases do ensino primário<sup>19</sup>. Um dos estabelecimentos de ensino criados nesse período foi a Escola Complementar de Alegrete, hoje Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha<sup>20</sup>.

Participou das articulações desenvolvidas em torno da sucessão de Washington Luís, na Presidência da República. Foi indicado por Getúlio Vargas para representá-lo junto ao próprio Presidente; em seguida, tornou-se um dos principais articuladores da Aliança Liberal, coligação que lançou a candidatura de Getúlio Vargas, com apoio dos grupos dirigentes do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, além dos setores oposicionistas dos demais Estados.

Devido à derrota com fraudes eleitorais, que davam a vitória ao situacionista Júlio Prestes, junto com os partidários de Vargas, organizaram um levante e depuseram Washington Luís, sendo o poder transferido para Getúlio Vargas: foi a Revolução de 30<sup>21</sup>.

Luiz Aranha Corrêa Lago avalia o papel do Oswaldo Aranha na Revolução de 30, citando a opinião de políticos e historiadores como: Hélio Silva segundo o qual Aranha foi “o astucioso urdidor da trama revolucionária”; e a “figura romântica da revolução de outubro”, Aspásia Camargo diz que “Oswaldo Aranha (foi) o principal articulador, grande artífice da Revolução de 30, missão importante se tivermos consciência do que representou em seus limites e em sua radicalidade - esta ‘Revolução das Elites’ que iniciou um ciclo de mudanças que só agora se esgota”. Vianna Moog segundo o qual “Oswaldo Aranha era o chefe civil do movimento enfeixando em suas mãos todas as articulações e providências”; Heitor Galant

<sup>19</sup> LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: **Oswaldo Aranha – O Rio Grande e a Revolução de 1930: um político gaúcho na República Velha**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1996, p.217.

<sup>20</sup> Encontra-se no Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha, no município de Alegrete (RS), uma parte considerável da Biblioteca Particular do Oswaldo Aranha, totalizando mais de onze mil volumes entre livros e jornais.

<sup>21</sup> Os episódios da vida de Oswaldo Aranha até a Revolução de 1930 estão relatados em Luiz Aranha Corrêa do Lago: **Oswaldo Aranha – O Rio Grande e a Revolução de 1930: um político gaúcho na República Velha**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1996.

segundo o qual “Oswaldo Aranha foi o cérebro e o braço da Revolução de 30, o seu dínamo, o seu coordenador”<sup>22</sup>.

No governo provisório (1930-1934), coube a Aranha a pasta da Justiça e Negócios Interiores. Fez parte também do “Gabinete Negro”, designação dada pela imprensa, ao reduzido grupo que se reunia todas as noites com Vargas no Palácio Guanabara, para debater os rumos da revolução. O Gabinete Negro<sup>23</sup> era considerado uma espécie de supremo guardião do espírito revolucionário. Em tese, cabia a ele ser o grande intérprete das necessidades, dos sentimentos e das aspirações da sociedade, ajudando Getúlio a dirigir o país sem precisar recorrer à “fórmula caduca” do liberalismo e da democracia representativa. Entre os principais integrantes dessa confraria de *déspotas esclarecidos* (termo usado por Lira Neto), estavam o general Góis de Monteiro, o general Leite de Castro; os civis Oswaldo Aranha, José Américo de Almeida, Pedro Ernesto e Virgílio de Melo Franco; os tenentes João Alberto e Juarez Távora. Lira Neto diz que, em vez de Gabinete Negro, Getúlio preferia se referir ao grupo, com autoironia, como o seu “Soviete Revolucionário”<sup>24</sup>.

Oswaldo Aranha fora um dos incentivadores da Legião de Outubro e do Clube 3 de Outubro, organizações que objetivavam conferir maior coesão à atuação dos elementos comprometidos com a nova ordem, colocando-se contrário à imediata reconstitucionalização do país. No entender de Oswaldo, caberia aos outubristas, não só apoiar e respaldar a implementação dos itens mais radicais do programa revolucionário, mas também manter a uma distância conveniente de Getúlio, as lideranças partidárias que compuseram a Aliança Liberal<sup>25</sup>.

Mais tarde, rompeu com essas organizações, alegando divergências políticas. Paralelamente, desenvolvia intensos contatos nos meios políticos e buscava interferir nas disputas estaduais, principalmente, em Minas Gerais e em São Paulo, além do Rio Grande do Sul.

No ano de 1931, Oswaldo Aranha trocou o Ministério da Justiça, onde promoveu a anistia de todos aqueles que foram perseguidos por questões políticas, desde 1922, pelo Ministério da Fazenda. No Ministério da Fazenda, onde tomou medidas visando o equilíbrio orçamentário da União, renegociou a dívida externa brasileira e transferiu para o governo

---

<sup>22</sup> LAGO, Luiz Aranha Corrêa do: **Oswaldo Aranha – O Rio Grande e a Revolução de 1930: um político gaúcho na República Velha**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1996, p.532.

<sup>23</sup> NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo 1930-1945**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.63.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p.63.

<sup>25</sup> NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo 1930-1945**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.18.

federal a condução da política de valorização do café, implementada através da compra de estoques excedentes do produto.

Entre novembro de 1932 e maio de 1933, fez parte da comissão, nomeada pelo governo, para elaborar o anteprojeto constitucional que serviu de base ao trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, que se reuniu logo a seguir, e da qual participou dos trabalhos, na condição de membro nato, por ser Ministro de Estado. Oswaldo Aranha se empenhou na organização partidária no Rio Grande do Sul e foi aclamado líder da maioria na Assembleia Constituinte. Tomou a frente dos debates e teve voz em todos os assuntos nas reuniões preparatórias para a instituição da Assembleia Constituinte.

Os capítulos preparados por ele, ou sob a sua supervisão pessoal, denunciavam um espírito eclético, instintivamente conservador e nacionalista, mas suficientemente esclarecido para reconhecer a necessidade de medidas liberais que contribuíssem para um sistema socioeconômico mais justo e integrado. Por um breve período, inclusive, exerceu a liderança da bancada governista na Assembleia. Deixou o ministério logo após a promulgação da nova Carta, em julho de 1934<sup>26</sup>.

O início da carreira diplomática de Aranha começou quando ele assumiu o posto de Embaixador do Brasil, nos Estados Unidos. Começa, então, a ganhar projeção nacional e internacional, tornando-se figura central para a política externa do governo Vargas, no mundo da diplomacia.

Oswaldo Aranha preparou-se intelectualmente para o cargo de embaixador. Era um conhecedor da jurisprudência estrangeira, conhecia os sistemas econômicos, sociais, políticos e administrativos do continente europeu e americano, enquanto acompanhava atentamente, pelos jornais e revistas, o desenrolar da crise mundial.

Lembra Vellinho que, em termos de preparo intelectual, o Embaixador e depois Chanceler cedia lugar a poucos. Estudava jurisprudência estrangeira, durante as sessões da subcomissão constitucional, revelara familiaridade com os sistemas políticos e administrativos de outros países, conhecia bem as condições econômicas internacionais, estivera em Buenos Aires e na Europa, era observador atento das tendências políticas dos países vizinhos do Brasil e, através dos livros e jornais, acompanhava de perto o desenrolar da crise mundial<sup>27</sup>. Já Seitenfus destaca que, no mundo da diplomacia, Aranha se tornara estudioso assíduo e perspicaz da política internacional e desenvolvera raras qualidades de

---

<sup>26</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 164.

<sup>27</sup> VELLINHO, Moyses. **Oswaldo Aranha: pequenos registros à margem de uma grande personalidade**. Porto Alegre: Editora Lima, 1978, p.187.

compreensão do “quadro grande”. Por isso, sua análise das perspectivas do relacionamento especial era um esboço de futuro<sup>28</sup>.

Em viagem ao Brasil, entre fins de 1937 e inícios de 1938, tentou viabilizar sua candidatura a Presidente do Brasil, eleição prevista para janeiro do ano seguinte. Sua candidatura não teve a repercussão esperada, o que o levou a abandonar a ideia, após constatar que seu nome não era capaz de unificar, nem mesmo, os políticos gaúchos.

Com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, manifestou, em correspondência ao Presidente Getúlio Vargas, o seu desagrado com a opção ditatorial do novo regime. Vargas se tornaria um ditador, centralizando o poder em suas mãos e Aranha não concorda com os rumos tomados pelo novo governo. Então, pede demissão ao Presidente Vargas, mas mantém sua colaboração com o governo.

Aparadas as arestas, no ano seguinte, Oswaldo Aranha foi nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, Ministro das Relações Exteriores, por causa do seu grande prestígio em Washington. A sua escolha pelo Estado Novo para o Itamaraty, de março de 1938 até meados de 1944, foi para ser o responsável pela política exterior do País em vésperas de uma guerra mundial. Com a indicação de Aranha para a chancelaria, Vargas contrabalançou com a dita influência germânica do Estado Novo.

Em protesto contra o fechamento da Sociedade Amigos da América, em outubro de 1943<sup>29</sup>, no Rio de Janeiro, Oswaldo Aranha deixa o governo. Nesse momento, Aranha já se aproximava dos setores que defendiam a redemocratização do Brasil e se aproveitavam do clima gerado pelas vitórias aliadas para voltar a se manifestar.

Em fevereiro de 1947, durante o governo Dutra, Oswaldo Aranha foi nomeado chefe da delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) e ocupou o posto destinado ao Brasil no Conselho de Segurança da entidade. Em abril do mesmo ano, presidiu a I Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU<sup>30</sup>. Ainda em 1947, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz.

---

<sup>28</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.263.

<sup>29</sup> A Sociedade Amigos da América surgiu em 1942, para fomentar um diálogo amplo na sociedade brasileira, visando esclarecer a população sobre a conjuntura de guerra e oferecer argumentos para a construção de um sentimento antifascista. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Oswaldo Aranha**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oswaldo\\_aranha](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oswaldo_aranha)>. Acesso em: 05 ago. 2014.

<sup>30</sup> Na primeira sessão especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1947, Oswaldo Aranha inaugurou a tradição, que se mantém até hoje, de ser um brasileiro o primeiro orador daquele foro internacional.

Nas eleições presidenciais que se seguiram ao fim do Estado Novo, teve seu nome, por diversas vezes, cogitado como candidato, o que, porém, jamais se concretizou. Em junho de 1953, no segundo governo Vargas, voltou a assumir o Ministério da Fazenda. Conviveu com Vargas até os momentos que antecederam ao seu suicídio, deixando o Ministério em seguida. Em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitscheck, voltou a chefiar a delegação brasileira na XII Assembleia Geral da ONU, onde defendeu a tese a favor da libertação dos povos ainda colonizados, pois o Brasil não poderia continuar apoiando potências coloniais. Faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1960, em decorrência de um ataque cardíaco.

Nesta parte da introdução, apresentaremos os objetivos, a problematização e a metodologia que configurarão este trabalho.

O presente trabalho propõe analisar o tema do Pan-americanismo em Oswaldo Aranha a partir dos seus discursos e conferências. Com isso, torna-se necessário ter pleno discernimento dos objetivos do Estado Novo no cenário nacional e internacional; torna-se importante o posicionamento assumido por Aranha na política interna e externa no período em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores. Buscamos também contribuir para a compreensão da política externa durante o período em que Oswaldo Aranha foi Chanceler, quando as relações exteriores do Brasil com os Estados Unidos se tornaram prioridade e compreender também a linha mestra de sua política de relações exteriores para o Brasil: o Pan-americanismo.

A política internacional do Brasil, durante o Estado Novo, ainda que tenha fortes elementos de permanência, foi continuamente reconstruída. No sistema internacional, como no plano da política interna, as políticas são construídas e evoluem dentro do espaço de relações e diferenças específicas de cada momento histórico. A identidade internacional do Brasil, pensado e pronunciado nos discursos, por Aranha, é de um país pacífico, que respeita o direito internacional, que busca o desenvolvimento econômico e social - é um país latino-americano, dando grande ênfase às características sul-americanas do país.

A política externa brasileira é a atividade desenvolvida pelo Estado brasileiro em relação a outros Estados nacionais, com vistas a realizar objetivos determinados por este. É a partir da ação diplomática<sup>31</sup> que Oswaldo Aranha irá consolidar a política externa do Estado

---

<sup>31</sup> Na definição de Edgard Telles Ribeiro, o âmbito dessa ação diplomática é amplo e vai desde a representação externa do Estado e das relações políticas até o fomento do comércio, desde a recolha de informação por meios legítimos até o desenvolvimento dos laços culturais. O que verdadeiramente caracteriza a ação diplomática e a distingue de outras formas de relacionamento externo do Estado é o ser conduzida por representantes oficiais do Estado, devidamente acreditados por este ante outros Estados e organizações internacionais. A diplomacia é um instrumento da política externa para o estabelecimento e desenvolvimento dos contatos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas respectivas

Novo. É sobre a política externa e ação diplomática do Itamaraty é que vamos tratar. A política externa, enquanto campo de atuação dentro de uma estratégia do governo do Estado Novo: a ação diplomática, como modo privilegiado de execução da sua política externa.

Buscaremos problematizar, nesta análise, os discursos do Ministro Oswaldo Aranha e a sua posição em defesa do Pan-americanismo. Outra questão que se procurará abordar será de como o discurso liberal de defesa do Estado de Direito de Oswaldo Aranha esteve inserido na dinâmica da política autoritária e de que forma ele será alterado e ajustado a esta nova circunstância a partir da instauração do Estado Novo.

As fontes fundamentais para esta pesquisa serão os principais discursos diplomáticos proferidos ao longo do período em que Oswaldo Aranha foi Ministro das Relações Exteriores. Foram escolhidos quatorze discursos por entender que estes apresentaram grande volume de informações que recortaram o tema proposto e, para efeito de análise, os referidos discursos serão analisados a partir dos capítulos desta pesquisa.

Os discursos foram disponibilizados de forma impressa, pelo Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) e estão autorizados para pesquisa, pelo Departamento de Comunicação e Documentação (DCD) e Coordenação de Documentação Diplomática (CDD) do Ministério das Relações Exteriores.

Além dessas fontes, encontram-se no Museu “Oswaldo Aranha,” em Alegrete, doado pela família de Oswaldo Aranha, várias matérias selecionadas na imprensa, que abrangem o período de 1926 a 1960. Oswaldo Aranha e sua família recortavam e arquivavam notícias referentes à sua atuação política e diplomática, material este que pode ser considerado uma rica fonte subsidiária sobre Oswaldo Aranha. Nele, é possível encontrar entrevistas, comentários e discursos que resumem sua ação política. Essa fonte será usada para entender melhor as suas ideias e os efeitos e repercussões dos seus discursos junto à imprensa brasileira e internacional.

Oswaldo Aranha selecionava, organizava e sistematizava os recortes de jornais a partir do que foi vivenciado por ele. Tal escolha dependia da sua história, do seu ponto de vista, do momento e do lugar em que se encontrava. Ele construía sua memória a partir do que julgava importante para si. De certa forma, a seleção de recortes ilustrava a memória que ele gostaria que as pessoas tivessem dele.

A leitura das fontes terá abordagem qualitativa, que pareceu ser o procedimento mais adequado para a realização deste trabalho. Consideramos qualitativo o levantamento das

fontes, a escolha do volume de discursos que deveriam ser analisados, para a posterior análise e levantamento das matérias encontradas nos jornais. A escolha dos discursos para o levantamento qualitativo se dará porque eles tratavam do tema proposto por esta tese - o Pan-americanismo. Como qualitativo, consideramos também a seleção de matérias dos jornais, assim como a análise dos conteúdos dos livros, dos artigos e das teses que tratam, tanto do contexto internacional, quanto do contexto nacional durante o período da Era Vargas, as quais servirão para subsidiar este trabalho.

A pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas interpretativas que dão visibilidade à pesquisa, permitindo o entendimento, a descrição e a interpretação dos discursos. Por essa perspectiva, a pesquisa qualitativa é, por princípio, interpretativa. Nesse caminho, elegemos esse tipo de pesquisa por levarmos em conta que os dados de análise são os discursos do Ministro Oswaldo Aranha, o que exige uma abordagem interpretativa.

Esta pesquisa compreenderá desde o ano de 1938 até meados de 1944, período em que Oswaldo Aranha exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Serão analisados, nos discursos de Oswaldo Aranha, as escolhas dos assuntos e as interpretações que ele fazia sobre as diversas conjunturas políticas.

Partimos do pressuposto de que o discurso do Oswaldo Aranha se constitui como singular, especialmente porque retrata a sua forma de fazer política. Oswaldo Aranha usava de estratégias discursivas para alcançar seus objetivos, assumia uma posição diferenciada dos outros membros do governo e demonstrava competência e capacidade de convencimento a partir de suas argumentações. Os discursos do chanceler Oswaldo Aranha são em defesa da causa do Pan-americanismo e do alinhamento com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

Para Albuquerque Júnior, o discurso é uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse lida para um dado público. Refiro-me a uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso, tendo ficado registrado de alguma forma, seja através da memória daqueles que a ouviram ou presenciaram, seja através de sua reprodução, veiculação e repercussão<sup>32</sup>. Os discursos do Oswaldo Aranha foram reproduzidos pela imprensa nacional e internacional, e veiculados tanto nos jornais como nas emissoras de rádios, visando a alcançar o maior número de ouvintes e leitores, com o objetivo de repercutir a sua narração e o seu ponto de vista sobre os mais diversos temas abordados.

---

<sup>32</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2009, p.233.

O Discurso Político é uma forma de comunicação e de interação humana, já que ele se apresenta como fonte de mecanismos de organização estrutural, disciplinar e governamental de uma nação. É dos embates, surgidos das práticas sociais de organização e funcionamento da estrutura administrativa, que surgem, tanto nas ditaduras como nas democracias, as formações ideológicas fundamentadoras dos diversos domínios discursivos que constituem o que podemos chamar de discurso político, como explica Charaudeau<sup>33</sup>. A formação ideológica<sup>34</sup>, que fundamenta os diferentes domínios discursivos, constitui o que podemos chamar de discurso político. Oswaldo Aranha procurará demonstrar em seus discursos uma grande devoção pelo Brasil e pelo povo brasileiro; costumava dizer que o povo brasileiro é um penhor de boa vontade, de conciliação, de harmonia e de paz<sup>35</sup>. Nacionalista, acreditava que “o Brasil tinha uma vocação universal pela paz e pela independência. A obra pacífica do Brasil, no continente e no mundo, não foi e nem será traçada por conveniências ou interesses”<sup>36</sup>.

Em seus discursos, buscará orientar-se por um firme sentimento de compromisso pelo Brasil, defenderá um projeto de Nação fundado nos valores liberais, na democracia e na liberdade política e econômica. Dirá “que a democracia não é uma palavra vã, nem um regime utópico, nem um sistema de abstração que confira a cada um a liberdade absoluta e o poder de fazer tudo o que entender. O que ela proporciona é a liberdade social, isto é, o direito de cada um fazer tudo o que não prejudique a liberdade dos outros”<sup>37</sup>.

Para Charaudeau, o discurso político, enquanto ato de comunicação, está mais relacionado com os atores que configuram a cena do que com a unificação política. Tais atores procuram influenciar as opiniões para alcançar adesões, rejeições ou consensos<sup>38</sup>. O Discurso Político é uma modalidade discursiva, que transforma e usa a retórica como uma forma de persuasão e convencimento. Visa a convencer e a levar as pessoas a aderir à determinada ideia e a praticar algo que lhe é conveniente ou que seja interessante ao seu grupo político ou segmento social.

<sup>33</sup> CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p.17.

<sup>34</sup> Para Pêcheux e Fuchs, a formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são individuais, nem universais, mas se relacionam com as posições de classe. Mas computam necessariamente uma série de formações discursivas interligadas, as quais determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição, excluindo o que não pode e não deve ser dito. PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas**. In: Gadet, F e Hack, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993, p. 163.

<sup>35</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.25.

<sup>36</sup> *Ibdi.*, p. 25.

<sup>37</sup> *Ibdi.*, p. 78.

<sup>38</sup> CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p.40.

Aparecerá nos discursos do Ministro Oswaldo Aranha o uso da retórica como forma de persuasão, pois ele usa elementos que buscam consolidar sua posição no cenário político do Estado Novo, ora defendendo o alinhamento com os Estados Unidos, ora defendendo uma aproximação com os países do continente, imprimindo uma política externa clara de orientação a favor do Pan-americanismo; acreditava que o “Brasil lutará irmanado com a América, pela segurança e pela defesa dos nobres ideais que associaram os nobres ideais colombianos”<sup>39</sup> e que a “História da América e do Brasil, da independência aos nossos dias, meus senhores, é a história da luta pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade, por tal forma, que seria impossível separar os destinos das nações e dos povos, das terras e das fronteiras americanas da ideia, da teoria, da proteção, enfim, da existência e da defesa da democracia”<sup>40</sup>.

Nos discursos, também transparecerá a sua posição ideológica ao defender a legitimidade do Estado Novo a nível internacional e a nível nacional, confrontando-se com o grupo do governo que defende uma aproximação com os países que compõem o Eixo, em especial com a Alemanha. Outra questão que aparecerá nos discursos é a defesa, no primeiro momento, da neutralidade do Brasil na Segunda Guerra Mundial e, num segundo momento, defenderá a entrada a favor dos Aliados na Guerra.

Quem pronuncia um discurso visando à persuasão – ao contrário das exigências de uma demonstração formal, na qual, em princípio, nada deveria ficar subentendido – deve organizar bem seu tempo e a atenção dos ouvintes; é normal que conceda a cada parte de sua exposição um espaço proporcional à importância que gostaria de ver-lhe atribuída na consciência dos que o escutam<sup>41</sup>.

Charaudeau diz que é ‘nos embates surgidos das práticas sociais de organização e funcionamento da estrutura administrativa’ que surgem, tanto nas ditaduras, como nas democracias, as formações ideológicas fundamentadoras dos diversos domínios discursivos que constituem o que podemos chamar de discurso político. O discurso leva consigo um caráter político que não representa apenas o pensamento de quem o produz, mas a ideologia do grupo a que faz parte. Só é possível identificar a ideologia no discurso. Como as ideias só podem ser manifestadas pela linguagem, não existe visão de mundo desvinculada da palavra,

---

<sup>39</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.77.

<sup>40</sup> Ibid., p. 77.

<sup>41</sup> PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. [prefácio Fábio Ulhôa Coelho; tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira]. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.163.

que pode expressar diferentes aspectos da realidade, de acordo com os diferentes pontos de vista que dela fazem uso<sup>42</sup>.

No Itamaraty, Aranha encontrará um terreno fértil para o pleno desenvolvimento de suas ideias, que se evidenciarão, sobretudo, nos momentos cruciais dentro do governo do Estado Novo, levando o Brasil ao engajamento na luta contra o nazi-fascismo, na defesa de suas convicções pacifistas e pela defesa do Pan-americanismo.

A política não pode agir sem a palavra: é ela que intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito<sup>43</sup>.

A ideologia é a base para a legitimação relacionada com o grupo, visto que as ideologias são, igualmente, a base das representações sociais dos grupos e de seus membros, pressupondo normas e valores, nos quais o discurso de legitimação vai atuar<sup>44</sup>.

A sua posição antitotalitária e a defesa do Pan-americanismo sofrerá resistências poderosas dentro do governo brasileiro; com isso, Aranha buscará, em suas falas, valores como equilíbrio, tolerância e paz, afirmará “que só a democracia, baseada na fraternidade, afirmará que todos os homens são irmãos, por terem a mesma essência e a mesma origem, por serem igualmente filhos da natureza ou de Deus, conforme a filosofia que se adote e porque possui, conseqüentemente, os mesmos direitos e os mesmos deveres”<sup>45</sup>.

Dada a relação entre ideologia e grupo, o exercício da legitimação pode ser assim descrito:

Para legitimar a ação de um grupo, não somente para propósitos internos do grupo, mas para propósitos intergrupais, um grupo precisa mostrar que seus princípios básicos são justos, e que, possivelmente, os de outros grupos são incorretos. Ou precisam afirmar que seus princípios básicos são gerais, universais e, portanto se aplicam a todos<sup>46</sup>.

<sup>42</sup> CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p.18.

<sup>43</sup> PERELMAN e TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação – a Nova Retórica*. Trad. Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.21.

<sup>44</sup> VAN DIJK, T. A. **Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad. R. Ilari. São Paulo: Contexto, 2012, p.321.

<sup>45</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.31.

<sup>46</sup> VAN DIJK, T. A. **Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad. R. Ilari. São Paulo: Contexto, 2012, p.321.

Nesta parte da introdução, apresentaremos a estrutura da tese que está dividida em três capítulos. No primeiro, apresentaremos como título: “Política externa brasileira: da República Velha ao Estado Novo”. O capítulo tem como objetivo analisar a política externa brasileira no período da República Velha ao Estado Novo.

No presente estudo, caracterizaremos a política externa brasileira do período conhecido como República Velha até o Estado Novo, mostraremos as principais linhas de atuações de Oswaldo Aranha como Embaixador em Washington e analisaremos como ocorreram a relação entre a política externa brasileira e as demandas internas, propostas pelo Estado Novo, no período em que Oswaldo Aranha foi Ministro das Relações Exteriores.

O segundo capítulo tem como título: “Pan-americanismo em Oswaldo Aranha”. Na primeira parte, mostraremos a formação e a consolidação do Pan-americanismo, entre 1902 e 1944, destacando, nos discursos do Oswaldo Aranha, o impulso ao americanismo, consolidando o legado do Barão de Rio Branco. Na segunda parte, analisaremos a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, durante o período do Estado Novo e as relações diretas que essa aliança teve com a política externa brasileira. Na terceira parte, analisaremos as manifestações brasileiras nas Conferências americanas, entre 1937 e 1942.

Dentre os discursos que tratam do tema “Pan-americanismo”, proferidos no período em que Oswaldo Aranha foi Ministro das Relações Exteriores, foram escolhidos dez, por entender que esses apresentam grande volume de informações que recortam o tema proposto e, para efeitos de análise, os referidos discursos serão analisados a partir dos principais temas abordados. A saber, os discursos serão apresentados sob o elemento temático definido neste trabalho que são os seguintes:

- a) Discurso em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores do Chile, Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1938;
- b) Discurso aos membros do Clube Nacional de Imprensa, Washington, em 16 de fevereiro de 1939;
- c) Discurso aos membros da sociedade Pan-americana e da Associação Brasil-Estados Unidos, Estados Unidos da América, em 03 de março de 1939;
- d) Discurso em resposta à homenagem prestada pelo embaixador Afrânio de Mello Franco, Rio de Janeiro, em 23 de março de 1939;
- e) Discurso sobre a missão nos Estados Unidos da América, Rio de Janeiro, em 23 de março de 1939;
- f) Discurso ao retomar a pasta das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, em 27 de março de 1939;

- g) Discurso em homenagem ao Presidente do Paraguai, Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1939;
- h) Discurso em comemoração ao dia do armistício, transmitido pela rádio para os Estados Unidos da América, em 11 de novembro de 1939 e, por rádio, para os Estados Unidos da América, em 27 de janeiro de 1943;
- i) Discurso por ocasião da instalação da II Conferência Interamericana de Advogados, Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1943;
- j) Discurso para a Comunidade Britânica, Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1942.

O terceiro capítulo abordará o seguinte tema: “A Conferência do Rio de Janeiro de 1942 e a importância do Oswaldo Aranha para a política externa brasileira”. Na primeira parte, analisaremos o grande momento do mandato do chanceler Oswaldo Aranha no Itamaraty, a III Reunião de Consulta dos Ministérios das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas no Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 1942. Na segunda parte, analisaremos as repercussões da renúncia do Ministro Oswaldo Aranha junto ao Itamaraty.

Para este estudo, selecionamos três discursos, que são os seguintes:

- a) Discurso por ocasião do recebimento do título de Doutor “Honoris Causa” da Universidade de Rochester, transmitido por rádio para os Estados Unidos da América, em 27 de janeiro de 1943;
- b) Discurso por ocasião do primeiro aniversário da entrada do Brasil na II Guerra Mundial, transmitido por rádio para os Estados Unidos da América, em 22 de agosto de 1943;
- c) Discurso proibido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), pronunciado na Rádio Tupi, no dia 23 de fevereiro de 1945 e será publicado pelo “O Jornal” do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1945.

### 3 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DA REPÚBLICA VELHA AO ESTADO NOVO

A política externa tem como meta satisfazer os objetivos internos do Estado, nas suas relações com os outros Estados. Ela trata dos interesses do país, na área de segurança, da ideologia e da economia.

A população de um país pode ser influenciada pela política externa, porque, através de negociações internacionais, podem resultar na mudança no regime político ou podem resultar na troca de sua política econômica. Essas questões estão relacionadas a vários grupos que compõem a sociedade, pois são eles que têm capacidade para provocar transformações na política externa, devido às suas necessidades.

Para Letícia Pinheiro, a política externa pode ser definida como um conjunto de ações e decisões de um determinado ator geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais ou atores transnacionais - fórmula a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e ou/internacional. Nesse sentido, trata-se da conjunção dos interesses e ideais dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como esta se apresenta ou em direção à sua reestruturação, avalizados por seus recursos de poder<sup>47</sup>.

A política exterior envolve aspectos mais determinados dentro do conjunto das relações internacionais. Ela enfoca a orientação governamental de determinado Estado a propósito de determinados governos e/ ou estados ou, ainda, regiões, situações e estruturas, em conjunturas específicas. A interação conflitiva ou cooperativa das políticas externas deve ser considerada como parte de um sistema mundial, constituindo, então, em seu conjunto, a política internacional, segundo Vizentini<sup>48</sup>.

A política externa brasileira trata dos interesses do Estado brasileiro em relação à comunidade internacional. Nenhum Estado é autossuficiente, pois os Estados atuam num determinado meio de inter-relações e influências recíprocas que o condicionam.

Ao analisar a política externa brasileira, percebe-se que quem formula as decisões não são o conjunto da sociedade e sim alguns setores do Estado e grupos de interesse que conseguem influenciar em determinadas áreas da política externa.

No transcorrer da história da política externa, a diplomacia brasileira foi reunindo valores e princípios, independente do governo, transformando numa verdadeira política de

---

<sup>47</sup> PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p.7.

<sup>48</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.20, n.1, p.134-154, 1999, p.134.

Estado. Com isso, identifica que o desenvolvimento econômico, ou a busca dele, é à base da política externa brasileira, principalmente, a partir de 1930.

Observa Amado Cervo que o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento foram a preocupação central das Relações Internacionais em todo o continente americano<sup>49</sup>.

A política externa brasileira, no período republicano, sempre esteve em evidência, atuou como mediadora de conflitos agiu como líder do continente sul-americano e buscou defender os interesses do país no jogo político internacional<sup>50</sup>. Buscaremos entender as ações da política externa na República, os seus interesses econômicos e ideológicos que sempre estiveram presente - o que variava eram os modos de encaminhar as questões. Analisaremos as diferentes questões apresentadas pelo contexto internacional e os encaminhamentos do Brasil em relação ao Pan-americanismo.

### 3.1 Política Externa Brasileira da República Velha

O período da história brasileira, conhecida como República Velha ou República Oligárquica<sup>51</sup>, era constituído por grandes proprietários de terra. Seus interesses políticos, econômicos e sociais apontavam os rumos que os governantes deveriam seguir, em relação à política externa e interna do país<sup>52</sup>. Prevaecem, principalmente, no Itamaraty, os interesses dos produtores de café que tinham imenso peso em todas as decisões do governo.

---

<sup>49</sup> Para Amado Luiz Cervo, as políticas exteriores dos países do Sul – pelo menos é o caso do Brasil – centralizam suas preocupações em torno dos problemas do desenvolvimento. O mesmo não ocorre com os países avançados do Norte. É possível perceber dois esquemas de relações internacionais contemporâneas. Entre países avançados, as relações igualitárias deixam transparecer um caráter lúdico. Zelar pela paz ou preparar-se para a guerra, compor ou desfazer alianças, construir a potência e o prestígio, difundir ideologias e valores situam-se do lado do divertimento. Entre países desiguais, para aqueles que são atrasados, as relações internacionais deixam transparecer o caráter existencial. Delas dependem, em boa medida, os ritmos de desenvolvimento, as oportunidades de melhoria das condições sociais, o cotidiano. CERVO, Amado Luiz (org.); **O Desafio Internacional – A Política Exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**, Coleção Relações Internacionais, Editora Universidade de Brasília, 1ª edição, Brasília, 1994, p.15.

<sup>50</sup> No plano das ideias, valores e doutrinas que orientam a ação externa do Brasil, ao longo do último século, destaca-se a busca pela autonomia. Fosse como decorrência da aproximação de um dos novos polos de poder mundial, fosse como resultado da diversificação das parcerias ou da maior participação nas instituições internacionais, a política externa brasileira, ao longo do século XX, foi marcada pela busca de recursos de poder que garantissem maior autonomia do país no plano mundial, mesmo quando essa estratégia parecia se traduzir – e muitas vezes de fato se traduziu – no alinhamento a uma determinada potência. PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p.7-8.

<sup>51</sup> A partir de 1894, com a eleição do paulista Prudente de Moraes, iniciou-se um período em que o Brasil foi comandado por presidentes civis, à exceção do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Esses presidentes representavam as oligarquias dos estados que detinham o poder econômico do país: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A república oligárquica vigorou até 1930.

<sup>52</sup> Se pudéssemos definir o “modelo” político brasileiro, por seus sucessivos reajustes na História, diríamos que uma de suas características básicas é a de ter secretado uma classe política simultaneamente vinculada aos interesses agrários e ao desempenho das funções de Estado. Essa classe adquiriu a indispensável coesão que a fará presidir um longo processo de transição social, mantendo sob controle o alargamento e a complexificação da

A República Velha vivia em crise política, tinha problemas com a sua economia agroexportadora dependente do capital estrangeiro. Devido à política descentralizada, os estados eram autônomos em diversos setores governamentais<sup>53</sup>.

O café foi, durante meados do século XIX, até os anos 1930, o principal item de exportação do país. As relações econômicas internacionais do período resumem-se em exportar produtos primários e importar industrializados<sup>54</sup>.

Para Garcia, o modelo agroexportador era a base de sustentação econômica da República Velha. Nos anos vinte, a despeito das mudanças no cenário mundial e da aceleração do processo de industrialização em diversos países, a economia brasileira continuava “essencialmente agrícola”<sup>55</sup>.

Apesar da manutenção do mesmo modelo econômico de desenvolvimento, em relação à política externa do Brasil, houve mudanças consideráveis durante a República Velha. Embora a República tenha mantido o modelo agrário-exportador como eixo central da economia nacional, segundo Letícia Pinheiro, ela consolida com o deslocamento do poder das elites do Nordeste para os expoentes do Centro-Sul, ao reproduzir, no plano político, a transferência do polo econômico representado pela cultura do açúcar em favor da cultura do café, principal produto na pauta de exportação do país e de enorme sucesso nos mercados norte-americanos. A transformação desse produto em principal motor da economia, juntamente com o interesse dos Estados Unidos em sua aquisição, ajudaria a transferir o eixo da política externa brasileira de Londres para Washington, posto que a promoção do complexo cafeeiro passasse, na prática, a significar para as elites brasileiras a promoção do interesse nacional. E, embora os capitais ingleses mantivessem uma forte presença no setor financeiro, não possuíam vínculos com a economia do café. Assim sendo, a política externa

---

comunidade política. CAMARGO, Aspásia Alcântara de. **A questão agrária: crise de poder e reformas de base**. In. Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira II**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.123.

<sup>53</sup> São Paulo, já então, como agora, era o gigante econômico da federação. Na época do primeiro censo econômico, realizado em 1920, era o responsável por mais de dois sétimos da produção agrícola e industrial total do Brasil. Essa cifra era mais do que o dobro da produção do segundo colocado, Minas Gerais. LOVE, Josep L. **A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)**. MOTA, Carlos Guilherme. (org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição**. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 131.

<sup>54</sup> O Brasil importava principalmente, roupas e alimentos e exportava produtos agrícolas, principalmente, café. Eugênio Garcia diz que o censo econômico de 1920 mostrou que, em comparação com a produção das indústrias, o valor líquido da produção agrícola representava quase 80% do produto físico total da economia. GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2006, p. 118.

<sup>55</sup> Ibid., p.118-119.

defendia a aproximação com Washington, no escopo da política de valorização do café, atendendo ao verdadeiro interesse nacional do país<sup>56</sup>.

A política internacional do país, neste período, constata três tendências gerais, como assinala Boris Fausto. O eixo diplomático deslocou-se de Londres para Washington; os diplomatas demarcaram com êxito as longas, controvertidas e vagas fronteiras; e o Brasil começou a representar um papel mais ativo nos assuntos do hemisfério e do mundo<sup>57</sup>.

O Ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, foi o responsável pelas mudanças na diplomacia brasileira nos dez anos (1902 a 1912) que esteve à frente da chancelaria. O Barão do Rio Branco é nomeado Ministro das Relações Exteriores em 13 de dezembro de 1902, ocupando o cargo de ministro nos governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. O Ministério livra-se da influência do Legislativo e consegue sua autonomia, independentemente das disputas eleitorais<sup>58</sup>.

Conhecido como a “Era Rio Branco”, o Brasil começa a ganhar prestígio no cenário internacional. O grande projeto de Rio Branco foi a elevação do Brasil à categoria de “país civilizado” aos olhos da comunidade internacional e, para logr  -lo, adotou políticas na área cultural, realizando obras públicas, como a reforma do Palácio do Itamaraty. Buscou uma supremacia compartilhada no continente sul-americano, defendeu a soberania nacional, bem como os interesses da agroexporta  o e buscou solu  o  es de limites de fronteira<sup>59</sup>. Empenhou-se também por uma ótima aproxima  o com os Estados Unidos, sem significar, no entanto, alinhamento automático<sup>60</sup>.

<sup>56</sup> PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p.12-13.

<sup>57</sup> FAUSTO, Boris. **O Brasil: sociedades e institui  o  es (1889-1930)**. In. Boris Fausto (org.). **História Geral da Civiliza  o Brasileira II**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 377.

<sup>58</sup> No início da República, o Ministério das Relac  o  es Exteriores era chefiado por políticos de pouca afinidade com a política internacional. Os assuntos eram tratados na esfera do legislativo, principalmente, a negocia  o ou extin  o  o de embaixadas e consulados.

<sup>59</sup> CERVO, Amado Luiz. **O Barão do Rio Branco e a moderniza  o na agenda brasileira**. CARDIM, Carlos Henrique e ALMINO, João (orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a moderniza  o do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p.294.

<sup>60</sup> Conhecido por haver ajudado a consolidar as fronteiras brasileiras, o Barão teve peso ainda maior na história brasileira. Através de uma concep  o de caráter mais realista sobre os arranjos de poder no cenário internacional e das oportunidades colocadas para os países periféricos como o Brasil, Rio Branco deu início    formula  o de uma alternativa de inser  o internacional que acabaria por se constituir num verdadeiro paradigma de política externa. Como eixo central deste paradigma, a percep  o de que os Estados Unidos se constituíram num novo polo de poder mundial tendo em vista a expansão do seu sistema capitalista; além, disso, sua busca por hegemonia política e econômica no hemisfério transformava o Brasil, juntamente com os demais países latino-americanos, em sua área de influência. Em vista disso, o melhor meio para o Brasil aumentar seus recursos de poder no sistema internacional era estabelecer em Washington uma rela  o preferencial buscando obter vantagens desta aproxima  o. E foi justamente o que Rio Branco procurou fazer traduzindo esta aproxima  o em ganhos recíprocos, ainda que assimétricos. Surgia um novo projeto de política externa que, embora parecesse

A unilateralidade, durante a hegemonia norte-americana, representará um novo período das relações internacionais do Brasil. Nela será concluído o traçado das fronteiras; o país voltar-se-á para um processo de inserção hemisférica e terá início uma vinculação mais estreita da política externa com o desenvolvimento econômico. Buscou-se concluir a demarcação das fronteiras contestadas e estruturou-se a chamada “aliança não escrita” (segundo a clássica expressão de Bradford Burns<sup>61</sup>) com os Estados Unidos da América<sup>62</sup>.

Os Estados Unidos tornam-se o novo centro de poder mundial e Rio Branco buscou estreitar relações com a nova potência. O comércio intenso entre os dois países, além da influência da Doutrina Monroe<sup>63</sup> e do Corolário Roosevelt<sup>64</sup>, foram elementos considerados para a decisão da viabilidade de uma política de aproximação com Washington<sup>65</sup>.

Os Estados Unidos tinham interesse em uma aproximação com o Brasil, reforçando, dessa forma, os princípios da Doutrina Monroe - proposição, por sua vez, muito bem recebida pelos brasileiros. Na visão da elite brasileira, a doutrina formulada, em 1823, pelo presidente norte-americano James Monroe, assim como o seu complemento, o Corolário Roosevelt, de 1904, não se constituíam em expressões do imperialismo norte-americano, mas sim em um recurso defensivo contra o imperialismo europeu. Lembra Patrícia Pinheiro que, além disso, para o Brasil, cuja estabilidade política e econômica era um diferencial em relação aos vizinhos continentais, era distante a possibilidade de sofrer uma intervenção por parte dos Estados Unidos. É bem verdade que a aquiescência do Brasil à Doutrina suscitava aos

---

apenas consolidar uma tendência anterior à República, adquiria agora um perfil mais pragmático. PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p.14-15.

<sup>61</sup> Durante a Primeira República, as relações Brasil e Estados Unidos seguiram o modelo de uma aliança informal, que Bradford Burns caracterizou como “aliança não escrita” (“unwritten alliance”). BURNS, Bradford, *The Unwritten Alliance. Rio Branco and the Brazilian. American Relations*. New York: Columbia University Press, 1966.

<sup>62</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.20, n.1, p.134-154, 1999, p.135.

<sup>63</sup> Documento formulado pelo presidente norte-americano James Monroe que defendia o papel dos Estados Unidos em preservar a autonomia das nações americanas em relação à Europa. O documento foi promulgado no dia 2 de dezembro de 1823, ficou conhecido como “Doutrina Monroe” e foi um importante marco na diplomacia dos Estados Unidos com as demais nações do continente americano.

<sup>64</sup> O “Corolário Roosevelt” foi um postulado de política externa, em complemento à Doutrina Monroe, de autoria do presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt. O Corolário foi o marco de um período de controle direto dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos.

<sup>65</sup> Acentuaram-se as relações amistosas entre o Brasil e os Estados Unidos durante as últimas décadas do século XIX. Os norte-americanos surgiram como os melhores parceiros comerciais das três principais exportações brasileiras: café, borracha e cacau. O resultado foi que, em 1912, os Estados Unidos compravam 36 % das exportações do Brasil, ao passo que o segundo mercado mais importante, a Grã-Bretanha, adquiria apenas 15%. FAUSTO, Boris. **O Brasil: sociedades e instituições (1889-1930)**. In. Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização II**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 377.

vizinhos latino-americanos suspeitas de um projeto de se tornar um co-garante da mesma na América do Sul, algo como um gendarme dos Estados Unidos no continente<sup>66</sup>.

O Brasil levou vantagens na relação comercial com os Estados Unidos, pois nossos produtos exportados encontravam grande receptividade no lucrativo mercado norte-americano. As exportações eram quatro vezes maiores que a importação de produtos daquele país<sup>67</sup>.

Clodoaldo Bueno afirma que foi Rio Branco que deslocou, definitivamente, o eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington e ensaiou, com a amizade norte-americana, uma política de supremacia na área sul-americana, tendo em vista atingir os objetivos maiores de sua política: restauração do prestígio brasileiro, pleno exercício de sua soberania, defesa da agroexportação e, principalmente, solução dos vários problemas lindeiros<sup>68</sup>.

Sua política de aproximação com os Estados Unidos era pragmática e não significava, de forma alguma, alinhamento automático. Na sua concepção, era importante o Brasil aliar-se aos Estados Unidos para poder estabelecer uma parceria em pé de igualdade, de onde pudesse ter ganhos significativos. Isso não significava que os Estados Unidos se tornariam um modelo a ser imitado ou que tivessem que fazer uma política de total alinhamento. Esta postura ficou clara quando da criação da Embaixada em Washington, que representou a formalização das intenções brasileiras de intensificar seu relacionamento com o país.

Com o apoio do governo brasileiro para a sua política internacional, no dia 13 de janeiro de 1905, Rio Branco anunciou que o Brasil e os Estados Unidos haviam decidido elevar ao nível de embaixadas suas missões diplomáticas em Washington e no Rio de Janeiro. Joaquim Nabuco tornou-se embaixador brasileiro em Washington, apresentando suas credenciais ao presidente Roosevelt, em 24 de maio de 1905<sup>69</sup>.

---

<sup>66</sup> PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p.15-16.

<sup>67</sup> FAUSTO, Boris. **O Brasil: sociedades e instituições (1889-1930)**. **O Brasil: sociedades e instituições (1889-1930)**. In. Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização II**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 377.

<sup>68</sup> BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luís. **História Política Exterior do Brasil**. 29 ed. Brasília: Editora da UnB, 2002, p. 163.

<sup>69</sup> Rio Branco e Joaquim Nabuco convidaram o Secretário de Estado Elihu Root a visitar o Brasil por ocasião da Terceira Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro. A visita de Root, a primeira viagem ao exterior de um Secretário de Estado norte-americano, selou os laços da aliança não escrita que Rio Branco soubera forjar com os Estados Unidos. FAUSTO, Boris. **O Brasil: sociedades e instituições (1889-1930)**. **O Brasil: sociedades e instituições (1889-1930)**. In. Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização II**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 377.

A política de aproximação com os Estados Unidos favoreceu a nossa diplomacia em relação à demarcação das fronteiras brasileiras e a aliança não escrita entre os dois países pendeu a balança do poder da América do Sul a favor do Brasil<sup>70</sup>.

Talvez o maior feito diplomático do chanceler Rio Branco tenha sido a solução da questão do Acre. Havia se estabelecido um conflito entre a Bolívia e o Brasil pela região, uma vez que a população que a habitava era de nordestinos brasileiros. Inicia-se um conflito armado em torno do território em questão: área rica em produção de borracha.

Os governos do Brasil e da Bolívia assinaram o Tratado de Petrópolis que estabeleceu a entrega do território do Acre definitivamente para o Brasil. Em troca, o Brasil cedia as terras do rio Abuña, na bacia do rio Paraguai, além de pagar 2 milhões de libras esterlinas como indenização. O Brasil também se comprometeu a ceder a navegação nos rios brasileiros para chegar ao oceano Atlântico e a construção de uma estrada de ferro desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guarajá-Mirim, no Mamoré, com um ramal até o território boliviano<sup>71</sup>.

O Brasil ainda assinou acordos de limites de fronteira com a Guiana Britânica (1904), com o Equador (1904), com a Venezuela (1905) e com o Peru (1909).

A diplomacia do barão do Rio Branco com os países do sul do continente causou certo temor por parte dos países sul-americanos, com a estreita aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Como mostra Bueno, “temia-se o imperialismo norte-americano<sup>72</sup>” e, analisando o receio argentino, diz: “Na capital Argentina, um setor da imprensa, ao analisar a política externa brasileira, viu-a com pretensões de domínio na América do Sul, com respaldo norte-americano”<sup>73</sup>.

A situação com a Argentina ficou crítica quando foi aprovado o rearmamento naval do Brasil e quando foi criada a Embaixada brasileira em Washington, em 1905. A imprensa argentina acreditava que esses fatos provavam a intenção brasileira de se colocar superiormente aos outros países do sul do continente e de ambicionar “ser a primeira potência militar da América do Sul”<sup>74</sup>.

---

<sup>70</sup> Sobre as relações do Barão do Rio Branco com os Estados Unidos, ver: HENRICH, Nathália. **O Barão de Rio Branco e a americanização da política externa brasileira**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. CARDIM, Carlos Henrique e ALMINO, João (orgs.); prefácio Fernando Henrique Cardoso. **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro, 2002.

<sup>71</sup> BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luís. **História Política Exterior do Brasil**. 29 ed. Brasília: Editora da UnB, 2002, p. 173.

<sup>72</sup> Ibid., p.174.

<sup>73</sup> Ibid., p.174.

<sup>74</sup> Ibid., p.174.

O Chanceler buscou acabar com essa preocupação dos países vizinhos, procurando aproximar-se de todos, principalmente, do Chile e da Argentina, as duas maiores nações vizinhas, criando o pacto ABC, o que não significava uma oposição sulista à principal potência de todas as Américas, os Estados Unidos, mas sim uma atuação conjunta nas questões sul-americanas<sup>75</sup>.

Sob a liderança de Rio Branco, o Brasil exerceu um papel importante na América do Sul ao dar ênfase ao Pan-americanismo, resolvendo as principais fontes de conflito com os países vizinhos. Rio Branco definiu o Pan-americanismo como um movimento do hemisfério destinado a substituir a desconfiança e os ressentimentos infundados por uma crescente amizade entre os povos americanos<sup>76</sup>.

Nas gestões seguintes ao do Barão do Rio Branco, buscou-se consolidar a aproximação com os Estados Unidos. Mas o fato que vai marcar as relações internacionais, do início do século, é a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil, nos três primeiros anos da guerra, permaneceu neutro. Mas, em 5 de abril de 1917, um submarino alemão afundou um navio brasileiro carregado de café. Em 20 de maio, outro navio brasileiro, navegando em águas francesas, foi torpedeado por um submarino alemão. Estes fatos foram o estopim para a entrada do Brasil no conflito, tornando-se a única nação sul-americana a entrar na guerra.

O Brasil declarou guerra aos países da Tríplice Aliança (Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro), em 1º de junho de 1917, e participou do envio de medicamentos e equipes de assistência médica para ajudar os feridos da Tríplice Entente (Inglaterra, França, Rússia e Estados Unidos). Também participou através da realização missões de patrulhamento no Oceano Atlântico, utilizando embarcações militares. O Brasil se qualificou para fazer parte da Conferência de Paz de Paris, como país aliado e, ao fazer parte, ainda que rotativo, no Conselho da Liga das Nações, o Brasil tornava à sua política externa uma projeção transatlântica, rompendo os limites da região americana, como assinala Letícia Pinheiro<sup>77</sup>.

Todo o período que durou a Primeira Guerra, os países da Europa, envolvidos no conflito, voltaram à produção para a indústria bélica. Com isso, o Brasil ficou sem opções para importar produtos industrializados da Europa. Os cafeicultores brasileiros aproveitaram o

---

<sup>75</sup> Ibid., p. 177.

<sup>76</sup> Barão do Rio Branco. **Obras do barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro, 1948, p. 98.

<sup>77</sup> PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p.17.

momento e investiram capital acumulado nas indústrias, favorecendo, assim, a industrialização do Brasil<sup>78</sup>.

O restante da República Velha (1912-1930) caracterizou-se por uma dependência relativamente passiva frente aos Estados Unidos. Após a morte de Rio Branco e, sobretudo, com a Primeira Guerra Mundial, os interesses norte-americanos afirmaram-se de forma assimétrica. Nos anos 20, o desgaste da República cafeeira fez, inclusive, com que a diplomacia brasileira refluísse. A crise de 1929<sup>79</sup>, finalmente, desarticulou ainda mais a capacidade do País em formular uma política externa mais positiva<sup>80</sup>.

Na República Velha, os estados da União eram autônomos, podendo governar livremente e, para a sustentação das oligarquias, pregavam a política dos governadores e a política do café com leite. Na política externa, realizou-se mudança de direcionamento da Inglaterra para os Estados Unidos, quando foram resolvidos problemas de fronteiras e buscou-se a projeção do Brasil no cenário internacional. Com a crise das oligarquias, desenvolvida pelos eventos ocorridos dentro do país, a insatisfação com o modelo vigente e o rompimento com a política do café com leite pelos paulistas, resultou na Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

### **3.2 Política Externa Brasileira no Governo Provisório (1930-1934) e no Governo Constitucional (1934-1937) da Era Vargas**

Com a revolução de 30, Getúlio Vargas assume o poder em 3 de novembro de 1930 e se transforma em um governante centralizador, ao mesmo tempo modernizador do país e com fortes traços autoritários. O período em que esteve no poder ficou conhecido como Era

---

<sup>78</sup> A Primeira Guerra Mundial serviu também para forçar a industrialização nascente no país de uma vez que foi preciso suprir o mercado interno de produtos antes fornecidos pelo exterior e, agora, impedidos de circularem livremente em decorrência do conflito armado. No entanto, a despeito do impulso inicial que o processo de industrialização sofrera durante os difíceis anos da Primeira Guerra Mundial, essa foi, somada à crise econômica mundial dos anos 1920, igualmente responsável pelos limites impostos à eficácia e à expansão da industrialização brasileira, ao impedir a reposição e manutenção de máquinas e equipamentos. Não se deve esquecer também que o conflito mundial fez com que aumentassem, substancialmente, os investimentos norte-americanos no Brasil, elevando os Estados Unidos à condição de mercado preferencial em função do declínio das atividades econômicas britânicas. PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p.19.

<sup>79</sup> Os efeitos desse panorama foram rapidamente sentidos no Brasil. Em primeiro lugar, a crise econômica que assolava o mundo fez com que os países centrais diminuíssem suas importações, atingindo duramente o café – responsável por então 70% da receita nacional. Simultaneamente, a entrada de capital estrangeiro no Brasil foi praticamente interrompida, impedindo o país de acumular divisas para equilibrar seu balanço de pagamentos. PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p.22.

<sup>80</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.20, n.1, p.134-154, 1999, p.142.

Vargas, diferente das características dos governos da República Velha, em que o poder era descentralizado e sequer havia uma figura com tamanho destaque<sup>81</sup>.

A Revolução de 30 marcou um profundo corte no processo histórico brasileiro. Sob o efeito da conjuntura interna e conjuntura internacional, rompe-se com o quadro sociopolítico da dominação oligárquica, sob a hegemonia da burguesia cafeeira.

Entre as primeiras medidas do novo governo foi buscar o reconhecimento da comunidade internacional, o que foi prontamente realiado, quando o presidente garantiu todos os compromissos internacionais, constituindo-se como primeiro chanceler da Era Vargas, foi Afrânio de Melo Franco.

O cenário em que o Brasil se encontrava não era dos melhores, devido à crise de 1929, que afetou diretamente a produção cafeeira do país. Como era o principal produto de exportação até aquele momento, o café determinou as ações e os caminhos a seguir, também no comércio exterior brasileiro.

O governo se propôs a não dar continuidade à política econômica do governo anterior, de proteção ao café. Apostou no desenvolvimento da indústria para sair da crise que se instalara no mundo. Optou, então, pelo rompimento do modelo agroexportador e entrou num ciclo de industrialização e desenvolvimento do país<sup>82</sup>.

Desde o início da década de 1930, o governo aplicou a política de criar órgãos estatais voltados a setores específicos da economia. Dentre as instituições criadas, podemos citar as que dizem respeito mais diretamente à indústria: o Ministério do Trabalho, Indústria e

---

<sup>81</sup> Crescia, neste período, o descompromisso com procedimentos e valores liberais, realizava-se um enorme esforço para a formulação de uma outra arquitetura institucional de Estado, cujo sentido transformador era muito amplo, abarcando esferas da sociedade até então intocadas pela presença pública. Assim, no Brasil, a maior intervenção do Estado em assuntos econômicos e sociais assumia o papel de elemento precípua para a transposição do gap que era identificado entre a vigência da lei e a ideia de justiça, que o Estado devia assegurar, mas não assegurava. Dito nos termos das análises do período, era necessário vencer o artificialismo político republicano, que postulava normas inaplicáveis à realidade brasileira e, em o fazendo combater o arbítrio expresso no caudilhismo e em seus derivados: o clientelismo e o personalismo de nossa organização política. Era preciso ultrapassar a dicotomia entre o Brasil legal e Brasil real, sendo a centralização do Estado, caminho para a nacionalização e a modernização do poder público do Brasil. GOMES, Ângela de Castro. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth Bastos e FONSECA, Paulo César Dutra. (orgs.). **A ERA VARGAS: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 73 e 74.

<sup>82</sup> A Revolução de 1930 alteraria profundamente isso, enfrentando a diversidade externa – principalmente, do imperialismo – e fazendo uso da soberania na prática de nossa política econômica. Ao contrário de vários países latino-americanos que estavam fortemente atrelados à área do dólar e às determinações da política e da economia dos Estados Unidos (ou da Inglaterra), o Brasil fez parte de restrito grupo de países que enfrentaram essa situação e enveredaram, assim, mais que os outros, pelos caminhos da industrialização. Mais precisamente, saímos muito à frente dos demais processos. É preciso deixar bem claro que ainda que as pressões do processo econômico por mudanças estivessem presentes, foi necessária sua condução, pelo estado, pela liderança de Vargas. CANO, Wilson. **A crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth Bastos e FONSECA, Paulo César Dutra. (orgs.). **A ERA VARGAS: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.140.

Comércio, em 1930; Departamento Nacional do Trabalho e o Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933; Conselho Federal do Comércio Exterior, o Plano Geral de Viação Nacional, a Comissão de Similares, em 1934 e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937<sup>83</sup>.

O chanceler Afrânio de Melo Franco, pelo decreto do Governo Provisório, em 15 de janeiro de 1931, promoveu uma reforma administrativa no Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de acompanhar mais de perto as questões econômicas e deixar o Itamaraty mais ágil, unindo a Secretaria de Estado com os serviços diplomáticos e consulares. Bueno lembra que a reforma promovida por Oswaldo Aranha, posteriormente, completou a de 1931, estabelecendo, efetivamente, o quadro único da carreira de diplomata<sup>84</sup>.

Em relação às questões do continente latino-americano, o governo deu ênfase ao pan-americanismo, e reatou, e estreitou relações diplomáticas com Uruguai, Bolívia, Paraguai, Peru e Colômbia. Buscando boas relações entre os países do continente, foi assinado um Tratado de Não Agressão e Conciliação entre Brasil, Argentina, México, Chile, Uruguai e Paraguai, em 1933.

Ainda no contexto regional, os Estados Unidos criam a política de boa vizinhança, que buscava o fim do intervencionismo nos países latino - americanos, cooperando e auxiliando nas relações econômica e militar, opondo-se à presença europeia no continente e concretizando sua liderança na região. Lembra Bueno que não se pode deixar de considerar, ainda no contexto regional, a mudança pela qual passou a política exterior norte-americana com a ascensão de Franklin D. Roosevelt ao poder. Esta, ao propor a “política da boa vizinhança”<sup>85</sup>, inaugurou uma nova etapa nas relações entre as nações do hemisfério<sup>86</sup>.

---

<sup>83</sup> FONSECA, Paulo César Dutra. **Instituições e Política Econômica**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth Bastos e FONSECA, Paulo César Dutra. (orgs.). **A ERA VARGAS: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.173.

<sup>84</sup> BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luís. **História Política Exterior do Brasil**. 29 ed. Brasília: Editora da UnB, 2002, p. 217.

<sup>85</sup> Implementada durante os governos de Franklin Delano Roosevelt, nos Estados Unidos (1933 a 1945), a chamada política de boa vizinhança tornou-se a estratégia de relacionamento com a América Latina no período. Sua principal característica foi o abandono da prática intervencionista que prevalecera nas relações dos Estados Unidos com a América Latina desde o final do século XIX. A partir de então, adotou-se a negociação diplomática e a colaboração econômica e militar com o objetivo de impedir a influência europeia na região, manter a estabilidade política no continente e assegurar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental. Disponível

em:<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca>>.

Acesso em: 10 de abril de 2014.

<sup>86</sup> BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luís. **História Política Exterior do Brasil**. 29 ed. Brasília: Editora da UnB, 2002, p. 216.

### 3.3 Política Externa Brasileira do Estado Novo (1937-1945)

O Estado Novo representa um importante período da história brasileira. Começa com a outorga da Constituição (10 de novembro de 1937) e vai até a deposição de Vargas (29 de outubro de 1945). Os fatos que envolvem diretamente essa fase da Era Vargas estão diretamente ligados à conjuntura internacional do período. O governo do Presidente Getúlio Vargas teve, entre suas principais características, o desenvolvimento nacionalista, onde o Estado se caracterizou pelo domínio da planificação governamental, tanto no poder político, quanto no econômico, no social e no cultural<sup>87</sup>.

O Estado Novo inicia por meio de um golpe militar que conduziu Getúlio Vargas ao poder. A principal argumentação do golpe foi a necessidade da restauração da ordem e da autoridade nacional, tendo em vista que o país estaria correndo o risco de uma “revolução comunista”. O golpe ocorreu num período de forte instabilidade política, no qual setores das classes dominantes temiam novas intencões comunistas, como a de 1935<sup>88</sup>.

O Estado Novo caracterizou-se como um Estado forte, centralizador; organizador da produção e do desenvolvimento econômico; o poder centrou-se na figura do presidente Vargas, afastando-se da noção liberal de democracia. O fortalecimento do Governo Federal, para Néelson J. Garcia (2005), manifestou-se, principalmente, na concentração de poderes no Executivo. Com o fechamento do Congresso e das Assembleias estaduais, transferiu-se ao “Presidente” o poder de legislar que, além disso, poderia demitir, transferir, reformar e afastar funcionários civis e militares. Pelo “estado de emergência” decretado, suspendiam-se os direitos políticos e individuais, e quaisquer atos a eles relacionados ficavam subtraídos à apreciação judicial, ficando os partidos e as associações proibidos de funcionar. Aperfeiçoou-

---

<sup>87</sup> Ao assumir uma postura de redefinição das relações econômicas externas como forma de viabilizar as forças produtivas nacionais, que se ampliava em busca de autodeterminação política. Nada impede que se adote a expressão “nacionalismo” para a sua caracterização, desde que não lhe atribua um significado demasiado estreito. Realmente, quando se pensa em termos abstratos de uma “restrição à iniciativa estrangeira, tanto política como econômica”, perde-se a visão dinâmica das relações que caracterizam o processo que só assim se torna suscetível de ser pensado como um movimento “mais pragmático do que ideológico”. GARCIA, Néelson. **Jahr. Estado Novo: ideologia e propaganda política**. 1ª edição em eBook. Rokat Edition, 2005, p.77 - 78.

<sup>88</sup> Com o golpe do Estado Novo, selava-se um verdadeiro capítulo dos debates e, principalmente, dos enfrentamentos políticos da década de trinta. As oligarquias liberais e o tenentismo não foram incorporados. Assim, nem as oligarquias, nem o tenentismo assistiram à realização de um acontecimento que consagrava sua atuação política nos anos anteriores. O Estado Novo era algo bem distinto das tradições liberais defendidas na Constituinte de 1934 e, sem dúvida, era algo mais substantivo do que propunha o autoritarismo instrumental de alguns dos mais importantes tenentes. GOMES, Ângela de Castro. **Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1934)**. In. Boris Fausto (org). **História Geral da Civilização Brasileira III**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004, p.75.

se o aparato repressivo e, além da ampliação dos órgãos policiais e de censura, promoveu-se a reorganização e o fortalecimento das Forças Armadas<sup>89</sup>.

Tal autoritarismo converteu as elites estaduais, garantiu o Estado centralizado e a conversão de uma economia, baseada exclusivamente, no capitalismo comercial, para uma economia baseada progressivamente no capitalismo industrial, o que se constituiu o momento da unidade da sociedade brasileira, garantindo a hegemonia das classes dominantes e a submissão das subalternas<sup>90</sup>.

O autoritarismo foi, ideologicamente, legitimado pelo governo, ressaltando o papel integrador do Estado centralizado, intervindo na política, na economia e no social, inspirado num nacionalismo que pregava a unidade nacional e a defesa da utilização de recursos nacionais para um desenvolvimento econômico com pressupostos de uma base urbana e industrial.

As ideologias totalitárias que se fortaleciam na Europa<sup>91</sup>, embora não tenham se reproduzido plenamente, encontraram eco no Estado Novo, o que provou a incapacidade de construir uma democracia na sua plenitude. O Estado Novo teria se constituído em uma espécie de “democracia social”, a partir da valorização do trabalho, sobretudo na política de valorização do esforço humano, considerado a base e o fundamento de toda a riqueza social<sup>92</sup>.

Lembra Ângela de Castro Gomes que a legitimidade de um arranjo institucional não advém, simplesmente, da manipulação e/ou repressões políticas, deixando raízes em práticas que incorporam – em graus muito variados – interesses e valores concretos dos que estão excluídos do poder<sup>93</sup>.

Para Ângela de Castro Gomes, a dinâmica de relações, que se estabelece entre a ideologia política e o sistema de regras legais são concebidos pelo regime; a produção de leis que pudessem, efetivamente, materializar as propostas ideológicas, divulgadas pelo discurso,

---

<sup>89</sup> GARCIA, Nélon Jahr. **Estado Novo: ideologia e propaganda política**. 1ª edição em eBook. Rokat Edition, 2005, p. 61 e 62.

<sup>90</sup> Nestas condições, a ideologia dominante durante o Estado Novo, configurou-se como representativo de interesses do capital, relativo às oligarquias ligadas ao setor agrícola e à incipiente burguesia industrial, com a incorporação de interesses de setores das classes médias e operária, até o limite necessário à neutralização de sua força. GARCIA, Nélon Jahr. **Estado Novo: ideologia e propaganda política**. 1ª edição em eBook. Rokat Edition, 2005, p. 71.

<sup>91</sup> O totalitarismo foi algo presente no contexto do pós-primeira guerra, tendo como suas expressões máximas o Nazismo de Adolf Hitler, na Alemanha, o Fascismo de Mussolini, na Itália, e o Stalinismo de Josef Stalin, na União Soviética. Para Arendt, a ideia de totalitarismo é definida como “a dominação permanente de todos os indivíduos em toda e qualquer esfera da vida” ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 375.

<sup>92</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Ideologia e Trabalho no Estado Novo**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.66.

<sup>93</sup> *Ibid.*, p.66.

reforçava o valor desse recurso de poder que era a ideologia do regime, sancionando suas intenções e comprovando seu projeto político<sup>94</sup>.

Esta ideologia pode ser definida como um conjunto de princípios sem um conteúdo bem delineado que sustentou o regime e fez eco na sociedade, como a centralização nacional e uma acentuada aversão às práticas políticas fundadas na valorização dos partidos e do parlamento.

O golpe de Estado, que deu continuidade ao governo do Presidente Vargas, teve o apoio de importantes lideranças, como os militares e os industriais brasileiros que deram o seu aval às políticas conservadoras autoritárias e corporativas porque na área econômica valeu-se do protecionismo e na área militar, do nacionalismo<sup>95</sup>.

Os militares foram o braço forte do Estado Novo, uma vez que influenciaram em todos os setores do governo: no setor produtivo, como incentivadores da indústria estatal de aço e, também, no setor de petróleo. Os planos militares de modernização das Forças Armadas incluíam compra de armas da empresa alemã Krupp; navios de guerra, da Grã-Bretanha e da Itália, armas de infantaria da Checoslováquia e aviões dos Estados Unidos.

O exército desempenhou um papel decisivo na implementação e na sustentação do regime do Estado Novo. Seu papel não foi reduzido a um simples instrumento do poder getulista, na medida em que o Exército se afirmaria enquanto organização, precisamente perseguindo objetivos próprios, questionando a validade da utilização da corporação militar pelas facções políticas em suas disputas internas, rebelando-se, enfim, contra a subordinação do Exército aos interesses da luta partidária. Por outro lado, o Estado Novo não seria uma ditadura militar. Lembra Eli Diniz que, atuando como árbitro político do regime, o Exército teria participação ativa no processo decisório, sobretudo em questões relacionadas ao desenvolvimento da infraestrutura industrial do país, porém jamais chegaria a exercer o controle desse processo<sup>96</sup>.

Entre as forças que impulsionaram a industrialização, o papel central, representado pela burguesia industrial, seria reforçado pelos pontos de convergência entre certas concepções modernizantes defendidas pelos ideólogos do autoritarismo e certos aspectos do industrialismo explicitados pela liderança empresarial. Tal convergência, entre outras

<sup>94</sup> Ibid., p.56- 57.

<sup>95</sup> Desta forma, observa-se o estreitamento do círculo dos detentores do poder, mediante o afastamento das facções extremistas, ao mesmo tempo em que se restringem suas bases sociais pela repressão às correntes mais radicais da sociedade civil do ponto de vista do questionamento das relações de dominação vigentes. DINIZ, Eli. **O Estado Novo: estruturas de poder, relações de classe**. In. Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira III**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004, p.107.

<sup>96</sup> DINIZ, Eli. **O Estado Novo: estruturas de poder, relações de classe**. In. Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira III**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004, p.118.

consequências, criaria um clima propício à afirmação da analogia burguesa entre crescimento industrial e fortalecimento econômico, crescimento industrial e independência econômica e política do país, favorecendo, ainda, a identidade indústria-nação, indústria-capacidade interna de defesa<sup>97</sup>.

O Presidente Vargas, em sua habilidade pessoal de gerenciar a imagem de soberania do Estado Novo frente às mais diversas forças sociais, assumiu para si, segundo alguns intérpretes, o papel de líder populista<sup>98</sup>. O governo Vargas, através de seus ministérios – Agricultura, Trabalho, Viação e Justiça – empenhava-se no esforço renovador de valorização do trabalhador nacional. Esse personagem era o grande herói da democracia social que se construía no Brasil. Sua vida era ilustrada pelo ideal de ascensão social pelo trabalho, que dignificava o homem e possibilitava um melhor padrão de vida. Por isso, ele deveria conseguir, ao logo da vida e por seu próprio esforço, uma situação mais confortável para si e/ou para seus descendentes<sup>99</sup>.

Era o Estado, personificado na figura de Vargas, que possibilitaria o acesso dos trabalhadores aos instrumentos de realização individual e social. Desde então, no Brasil, a relação *homem do povo/Estado*, fundou-se, em grande medida, nessa mitologia do trabalhador, do trabalho como fonte de riqueza e de felicidade e ordem social<sup>100</sup>.

O Estado Novo tinha como doutrina todo o poder ao Estado e é tido como a única Instituição capaz de garantir a coesão nacional e de fazer o bem público. Getúlio Vargas,

---

<sup>97</sup> Ibid., p. 98.

<sup>98</sup> Além de líder autoritário, Vargas teria sido um líder “populista”, mas, nesse caso, não há razão para criticá-lo. Em 1930, embora não existissem as condições reais para a democracia no Brasil, o problema já estava colocado, de um lado a sociedade brasileira, como periférica e atrasada, e via naturalmente as experiências democráticas que ocorriam nos países mais avançados, e, de outro, porque a industrialização que já ocorrera estava criando uma classe trabalhadora e uma classe média que se sentiam não representadas no plano político e prejudicadas no plano econômico pelas políticas do Estado oligárquico. Vargas tratou de incorporar a classe média ao Estado e ao governo e encontrou no populismo a maneira de estabelecer sua relação com os trabalhadores e, de algum modo, incorporá-los ao processo político. O populismo de Vargas, portanto, não representava um atraso, mas um progresso. Enquanto no Estado oligárquico não havia qualquer espaço para as massas, no Estado desenvolvimentista, que estava surgindo, havia. O populismo de Vargas não era propriamente democrático porque implicava uma relação direta do líder político com o povo, não estando, portanto, de acordo com o ideal democrático que pressupõe a existência de partidos ideológicos que sirvam de intermediários entre os líderes e esse povo, mas em compensação, por meio desse populismo os trabalhadores urbanos eram, pela primeira vez, chamados a participar de alguma forma do processo político. Ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.117. Sobre o populismo de Vargas ver os trabalhos da professora Ângela de Castro Gomes: **Burguesia e trabalho, política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979; **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito**. I. FERREIRA, J (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; **Reflexões em torno do trabalhismo e populismo**. Varia História, n.28, p.55-68, dez. 2002; **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

<sup>99</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Ideologia e trabalho no Estado Novo**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.71.

<sup>100</sup> Ibid., p.71.

como chefe de Estado, passou a atuar como mediador dentro de uma situação de compromisso entre os diversos setores sociais depois da crise das oligarquias rurais.

O núcleo político do Estado Novo era composto pelo Presidente da República, pelos Ministros, pela cúpula das Forças Armadas, pela alta burocracia civil e todos eles, de uma forma ou de outra, eram os responsáveis pelo processo de decisões no aparelho governamental. Na maneira de ver dessa cúpula, a existência de espaços democráticos era nociva à organização do país.

O fortalecimento do Estado Novo ocorreu pela concentração de poderes no Executivo. O Congresso e as Assembleias estaduais foram fechados. O Presidente, além do poder de legislar, poderia demitir, transferir, afastar e reformar funcionários civis e militares. Pelo “estado de emergência” decretado, suspendiam-se os direitos políticos e individuais, e quaisquer atos a eles relativos ficavam subtraídos à apreciação judicial. Os partidos e as associações ficavam proibidos de funcionar. Aperfeiçoou-se o aparato repressivo e, além da ampliação dos órgãos policiais e de censura, promoveu-se a reorganização e o fortalecimento das Forças Armadas<sup>101</sup>.

Os Estados passaram a ser governados por interventores, indicados pelo governo federal - estes interventores poderiam ser parentes do presidente, militares e aliados das oligarquias estaduais.

O Estado Novo teve, na Constituição de 1937, o estabelecimento de novas regras jurídicas e a consolidação de novos projetos sociais e econômicos. A nova Constituição ampliava o poder de intervenção do governo federal nos Estados e proporcionava ao Presidente Vargas o direito de governar com decretos-leis. Ela acabou com a federação, com a autonomia dos poderes e submeteu a um rígido controle dos sindicatos e federações<sup>102</sup>.

A Constituição previa a realização de um plebiscito para que o povo aclamasse, se aprovada, um novo governo e uma nova representação popular, sem a presença da Câmara e do Senado. O povo, no entanto, nunca foi chamado para essa participação popular.

O Presidente Vargas governa o Estado e os aparelhos que regulam as relações sociais ligados a ele. Por haver grande preocupação do Estado Novo era com a formação da opinião pública, por isso foi criado o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão subordinado ao Presidente da República. As funções do DIP eram diversas, como a

---

<sup>101</sup> GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo: ideologia e propaganda política**. 1ª edição em eBook. Rokat Edition, 2005, p.62.

<sup>102</sup> VAINER, Bruno Zilberman. **Breve histórico acerca das Constituições do Brasil e do controle de constitucionalidade brasileiro**. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n.16 – jul./dez. 2010, p.177-178.

centralização e a orientação da propaganda nacional, a censura do cinema, do rádio, do teatro, da imprensa, da literatura e a organização da programação oficial do governo nos meios de comunicação.

Um dos maiores desafios enfrentados pela política externa do Estado Novo foi a Segunda Guerra Mundial, o conturbado período entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o início da Segunda Guerra Mundial (setembro de 1939), principalmente, após a crise econômica de 1929, que atingiu diretamente o País. O principal item da pauta de exportação nacional - o café- foi particularmente afetado, levando o País a uma dispendiosa política de valorização do produto na década de 1930.

Durante a década de 1930, o Brasil manteve um crescente avanço nas relações comerciais com os Estados Unidos e com a Alemanha. Eram relações de mão dupla.

Tornava-se importante para a economia brasileira encontrar novos mercados internacionais, pois havia produtos brasileiros, como o algodão, por exemplo, que encontravam dificuldades de colocação no mercado nos Estados Unidos, mas tinham uma grande aceitação no mercado alemão.

Gerson Moura afirma que a política externa do Estado Novo obedeceu à lógica da equidistância pragmática entre os Estados Unidos e a Alemanha, orbitando sobre as influências dos dois países para angariar o maior número de vantagens possíveis<sup>103</sup>.

A equidistância pragmática caracteriza-se por um compromisso entre duas orientações, o que significa, para Moura, na prática, se traduzia a adesão circunstancial a um ou outro sistema de poder<sup>104</sup>.

De acordo com Cervo, o governo brasileiro avaliava como essencial para o desenvolvimento nacional, o aumento das exportações e a construção de uma usina siderúrgica. Havia, ainda, o anseio de organizar as Forças Armadas<sup>105</sup>. Com o advento do Estado Novo, o processo de modernização do país seria necessário à construção de um complexo siderúrgico que permitiria o desenvolvimento nacional. Havia, também, a necessidade da renovação do arsenal militar - um dos motivos que os chefes militares encontraram para apoiar o golpe de Vargas. A cúpula militar do Estado Novo preocupava-se seriamente com a possibilidade de ataque vinda da vizinha Argentina, e o problema da modernização das Forças Armadas figurava como essencial para a segurança nacional.

---

<sup>103</sup> MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 62.

<sup>104</sup> Ibid., p. 66.

<sup>105</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p.118.

Para alcançar esse objetivo, o governo Vargas se valia em barganhar o máximo dessa disputa, não optando em fazer uma aliança exclusiva com nenhum dos dois lados. Abriam várias frentes de negociações, mas as preferências ficavam entre a Alemanha e os Estados Unidos. Com a Alemanha, ocorreu o comércio compensado, o que, para Bueno, preocupava as autoridades norte-americanas, não só por razões estritamente econômicas, mas também pela influência que o Reich poderia exercer sobre o governo brasileiro<sup>106</sup>.

Para enfrentar todas essas questões, o Presidente Getúlio Vargas convidou para o Ministério das Relações Exteriores do Estado Novo, Oswaldo Aranha, ex-embaixador em Washington, onde adquirira grande prestígio no governo de Franklin D. Roosevelt. Em um governo formado, majoritariamente, por admiradores dos regimes totalitários europeus - os chamados germanófilos, a atuação de Aranha foi fator decisivo no processo de engajamento do Brasil, na Segunda Guerra Mundial, ao lado das forças aliadas<sup>107</sup>. A política externa do Estado Novo, dominada pelo conflito mundial iniciado em 1939, trouxe novas perspectivas de desenvolvimento para o País por intermédio das negociações pendulares entre Brasil, Alemanha e Estados Unidos, nas quais Oswaldo Aranha atuou como o principal defensor do Pan-americanismo.

### 3.4 Oswaldo Aranha: o Embaixador em Washington

Para a nomeação de Oswaldo Aranha à embaixada em Washington, foi levada em consideração a sua experiência com as questões econômicas e comerciais durante o período como Ministro da Fazenda, bem como a vontade do Presidente Vargas de mandar para os Estados Unidos uma personalidade de destaque e de sua confiança, que contava com a admiração do governo de Franklin D. Roosevelt. Era indispensável ao governo brasileiro ganhar a confiança dos Estados Unidos, necessária no conturbado momento em que o mundo vivia. Oswaldo Aranha foi nomeado embaixador em 20 de abril de 1934, quando começa o

---

<sup>106</sup> BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luís. **História Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2002, p.230.

<sup>107</sup> O Chanceler Oswaldo Aranha via mais longe. Para ele já se apresentava a realidade cruel de que não haveria lugar para os neutros no conflito de proporções mundiais. Sua atuação, desde logo, se fez sentir, no conselho e na ação, para que o Brasil assumisse o grande destaque que lhe estava reservado. Não era fácil, porém, a sua tarefa. A Alemanha conquistara o respeito e admiração dos chefes militares de todo o mundo e, particularmente, dos brasileiros. SILVA, Hélio. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. Editora Três Ltda, São Paulo, 1998, p. 30. A figura de Aranha se sobressai, apesar da historiografia brasileira ainda não lhe ter concedido à posição que lhe cabe: trata-se do verdadeiro mestre de obras da política externa brasileira a partir de dezembro de 1937. Foi decisivo no destino do Brasil na segunda grande guerra. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.310..

período de grande destaque na sua carreira política, tendo ele atuado como embaixador em Washington, depois como Ministro das Relações Exteriores e, por último, como representante do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU).

Quando Oswaldo Aranha chegou aos Estados Unidos, em setembro de 1934, não tinha experiência diplomática, mas, em certo sentido, era um “diplomata nato”: tinha talento extraordinário para negociar e harmonizar posições conflitantes, sendo quase lendária sua capacidade de sentar em um ambiente íntimo com intransigentes, ou recalcitrantes, ou duvidosos e persuadi-los a adotar determinada linha de conduta<sup>108</sup>.

Com o passar do tempo, Oswaldo Aranha começa a ganhar popularidade em Washington. Stanley Hilton lembra a figura carismática de Franklin Delano Roosevelt e que a recepção que Aranha teve por parte de seu governo contribuiu para a imagem favorável que formou dos Estados Unidos. Desde o início, Aranha encontrava, na Casa Branca e no Departamento de Estado, um ambiente acolhedor, preparado, em parte, pelas notícias elogiosas que haviam recebido a seu respeito do Embaixador Gigson. No início de setembro de 1934, Gigson, encantado com a ida dele a Washington, enviara uma carta a Roosevelt a respeito. “Hoje ele é provavelmente o homem de maior influência no Brasil e, ao que parece, será o próximo presidente...”, disse. Gigson achava Aranha um homem de “invulgar inteligência” e o julgava um amigo sincero de uma aproximação maior entre os dois países, citando os seus esforços para conseguir “tratamento equitativo” para os interesses americanos no Brasil. “Até onde posso avaliar, ele é o indicador do atual movimento do Brasil de se afastar um pouco da Europa e se aliar com os Estados Unidos”, conclui<sup>109</sup>.

O embaixador viajou de navio para os Estados Unidos, via Itália, com o objetivo de encontrar sua família e de buscar uma audiência com Benito Mussolini, cujo intuito era formalizar acordos comerciais. Como Mussolini havia se ausentado de Roma, o encontro não ocorreu.

Sua rápida estada em Roma possibilitou a Aranha uma ideia geral de como se encontrava o continente europeu e, em especial, a Itália, dominada pelo fascismo. Durante a viagem de navio para os Estados Unidos, Aranha escreveu para Vargas, contando suas impressões sobre a Europa e a Itália.

A Europa está meu caro, em estado potencial de guerra. Os exércitos e as esquadras não se defrontam, mas se ameaçam. O comércio está numa batalha sem tréguas. As moedas estão numa luta às cegas. Os governos estão num

<sup>108</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.187.

<sup>109</sup> Ibid., p.174.

jogo incrível de combinações secretas, de prevenções de toda espécie e de acerbada preparação para o choque. As indústrias bélicas estão em uma atividade sem precedente. Os instintos estão arrepiados como os de feras ameaçadas ou apreensivas (...). A Europa está sob a ação dos dois extremos – a guerra que passou e a que deverá vir – determinando o meio que é o seu presente. Isto é do nosso saudoso A. Comte!<sup>110</sup>.

E sobre a Itália, Aranha afirma que:

A Itália, Getúlio, está militarizada da cabeça aos pés. Essa gente tem o coração vestido de ‘*camicia nera*’ e o seu horizonte cabe na mão do Duce! E creio que esteja satisfeita, porque a era que precede as grandes catástrofes sempre foi de euforia para o homem, como para os povos. O povo anda fardado ou de uniforme, ou de camisa, ou com distintivo de fascio, da velha à mulher e ao ballila. Entrega ao governo no açúcar quatro vezes o seu valor, no café, dez vezes, na carne, vinte vezes, sob forma de taxas e, assim por diante, para manter uma esquadra no mar, outra no ar e na terra a nação mobilizada<sup>111</sup>.

A análise de Aranha, em 1934, acerca da conjuntura europeia foi um verdadeiro prognóstico do que viria a acontecer em setembro de 1939. Após a passagem pela Europa, em setembro de 1934, Aranha chegava aos Estados Unidos.

Ao tornar-se embaixador, Aranha, dentro da sua visão de política externa, busca criar um clima de harmonia com os Estados Unidos, devido ao peso desse país na economia do Brasil e, também, por motivos estratégicos, devido ao ambiente internacional tumultuado. Stanley Hilton narra o primeiro contato que Aranha teve com a sociedade americana - uma experiência inesperadamente forte, do ponto de vista intelectual e político. Fascinado, mergulharia no estudo das instituições, da cultura e da história do país, viajaria de uma extremidade dele à outra, examinaria o funcionamento do sistema político, tornar-se-ia dedicado, admirador e amigo de Franklin Roosevelt – e a consequência seria a de manter um relacionamento especial com os Estados Unidos assumiria, para Aranha, as dimensões de credo religioso<sup>112</sup>.

Oswaldo Aranha buscou se inteirar sobre as relações brasileiras com os Estados Unidos. Como o Brasil não tinha embaixada fixa, Aranha solicitou a compra de um prédio, onde a embaixada pudesse funcionar.

Um dos problemas enfrentados, no início, por Aranha era o pouco domínio da língua inglesa, quando da sua chegada, mas, em poucos meses, com aulas particulares, já concedia

<sup>110</sup> ARANHA apud ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p.109.

<sup>111</sup> Ibid., p.109.

<sup>112</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.187 - 188.

entrevistas e ministrava palestra em inglês perfeito. “Meu inglês vai devagar, como costuma ir todo o inglês”, gracejava em um bilhete a Frank Garcia, do New York Times, pouco antes do seu primeiro natal em Washington<sup>113</sup>.

Como embaixador nos Estados Unidos, Aranha entregou suas credenciais ao Presidente Franklin Delano Roosevelt, no dia 2 de outubro de 1934. No cerimonial, houve trocas de elogios de ambas as partes, ficando nítida, pelos discursos, a preocupação do novo embaixador em concluir um tratado de reciprocidade comercial como dois bons amigos.

Ao assumir suas funções na embaixada, Oswaldo Aranha buscava soluções para as negociações em torno de um tratado comercial que se arrastavam havia mais de um ano e começaram a ficar mais difíceis com a insistência brasileira em negociar com a Alemanha, que acabara de denunciar seu acordo com os Estados Unidos: um tratado nos moldes do comércio compensado. Em 1934, o Brasil mantinha negociações com o governo estadunidense, em Washington, com Oswaldo Aranha, em torno de um acordo comercial de cunho liberal e com o governo alemão, no Rio de Janeiro. Foi essa atitude eclética que possibilitou ao Brasil firmar os dois tratados: em fevereiro de 1935, com os Estados Unidos e, em junho de 1936, com a Alemanha<sup>114</sup>.

Outras questões ocupavam a agenda dos Estados Unidos para a América Latina, como a tensão política e militar, tanto no continente americano, como na Europa. Na América do Sul, a questão do Chaco, entre Paraguai e Bolívia,<sup>115</sup> e a crescente corrida bélica na Europa convenceram o Presidente Roosevelt a convidar os governantes americanos a uma conferência pan-americana, em 1936, com o intuito de criar mecanismos para impedir futuros enfrentamentos entre países do hemisfério e manter a neutralidade na eventualidade de um conflito fora do hemisfério. A Conferência de Consolidação da Paz, como ficou conhecida, teve Buenos Aires<sup>116</sup> como sede.

Oswaldo Aranha, junto com Sumner Welles, subsecretário de Estado estadunidense, organizou boa parte da agenda do evento. Havia o interesse tanto do Brasil como dos Estados Unidos à adoção de uma política comum interamericana que contasse com uma consulta obrigatória entre os países americanos em caso de conflito no continente europeu. No entanto,

---

<sup>113</sup> Ibid., p.174.

<sup>114</sup> MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.75 - 76.

<sup>115</sup> Conflito travado entre a Bolívia e o Paraguai, de 1932 e 1935, que girou em torno do Grande Chaco, uma porção de terra que os dois países reclamavam como propriedade sua.

<sup>116</sup> Na Conferência de Buenos Aires foi estabelecido o princípio de que a ameaça a qualquer nação americana seria considerada uma ameaça ao conjunto das nações do continente. Também foi aprovada a criação de um mecanismo de consulta entre as repúblicas que imprimiria maior rapidez a uma resposta conjunta diante de uma eventual ameaça.

para a anfitriã Argentina, essa proposta era inviável, devido a sua posição de política internacional próxima aos países europeus.

A atuação de Aranha, como embaixador em Washington, serviu para estreitar as relações entre os dois países. O Brasil acabou tornando-se o principal aliado, no continente, dos Estados Unidos. O prestígio do embaixador cresceu a níveis nunca imaginados por ele, chegando a ser escolhido a segunda personalidade de maior destaque no ano de 1937, atrás apenas do prefeito de Nova Iorque, Fiorello La Guardia<sup>117</sup>.

A gestão de Oswaldo Aranha, na embaixada em Washington, durou aproximadamente quatro anos. A sua atuação nas negociações do Brasil para resolver questões de interesse para o país nos Estados Unidos da América, principalmente as que precederam à assinatura do acordo comercial de reciprocidade, a sua colaboração na Conferência Interamericana de Buenos Aires, a sua intervenção nas discussões financeiras, levadas a efeito por ocasião da visita da missão chefiada pelo Ministro Souza Costa aos Estados Unidos, em 1937, foram os grandes legados de sua administração.

Com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, manifestou, em correspondência ao presidente Getúlio Vargas, o seu desagrado com a opção ditatorial do novo regime. Como não concorda com os rumos tomados pelo novo governo, pede demissão ao presidente Vargas. Mesmo assim, manteve sua colaboração com o governo.

Lira Neto lembra que Getúlio insistiu para que o amigo permanecesse à frente do posto. Argumentou que a mudança da Constituição foi uma imposição da ordem, com ampla aceitação popular, o que ocasionara uma impressão geral de tranquilidade no espírito público nacional. Desmentiu que houvesse alguma intenção de romper com Washington e, mais ainda, de aderir ao bloco nazifascista, como pareciam querer entender Francisco Campos<sup>118</sup> e os próprios alemães e italianos<sup>119</sup>.

A imposição da ordem a que o autor se refere, explica-se na essência autoritária e centralista da Constituição de 1937, que atendeu a interesses de grupos políticos desejosos de um governo forte que beneficiasse aqueles que defendiam modelos autoritários de organização político-institucional, como estava acontecendo em diversas partes do mundo, rompendo com a tradição liberal dos textos constitucionais das Constituições anteriores.

---

<sup>117</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.80.

<sup>118</sup> Francisco Luís da Silva Campos foi Ministro da Educação e Saúde entre 1930 e 1934, Consultor Geral da República de 1933 a 1937, Ministro da Justiça de 1937 a 1941, arquetipo da Constituição de 1937.

<sup>119</sup> NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 315.

Como um aspirante à Presidência da República, Oswaldo Aranha, nas eleições que ocorreriam, no dia 3 de janeiro de 1938, viu extinguir-se o seu sonho de candidato. Em carta, Vargas explicou para Aranha que nenhum candidato à presidência tinha o apoio popular, o ambiente agitado permitira o recrudescimento do problema comunista e a Constituição de 1934 não permitia a defesa adequada contra o extremismo. Portanto, com a ajuda do próprio governo, pretendia reformá-la para poder executar “um largo programa administrativo”<sup>120</sup>.

O próprio Oswaldo Aranha, liberal convicto, dá a entender a Vargas, em junho de 1937, que um golpe de força não seria a pior das soluções para os problemas criados pela sucessão presidencial. Em nenhum momento, Oswaldo Aranha convida abertamente Vargas a tentar um *putsch*. Em compensação, as conclusões do embaixador brasileiro em Washington são límpidas: nenhum dos candidatos à Presidência da República é suficientemente representativo. Com relação a José de Américo de Almeida, candidato da situação, Aranha não esconde a decepção e se diz “chocado e aturdido” por suas declarações públicas de José Américo<sup>121</sup>.

Em nota de rodapé, Seitenfus ironiza o apoio do Oswaldo Aranha ao golpe do Estado Novo. Diz ele: “Esse democrata convicto não está isento de ambiguidade e de oportunismo”<sup>122</sup>.

Efetivada a posse de Francisco Campos, notório antiliberal, como novo Ministro da Justiça, Vargas e seus assessores militares resolveram antecipar o golpe, por ter a oposição liberal descoberto a conspiração. Assim, cedo da manhã, de 10 de novembro, a polícia de Filinto Muller<sup>123</sup> fechou o Congresso, e Vargas, falando à nação pelo rádio, proclamou o Estado Novo, justificando o golpe com os mesmos argumentos contidos em sua carta a Aranha. Nesse mesmo dia, outorgou a nova Constituição, elaborada por Campos que lhe dava poderes ditatoriais e tornava permanente o aparato de segurança interna, construído na esteira da intentona comunista<sup>124</sup>.

Há uma reação que, por seu radicalismo e pela importância política do personagem, merece um esclarecimento especial, lembra Seitenfus<sup>125</sup>, trata-se de Oswaldo Aranha. O apelo velado a um golpe varguista, lançado por Oswaldo Aranha, em junho de 1937, é substituído, em novembro, quando o *putsch* é bem-sucedido, por um sentimento de temor e de repulsa

<sup>120</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.255.

<sup>121</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.65.

<sup>122</sup> Ibid., p.65.

<sup>123</sup> Chefe da Polícia do Distrito Federal.

<sup>124</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.255.

<sup>125</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.80.

diante dos acontecimentos. Tal mudança é consequência da entrada de Francisco Campos no governo e da importância que este adquire dentro da equipe dirigente. Para Oswaldo Aranha, a nova Constituição “sem norma e sem regra (...) concebida por um anormal” ultrapassa, de longe, as ideias mais sombrias que ele poderia conceber sobre o novo regime<sup>126</sup>.

Em uma carta confidencial, de 12 de novembro de 1937, dirigida a Vargas, Oswaldo Aranha deixa clara a sua posição.

Não me é possível continuar a representar o Brasil, neste país, de forma eficiente, porque nem seu governo, nem seu povo poderão, como anteriormente, acreditar nas minhas informações e afirmações. Pode-se enganar a poucos por muito tempo e a muitos por pouco tempo, mas é absolutamente impossível enganar sempre a todos. Nesta situação que me foi criada, neste país, pelos últimos acontecimentos, a minha permanência não só seria inútil como parece, será prejudicial aos interesses do Brasil. A situação aqui está a exigir neste momento, um homem novo, identificado com a nova situação e que, por não se ter empenhado perante o Governo, a opinião e a imprensa norte-americana na defesa do regime anterior, possa, com autoridade e com liberdade, desempenhar as funções de embaixador<sup>127</sup>.

A importância do ex-embaixador Oswaldo Aranha tornou-se essencial para o governo do Presidente Getúlio Vargas que insistiu junto ao amigo para que assumisse um cargo no Estado Novo. Depois de várias conversações e exigências entre eles, Oswaldo Aranha concordaria em participar do governo, assumindo a pasta das Relações Exteriores.

Oswaldo Aranha colocou, como condição de apoiar o Estado Novo, seis pontos, que ele considerou determinantes:

1) A abertura de negociações imediatas para a retomada do pagamento dos juros da dívida externa; 2) o controle do comércio exterior, a fim de colocar em pé de igualdade a circulação de mercadorias compensadas e aquelas que não o são; 3) o respeito à Constituição quando ela for aprovada por referendo; 4) a elaboração de um plano de desenvolvimento dos recursos nacionais com a ajuda externa; 5) o estreitamento dos vínculos com os Estados Unidos; 6) a titularidade do Ministério das Relações Exteriores<sup>128</sup>.

Num momento em que o mundo fervilhava, com a proximidade de um novo conflito de grandes proporções, Oswaldo Aranha assumia o ministério e trataria, diretamente, dessa situação que foi considerada a questão central de todo seu período como chanceler.

<sup>126</sup> ARANHA, Oswaldo, apud, SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.80.

<sup>127</sup> Ibid., p.80.

<sup>128</sup> Ibid., p.82.

### 3.5 Oswaldo Aranha Chanceler: da Nomeação à Posse

O discurso de posse do Ministro Oswaldo Aranha teve como objetivo buscar atingir os fins a que se propõe dentro da estratégia da política internacional do Estado Novo, que possibilitará à inserção do país na vida internacional, cabendo à ação diplomática a sua execução. O discurso visava não só a convencer, mas levar o público presente no ato, as pessoas que acompanharam pelo rádio e pela leitura dos jornais, a aderir às suas ideias e a praticar algo que lhe é conveniente e também interessante ao seu grupo no governo.

Oswaldo Aranha, através do discurso, expressa a sua visão de mundo e procura construir uma política internacional em oposição à visão de mundo e à política internacional de seus adversários dentro do governo do Estado Novo.

Alguns dos principais veículos de comunicação do Brasil e do mundo repercutiram o pronunciamento do Ministro Oswaldo Aranha. É importante perceber como o discurso de posse foi ouvido, já que não basta discursar, é preciso também ser ouvido.

Os meios de comunicação exploraram trechos e o contexto que resultou na posse do chanceler Oswaldo Aranha, abordando aquilo que a imprensa considerou altamente positivo.

Passaremos a analisar a repercussão da posse pela imprensa e o discurso proferido neste ato.

#### 3.5.1 A Repercussão na Imprensa da Posse do Chanceler Oswaldo Aranha

“O senhor Oswaldo Aranha no Itamaraty.

A solução feliz de um caso que parecia mal encaminhado”.

É com esta manchete que o jornal “A Tribuna,” de Santos,<sup>129</sup> anuncia o decreto de nomeação de Oswaldo Aranha para a pasta do Ministério das Relações Exteriores.

O jornal informa a resposta afirmativa por parte de Aranha naquele 9 de março de 1938 e destaca que o caso chegou ao final com a solução pela qual todos trabalhavam, desde fins de dezembro de 1937.

Durante três meses, diz a reportagem, teve-se a impressão de que o ex-ministro da Justiça e da Fazenda estava decidido a levar às últimas consequências a atitude que assumiu ao regressar ao Brasil. O jornal destaca que as pessoas ainda recordam da entrevista que o Ministro do Exterior então concedeu aos jornais e na qual manifestava, sem reboços, a sua

---

<sup>129</sup> **Jornal “A Tribuna” de Santos**, São Paulo, 10 de março 1938. Brasil, p.3.

divergência com a orientação do governo na questão da dívida externa<sup>130</sup>. Mais adiante diz que é certo que houve sempre otimistas para os quais Oswaldo Aranha acabaria se conformando e voltando a dar a sua colaboração em outro posto. Esses é que tinham razão.

Nos meses em que estive na capital do Brasil, Rio de Janeiro, Oswaldo Aranha manteve longos contatos com o Presidente Vargas. Foi amplamente noticiado que Aranha sabia que importantes modificações nos quadros governamentais não iriam acontecer. “A Tribuna”<sup>131</sup> anuncia que o único caso é o senhor Pimentel Brandão, seu antecessor no Itamaraty, que ganha uma Embaixada, que é a de maior responsabilidade do serviço diplomático, comenta o Chanceler, e diz que facilitará, no futuro, o acesso para o posto que, notoriamente, teria as suas preferências: o de Embaixador em Paris, onde já serviu como conselheiro de Embaixada e onde conta com um largo círculo de amizades, encerrando, com essa afirmação, a matéria jornalística.

Em entrevista aos “Diários Associados”<sup>132</sup>, o agora Embaixador Pimentel Brandão fez um breve resumo das suas ações, enquanto Ministro do Itamaraty, e fez calorosos elogios ao novo Chanceler: “fui sucedido, neste posto, pelo Embaixador Oswaldo Aranha, agrada-me deveras referir-me a tão ilustre patricio com palavras que a realidade torna dispensáveis porquanto trata-se de personalidade dotada de méritos excepcionais como foram revelados na sua chefia da nossa missão nos Estados Unidos para lidar com os complexos e afanosos problemas da Chancelaria brasileira”. Na segunda parte da entrevista, destaca que a passagem de Oswaldo Aranha pela embaixada em Washington, sagrou-o como um “diplomata perfeito”, dentro das exigências e das necessidades do mundo contemporâneo.

O jornal “A Folha da Tarde”<sup>133</sup>, em manchete, destaca que “o Brasil conservará a sua tradicional política pacifista” e abre a matéria com uma declaração, dizendo que o novo Chanceler procurará estreitar, cada vez mais, os laços de amizade que nos ligam aos países americanos e a outros continentes, e repercute “uma ligeira” reportagem dos vespertinos, sobre o seu programa no Ministério das Relações Exteriores, onde Aranha fez a seguinte declaração:

---

<sup>130</sup> Em 1931 Getúlio Vargas suspendeu o pagamento da dívida externa e ao renegociá-la, em 1937, passou de 40 milhões de Libras Esterlinas para 44 milhões. Suspensa novamente no final de 1937, é retomada em 1940 e renegociada em 1943. Ver: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas**. In: Pedro Paulo Zahluth Bastos e Pedro Cezar Dutra Fonseca (org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

<sup>131</sup> **Jornal “A Tribuna” de Santos**, São Paulo, 10 de março 1938. Brasil, p.3.

<sup>132</sup> **Diários Associados**, Rio de Janeiro, 10 de março. 1938. Brasil, p.3.

<sup>133</sup> **A Folha da Tarde**, Porto Alegre, 11 de março 1938, Brasil, p.2.

O Ministério das Relações Exteriores não é senão um secretário de Estado. Como pode ter ele programa, pode ter que não o do chefe do Estado? Eis aí tudo? O ato da investidura em tais funções não é de molde a facilitar um programa e muito menos em se tratando do governo do presidente Getúlio Vargas, que a Nação acompanha há cerca de oito anos. Na política exterior, vamos continuar a tradição. A tradição brasileira tem sido pela paz e pela amizade. Assim prosseguiremos. Procuraremos estreitar cada vez mais os laços que nos ligam às nações americanas e de outros continentes, trabalhando sem desfalecimento pelo bom nome e prosperidade do Brasil<sup>134</sup>.

Fica claro que Oswaldo Aranha, ao aceitar o convite do Presidente Vargas, como lembra Ricardo Seitenfus, se ocupará, exclusivamente, de uma única face da política brasileira: a externa; Vargas se ocupará da interna<sup>135</sup>. Pelas características de Vargas, essa liberdade para a elaboração das políticas externas, não ficou distante do seu olhar, nem da sua aprovação.

Continua Seitenfus:

A entrada de Oswaldo Aranha no Ministério das Relações Exteriores se fará em março de 1938, além da importância intrínseca do acontecimento, é preciso observar o modo como o ministro é investido de suas funções. Sua liberdade será de total, já que se encontra em posição privilegiada, ele a utilizará, então, para aplicar uma política externa caracterizada, de um lado, por uma aversão profunda em relação à Itália e, principalmente, em relação à Alemanha e, de outro lado, por uma substancial aproximação com os Estados Unidos.

Esses duplo sucesso, tanto o de Vargas, que, ao mesmo tempo em que elimina uma temível oposição, consegue desarmar um pouco as apreensões norte-americanas, quanto o de Aranha, que, por sua vez, entra em posição de força no governo, condicionará toda a política externa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Getúlio Vargas não duvida que, concedendo o Itamaraty a Aranha, este ocupará, em virtude dos acontecimentos internacionais, o ministério mais importante de seu governo<sup>136</sup>.

O *Correio do Povo*<sup>137</sup> noticia que: “a nomeação do senhor Oswaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores foi recebida com satisfação em todos os círculos da capital. Os mais eminentes homens públicos e elementos de destaque nas diversas classes enviaram telegramas ao ilustre brasileiro”. Do interior do Rio Grande do Sul, também vieram manifestações de apoio, segundo o jornal, como o do coronel Flodoardo Silva, Prefeito Municipal de Uruguaiana, que transmitiu por telegrama a seguinte mensagem: “Dr. Oswaldo

<sup>134</sup> Ibid., p.2.

<sup>135</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra**: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p. 82.

<sup>136</sup> Ibid., p.82 - 83.

<sup>137</sup> **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 de março 1938, Brasil, p.4.

Aranha – É grande honra para o povo brasileiro ao te ver à frente do Ministério das Relações Exteriores, abraços – Flodoardo Silva”. O interventor federal no Rio Grande do Sul, o coronel Cordeiro de Farias, também dirigiu sua saudação a Osvaldo Aranha, dizendo que “este honrará as tradições da Chancelaria brasileira”.

A atuação do ex-embaixador do Brasil, nas negociações, para resolver questões de interesse do país nos Estados Unidos da América, principalmente as que culminaram na assinatura do acordo comercial de reciprocidade, a sua colaboração na Conferência Interamericana de Buenos Aires, a sua intervenção nas discussões financeiras, levadas a efeito por ocasião da visita da missão chefiada pelo Ministro Souza Costa aos Estados Unidos, em 1937, são, neste momento, lembradas.

O Jornal Correio do Norte<sup>138</sup> diz que, depois de lhes fazer referência, um alto funcionário do Departamento de Estado salientou que a presença do senhor Osvaldo Aranha à frente da Chancelaria brasileira havia de contribuir para a crescente cordialidade das relações entre os Estados Unidos e o Brasil e para melhor compreensão dos novos rumos políticos adotados pelo Brasil.

O jornal ainda destaca que também os círculos diplomáticos latino-americanos congratularam-se pela nomeação de Osvaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores, recordando sua atuação nas questões Pan-americanas e o fato de ter sabido sempre manter grande amizade com todo o corpo diplomático e cita o vespertino “El Imparcial”, do Chile, que, em longo editorial, comenta a nomeação de Osvaldo Aranha, para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, dizendo, entre outras referências elogiosas ao brasileiro, o seguinte: “A designação desse esclarecido estadista, imbuído de cordial americanismo, é motivo de grande satisfação para os chilenos. A formação de caráter e a inteligência do chanceler Osvaldo Aranha são garantias de uma política externa de mútuo entendimento, evitando ódios, tutela e irritante hegemonia”<sup>139</sup>.

A nomeação de Osvaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores teve uma favorável repercussão em Washington, junto aos altos funcionários do Departamento de Estado e, também, entre o corpo diplomático latino-americano.

Os jornais brasileiros, Correio do Povo<sup>140</sup> e o Diário de Notícias<sup>141</sup>, do dia 12 de fevereiro de 1938, destacaram a matéria do dia 10 de fevereiro, do New York Times onde a nomeação de Osvaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil será

<sup>138</sup> **Correio do Norte**, Santa Catarina, 10 de fevereiro 1938, Brasil, p.7.

<sup>139</sup> *Ibid.*, p.7.

<sup>140</sup> **Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 de fevereiro 1938, Brasil, p.4.

<sup>141</sup> **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro 1938. Brasil, p.2.

recebida com júbilo em toda a América, dizendo textualmente: “O senhor Oswaldo Aranha é tão evidente democrata que a sua entrada para o Ministério do presidente Getúlio Vargas continua uma demonstração de que o Estado Novo do Brasil não é modelado por nenhuma ideologia estrangeira. O senhor Oswaldo Aranha é de tal maneira devotado à paz neste hemisfério, que a sua direção nos negócios exteriores do Brasil constitui uma forte garantia para estreitar ainda mais os laços que unem as nações americanas”.

O Diário de Notícias escreve que o New York Times acrescenta que o novo ministro brasileiro possui profundos conhecimentos do comércio e de tratados comerciais, dizendo textualmente: “Ele não é apenas um perito, mas possui, também, um ponto de vista altamente construtivo”<sup>142</sup>. Os jornais lembram, também, que causou grande satisfação pelo fato de que a sua escolha poderá ser fundamental para a inclinação do Brasil aos princípios democráticos e à solidariedade pan-americana. O jornal brasileiro Diário de Notícias<sup>143</sup> ainda destaca matéria do Jornal “The Star”, do dia 10 de fevereiro de 1938, referindo-se à nomeação de Oswaldo Aranha para a pasta dos estrangeiros do Brasil, onde diz que o novo chanceler brasileiro estará em condições de influir nos trabalhos da Conferência Pan-americana de Lima<sup>144</sup> no sentido de consolidar a paz no continente.

Os jornais, até o dia da posse, destacam a assinatura do decreto que nomeia Oswaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores e acentuam que, em todos os círculos, esse ato do governo da República foi recebido com grande alegria, constituindo, além de tudo, uma reafirmação do mérito do brasileiro e uma firmeza do governo em continuar imprimindo o espírito de americanismo à política externa do país. É lembrada a atuação de Oswaldo Aranha nos altos cargos que exerceu na República e que, na nova carreira diplomática, é exaltada a sua atividade à frente da embaixada em Washington.

O grande destaque dado pela imprensa era que Oswaldo Aranha, quando do golpe de 1937, era embaixador do Brasil, em Washington, onde desfrutava de posição de prestígio junto às autoridades norte-americanas. Por discordar dos rumos que ia tomando o Estado Novo – não obstante ter se manifestado a favor da solução de tal natureza -, pediu demissão do posto e mostrou disposição de abandonar a política<sup>145</sup>.

---

<sup>142</sup> Ibid., p.2.

<sup>143</sup> Ibid., p.2 e p.4.

<sup>144</sup> A oitava Conferência Pan-Americana foi realizada em Lima, no Peru, em 1938, os países participantes decidiram que qualquer ameaça à “paz, segurança ou integridade territorial de qualquer república americana” dizia respeito às demais repúblicas. O tema sobre a Conferência de Lima será melhor abordado no segundo capítulo desta tese: “Pan-americanismo em Oswaldo Aranha”

<sup>145</sup> Stanley Hilton argumenta que: O embaixador, porém, manteve-se firme. O fato de ter ficado nos Estados Unidos para defender o novo regime e de recomendar sua substituição só depois de chegar ao Brasil era prova, disse em resposta, de sua preocupação em servir a ele e ao governo. Mas discordava a tal ponto da nova

Sua adesão, logo depois, ao novo regime, significou a sua nomeação para a chefia do Ministério das Relações Exteriores, em março de 1938 e foi Chanceler do Estado Novo até agosto de 1944.

A experiência de Oswaldo Aranha, como embaixador em Washington, pesou muito na nomeação para o Ministério das Relações Exteriores, principalmente, por possibilitar a aproximação dos presidentes Franklin D. Roosevelt e Getúlio Vargas, especialmente num período em que o Estado Novo buscava reconhecimento internacional e o equilíbrio entre as forças que compunham o governo.

Abordaremos, no transcorrer da tese, os três desafios, de imediato, que estavam na agenda de Aranha ao assumir o ministério: o das atividades nazistas no Brasil e seus reflexos sobre as relações com Berlim; o do relacionamento especial com os Estados Unidos, sempre grande prioridade e o eterno desafio da rivalidade com a Argentina<sup>146</sup>.

Simultaneamente a todas essas questões, estava, na ordem do dia, a defesa do pan-americanismo, baseado nos princípios da solidariedade continental. O Pan-americanismo é visto como um apelo à solidariedade continental, baseada em supostos ideais comuns das nações americanas, a saber, o ideal de liberdade, do governo republicano, da democracia, do respeito aos direitos individuais, do respeito à soberania dos outros estados e à lei internacional e da solução pacífica dos conflitos<sup>147</sup>.

Para lidar com todos esses desafios, que tornavam a segurança nacional uma preocupação urgente, possibilitou a Aranha revelar as suas qualidades de estadista, devido a sua habilidade no tratar das questões políticas e a sua atuação frente a diversos cargos da administração do Estado. O chanceler tinha como objetivo, a longo prazo, elevar o Brasil à preeminência na América do Sul, levando em consideração o seu peso territorial e demográfico e seu potencial econômico.

Para João Hermes Pereira de Araújo, Aranha, na verdade, chegava ao Brasil como símbolo de oposição às correntes nazifascistas que, mesmo dentro do ministério, desejariam extrapolar para o campo internacional as ideias e os princípios adotados na Constituição de

---

Constituição que, simplesmente, não podia continuar no cargo. Em vista de sua insistência, Vargas desistiu, pedindo apenas que ficasse nos Estados Unidos até que a situação fosse normalizada e que estudasse a possibilidade de conseguir ajuda financeira do governo americano. Aranha concordou, mas instou Vargas a modificar a Constituição, “que é uma revogação do Brasil,”... incompatível com as nossas tradições e com os meus sentimentos. HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 259.

<sup>146</sup> Ibid., p. 264

<sup>147</sup> MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência**. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.137.

1937<sup>148</sup>. Foi, principalmente, para evitar essa transformação que Oswaldo Aranha decidiu aceitar, em março de 1938, o Ministério das Relações Exteriores, para equilibrar internamente as tendências opostas às suas convicções e, principalmente, para que não se modificasse a orientação da política exterior do Brasil. Oswaldo Aranha liderava a corrente democrática liberal que era minoria dentro do governo do Estado Novo e a sua escolha tranquilizou o Governo dos Estados Unidos.

Em matéria do jornal “The New Times”, destacava a escolha de Aranha para o Ministério: “é um democrata tão firme que seu ingresso no governo do Presidente Getúlio Vargas é considerado a garantia de que o regime não esteja modelado nas ditaduras fascistas europeias”<sup>149</sup>.

Com o advento do Estado Novo, começam a definir as relações de poder dentro do governo. Essa mudança se deu, lentamente, de acordo com o momento político, ideológico e jurídico estabelecido. As forças políticas e sociais buscavam disputar o equilíbrio e a hegemonia dentro do regime.

Faziam parte do governo os grupos liberais democráticos que tinham, nas figuras de Oswaldo Aranha e do Ministro da Fazenda, Souza Costa, as suas maiores lideranças, pois defendiam um alinhamento com os Estados Unidos e viam esse parceiro comercial o mais capaz de fornecer tecnologia e facilidades de financiamento para a construção da usina siderúrgica e o processo de industrialização, bem como a modernização das Forças Armadas. Passam, então, a priorizar alianças com os países do continente e a defesa do Pan-americanismo como palco de consulta e de negociação das questões de comércio e política de defesa.

O outro grupo, que era majoritário, defendia um estado forte e autoritário, muito próximo das ideias fascistas e a aproximação com o Eixo, tanto na política como na economia. Propunham, como única maneira viável para o desenvolvimento do Brasil, negociar com a Alemanha. Era o governo de Berlim que ofereceria ajuda financeira para o armamento das Forças Armadas, financiariam a usina siderúrgica e o processo de industrialização. Os principais líderes eram os generais Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército; Francisco Campos, Ministro da Justiça; Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho; Filinto Müller, chefe

---

<sup>148</sup> ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha: A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p.173.

<sup>149</sup> Matéria citada por Stanley Hilton. HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 270.

de Polícia do Distrito Federal (então no Rio de Janeiro) e Lourival Fontes, responsável pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Ninguém duvidava de que Oswaldo Aranha desse um grande relevo político à gestão dos negócios diplomáticos do Brasil. A imprensa, como vimos anteriormente, dava notoriedade à sua inteligência e à sua experiência que serviram para que a sua atuação como Chanceler não fosse apagada e sem brilho.

A posse do Ministro Oswaldo Aranha ocorre no dia 15 de março de 1938. Mantendo o ritual, foi saudado pelo Embaixador Mário de Pimentel Brandão e começa o seu discurso de posse. Araújo diz que o discurso de Aranha é realmente primoroso. Não se nota nele referência importante à política interna. É a primeira prova de que saberá cumprir a divisão de competências que combinou com Getúlio Vargas<sup>150</sup>.

Entre os recortes de jornais que Oswaldo Aranha guardava, que repercutiram a sua posse no Ministério das Relações Exteriores, destaco a opinião de dois colunistas políticos: Manuel José Gondin da Fonseca, do jornal Folha de São Paulo e Geraldo Rocha, do Diário da Noite do Rio de Janeiro.

O colunista Manuel José Gondin da Fonseca resume em sua coluna, no jornal Folha de São Paulo, o entusiasmo e a euforia de como a imprensa nacional e internacional tratou o momento da expectativa e a confirmação da posse. Comenta o discurso, com o título “Mudando o Tom”:

Senhor Oswaldo Aranha, com aquele esplendor de linguagem tão característico seu, que o Brasil, em meio à confusão geral, pela vontade do seu povo, pela decisão de seu Chefe, pelo devotamento de suas classes civis e militares, quer continuar a engrandecer-se e a viver em paz, pela paz e para a paz. Assim seja. Todo o regime totalitário, porém, é inimigo da paz: vive do culto permanente do entusiasmo, do exagero caricatural do nacionalismo e da hiperexaltação da força, como única solucionadora dos conflitos humanos - o que, invariavelmente, conduz qualquer povo ao fanatismo e à guerra. A paz só será duradoura quando o mundo compreender o regime democrático tal como Lincoln o compreendia. – Government of the people, by the people and for the people, - pois, ainda segundo um conceito expresso pelo novo Chanceler, “ela reside na obediência dos governos à vontade popular e no respeito das nações à opinião dos seus próprios povos<sup>151</sup>”.

O colunista do Diário da Noite, do Rio de Janeiro, em sua coluna do dia 16 de março de 1938, Geraldo Rocha, resumiu, assim, a posse do Ministro Aranha: “O nosso Chanceler, legítimo sucessor de Rio Branco, é o nosso fanático da ação dos primeiros dias. Ele quer o

<sup>150</sup> ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha: A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p.174.

<sup>151</sup> FONSECA, Manuel José Gondin da. Mudando o tom. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 de março. 1938.

Estado Novo integral, tal como foi concebido, sem delongas, nem atos provisórios e sancionado pela vontade nacional, para nos apresentarmos, no cenário do universo, dentro de uma situação estável, consagrada pela soberania incontestável da Nação”<sup>152</sup>.

Ao tomar posse, o chanceler vai usar um conjunto de argumentos presentes no seu discurso que justificará a ação política do governo e, a partir de agora, representará nas instâncias internacionais. Através da palavra, já que era considerado um grande orador, buscará fundamentar um ideal político e, com isso, influenciar opiniões a fim de obter o máximo de apoio a sua posição dentro do governo e nas instâncias internacionais<sup>153</sup>.

### 3.5.2 Análise do Discurso de Posse do Chanceler Oswaldo Aranha

Conhecedor da política interna e sabendo que o público, presente no ato de posse, esperava, com grande expectativa, seu pronunciamento, Aranha será obrigado a fazer escolha dos fatos considerados relevantes e de grande importância para o embate que, com certeza, viria a acontecer, tornando, assim, necessárias diferentes formas de elaboração do discurso, onde serão testadas argumentações que servirão para consolidar e validar o conteúdo do mesmo.

Na solenidade de posse, o público alvo do discurso do chanceler serão as delegações internacionais, membros do governo do Estado Novo e o conjunto da população do país que acompanhou o seu discurso através do rádio e dos jornais. Para isso, haverá a necessidade de afirmar um projeto ideológico, pois perceberemos, no discurso, que foi omitida a real situação política do país. Analisando todo o contexto do período, percebe-se que Aranha tinha a consciência de que a sua presença no ministério era fundamental para que a diplomacia brasileira tivesse sucesso naqueles momentos conturbados.

Será necessário levar em consideração que, por razões socioculturais, os ouvintes do discurso, por serem de países e de culturas diferentes, podem interpretar esse discurso de

<sup>152</sup> ROCHA, Geraldo. **A posse do Chanceler Aranha**. Diário da Noite, Rio de Janeiro, 16 de março. 1938, p.7.

<sup>153</sup> Charaudeau propõe três lugares de fabricação do discurso político: um lugar de elaboração dos sistemas de pensamento, um lugar cujo sentido está relacionado ao próprio ato de comunicação, um lugar onde é produzido o documentário. O discurso como sistema de pensamento é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos. É em nome dos sistemas de pensamento que se determinam as filiações ideológicas. O discurso político como ato de comunicação concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. Aqui, o discurso político dedica-se a construir imagens de atores e a usar estratégias de persuasão e de sedução, empregando diversos procedimentos retóricos. O discurso político como comentário cuja finalidade está fora do campo de ação da política: é o discurso a respeito do político, sem risco político. CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p. 40.

forma diferente. É importante salientar que, em se tratando de política externa, esse é um campo tênue. Lembra Van Dijk que, depois que se constrói a variação e a diversidade como propriedade crucial do uso da língua e do discurso, é preciso continuar fazendo isso sistematicamente, chegando às propriedades de discurso específicas de um determinado usuário da língua, numa situação específica. Será sempre possível fazer generalizações e abstrações, mais tarde<sup>154</sup>.

Perceberemos que, para fazer esse discurso, foi necessário integrar as propriedades individuais importantes de Oswaldo Aranha, enquanto orador, com a sua capacidade de interpretar e entender o significado daquela cerimônia de posse. O seu nível de competência assegurará o êxito de suas estratégias discursivas e ele espera ganhar a adesão do público presente, assegurando sua credibilidade, legitimidade e confiança.

Para Bourdieu, a estratégia da distinção assegura um lucro linguístico ao produtor de discurso em conformidade com a competência linguística desse produtor. Na concorrência com os demais produtores, o produtor que possui uma competência linguística prática mais expressiva é o capaz de impô-la como sendo a única legítima nos mercados linguísticos legítimos<sup>155</sup>.

Em seu discurso de posse, Oswaldo Aranha esclarecerá a futura política externa brasileira, lembra Seitenfus: “o pronunciamento é significativo do seu estado de espírito e de sua má ‘consciência’, em virtude do apoio que ele concede ao regime corporativo do Estado Novo”<sup>156</sup>. Aranha inicia seu pronunciamento, dirigindo-se, não ao povo brasileiro, mas aos seus (meus) amigos dos Estados Unidos.

É possível perceber, no discurso, quatro questões importantes que identificam como seria a sua gestão no Ministério das Relações Exteriores, que são:

- a) Continuidade da Política Internacional do Itamaraty;
- b) Escola de paz e fraternidade;
- c) Prestígio da diplomacia brasileira e obediência dos governos à vontade popular;
- d) Voz de alerta da Pátria brasileira à desordem universal.

**a) Continuidade da Política Internacional do Itamaraty:** Oswaldo Aranha apresenta uma maneira de falar que lhe é peculiar: costuma usar o recurso do diálogo como uma

---

<sup>154</sup> VAN DIJK, T. A. **Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad. R. Ilari. São Paulo: Contexto, 2012, p. 172.

<sup>155</sup> BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p.168.

<sup>156</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.83.

estratégia retórica<sup>157</sup>. Inicia o seu discurso saudando as autoridades e o público presente, anunciando que aquela manifestação seria de coerência, sinceridade e de fidelidade.

A linguagem, utilizada no discurso de posse, não abre espaço para a dúvida sobre aquilo que é tratado. No discurso, repetidas vezes, Oswaldo Aranha usa pronomes possessivos<sup>158</sup>, fazendo referências a si mesmo.

A minha vida pública é de ontem, contemporânea de todos vós. Sabe, assim, Senhor Ministro, quantos nos honram com sua presença a esta solenidade, que eu não o vim substituir, mas continuar, mesmo porque neste departamento da vida do nosso país, a coerência fez-se continuidade e esta tradição, inviolável<sup>159</sup>.

Oswaldo Aranha, no discurso enaltece a sua experiência como político e administrador, e que poderia fazer diferença, a seu favor, no Ministério<sup>160</sup>. Ao exercer o papel de ator na arena internacional, promete manter a tradição<sup>161</sup> da política externa brasileira, sintonizada com as questões de interesses nacionais, mas esses desafios não eram novidades na sua vida política. Costumava dizer que tinha facilidade de se adaptar às situações.

A tradição do Itamaraty, a que Oswaldo Aranha se refere no discurso, é o de servir ao interesse público. Tradicionalmente, o papel da política externa brasileira, inaugurada no período Rio Branco, é o de defender os interesses do Brasil no exterior e de contribuir para o entendimento entre as nações<sup>162</sup>.

---

<sup>157</sup> Retórica para Aristóteles é a habilidade de avaliar, em cada caso particular, os meios particulares de se persuadir alguém de algo. ARISTÓTELES. **A arte retórica e a arte poética**. São Paulo: Difusão Europeia, 1982, p.33.

<sup>158</sup> Os pronomes possessivos são palavras do sistema gramatical que servem para indicar o que é de determinada pessoa do discurso por força de uma relação de dependência com variáveis fundamentais. BARROS, Luiz M.M. e BITTENCOURT, Terezinha. **Pronome, pessoa do discurso e possessividade**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/3/113.pdf>>. Acesso em: 2 julho. 2014.

<sup>159</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – Discursos e Conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.25.

<sup>160</sup> De acordo com Charaudeau (2006, p. 39), não é possível haver ação política sem a existência de um discurso político que a motive e confira significação. O discurso político reproduz os elementos da vida social, ora como governo, ora como processo discursivo, uma vez que corresponde ao "lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação". CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p. 39.

<sup>161</sup> Segundo Eric Hobsbawm, as tradições foram inventadas para designar o conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, por meio das quais se pretende estabelecer valores e regras de conduta, que forjariam uma continuidade artificial com o passado por meio de repetição. Eric Hobsbawm caracteriza três tipos de funções desempenhadas pelas tradições inventadas que correspondem a seus objetivos: 1- como função geral, comum a todas as tradições, aquelas que pretendem estimular ou simbolizar a coesão social; 2- aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, hierarquias ou relações de autoridade; 3- aquelas cujo propósito principal consiste em socializar, inculcar crenças, sistemas de valores e normas de comportamento. HOBBSAWN, Eric. **“Introdução”**. In HOBBSAWN, Eric. RANGER, Tenence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.13 e 14.

<sup>162</sup> Não parece haver dúvidas que a diplomacia brasileira dispõe, historicamente, de ideias, ou de um pensamento, a sustentar-lhe as ações. Uma adesão inquestionável ao direito internacional, o não recurso à força

No período em que o Brasil era colônia de Portugal, a política externa brasileira cuidava da posse e da defesa do território. Com a independência, em 1822, a política externa brasileira teve o papel de consolidar o território a partir da soberania da nação. O objetivo era ter uma convivência pacífica com os países vizinhos, por meio de Tratados Limites, já nas primeiras décadas do século XX. A política externa brasileira passa, então, a cuidar do desenvolvimento do território<sup>163</sup>.

Oswaldo Aranha, na tentativa de fazer esse longo caminho de lembrar o seu passado, busca trazer a tradição a seu favor e, assim, construir uma imagem como chanceler. Seu discurso oferece elementos para compor esse retrato, quando ele explora questões relacionadas à sua experiência como homem público, destacando valores e hierarquia.

Esta materialização aparece no fragmento a seguir:

Somos, Vossa Excelência, por sua longa e brilhante carreira e eu, pela minha missão em Washington, funcionários desta casa.

Foi uma grande honra para mim, entrar, após ter exercido as mais altas e responsáveis posições na vida política do meu país, há três anos, para o Itamaraty.

Considerarei sempre, como devem considerar todos os brasileiros, uma nobre missão a de vir trabalhar à sombra desta casa, viver as suas tradições e compartilhar as suas responsabilidades<sup>164</sup>.

---

para a resolução de disputas entre Estados, o respeito à não ingerência e à não intervenção nos assuntos internos de outros países, a observância dos direitos humanos e de um conjunto de valores próprios ao nosso patrimônio civilizatório, são todos elementos constitutivos da ação diplomática brasileira, ainda que não se possa dizer que eles sejam, exclusivamente ou essencialmente, brasileiros, na forma e, mesmo, no conteúdo. Não obstante, ao longo de sua história, o Brasil teve de apelar para todos os recursos do direito internacional, para as suas capacidades próprias e, algumas vezes, até para a força das suas armas, para fazer valer a sua integridade territorial, sua soberania nacional, a honra e a defesa da pátria, quando ameaçadas por algum contendor regional ou extra-atlântico. Para tanto apoiou-se naquelas ideias, naquele conjunto de valores e princípios, eventualmente adaptados às suas necessidades específicas e às circunstâncias que presidiram a cada tomada de decisão em relação ao desafio em causa. Os desafios estiveram geralmente ligados à definição dos limites do “corpo da pátria” – sempre pelas negociações, desde a independência –, ao equilíbrio de poderes e à liberdade de acesso nas fronteiras platinas, às relações com as grandes potências europeias e, depois, com o grande poder hemisférico, à abertura de mercados para os seus produtos e o acesso às fontes de financiamento para o seu desenvolvimento, à participação, em bases equitativas, nas grandes definições relativas à ordem mundial, sua manutenção e funcionamento em bases adequadas à cooperação multilateral. As ideias e as ações foram as de seus líderes políticos, seus dirigentes estatais, seu corpo de profissionais da diplomacia, seus intelectuais e os membros da elite, de uma forma geral. Essas ideias e essas ações não existem, portanto, em abstrato, mas sim conectadas a pessoas que a elas aderem e que as fazem movimentar-se, em função de seu próprio substrato intelectual, de seu envolvimento com os assuntos públicos, de sua iniciativa e mobilização numa causa que ultrapassa a dimensão específica das vidas privadas e das atividades profissionais: as pessoas passam a encarnar os interesses do Estado. PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 15 e 16.

<sup>163</sup> A relação território e política externa brasileira ver: GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

<sup>164</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – Discursos e Conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.25.

Nesta parte do discurso, Oswaldo Aranha apresentará uma imagem de si<sup>165</sup> para o público presente, buscará ganhar legitimidade e credibilidade para o cargo que irá exercer<sup>166</sup>, quando fala que foi uma grande honra entrar, após ter exercido as mais altas e responsáveis posições na vida política do meu país, há três anos, para o Itamaraty e quando fala de uma nobre missão - a de vir trabalhar à sombra desta casa, viver as suas tradições e compartilhar as suas responsabilidades. Aranha apresenta argumentos que buscam destacar a sua experiência para o cargo de chanceler<sup>167</sup> e procura passar e ganhar a confiança do governo e da sociedade brasileira<sup>168</sup>. Em seguida, destaca nobre missão, deixando transparecer ser aquela a mais importante de sua vida.

Oswaldo Aranha chegou ao Itamaraty, trazendo consigo a experiência de sua atuação em vários cargos públicos, o que contribuiu para seu brilhante trabalho à frente da chancelaria. Foi nesta época, cuja vigência decorreu em todo o Estado Novo, que Aranha reorganizou a chancelaria, adaptando-a as circunstâncias dos novos tempos e criando o quadro único da carreira diplomática.

Oswaldo Aranha, como Chanceler, será agora o responsável por representar o Brasil em qualquer discussão que envolva outras nações ou organismos internacionais. Oswaldo Aranha, no discurso, buscará legitimar o seu direito de exercer tão importante cargo. Ele sabe que vai ter que solucionar os conflitos, envolvendo os interesses brasileiros, e vai, no

---

<sup>165</sup> Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua, em seu discurso uma representação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências. AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2011, p.9.

<sup>166</sup> A exemplo da legitimidade, a credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo, que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito. O sujeito que fala – no caso, o político – deve, portanto, tentar responder à seguinte pergunta: como fazer para ser aceito? Para isso, ele próprio deve fabricar uma imagem que corresponda a essa qualidade. De maneira geral, um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele pensa (condição de sinceridade ou de transparência), que ele tem os meios de pôr em prática o que anuncia ou promete (condição de performance), e que o que ele anuncia e aplica é seguido de efeito (condição de eficácia). CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p. 119.

<sup>167</sup> Oswaldo Aranha seria um Chanceler sem formação diplomática, enfrentaria um cenário belicoso e de graves incertezas, descortinado pelo nazifascismo. Tinha 44 anos, quando assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores. No domingo anterior a sua posse, tropas do Exército alemão invadiram a Áustria. Berlim anunciara oficialmente o *Anschluss* – anexação do território austríaco à “Grande Alemanha”.

<sup>168</sup> Para Charaudeau, a política é entendida como um domínio de prática social no qual as relações de forças simbólicas se enfrentam para a conquista e gestão de um determinado poder. Portanto, só pode ser praticada na condição de ser instituída a partir de uma legitimidade; entendida, enquanto reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, de acordo com o conjunto de valores compartilhados pelos mesmos. CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p. 43.

transcorrer de sua fala, passar a imagem de que é capaz de negociar acordos que tragam benefícios ao país<sup>169</sup>.

As articulações da política externa são especialmente perigosas em tempos de guerra. O jogo diplomático funciona nos meandros da política internacional, onde cada Estado procura angariar benefícios através de política de alianças.

Oswaldo Aranha buscará, em todo o discurso, construir uma imagem como chanceler, e o seu discurso oferecerá elementos para compor esse retrato quando ele explora questões relacionadas à sua experiência como homem público, destacando valores e a sua hierarquia. Ao tomar a palavra, coloca-se como um hábil negociador e agregador, capaz de conciliar os interesses do Brasil com os interesses internacionais.

Oswaldo Aranha sabe do tamanho do seu desafio: o de transformar a política externa num tema relevante para o país, o que exigirá dele visão, coragem, determinação e liderança política. Será necessário desmistificar crenças, contrariar interesses políticos e enfrentar as resistências dentro do governo Vargas.

O Brasil, na condição de país com grandes extensões territoriais e uma considerável influência externa, de forma estratégica, buscará alianças, com o objetivo de lograr a sua política de desenvolvimento econômico e social.

**b) Escola de paz e fraternidade:** Nesta parte do discurso, aparecerão expressões que traduzem a síntese de um provável modelo de política externa que o novo Ministro das Relações Exteriores deverá adotar. O discurso produzido por Oswaldo Aranha surge no contexto de grandes transformações no cenário político internacional e nacional. O período<sup>170</sup> foi marcado pela grande depressão, associados a graves tensões políticas, culminando com o surgimento do nazifascismo e de vários regimes autoritários, na Europa, como também ocorreu em outros continentes. No Brasil, ocorre a ascensão do Estado Novo. O Brasil

---

<sup>169</sup> Para sustentar essa posição, é preciso analisar a identidade do sujeito falante desdobrada em duas componentes. Em sua primeira componente, o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor; é ela que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação. Em segunda componente, o sujeito constrói para si uma figura daquele que anuncia uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir. O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras, depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p. 115.

<sup>170</sup> Eric Hobsbawm denomina esse período de a “era das catástrofes” que se inicia em 1914, com a primeira guerra mundial e se encerra com o fim da segunda guerra mundial. HOBBSAWM. Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das letras, 1995. Páginas; 600.

buscará ser a liderança e a supremacia da América do Sul e o Pan-americanismo será o vínculo entre esse desejo. Observamos estes trechos do pronunciamento:

Não tem o nosso país atalaia mais alta na sua história de benemerências, nem mais nobre lição de pacifismo, e de devoção à justiça de outro povo aos demais, do que aquela que contém nos anais diplomáticos da formação do Brasil.

A diplomacia brasileira é a escola da paz, a organização da arbitragem, a política da harmonia, a prática da boa vizinhança, a igualdade dos povos, a proteção dos fracos, a defesa da justiça internacional, enfim, uma das glórias mais puras e altas da civilização jurídica universal.

A ela deve o nosso povo a parcela maior de suas grandezas, a configuração de suas fronteiras imensas, a conquista de sua unidade, a estrutura de sua soberania, a confiança dos demais povos e, mais que tudo, o uso e o gozo da paz em que temos vivido os brasileiros, mesmo em meio a lutas e guerras<sup>171</sup>.

O Chanceler usa a palavra atalaia, ponto alto de onde se vigia e que, em árabe, significa torre de observação, isto é, designa qualquer lugar mais elevado<sup>172</sup>. Aqui, o termo toma outro significado, que é o de destacar o papel elevado da diplomacia brasileira, na preservação da paz, como uma finalidade suprema e comum da ação internacional de todos os povos<sup>173</sup>.

Oswaldo Aranha faz apelos para valores éticos de igualdade, harmonia, justiça e solidariedade, com o objetivo de desenvolver e sistematizar o que seria a sua concepção de política externa, e a decorrência lógica do papel que cabia ao país desempenhar no cenário mundial, dentro da medida das possibilidades, deveria ter exercido, no período em que ele seria o Chanceler do Brasil. Sobre esses valores é que deverá ser construída a sua imagem de estadista e líder.

<sup>171</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – Discursos e Conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.25.

<sup>172</sup> ATALAIA. Antônio Houaiss. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, 2008, p. 71.

<sup>173</sup> Até hoje, a paz nos tem aparecido como a suspensão, mais ou menos, durável, das modalidades violentas da rivalidade entre os Estados. Costuma-se dizer que "reina a paz", quando o intercâmbio entre as nações não se manifesta por meio de formas militares de luta. Contudo, esse intercâmbio se efetua à sombra das batalhas passadas e sob o temor ou a expectativa de futuras batalhas; o princípio da paz (no sentido em que Montesquieu emprega o termo, na sua teoria do governo), não difere muito do princípio da guerra. A paz se fundamenta na potência, isto é, na relação entre os diferentes graus da capacidade que têm as unidades políticas de agir umas sobre as outras. Como em tempos de paz a relação entre as potências é a expressão mais ou menos deformada da relação de forças reais ou potenciais (sem chegar a ser o seu reflexo exato), os diferentes tipos de paz podem ser relacionados com os vários tipos de relação de forças. Pode-se distinguir assim três tipos de paz: o equilíbrio, a hegemonia e o império: num espaço histórico dado, ou as forças das unidades políticas estão em equilíbrio, ou estão dominadas por uma dentre elas, ou então são superadas a tal ponto pelas forças de uma unidade que todas as demais perdem sua autonomia e tendência a desaparecer como centros de decisão política. Chega-se, assim, ao Estado imperial, que determina o monopólio da violência legítima. ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Prefácio de Antonio Paim; Trad. Sérgio Bath (1ª. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p.220.

O Brasil tem dimensões continentais e extensas fronteiras, vizinhando com dez países, o que o obriga a ter uma política externa que busque negociações e soluções pacíficas dos conflitos, quer na região, quer internacionalmente<sup>174</sup>. Por isso, a preocupação de Aranha ao falar de configuração de suas fronteiras imensas, da conquista de sua unidade, da estrutura de sua soberania e da confiança dos demais povos. Pela defesa da soberania, Oswaldo Aranha pretende fundamentar o discurso de modernização do país, buscará regular o movimento de fronteiras internas e externas na construção e no aparelhamento próprio do Estado territorial brasileiro.

Para Oswaldo Aranha, a liderança do Brasil é compatível com o seu imenso território e está alicerçada na tradição diplomática brasileira, que é o de atuar de forma coerente e harmônica e, dessa forma, contribuir para a construção da paz e da segurança nacional.

Herança do Império, desdobrada pela República, a nossa diplomacia é, hoje, uma instituição nacional, inviolável em sua coerência, sagrada em suas tradições, definida em seus fins, clara em seus meios, na qual podem e devem confiar todos os brasileiros como nela têm confiado e confiam os demais povos.

O povo brasileiro é um penhor de boa vontade, de conciliação, de harmonia e de paz.

A obra pacífica do Brasil, no continente e no mundo, não foi, nem é traçada por conveniências ou interesses.

É ideia, é sentimento, é educação e é moral – é atitude tradicional do povo e do Estado brasileiros.

Não houve, nem haverá lugar entre nós, dada a nossa índole e formação, para outra política, senão aquela – *suaviter in modo et fortiter in re* – que presidiu à nossa evolução e há de fortalecer e alargar a nossa grandeza<sup>175</sup>.

Esta parte do discurso mostra os atributos da diplomacia brasileira, para buscar entendimento e diálogo e a tentativa de construir consensos. Percebe-se isso na parte em que diz que a herança do Império, desdobrada pela República, a nossa diplomacia é, hoje, uma

<sup>174</sup> Os territórios e fronteiras são conceitos/significações fundamentais para compreender formação sócio-espacial brasileira. A proporção continental do território nacional é afirmada na extensão de suas fronteiras internacionais, com dez Estados nacionais; formando os limites fronteiriços do Brasil. Amplitudes que são produto das condições históricas de formação territorial, nas diversas dinâmicas que conduziram as maneiras de reconhecer, adentrar, ocupar e dominar seus espaços, explorando e organizando suas diversidades/riquezas, estabelecendo as significações espaciais, constituídas como dinâmicas do território, na construção daquilo que reconhecemos como soberania territorial brasileira. O território brasileiro e a composição de suas fronteiras se produziram num processo histórico de sistemática ordenação/organização política, econômica, jurídica e cultural, configurando diversas interações de relações de poder entre grupos, indivíduos e instituições, na formação socioterritorial brasileira. Caracteriza-se como grande movimento de conquista, projeto que se diversifica de acordo com as disputas que determinam diferentes estratégias geopolíticas para contextos de espaço e tempo das relações de poder. CARVALHO, Thiago Rodrigues e ABREU, Silvana. **Considerações sobre o processo de consolidação das fronteiras Sul Mato-grossenses**. Anais XVI Encontro nacional de Geógrafos. **Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaço de Diálogos e Práticas**. Porto Alegre, 2010, p.1.

<sup>175</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.25-26.

instituição nacional, inviolável em sua coerência, sagrada em suas tradições, definida em seus fins, clara em seus meios, na qual podem e devem confiar todos os brasileiros como nela têm confiado e confiam os demais povos.

A fala feita por Aranha vai ao encontro do famoso discurso de Rui Barbosa, na Conferência de Paz de Haia, em 1907<sup>176</sup>, quando disse que a aceitação da paz ocorre na mesma medida do reconhecimento dos mesmos direitos destinados aos outros membros da ordem internacional. Cabe à diplomacia criar mecanismos de confiança mútua para aproximar dos princípios da diplomacia da paz. Oswaldo Aranha sabe que a busca da paz e do respeito ao Direito Internacional são componentes essenciais da política externa.

Cabe destaque, neste discurso, o trecho em que Aranha salienta as qualidades do povo brasileiro, quando diz: “o povo brasileiro é um penhor de boa vontade, de conciliação, de harmonia e de paz”. No contexto do Estado Novo havia a ideia de contrato entre Estado e povo/nação. É bom ressaltar que uma das imagens mais frequentes a que os discursos estado-novistas recorriam, para caracterizar o processo de construção do Estado nacional, era a da formação de uma grande família. Nela, as lideranças sindicais eram como irmãos mais velhos e o presidente – *o pai dos pobres* -, o pai de um povo nobre e trabalhador<sup>177</sup>.

A diplomacia do Chanceler Aranha buscará desempenhar um papel importante na consolidação da política de Estado. Caracterizar-se-á pelo funcionamento da ordem internacional, que dependerá da habilidade de conciliar a defesa dos interesses nacionais com a preservação da ordem e da paz externa. O discurso é coerente com as futuras ações da diplomacia brasileira, consolidando a confiança do Brasil nas leis internacionais e a sua oposição ao uso da força e da política intervencionista para intermediar as disputas no continente americano.

**c) Prestígio da diplomacia brasileira e a obediência dos governos à vontade popular:** A busca pela soberania nacional e por uma política internacional independente e neutra transformou a diplomacia brasileira num poderoso e eficiente instrumento de política de Estado. Ricardo Seitenfus observa que para agir externamente, os Estados dotam-se de instrumentos específicos. Em geral, um Ministério das Relações Exteriores, órgão do Executivo, depositário de delegação de competência do Chefe do Estado, dispõe de uma

<sup>176</sup> LACERDA, Virgínia Cortes. **Rui Barbosa em Haia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1957, p.73.

<sup>177</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Autoritarismo e corporativismo o Brasil: o legado de Vargas**. In. Pedro Paulo Zahluth e Pedro César Dutra Fonseca (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 89.

estrutura burocrática própria e de um serviço permanente localizado no país e no exterior<sup>178</sup>. Era necessário definir as alianças diplomáticas com os países do continente americano, e definindo o papel relevante que o Brasil tinha a desempenhar na preservação da ordem e da paz no continente americano, possibilitaria alterar, gradualmente, o eixo da diplomacia brasileira em direção aos Estados Unidos.

Na continuidade, perceberemos que o pensamento de Oswaldo Aranha é variado e complexo, rico em informações. Diluído, no seu discurso estão as suas análises da política exterior e das relações internacionais, destacando a aproximação estratégica com os Estados Unidos da América e os caminhos que a política interna e externa do Estado Novo irá trilhar.

Representando o nosso governo nos Estados Unidos da América do Norte, o maior centro de convergência das atenções e atividades universais, pude bem medir o respeito por essas nossas tradições e bem avaliar o prestígio da nossa conduta continental e internacional.

É que, meus senhores, a política internacional do Brasil foi sempre uma expressão da opinião nacional do Brasil.

É só na vontade do povo, na consulta à sua opinião e aspirações, que a paz encontra a sua segurança<sup>179</sup>.

Oswaldo Aranha destaca, no discurso, o papel da diplomacia brasileira; novamente fala das tradições e do seu prestígio na sociedade internacional e define o caminho que a política externa brasileira irá trilhar, mostrando os seus princípios e os seus pressupostos que irão fundamentar as suas ações frente ao Ministério das Relações Exteriores<sup>180</sup>.

Destaca a aproximação com os Estados Unidos da América que, para Oswaldo Aranha, era visto como um modelo de República liberal e democrática e este seria o caminho natural para o Brasil alcançar o seu plano de desenvolvimento econômico e militar.

Lembra Hilton que Aranha era admirador do Barão do Rio Branco, cujo legado era a “tradição” de uma estratégia política externa, baseada em um relacionamento especial com os Estados Unidos. O conceito desse relacionamento assentava sobre a ideia de que os dois países compartilhavam das experiências históricas comuns, diferente da América espanhola e

<sup>178</sup> SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. **Relações Internacionais**. Barueri: Monole, 2004, p. 105.

<sup>179</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.26.

<sup>180</sup> O domínio de competências do Ministério das Relações Exteriores brasileiro alcança os seguintes assuntos: “política internacional, relações diplomáticas e serviços consulares, participação nas negociações comerciais, econômicas, tecnológicas e culturais com governos e entidades estrangeiras, programas de cooperação internacional e apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multiculturais”. SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. **Relações Internacionais**. Barueri: Monole, 2004, p. 105.

de que, em momentos de emergência para o Brasil, uma tomada de atitude *ad hoc*, por parte de Washington, impediria um choque<sup>181</sup>.

As transformações que o mundo e o Brasil vinham passando, como a modernização capitalista, a consolidação dos Estados Unidos da América, no cenário do continente americano e internacional, a crise política e os conflitos na Europa levaram a uma mudança de rumo na política externa brasileira, capitaneado pelo Ministro Oswaldo Aranha.

Cabe destacar que consolidação da hegemonia cultural, militar e científica dos Estados Unidos, em relação ao continente americano, na segunda metade do século XX, trata-se de uma relação de poder que foi consolidada historicamente, não acontecendo de forma natural, como se fosse consequência inevitável que iria acontecer de qualquer jeito, ou por causa de uma suposta identidade pan-americana ou, de sua posição geográfica<sup>182</sup>.

Para Hilton, ao assumir o cargo de chanceler, Aranha já era partidário das relações estreitas com os Estados Unidos da América por causa do peso daquele país na economia do Brasil, em vista do ambiente internacional tumultuado por motivos estratégicos<sup>183</sup>.

Em relação à parte do discurso que diz: “é que, meus senhores, a política internacional do Brasil foi sempre uma expressão da opinião nacional do Brasil” e, depois, quando se refere: “é só na vontade do povo, na consulta à sua opinião e aspirações que a paz encontra a sua segurança”, torna-se importante destacar que o exercício do Ministério das Relações Exteriores é o de estreitar a coordenação do governo com a sociedade da qual faz parte. A relação entre política externa e sociedade no Brasil vai ocorrer de forma mais intensa a partir de 1930.

Nos momentos seguintes do discurso, Aranha deixa claro que a política externa estará conectada com a política interna do governo. Todo o Estado Nacional tem, na política externa, a defesa da sua política interna, pois ela busca cuidar dos interesses do país, como sua segurança, economia e ideologia. O Estado pode recorrer à cooperação internacional e, em

<sup>181</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.214.

<sup>182</sup> Mas os valores “Pan-americanos” não se propagavam de maneira espontânea, nem as conferências continentais eram instrumento suficiente de sua difusão. Por isso, o governo dos EUA adotou uma série de medidas para garantir o êxito do empreendimento. Tratou de dar novo alento às instituições pan-americanas já existentes e a órgãos governamentais americanos, como a Divisão Cultural do Departamento de Estado e o Comitê Interdepartamental de Cooperação com as Repúblicas Americanas. A decisão talvez mais importante foi a criação do OCIAA (Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), entregue à direção de Nelson Rockefeller e encarregado de contrabalançar a crescente propaganda do Eixo na América Latina. A amplitude de ação desse novo órgão pode ser avaliada pelo exame de seus objetivos: persuadir as nações latino-americanas a seguir a liderança dos EUA, em oposição ao Eixo; integrar a economia americana com a dos EUA em um mesmo sistema; impedir revoluções nas Américas; lutar contra os agentes do Eixo e aumentar o comércio dos EUA. E tudo isso sem dar a impressão de que estavam interferindo nos negócios internos dos Estados soberanos. MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 379 e 380.

<sup>183</sup> *Ibid.*, p.187.

casos mais extremos, ao conflito bélico. A população do país é influenciada pela política externa que pode resultar, inclusive, em alterações no regime político. Um exemplo disso é a própria articulação que resultou no Estado Novo, liderado pelo Presidente Getúlio Vargas.

Os governos e os homens nem sempre têm sido bons intérpretes dos seus povos.

Neste erro tiveram suas origens todas as guerras.

É na subordinação dos governos aos seus povos que as nações devem procurar a boa inspiração para os seus destinos, e a solução para os problemas da comunhão universal.

Esta prática, sempre seguida pelo Brasil, foi a base na qual assentou a obra da paz, realizada exemplarmente, pela civilização brasileira no decurso da sua história e no concerto das nações<sup>184</sup>.

Neste trecho, percebe-se a insistência com que o chanceler refere-se ao povo brasileiro, como nação, enfatizando o caráter patriótico e pacífico, caracterizado por uma história e destaca, em sua fala, que um governo deve ser subordinado aos interesses do povo.

O Estado Novo, como vimos, colocava-se como porta-voz da vontade popular. O governo associava as ideias de unidade nacional, de centralização de poderes, de defesa de representação das classes e a sobreposição das necessidades coletivas aos direitos individuais.

Com o advento do Estado Novo, foi levada adiante a política social iniciada no começo da década de 1930. O predomínio das oligarquias exportadoras não permitia a incorporação na sociedade de novas camadas sociais. Mas, com a era Vargas, essas novas classes sociais foram incorporadas, acompanhando o desenvolvimento da economia brasileira.

O Estado Novo descartou o princípio liberal da autonomia da sociedade em relação ao Estado, não foi permitida nenhuma forma de representação autônoma dos interesses sociais. O Estado era o único representante do interesse nacional. O governo deu ênfase ao conteúdo social, o que fortaleceu as relações entre o aparelho estatal e as forças sociais, que se consolidaram no quadro das transformações que a sociedade atravessava e serviram para fortalecer e legitimar o Estado.

Na continuidade de seu discurso, o Chanceler faz análises sobre a condução da política internacional do Brasil:

Acreditou-se, num dado momento, que a economia, tornada substância da política, acabaria por inaugurar uma era de cooperação pacífica entre os povos, favorecida por interesses comuns.

Outras soluções foram sugeridas e, até, adotadas, desde as da força até as do isolamento, como sendo as melhores para manter e desenvolver os meios e

<sup>184</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.26.

instrumentos apropriados à solução pacífica dos problemas e conflitos universais.

A verdade, porém, é que ao termo de tão longos esforços e atormentadas experiências, chegamos todos quantos procuramos o bem estar universal à conclusão de que a paz, a sua segurança e a sua manutenção, residem, afinal, na obediência dos governos à vontade popular e no respeito das nações à opinião dos seus próprios povos.

O Brasil, justamente porque conduziu sua política internacional, consultando sempre à vontade, a aspiração e a opinião de seu povo, é um modelo de cooperação, de desambigação e de paz no concerto das nações continentais e mundiais.

O governo atual, malgrado as falsas interpretações de quantos ignoram a sua origem e a sua razão de ser, fundou a sua política exterior nas fontes mesmas da tradição e da opinião do Brasil.

O eminente chefe da nação tem apresentado, na política internacional do seu governo, as demonstrações mais definitivas de sua fidelidade às nossas tradições diplomáticas, procurando alargá-las e consolidá-las pelo fortalecimento de uma política continental de boa vizinhança e de amizade com os demais povos<sup>185</sup>.

No transcorrer do discurso, Oswaldo Aranha retoma o tema da manutenção da paz e a questão da vontade popular, o que é justificado devido à conjuntura internacional, com a iminência de uma guerra na Europa. Ele lembra que muitos acreditaram que a paz dependia do equilíbrio econômico do mundo, outros defendiam a força e o isolamento, mas a mudança do estado de guerra permanente para diplomacia tem significado promissor para prosperidade e paz se tiverem os governos aliado à vontade popular e o respeito às nações.

Nos parágrafos seguintes, Aranha faz uma defesa do governo do Estado Novo, critica os que não entendem a razão de ser desse governo e destaca o papel do Presidente Vargas na condução da política externa, conectado com os interesses do país.

A política externa do Estado Novo será fiel às necessidades do governo Vargas. Aranha vai buscar recursos no exterior para os projetos governamentais da industrialização e da modernização das forças armadas.

A política externa será coerente com as demandas propostas pela política interna do governo do Estado Novo; buscou, por meio de ações externas nacionalistas e pragmáticas, e de forma independente, a consolidação de seus anseios.

Buscando criar uma visão clara e pragmática<sup>186</sup> dos objetivos da política externa, Oswaldo Aranha elegerá suas prioridades, fará escolhas baseadas nos princípios que sempre caracterizaram as relações internacionais, tornando um assunto relevante para a sociedade.

<sup>185</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.26.

<sup>186</sup> A partir de 1937, dois grandes problemas internos ocupavam o governo Vargas: reequipar as forças armadas brasileiras e a necessidade de investimentos, especialmente com vistas a obter uma grande siderúrgica. Por estas razões, a política externa brasileira se pautava pelo *equilíbrio pragmático*, particularmente nos últimos anos da

**d) Voz de alerta da Pátria brasileira à desordem universal:** Na sequência do discurso, Oswaldo Aranha fará elogios ao seu antecessor no Ministério das Relações Exteriores, o Ministro Mário de Pimentel Brandão, e que, em poucos dias, ocupará o posto de embaixador do Brasil em Washington. Pimentel Brandão foi ministro do governo, de 1936 a 1938. Note-se que ambos eram homens da maior confiança de Vargas, e que essa alternância em importantes cargos da diplomacia brasileira será uma estratégia de ganhar a confiança dos Estados Unidos e de dar continuidade à política externa do governo.

Vossa Excelência, Senhor Ministro, devotou-se por forma exemplar a esta política, cooperou sem reservas nesta obra, e serviu, com o realce de sua cultura, de sua experiência e de seu patriotismo, ao nobre guia que, afortunadamente, preside os destinos do Brasil.

Cabe-me, agora, ocupar o lugar de Vossa Excelência no Itamaraty e a Vossa Excelência caberá muito em breve ocupar o meu lugar em Washington.

O nosso revezamento nesses postos é, apenas, uma reafirmação da política a que ambos servimos e uma oportunidade a mais para estreitarmos a confiança e a amizade que, no exercício deles, uniu os nossos esforços comuns pelo Brasil<sup>187</sup>.

O discurso apresenta questões relevantes que merecem ser mencionadas para a compreensão do pensamento político de Aranha, como o esclarecimento do seu papel no governo; de colaborador do Presidente da República. Fala, também, que o êxito da sua gestão dependerá de todos os que trabalharão junto com ele no Itamaraty e também fala da responsabilidade de quem exerce uma função pública. Frente à desordem universal, ele afirma a necessidade da solidariedade continental, na busca de fortalecer a cooperação econômica e financeira entre os países do continente, além de uma declaração geral de neutralidade, assentada na manutenção de paz no continente.

No trecho em que diz que a diplomacia, acima de qualquer outra ação governamental, envolve graves responsabilidades pessoais, uma vez que um só ato nosso, aqui ou no exterior, pode comprometer a honra, a integridade ou a paz do Brasil. Cabe fazer a diferença entre diplomacia e política externa. A diplomacia é uma dimensão da política externa. No caso do governo brasileiro, a política externa é definida pelo Governo; já a diplomacia pode ser entendida como uma ferramenta dedicada a planejar e a executar a política externa, por meio da atuação de diplomatas<sup>188</sup>.

---

década. MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial** / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012, p.48.

<sup>187</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.27.

<sup>188</sup> Metodologicamente, não existem dúvidas quanto ao termo, em sua acepção política ou funcional. A diplomacia é, justamente, a arte das palavras e toda ela é feita em torno de ideias, de conceitos, de argumentos,

Meus companheiros de trabalho, serei, no Itamaraty, um dos secretários do Presidente da República, administrador unicamente ao exercício desta função, executor de suas determinações, representante de sua autoridade e responsabilidade.

O êxito da minha gestão, em grande parte, dependerá de vós, da nossa cooperação, de vossa contração ao trabalho, de vosso devotamento aos interesses confiados pelo governo a cada um e a todos nós.

A responsabilidade de uma função pública mede-se pela consequência dos erros mais do que pelo benefício dos acertos.

A diplomacia, acima de qualquer outra ação governamental, envolve graves responsabilidades pessoais, uma vez que um só ato nosso, aqui ou no exterior, pode comprometer a honra, a integridade ou a paz do Brasil.

A nossa tarefa será cada dia mais delicada, porque a situação internacional se complica de hora em hora, exigindo-nos uma vigilância e uma atividade sem trégua.

Devemos, pois, assumir estas responsabilidades, com a consciência de que na partilha dos sacrifícios impostos a todos os brasileiros, cabem-nos os mais pesados e os mais sérios.

A desordem universal não pode passar as nossas fronteiras, nem sequer contaminar a vida do Brasil.

Seremos, aqui, e em nossos postos, distribuídos pelo mundo todo, os alertadores da nação brasileira, que, em meio da confusão geral, pela vontade do seu povo, pela decisão de seu Chefe, pelo devotamento de suas classes civis e militares, quer continuar a engrandecer-se e a viver em paz, pela paz e para a paz<sup>189</sup>.

Para compreender o fragmento que fala sobre a desordem universal, alguns comentários são necessários sobre o contexto político em que o discurso foi proferido.

A ascensão das ideologias totalitárias na Europa e a crise do movimento liberal, a partir da Queda da Bolsa de 1929<sup>190</sup>, levou Aranha a ter uma visão pessimista do mundo. Ele enfatizava as fragilidades do Brasil e a necessidade de garantir a soberania e a integridade nacional. Era necessário afirmar uma identidade internacional a partir de um conjunto amplo de variáveis e características, entre elas, a de um país pacífico que respeita o direito internacional, que está em constante neutralidade e, com isso, possibilitaria ser um mediador de conflitos.

---

que depois vão se materializar em acordos bilaterais, em tratados multilaterais, em declarações universais, que se pretendem guias para a ação dos Estados no plano externo e para as relações de cooperação, ou até, de conflito, entre eles. ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Pensamento diplomático brasileiro: Introdução metodológica às ideias e ações de alguns dos seus representantes**. PIMENTEL, José Vicente de Sá. (org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)**. Brasília: FUNAG, 2013, p.21.

<sup>189</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.27.

<sup>190</sup> Para entender a ação política de Vargas, sobre a crise de 1929, ler o texto do historiador Wilson Cano: “Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização”. O autor discute como a crise de 1929 desestruturou a tradicional Divisão Internacional do Trabalho e abriu espaços para que países exportadores primários caminhassem rumo à industrialização. Ver: CANO, Wilson. **Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização**. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Paulo Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

O acompanhamento da evolução da difícil conjuntura era feito, também, com apreensão pelas autoridades do Estado Novo, que não vislumbravam a possibilidade de o eventual conflito ficar restrito ao espaço europeu. Um dos atos após a sua posse será o de apresentar ao presidente Vargas a sua proposta de regras de neutralidade. Pensava que o país teria dificuldade de manter-se neutro na hipótese de guerra mundial, repetindo-se o que acontecera durante a Primeira Guerra. A proposta constava da arregimentação da opinião pública, economia de combustíveis e trigo, da regularização dos vencimentos de obrigações internacionais, da constituição de estoques de produtos indispensáveis e da proibição da exportação de ferro.

A questão que se levanta, é saber quais as razões que levaram Oswaldo Aranha a aceitar o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Após infinitas guinadas, podemos afirmar que o seu aceite atendeu a política de Vargas que flertava com a Alemanha e jurava fidelidade aos Estados Unidos. O Brasil necessitava de meios técnicos e financeiros para a industrialização e tinha pouca coisa a oferecer, sofria pressão externa e interna e neste momento Aranha era o nome para equilibrar essa barganha. O Brasil contava com a região nordeste e norte como fontes de matéria prima e de grande importância estratégica.

O governo do Estado Novo adotou posição equidistante, com diferentes posições de seus auxiliares diretos a cada eixo de poder. O papel de Aranha foi o de fazer o governo brasileiro se inclinar em direção ao sistema de poder norte-americano. Isso ocorreu graças a um conjunto de fatores, que incluiu os artifícios do discurso pan-americanista. Mas a situação só se consolidaria com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, em fins de 1941.

Num período em que se destacavam discursos ideológicos e inflamados, característicos dos grandes líderes políticos dos anos 30, com conteúdo baseado num nacionalismo exacerbado comum na oratória da época, o Ministro Oswaldo Aranha acaba fazendo um discurso pragmático. Um governo que oscilava constantemente entre duas ideologias, com discursos com aspecto mais fascista, outros mais liberal, houve a necessidade de Aranha de jogar com essa polarização. Aranha teve que mostrar a capacidade de jogar com a ambiguidade do momento.

O objetivo de Aranha era ganhar e manter o prestígio político dentro do governo. Sua ideologia era maleável. Ele tinha conhecimento dos riscos. Propondo ser um pragmático por excelência, modificou sua ideologia para atender às necessidades políticas do momento. Isso não quer dizer enfaticamente, entretanto, que ele não tinha metas políticas próprias ou não compreendia as questões importantes enfrentadas por seu país. As questões políticas estão

sempre presentes em sua tomada de decisões, embora sua lógica tenha diferentes tons, dependendo do clima político do momento.

Com a ascensão de Oswaldo Aranha no Ministério, gradualmente, alguns dos conceitos-chaves da política exterior brasileira são revistos. A compreensão dos motivos, que conduzem a esse rearranjo paradigmático da ação diplomática brasileira, passa necessariamente pela observação do contexto nacional e internacional do momento.

Desta forma, o Ministro Oswaldo Aranha buscará fortalecer, principalmente, a união das nações americanas para defesa coletiva do continente; afirmar, na sua gestão, no Itamaraty, as diretrizes da política externa brasileira, como o pacifismo, princípio de não intervenção, neutralidade nos conflitos bélicos, solidariedade continental; tornar o Brasil uma potência na América do Sul e consolidar o Pan-americanismo. Tal projeto será uma construção paulatina, marcado por avanços e retrocessos e só ganhará densidade com o Estado Novo.

Para propagar os seus objetivos, os eventos públicos, assim como às cerimônias oficiais, como a posse do Chanceler Oswaldo Aranha, tornaram-se momentos importantes para realizar os seus discursos políticos, proferidos oralmente e sua construção leva em conta a repercussão esperada na mídia e na sociedade<sup>191</sup>.

Oswaldo Aranha, como Ministro das Relações Exteriores, buscará resgatar o reconhecimento internacional do Brasil, principalmente, no continente americano. Ganhará visibilidade nacional e internacional durante o Governo do Estado Novo, após ter sido Ministro da Justiça e Ministro da Fazenda na década de 30. Ao aceitar a função de Embaixador Brasileiro, em Washington, tornar-se-á amigo pessoal do Presidente Roosevelt, conquistando o respeito norte-americano ao aproximar o Brasil dos Estados Unidos e defendendo, para o Brasil, o molde democrático Estadunidense.

Durante o conturbado período da Segunda Guerra Mundial, Aranha realizará uma verdadeira reforma no Itamaraty, buscando desvincular a diplomacia Brasileira da política interna de Getúlio Vargas, ganhando certa independência na esfera internacional. Aranha terá significativa projeção internacional por articular países da América Latina, na ala Pan-americanista, contra regimes totalitários europeus, representados pelos países do Eixo.

---

<sup>191</sup> Van Dijk destaca que a imprensa não é o único órgão social envolvida nesse processo, mas sem dúvida é o mais eficiente, pois, de forma persuasiva, influencia o público VAN DIJK, T. A. **Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad. R. Ilari. São Paulo: Contexto, 2012, p.74.

## 4 PAN-AMERICANISMO EM OSWALDO ARANHA

### 4.1 Oswaldo Aranha e a defesa do Pan-americanismo

Uma nova política de relações internacionais, adotada pelo Brasil, começa a se formar através da gestão do ministro Oswaldo Aranha no Ministério das Relações Exteriores, com a conformação do Pan-americanismo, como um movimento de solidariedade continental, a fim de manter a paz nas Américas, preservar a soberania dos Estados americanos e estimular seu inter-relacionamento.

O Pan-americanismo, defendido pelo Itamaraty, tinha como objetivo estreitar as relações com os Estados Unidos, propondo uma política que fortalecesse alianças continentais que deveriam levar à soberania e ao aumento do papel do Brasil como intermediário de comunidades americanas que desejavam se consolidar em nações independentes. A ideia predominante era a de que a passagem do eurocentrismo para uma diplomacia, voltada para as Américas, só seria consumada com novos modelos de relações comerciais, políticas, culturais e econômicas entre os principais países do continente.

Para essa consumação seria necessário um novo redimensionamento das relações entre os países, formando-se aliança em outro patamar.

A primeira experiência concreta de Pan-americanismo foi o Monroísmo<sup>192</sup>, que representa a visão norte-americana do Pan-Americanismo. É fundada sob a hegemonia dos Estados Unidos sobre os demais Estados americanos. Sua primeira manifestação foi a Mensagem Presidencial de James Monroe, enviada ao Congresso dos Estados Unidos em 1823. Nela, o Presidente Monroe opunha-se ao direito dos europeus de intervir no continente americano, seja para criar novas áreas de colonização, seja para impedir o processo de independência da maioria dos Estados americanos<sup>193</sup>.

O Monroísmo representou, antes de tudo, a expansão de uma política intercontinental, cuja aplicação cabia unicamente ao governo dos Estados Unidos. O Monroísmo não continha

<sup>192</sup> Sobre a Doutrina Monroe ver: PERKINS, Dexter. **História de la Doctrina Monroe**. Editorial Universitária de Buenos Aires, 1964; **Estados Unidos: visões brasileiras** / Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. – Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000; PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança**. Ed. UFRGS, 2005.

<sup>193</sup> Em discurso proferido, a 2 de dezembro de 1823, perante o Congresso, o Presidente James Monroe declara que os Estados Unidos não aceitam “nenhuma intervenção da Europa nos Estados (latino-americanos) que se declarem independentes”. Uma tal intervenção seria considerada como uma manifestação contra os Estados Unidos. Por outro lado, Monroe se opõe às possíveis restaurações monárquicas na América Latina. Posteriormente, os Estados Unidos completam a Doutrina Monroe com a afirmação que em contra partida, eles não pensam intrrometer-se nos assuntos europeus. SEITENFUS, Ricardo. **A construção da ALCA: Doutrina Monroe, Destino manifesto, ou a integração soberana?** Disponível em: <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/construção-alca.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2014, p. 2 e 3.

qualquer garantia que livrasse os demais povos americanos das agressões ou intervenções dos Estados Unidos. Isto se viu efetivamente quando, nos anos de 1824 a 1826, a diplomacia dos Estados Unidos expressou suas ambições sobre os países do Caribe.

Outra experiência foi o Bolívarismo, que representa uma tentativa de unificar todos os territórios da América espanhola, formando uma superpotência. Essa foi concebida em 1826 pelo venezuelano Simón Bolívar<sup>194</sup> que dirigiu a luta pela independência da Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador. Esta tentativa de unificação, no entanto, fracassou pela oposição da Inglaterra que temia perder sua área de influência econômica, e dos Estados Unidos que pretendia expandir-se pelas Antilhas e temia que a unificação prejudicasse a sua política para a região. Havia, a oposição do Brasil, cuja Monarquia era contrária aos regimes republicanos e temia a propagação das ideias antiescravistas.

Com a mudança da forma de governo no Brasil, o espírito da americanização passaria a ser predominante e, cada vez mais, confundido com um alinhamento aos Estados Unidos. A aproximação política entre o Brasil republicano e os Estados Unidos tinha como base, além da comunhão dos ideais republicanos, a hostilidade em relação aos velhos centros imperialistas europeus. Neste sentido, a similitude na forma de governo servia para justificar a aproximação de ambos e iria ao encontro dos interesses econômicos e estratégicos dos dois países, ou seja, o Brasil buscando ampliar seus mercados, e os Estados Unidos almejando competir com as demais potências imperialistas por uma zona de influência<sup>195</sup>.

O Manifesto Republicano, de 1870 já afirmava a necessidade de romper o isolamento e adaptar o regime brasileiro ao sistema americano: “Somos todos América e queremos ser americanos. Nossa forma de governo é, na sua essência e na prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos”<sup>196</sup>.

Gurgel do Amaral, secretário da embaixada brasileira em Washington, sintetizou essa visão, considerando que o “princípio fundamental da política internacional dos Estados Unidos constitui, também, um dos princípios vitais da política internacional do Brasil”.

---

<sup>194</sup> Sobre Simón Bolívar e o Pan-americanismo ver: CORRÊA, Anna Maria Martinez e BELLOTTO, Manuel Lelo. **“Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político.”**, in Bolívar. Textos-Política. São Paulo, Ática, 1983; FREDRIGO, Fabiana. **História e memória no epistolário de Simon Bolívar (1799-1830)**. Tese de doutoramento, História-Unesp/Franca, 2005. BATALHA, Sergio Fedato. **Simon Bolívar e sua influência na América Latina**. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1238/1180>>. Acesso em: 22 de abril. 2014.

<sup>195</sup> SINGER, Paul. **O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)**. In. FAUSTO, B. (dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: DIEFEL, 1977, p.374.

<sup>196</sup> BUENO, Clodoaldo. **A república e sua política exterior (1889 a 1902)**. São Paulo: UNESP/Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p.24.

Concepção se tornaria mais famosa na frase do “o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil.”<sup>197</sup>

A política externa brasileira, no tempo de Rio Branco, caracterizou-se pelo Pan-Americanismo e pelo Monroísmo o que contribuiu para a consolidação do bloco de poder internacional liderado pelos Estados Unidos, procurando também tirar proveito da nova situação que se apresentava<sup>198</sup>. Os anos em que Rio Branco foi Chanceler, de 1902 a 1912, era uma época de expansão dos interesses imperialistas, representados na chamada “partilha do mundo” entre Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos<sup>199</sup>.

As relações Brasil e Estados Unidos, além de se assentar na tradição, em razões de natureza econômica e no prestígio que essa relação desencadeava, serviriam para afastar eventuais dificuldades que poderiam surgir em Washington. Assim, Rio Branco decidiu dar maior ênfase ao crescimento da amizade entre os dois países, a fim de utilizá-la como instrumento para alcançar, mais facilmente, suas metas de política externa<sup>200</sup>.

Com Oswaldo Aranha, no Ministério das Relações Exteriores, o Pan-americanismo não apenas deu prosseguimento, como também ampliou o seu conceito de integração, dando

<sup>197</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de 2003 “**uma frase (in)feliz?: o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil?**” em <[www.pralmeida.org/05docsPRA/992BomeuabomBrasil.pdf](http://www.pralmeida.org/05docsPRA/992BomeuabomBrasil.pdf)> acesso 30 de junho de 2014.

<sup>198</sup> Os Estados Unidos que naquele momento emergiram como potência industrial, preparavam-se para confirmar, pelas armas, sua soberania sobre o Continente, onde o seu fiat era a lei. A coerção dar-se-ia com a utilização do Big Stick com o fito de exercitar o que o próprio presidente norte-americano denominou de internacional police power, empunhando como Corolário da Doutrina Monroe. BANDEIRA, Moniz. **Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização – A presença dos Estados Unidos no Brasil**. São Paulo: Ed. SENAC, 1989, p.150.

<sup>199</sup> A política externa do Barão de Rio Branco e os Estados Unidos ver: BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João. (Org.) **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002; FONSECA Jr., Gelson. Rio Branco e o Pan-americanismo: anotações sobre a II Conferência Internacional Americana. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João. (Org.) **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002; PEREIRA, Paulo José dos Reis. **A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006; PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 5ª ed. São Paulo: IBRASA, 1980.

<sup>200</sup> É certo que as relações entre os dois países eram já antigas e vinham desde o reconhecimento da independência do Brasil, de forma pioneira, pelos Estados Unidos. Porém, ainda que Rio Branco utilizasse com frequência, o discurso da continuidade da política exterior brasileira para arrefecer os críticos de sua política americanista, o movimento de estreitamento de laços foi, sem dúvida, muito mais intenso na sua gestão no Itamaraty. Equilibrando o peso do passado com o futuro que se desenhava, além de sua própria formação e visão de mundo com uma realidade totalmente diversa, Rio Branco promoveu uma mudança no eixo diplomático do Brasil, da Europa para os Estados Unidos. Não ficou isento de críticas, tampouco sucumbiu ao entusiasmo americanista, como alguns de seus críticos afirmaram. Sua política de aproximação era pragmática e não significava, de maneira alguma, alinhamento automático. Na sua visão, interessava ao Brasil aliar-se aos Estados Unidos, desde que estabelecida uma parceria em pé de igualdade de onde auferisse ganhos significativos. Esta postura ficou clara quando da criação da Embaixada em Washington, que representou a formalização das intenções brasileiras de intensificar seu relacionamento com o país. Porém, não foi uma medida unilateral, na medida em que ambas as legações foram elevadas de categoria. HENRICH, Nathália. **O Barão do Rio Branco e a americanização da política externa brasileira**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUHP. São Paulo, julho 2011, p.16.

continuidade à política internacional, desde o Barão do Rio Branco, fundador da diplomacia republicana brasileira.

Selecionamos, para analisar este capítulo seis discursos, do Ministro Oswaldo Aranha, abordando o tema Pan-americanismo. São eles:

1. Discurso em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores do Chile, Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1938.
2. Discurso aos membros do Clube Nacional de Imprensa, Washington, em 16 de fevereiro de 1939.
3. Discurso aos membros da sociedade Pan-americana e aos da Associação Brasil-Estados Unidos, Washington, em 03 de março de 1939.
4. Discurso em homenagem ao Presidente do Paraguai, Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1939.
5. Discurso para a Comunidade Britânica, Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1942.
6. Discurso por ocasião da instalação da II Conferência Interamericana de Advogados, Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1943.

\* \* \*

O discurso pronunciado pelo Ministro Oswaldo Aranha em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores do Chile, Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1938, se constituiu como singular, porque foi um dos pronunciamentos que melhor trataram o tema proposto por esta tese: a política do Pan-americanismo. Neste discurso é possível verificar os conjuntos de significados que dão sentidos aos enunciados discursivos<sup>201</sup> que nomeiam, conceituam, descrevem e explicam a questão do Pan-americanismo pensado pelo Ministro brasileiro.

A primeira parte do discurso começará com um apelo emotivo pela unidade política, a segunda parte ressaltará o papel do Pan-americanismo. A última parte Oswaldo Aranha aconselhará e apresentará propostas para o futuro do continente num mundo à beira da guerra.

---

<sup>201</sup> Os enunciados manifestam uma incessante “vontade de verdade”. Esses enunciados se relacionam com enunciados do mesmo, ou de outros tipos e são condicionados por um conjunto de regularidades internas, constituindo um sistema relativamente autônomo, denominado de formação discursiva. É nesse sistema que internamente se produz um conjunto de regras as quais definem a identidade e o sentido dos enunciados que o constituem. Em outros termos, é a própria formação discursiva, como uma lei de série, princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que definem as regularidades que validam os seus enunciados constituintes, que por sua vez, instauram os objetos sobre os quais ela fala, os sujeitos que legitima para falar sobre esse objeto, definem os conceitos com os quais operará e as diferentes estratégias que serão utilizadas para definir um “campo de opções possíveis para reanimar os temas já existentes... permitir, com um jogo de conceitos determinados, jogar diferentes partidas”. FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.43.

Oswaldo Aranha começa o seu pronunciamento em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores do Chile, destacando a necessidade de uma unidade política no continente:

As sociedades mais vigorosas são aquelas que reúnem à variedade geográfica a unidade espiritual. O Brasil e o Chile realizaram esta suprema aspiração dos povos, que é a mesma meta da América. Sente-se neles um esforço contínuo a fim de ultrapassar os limites que lhes impõe a terra para se completarem, acima de seus sentimentos nacionais, em uma comunhão ainda maior. A nossa vizinhança, por isso mesmo, não tem fronteiras, porque não há limites, nem distâncias, nem marcos para países irmanados pelas mesmas aspirações e pelos mesmos ideais. Liga e une nossos povos uma geografia política com os ascendentes maiores do que a mesma topografia, uma vez que a descontinuidade dos nossos territórios parece ter favorecido a comunhão dos nossos destinos. A existência de fronteiras na América não criou barreiras, nem separações entre os povos americanos<sup>202</sup>.

Notaremos que Aranha dá grande enfoque ao Chile, referindo-se à sua variedade geográfica e ao povo unido espiritualmente como características semelhantes às do Brasil. Destaca que, apesar de não ter fronteira<sup>203</sup> com este país, os sentimentos nacionais criam uma comunhão ainda maior, constituindo-se a geografia política, como a maior união entre os dois povos.

Na fala, percebe-se que, apesar de o continente latino-americano ser resultado de uma mistura, de um hibridismo étnico e cultural, um lugar de sincretismos de crenças e religiões com trajetórias próprias, com a suprema aspiração dos povos, é a mesma meta da América, é possível unir os povos em nome de uma causa comum. Aranha sente nestes povos, um esforço contínuo, a fim de ultrapassar os limites que lhes impõe a terra para se completarem, acima de seus sentimentos nacionais, em uma comunhão ainda maior.

O discurso destacará a emergência de um projeto de integração para o continente e a consequente busca de sua “identidade<sup>204</sup>”. Daí a necessidade de articular a relação sociedade e território no sentido de pôr em questão o potencial e os compromissos que o Chile e o Brasil devem ter.

<sup>202</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.27.

<sup>203</sup> Apesar da grande extensão territorial do Brasil, com 8.514.876 quilômetros quadrados, sendo o maior país sul-americano e o quinto maior do planeta, o que corresponde a 48% da área total da América do Sul, o que proporciona ao país fronteira com quase todas as nações desse subcontinente, menos com o Chile e o Equador, que não fazem fronteira com o Brasil.

<sup>204</sup> O conceito de identidade tinha sido muito discutido neste período e, portanto, abrigava diversas versões de cunho psicológico, filosófico, antropológico ou sociológico. Os discursos e os novos movimentos sociais indicavam uma apologia da sociedade multicultural: a justaposição e a convivência de etnias ou grupos em determinados espaços urbanos. CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguales y desconectados: Mapas de La interculturalidad**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004, p.12.

As transformações pelas quais o Brasil e o mundo vinham passando, na terceira década do século XX levaram a uma mudança de rumo da política externa brasileira, capitaneada pelo Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, houve a tentativa de abrir o leque das relações internacionais buscando aproximar-se dos países vizinhos sul-americanos como, por exemplo, o Chile.

O discurso produzido pelo Ministro Oswaldo Aranha surge num contexto de grandes transformações no cenário político internacional e nacional, às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fortalecendo a política de alinhamento dos países sul-americanos.

Com a possibilidade do conflito armado, estreitou a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos com o objetivo de defender o continente contra um eventual ataque dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). O Chile poderia ser um alinhado potencial ao Eixo, assim como a Argentina mantinha certa neutralidade. Por isso era importante o apoio do Brasil às causas dos Estados Unidos durante a guerra.

A diplomacia brasileira tinha no Chile um dos nossos maiores vizinhos e via este como um aliado na formação de um bloco para atuarem juntos nas questões sul-americanas.

Argumentando a favor de sua tese, dá continuidade a sua fala:

“O Brasil, Sr Ministro, considera-se, por isso mesmo, vizinho e bom vizinho das vinte nações continentais.

A vizinhança para nós é a essência recíproca, a amizade confiante, a cooperação incansável.

A igualdade, a fraternidade, a solidariedade e a harmonia unem, tanto ou mais que a fronteira, criaturas e povos.

A vizinhança, como a compreende e pratica o Brasil, é algo assim como a comunicação dos vasos, a união das varas, o paralelogramo das forças, enfim, a América: uma família de nações, uma sociedade de povos.

Esta é Sr. Ministro, a vizinhança do Chile e do Brasil, união de esforços e de destinos, que as grandes repúblicas da Argentina, do Peru e da Bolívia, como majestosas alas pan-americanas entre nossas pátrias, mais unem e aproximam, geográfica e politicamente, sob a inspiração da fraternidade continental.<sup>205</sup>”

A ideia do Ministro Aranha é desenvolver, em relação aos vizinhos do continente, uma linha de ação baseada na convicção de que um alto nível de diálogo diplomático será indispensável para garantir a paz e a soberania.

O discurso diplomático e político passaram a reconhecer o Continente da América como uma necessidade da diplomacia brasileira. Ao argumentar que a igualdade, a

---

<sup>205</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.30-31.

fraternidade, a solidariedade e a harmonia unem mais que a fronteira, criaturas e os povos faz com que o Brasil lance mão de uma série de iniciativas que tanto são fruto dessa inflexão, como também são recorrentes do fortalecimento da noção de um novo entorno regional prioritário no estado brasileiro.

A solidariedade tem o pressuposto de partilha e responsabilidade com o outro, fraternidade, como vontade de estar junto; a igualdade é não se distinguir dos outros membros do grupo. É unir-se a partir do momento em que se encontram ameaçados; a harmonia é partilhar da mesma ideia, respeitando a autonomia de cada país.

Oswaldo Aranha faz um apelo pela solidariedade continental, baseada em supostos ideais comuns das nações americanas, como o ideal de liberdade, do governo republicano, da democracia, do respeito aos direitos individuais, do respeito à soberania dos outros Estados e à lei internacional, e da solução pacífica dos conflitos. Esses supostos são destacados constantemente em quase todos os discursos que ele proferirá nesta época.

O discurso do Oswaldo Aranha, a favor do Pan-americanismo, reforça a ideia de que os povos americanos formam uma família e que essa doutrina não era só retórica, mas a realidade dos países da América. Com o advento do Estado Novo, houve uma alteração das relações com os países da América, conforme os pressupostos defendidos pelo regime. O movimento de aproximação com os países da América na gestão do Ministro Oswaldo Aranha se da em torno do Pan-americanismo cujo princípio se firmava na noção da unidade das nações que compunham o continente americano.

Assim ele dá continuidade ao seu pronunciamento:

A América criou uma civilização e uma cultura, fundadas na solidariedade e na paz. O Pan-americanismo é uma política continental que procura adaptar o todo americano ao conjunto universal, levando o concurso das 21 nações colombianas para favorecer e propiciar harmonia dos interesses e dos conflitos mundiais.

A América nunca foi, nem será fonte de lutas e guerras, mas inspiração perene de paz para o mundo.

O Pan-americanismo não é um fim, mas um espírito e um corpo, um todo político e um meio de atingirmos finalidades mais amplas e fecundas, porque são universais<sup>206</sup>.

De acordo com a ênfase posta por Aranha, a manutenção da paz, bem como o equilíbrio mundial dependiam fundamentalmente de uma política externa que passava pelo fortalecimento do continente através do Pan-americanismo, como a política mais adequada

---

<sup>206</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.31.

aos países latino-americanos, que daria sustentação ao continente, demarcando assim uma posição internacional frente à Europa.

Ao pronunciar que a América nunca foi nem será fonte de lutas e guerras, mas inspiração perene de paz para o mundo, ele de certa forma, enfatiza o momento que vive a América do Sul, um momento de características únicas, tanto no plano econômico, como no plano político, e lança o grande desafio que é o de garantir a preservação do continente como espaço de cooperação, democracia e paz. A paz relacionada à questão da neutralidade figurará cada vez mais no vocabulário diplomático de Aranha.

No discurso, referindo-se ao Pan-americanismo não como um fim, mas um espírito e um corpo, um todo político e um meio de atingirmos finalidades mais amplas e fecundas, porque são universais, Aranha traça a sua concepção de Pan-Americanismo: como forma de consolidar a partir da amizade que ligava os países, mediante a reafirmação da inteligência cordial, proporcionada pela comunhão de ideais e interesses, e o afastamento da hipótese de conflitos violentos, e consolidava-se o propósito de cooperar para tornar mais sólida a confraternidade das Repúblicas americanas.

Assim como no começo do discurso, ele destacará a tarefa da América unida por um ideal:

A humanidade próspera, pacífica e feliz é a suprema aspiração dos nossos povos. A América veio favorecer a solução dos problemas do Oriente e do Ocidente, porque representou e representará sempre, no mundo, o meio termo entre os extremos.

Terra da hospitalidade, aberta a todas as raças e acessível a todos os homens, a América tornou-se o refúgio dos perseguidos, a esperança dos necessitados, a promessa, a segurança, a reserva dos demais povos.

Esta função econômica e geográfica teria que se transformar em vocação política e em destinação histórica.

Daí a criação de um clima de igualdade, de concórdia e de cooperação para receber, acolher, hospedar, amparar, desenvolver e conciliar essas raças e esses homens.

Moldou-se a América com tão grande sabedoria política para uma missão no concerto mundial que nela se aplacaram, conciliaram e harmonizaram as cizânias, as rivalidades e as emulações, os ódios, os predomínios e as hegemonias, as lutas, os conflitos e as guerras daqueles que a vieram povoar. São decorridos mais de cem anos da independência americana, sob a inspiração desses ideais. Neste período, aperfeiçoaram-se nossas instituições e nossas leis<sup>207</sup>.

<sup>207</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.31.

No discurso aparecem expressões que destacam, segundo Aranha, o caráter humanitário da América, em especial, como sendo um território aberto a todos os povos e a todas as raças. Todo o continente americano e em especial a América do Sul foram os mais procurados e os que registram maior fluxo de entrada de imigrantes, eles iam a busca de novas oportunidades devido a um conjunto de fatores que estava ocorrendo na Europa, como crise financeira, deterioração do mercado de trabalho e, em alguns casos, a iminência de uma Guerra Mundial.

O Chile, assim como o Brasil, receberam uma grande onda de imigrantes europeus. Ao longo do século XVIII e início do século XX. Os imigrantes europeus que chegaram ao Chile são majoritariamente espanhóis, alemães, britânicos, italianos e franceses. Cabe um destaque: a influência da imigração alemã que foi muito forte, comparável em influência na América Latina apenas com a imigração alemã do sul do Brasil<sup>208</sup>.

A maioria dos imigrantes entrados no Brasil no início do século XX<sup>209</sup> (cerca de 75% do total) eram de procedência latina – italianos, portugueses e espanhóis. Na ordem de significância numérica, o quarto contingente era formado pelos alemães e o quinto, pelos japoneses (imigração que teve início em 1908)<sup>210</sup>.

Na continuidade, Oswaldo Aranha dá um tom profético no seu pronunciamento, falará em uma missão, em uma vocação política e de uma destinação histórica da América. Esse pensamento expressa a crença de que os povos da América têm que construir, entre eles, uma relação mais integradora no continente.

Utiliza com destaque no discurso palavras como igualdade, concórdia, cooperação para receber, acolher, hospedar, amparar, desenvolver e conciliar essas raças e homens, que traduzem características da sociedade americana, para Aranha o Pan-americanismo é o meio que traduzirá todas essas características como forma de proteção e desenvolvimento de todo o continente tornando-se com isso, um território de paz.

Tal argumentação pode ser observada a partir da elaboração de uma lógica de reforço não apenas da aproximação entre as Américas, por meio da análise do Pan-americanismo, mas

<sup>208</sup> Ver: SADER, Emir. Chile (1818-1990). **Da Independência à Redemocratização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. Coleção Tudo é História, vol.136.

<sup>209</sup> Sobre a política de imigração durante o período do Estado Novo ver os textos de Giralda Seyferth: Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo; Marcos Chor maio: Qual antissemitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30; Olívia Maria Gomes da Cunha: Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. Os textos encontra-se em PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. fundação Getúlio Vargas, 1999.

<sup>210</sup> SEYFERTH, Giralda. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo**. PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999 p. 202.

também pela construção de um discurso que, fundamentalmente, valorizava o papel exercido pelo corpo diplomático do Brasil e do continente.

Na última parte do discurso, Aranha continua contextualizando sobre o Pan-americanismo.

A América criou uma ordem material e moral que tem o dever de preservar e consolidar na defesa própria e universal. Diante das forças poderosas que lutam para a uniformização do homem e a escravidão dos povos, diante das ideologias que se defrontam, ameaçando derruir as conquistas humanas e arrasar tudo o que se lhes opõe, o Continente americano responde com sua fé inabalável nos destinos do homem, no primado da razão e na força redentora e renovadora do espírito.

A nossos países, Sr. Ministro, cabe, nesta hora em que o Oriente se afunda em sangue, e no Ocidente cresce a angústia, uma missão sem precedentes: a da ordem, a da autoridade, a da justiça e a da paz.

As Repúblicas Americanas, animadas pelo dever de consolidar sua boa vizinhança, de amparar sua cultura, no interesse continental e no universal, ante as tendências expansionistas e a confusão de outros povos, devem juntas proteger sua segurança nacional, sua integridade territorial, vedando na América, o exercício de qualquer forma de influência preponderante e estranha sobre o destino de qualquer dos nossos povos.

Não queremos um direito para nós, nem um estatuto político especial para a América. Queremos que nos deem os demais povos a liberdade, a segurança e a paz que sempre tiveram eles na hospitalidade generosa, farta e material da América<sup>211</sup>.

E, concluindo, fala de ordem, justiça e paz para a América e ressalta mais uma vez, as tradições chilenas e brasileiras:

Queremos a ordem, a justiça, a paz – e para a América, a liberdade de ser americana, a fim de melhor servir à humanidade. E o queremos juntos, chilenos e brasileiros, porque esta é nossa tradição, nossa história e nossa tradição<sup>212</sup>.

A construção de um continente onde reina a paz, ao contrário do estado de guerra da Europa aparece com destaque em todo o discurso de Aranha. Crítica as forças poderosas que lutam pela uniformização do homem e a escravidão dos povos. Entendemos isso como uma crítica clara ao totalitarismo.

Percebe-se que Oswaldo Aranha temia que a América Latina se tornasse palco de uma acirrada disputa comercial, política e ideológica. Essa polarização típica da época necessitava de um continente unido para fazer frente aos novos alinhamentos políticos na ordem internacional. Cabe destacar que a localização geográfica do Chile torna-se um fator

<sup>211</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.31-32.

<sup>212</sup> *Ibid.*, p. 31-32.

condicionante de sua política externa que operam num quadro estratégico delineado para as questões do Pacífico Sul<sup>213</sup>.

Fechando a análise do discurso, em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores do Chile, percebe-se que a abordagem tem a intenção de combinar o fortalecimento do regime brasileiro com as questões afeitas aos aspectos de segurança e defesa, na linha de preservação da paz, do desenvolvimento e da estabilidade regional.

\* \* \*

No discurso seguinte, dirigido aos membros do Clube Nacional de Imprensa, em Washington, Estados Unidos, em 16 de fevereiro de 1939, Oswaldo Aranha dá grande importância aos acontecimentos daquele momento, nada deveria ficar subentendido, era importante ter a atenção dos ouvintes. Ele concede a cada parte de sua exposição um espaço proporcional à importância que gostaria de ver-lhe atribuída na consciência daqueles a quem gostaria de atingir com sua fala. Ter a atenção dos ouvintes é vital para o sucesso do discurso. O orador sempre fundamentará seu discurso sobre determinados acordos prévios com os seus ouvintes, o que Perelman chama de auditório<sup>214</sup>.

No início do discurso exalta a importância de estar ali falando aos membros do Clube Nacional de Imprensa e realça as qualidades daquela instituição:

É, para mim, um privilégio dirigir-me aos membros do Clube Nacional de Imprensa, instituição dedicada ao livre intercâmbio de conceitos e ideias, a que as atuais circunstâncias do mundo conturbado emprestam o mais útil propósito, como baluarte do pensamento sem peias.  
 Uma grande ameaça pende sobre a humanidade civilizada, principalmente sobre a porção da mesma que ainda se apegava às tradições cristãs.  
 O antagonismo de raças e classes ameaça lançá-la no caos de estéreis lutas fratricidas.  
 Como estabelecer nos espíritos a noção da unidade espiritual?  
 Essa realização só é possível pelo preparo do homem para compreender que sobre o referido antagonismo, pelo qual uns enfrentam os outros sem que nenhum lado seja vencedor, porque ambos proclamam a sua absoluta suficiência, paira a razão com os seus princípios imutáveis, o sentimento da Beleza, o sentimento da Justiça, o sentimento da Humanidade.

<sup>213</sup> Mais sobre as relações diplomáticas Brasil e Chile será abordado no terceiro capítulo desta tese. Quando analisarmos a III Reunião de Consulta dos Ministérios das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas no Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 1942.

<sup>214</sup> Auditório é o conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar mediante o seu discurso. Quanto melhor se conhece o auditório, maior é o número de acordos prévios que se tem à disposição, e, portanto melhor fundamentada será a argumentação, e o inverso também é verdadeiro. PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. [prefácio Fábio Ulhôa Coelho; tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira]. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 38.

O Clube Nacional de Imprensa bate-se por esses ideais e, por isso, merece o respeito e a admiração de todos os cidadãos livres.  
 Todos os princípios espirituais produzem remotas consequências.  
 Destarte, a afirmação ou negação da autonomia do indivíduo trazem consigo diferentes modos de conceber as relações do indivíduo para com o Estado.  
 Por isso, o regime político de cada povo é, em última análise, o resultado de sua própria cultura moral<sup>215</sup>.

Alertando sobre “uma grande ameaça que pende sobre a humanidade civilizada, principalmente sobre a porção da mesma que ainda se apegava às tradições cristãs”, Aranha mostra a sua face de político alinhado com o tradicionalismo cristão. Mostra-se adepto a um sistema, de crenças e costumes, comum para a sociedade que professa uma religião. Dá ênfase ao entendimento cristão dos homens e suas responsabilidades perante o Deus e a fé cristã.

Ao afirmar que “o antagonismo de raças e classes ameaça lançá-la no caos de estéreis lutas fratricidas”, retrata o sombrio contexto daquele momento. No período entre guerras, a Europa viveu uma onda de xenofobismo e de racismo. Surgiram várias teorias e crenças de que as pessoas possuem características inatas, biologicamente herdadas, que determinam seu comportamento. Essa ideia ficou explícita nas teorias raciais nazistas - para eles, os alemães e outros povos do norte europeus eram "arianos", uma raça superior às demais.

Oswaldo Aranha ainda não sabia o que estava por vir. Durante a Segunda Guerra Mundial, os nazistas iniciaram o que eles chamaram de "limpeza étnica" nos territórios por eles ocupados na Polônia e na União Soviética. Esta política incluía o assassinato e o extermínio das chamadas "raças inimigas", entre elas os judeus, e também a destruição das lideranças dos povos eslavos, que eles planejavam tornar seus escravos por considerá-los inferiores. O racismo nazista foi responsável por assassinatos, em uma escala sem precedentes na história humana<sup>216</sup>.

---

<sup>215</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.33.

<sup>216</sup> A Segunda Guerra Mundial foi pensada e organizada para o aniquilamento total do inimigo. Nas palavras de Eric Hobsbawm diz que: a Primeira Guerra mundial não era uma guerra esperada, e isso explica o fato de um segundo conflito ter sido evitado ao máximo. Como demonstrado na não reação da Grã-Bretanha e da França e dos países pertencentes à Liga das Nações, ao desrespeito alemão ao Tratado de Versalhes. E invasão da Manchúria pelo Japão e invasão da Polônia que foi o estopim da guerra. A Segunda Guerra Mundial foi organizada de forma a racionalizar as formas de matar, ao mesmo tempo em que apressou a revolução tecnológica, mas não necessariamente modificou a vida das pessoas. Serviu para alavancar ainda mais a industrialização e a produção em massa que tornou a guerra impessoal; não se matavam mais pessoas e sim estatísticas. E justificando a tese de Eric Hobsbawm, todos estes eventos abalaram profundamente os ideais liberais. De uma sociedade que acreditava piamente que o progresso tecnológico levaria à humanidade a felicidade. Na verdade o progresso tecnológico levou milhões de seres humanos à morte. E não foi capaz de solucionar problemas como a fome e as doenças que assolam o Terceiro Mundo. E que o único país que de fato saiu no lucro foram os EUA, que aumentaram o seu comércio enquanto toda a Europa estava em guerra. E derrubou de vez a hegemonia eurocêntrica. Teve sua Influência antagonizada pela URSS e seu bloco de países

Aranha formula uma questão que ele mesmo responde: “Como estabelecer nos espíritos a noção da unidade espiritual?”.

Respondendo a questão ele afirma que essa realização só é possível pelo preparo do homem para compreender que sobre o referido antagonismo, pelo qual uns enfrentam os outros sem que nenhum lado seja vencedor, porque ambos proclamam a sua absoluta suficiência, paira a razão com os seus princípios imutáveis, o sentimento da Beleza, o sentimento da Justiça, e o sentimento da Humanidade.

Aparece ainda neste fragmento, a face humanista de Aranha, ao defender a razão humana, a ética e a justiça social. Defende que os homens são capazes de ser éticos e morais; enfatiza a responsabilidade única que a humanidade enfrenta e as consequências éticas das decisões humanas.

Aranha fecha esta parte do discurso com a seguinte frase “o regime político de cada povo é, em última análise, o resultado de sua própria cultura moral”. Percebe-se que para ele a desordem e a imoralidade política tem um efeito corrosivo na alma das nações. O progresso e o desenvolvimento de um povo são proporcionais à sua moral e ao seu caráter.

Segundo Bobbio a política e a moral tem uma profunda relação, uma vez que ambas estão ligadas à ação (à práxis) humana. Porém, aquilo que fundamenta ou motiva, ou aquilo que é permitido ou proibido, nem sempre tem o mesmo sentido para a política e para a moral. Pode haver “ações morais que são impolíticas (ou apolíticas) e ações políticas que são imorais (ou amorais)”. A política seria a razão do Estado, enquanto a moral seria a razão do indivíduo<sup>217</sup>.

Estas questões, assim como análises sobre democracia e Estado democrático vão aparecendo no transcorrer do discurso:

O que nós chamamos de democracia resulta nisto: negar à coletividade o direito de substituir o indivíduo em todas as matérias que dizem respeito a sua consciência e que seu limiar expira o poder do Estado.

Estas são as verdadeiras características do Estado democrático. Se o Estado democrático deixa o indivíduo à responsabilidade plena pelas suas mais importantes decisões que dizem respeito a suas convicções morais, religiosas ou filosóficas, a escolha de sua profissão ou do seu cônjuge, não é porque o Estado democrático julga essa liberdade útil para a comunidade, mas porque a livre manifestação da personalidade tem um valor intrínseco, comparado

---

socialistas. Cada um tentando vender as suas respectivas ideologias. HOBBSAWM, Eric. “**A Era dos Extremos**”. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Capítulo 1 “A Era da Guerra Total”, p. 29 a 60.

<sup>217</sup> BOBBIO, Norberto **Teoria Geral da Política**. Michelangelo Bovero (org.). Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000, p.174.

com o qual tudo o mais perde o seu valor, porque tudo o mais depende da existência da livre personalidade<sup>218</sup>.

Para Aranha, o que chamamos de democracia resulta nisto: negar à coletividade o direito de substituir o indivíduo em todas as matérias que dizem respeito a sua consciência e que seu limiar expira o poder do Estado. A ideia de negar a coletividade é uma crítica a àqueles que glorificam o Estado - ele não está se referindo a todo e qualquer Estado, mas somente àqueles Estados com regime totalitários.

As verdadeiras características do Estado democrático para Aranha ocorrem quando o Estado democrático deixa o indivíduo à responsabilidade plena por suas mais importantes decisões que dizem respeito a suas convicções morais, religiosas ou filosóficas, a escolha de sua profissão ou do seu cônjuge, não é porque o Estado democrático julga essa liberdade útil para a comunidade, mas porque a livre manifestação da personalidade tem um valor intrínseco, comparado com o qual tudo o mais perde o seu valor, porque tudo o mais depende da existência da livre personalidade. Fica o questionamento de como um ministro do Estado Novo, onde as liberdades civis foram suspensas, o parlamento dissolvido e os partidos políticos extintos, pode falar e defender o Estado democrático.

O governo Vargas não se constituía de um governo harmônico e homogêneo. O Estado Novo é um governo complexo, característico da política da época, portanto cabia dentro dele, forma de pensamentos distintos, porém, com um objetivo comum: a defesa de seu ideário.

Dulce Pandolfi diz que analisar esse período, em todas as suas dimensões significa aprender paradoxos e afastar tentações maniqueístas. Afinal, a despeito da ausência dos direitos políticos e da precariedade das liberdades civis, o regime ditatorial consolidou a ideia do Estado como agente fundamental do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. Se a política trabalhista de Vargas é debatida até os dias de hoje, se a discussão sobre o formato do Estado e a reforma da previdência social são temas que continuam mobilizando a sociedade, não se pode negar que o Estado Novo contribuiu para reforçar a fragilidade de nossas instituições político-partidárias, para produzir um descaso pelos direitos civis e políticos e para disseminar a ideologia do anticomunismo. A crença na dicotomia entre democracia social e democracia política, na supremacia do Executivo sobre o Legislativo e da

---

<sup>218</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.33-34.

técnica sobre a política são algumas heranças do Estado Novo que comprometem, até hoje a consolidação da nossa democracia<sup>219</sup>.

Sobre o papel do Estado e o modelo de sociedade na concepção de Aranha são traduzidos na continuidade do discurso:

O Estado não é um fim em si: é uma criação do homem, que se destina a servi-lo e a ajudá-lo a salvaguardar os seus mais altos interesses. O Estado deve cooperar a fim de aumentar o patrimônio cultural da nação e fazer com que ele possa ser transmitido, cada vez mais, às gerações futuras.

A um ideal de sociedade composta por homens livres, procurando manter as condições em que esta liberdade pode ser preservada e desenvolvida, não para o bem de alguns, mas para o bem de todos – o que implicaria, aliás, uma profunda modificação na economia liberal – o sistema totalitário opôs a sua concepção de um Estado supremo em si. No entanto, se examinarmos de perto esta concepção de Estado deificado, o que encontraremos? Um grupo de indivíduos e um partido vitorioso, ou seja, qual for a sua linguagem, estes indivíduos atribuem-se o direito de impor a sua vontade sobre os seus semelhantes<sup>220</sup>.

O entendimento que Aranha tem sobre a finalidade do Estado é o de exercer o poder objetivando o bem público. Enquanto que as funções do Estado e a sua competência, cabe a ele, em suas atividades, no que diz respeito aos assuntos e às pessoas sobre os quais ele exerce o seu poder. Em seguida defende a “uma profunda modificação da economia liberal”, para os defensores do Estado Novo. Somente através do Estado nacional o Brasil alcançaria o desenvolvimento, deixaria para trás o regime liberal tradicional e manteria a ordem e o progresso, a união territorial, a paz, o equilíbrio e, acima de tudo, a dominação sobre as massas.

O projeto de desenvolvimento econômico do Estado Novo trouxe profundas transformações para o país, pois rejeitava o internacionalismo liberal, apoiando-se no controle nacional da economia, onde as empresas estatais tiveram o papel de agente central do desenvolvimento econômico<sup>221</sup>.

Cabe destacar que durante o Estado Novo que a economia teve grande crescimento, especificamente o setor industrial, intensivamente concentrado no centro-sul do país, que experimentou um notável desenvolvimento. A regulação das relações de trabalho, a criação de mecanismos de importação e exportação, e o aumento do volume de investimentos de infraestrutura tiveram como objetivo a expansão e o fortalecimento desse setor. O esforço do

<sup>219</sup> PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. fundação Getúlio Vargas, 1999, p.11.

<sup>220</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p. 34.

<sup>221</sup> Sobre o projeto econômico do Estado Novo, ver: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Estado Novo na construção de uma sociedade urbano-industrial possibilitou avanços extraordinários na economia do país<sup>222</sup>.

No trecho seguinte Aranha faz uma crítica ao regime de partido único. Este modelo na sua concepção deixa transparecer tanto nas ideologias comunistas como nas ideologias fascistas. O sistema de partido único é menos disposto a aceitar as mudanças. Para ele, “um grupo de indivíduos e um partido vitorioso, independente da sua linguagem, estes indivíduos atribuem-se o direito de impor a sua vontade sobre os seus semelhantes”. Na sua leitura, o partido único não é considerado um sistema verdadeiramente democrático, devido ao fato de que um partido único representa uma escolha única para o eleitor, não possuindo nenhuma outra opção.

É importante destacar que Vargas fez com admirável maestria, tentou de alguma forma, em meio à fragmentação, construir alianças. Por isso não há partido político no Estado Novo. Partido político era visto como não maleável o que dificultava a política de alianças<sup>223</sup>.

O bolchevismo, o fascismo e o nazismo são apenas nomes diferentes para a mesma concepção materialista da vida que procura substituir Deus pelo Estado, erigido como aspiração suprema do indivíduo. Esta concepção não é nova, pois surge em todos os períodos de pressão da história da humanidade. Apareceu ultimamente na Europa e na Ásia, devido a condições de superpopulação existentes em alguns países, onde se esforçam para manter, uns contra os outros, um dado nível de conforto material. Enquanto não encontrar uma solução para essas condições, esta concepção – gerada pela miséria e pelo ódio – continuará a exercer seus efeitos dissolventes sobre a civilização<sup>224</sup>.

No discurso, Oswaldo Aranha relaciona estrategicamente as semelhanças do bolchevismo, com o nazismo e com o fascismo, talvez porque, tratando-se de ideologia o sentimento anticomunista unificava todos no governo do Estado Novo. E, ao fazer isso, relacionando o bolchevismo ao fascismo e o nazismo buscou contrapor aqueles que, no governo, defendiam uma aliança com os países do Eixo.

Mencionando que “o bolchevismo, o fascismo e o nazismo são apenas nomes diferentes para a mesma concepção materialista da vida que procura substituir Deus pelo Estado erigido como aspiração suprema do indivíduo”, demonstra que considerava o fascismo

<sup>222</sup> JAMBEIRO, O. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2004. P. 16.

<sup>223</sup> Neste período, houve a supressão de todos os partidos políticos; Getúlio considerava os partidos como fatores perturbadores da ordem, tanto que fez inserir no preâmbulo da Carta constitucional, que a mesma visava a atender “as legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social” e “eliminar os fatores de desordem, resultantes da crescente agravamento dos dissídios partidários”. BONAVIDES, Paulo e ANDRADE, Paes de. **História Constitucional do Brasil**. São Paulo: editora Paz e Terra, 1989, p. 341.

<sup>224</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p. 34.

e o nazismo uma forma de governo semelhante ao bolchevismo (comunismo), na medida em que se utiliza de processos idênticos, apesar de seus objetivos serem totalmente opostos. Para Aranha, estes regimes são semelhantes no âmbito político, adotam o partido único, não há eleições verdadeiras e se caracterizam pelo cerceamento das liberdades individuais e o policiamento político. Para ele, o nazismo, o fascismo e o bolchevismo possuem semelhanças, o que, conjuntamente, caracterizam-os como sendo regimes totalitários.

O problema do comunismo era uma das razões de ordem política e institucional que, para os setores do governo, pesavam para que a situação do Brasil se tornasse caótica. No Brasil, na época, bastava alguém fosse acusado de comunista para ser considerado um conspirador contra qualquer tipo de liberdade.

O anticomunismo influenciou a política externa brasileira frente aos países socialistas, gerando desconfiança e constantes rupturas. Daí resultou relacionamento diplomático tumultuado, em especial, durante o Estado Novo, quando a orientação anticomunista marcou fortemente as políticas do governo brasileiro. Mesmo tendo sufocado a chamada Intentona Comunista,<sup>225</sup> Getúlio Vargas utiliza-se do episódio para declarar estado de sítio. Com tal medida, Vargas ampliou seus poderes políticos, perseguiu seus opositores e desarticulou o movimento comunista brasileiro. Mediante a “ameaça comunista”, Vargas conseguiu anular a nova eleição presidencial que deveria acontecer em 1938. Anunciando outra calamitosa tentativa de golpe comunista, conhecida como Plano Cohen<sup>226</sup>, Getúlio Vargas anulou a Constituição de 1934 e fechou o Congresso, cancelou as eleições e manteve-se no poder. No que toca às relações com os países centrais, o fragor combatente contra a "ameaça vermelha" deu força aos setores do governo e fora dele simpáticos aos Estados de orientação fascista, com que se identificavam, pela luta contra o mesmo inimigo.

Para Rodrigo Patto Sá Motta, no período entre 1935 e 1939, o governo brasileiro estreitou laços com a Alemanha nazista, tanto políticos como econômicos. Acordos comerciais já vinham sendo firmados antes de 1935, mas o advento da Intentona consolidou tal tendência. Policiais brasileiros foram enviados para treinamento na Alemanha com o objetivo de aprender como a Gestapo lidava com a ameaça comunista, e diplomatas foram convidados a tomar parte em congressos anticomunistas. A solidariedade anticomunista também foi a razão principal para a simpatia brasileira à causa franquista na Guerra Civil

<sup>225</sup> Sobre a Intentona Comunista de 1935 ver: ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil / 1930-1945**. São Paulo: Companhia das letras, 2001. e SILVA, H. **1935 –A revolta vermelha**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

<sup>226</sup> Sobre o Plano Cohen ver: D'ARAÚJO, M.C. **O Estado Novo**, op.cit.; TOTA, A. P. **O Estado Novo**, 5º ed., São Paulo: Brasiliense, 1994; SILVA, H. **A ameaça vermelha: o Plano Cohen**, Porto Alegre: L&PM, 1980. e CAMARGO, A. (et. al.) **O golpe silencioso**, Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

Espanhola. Cauteloso, Vargas deu apoio apenas discreto aos nacionalistas, mas, no íntimo, seu governo torcia pela derrota dos republicanos<sup>227</sup>.

Na sequência Aranha fala dos cuidados que o continente americano deverá ter em relação à invasão de ideologias contrárias à “formação histórica do Continente”. Para justificar o seu ponto de vista, ele declara que foi construído um conjunto de ideias que historicamente foram trazidas e germinadas em nosso continente. Mas estas ideias são vulneráveis às ideologias vindas de outros continentes.

O importante é que nós, da América, nos organizamos contra a invasão de ideologias que são contrárias as ideias básicas que foram trazidas para este continente e aqui germinaram. Devido a sua posição de meio termo geográfico entre os dois extremos, a América está sujeita à influência tanto da Europa como da Ásia.

Mas, o último continente descoberto, a América deveria permanecer fiel à sua predestinação: constituir-se, no futuro no celeiro da humanidade. A América é o último produto da humanidade, cujo desenvolvimento coincidiu com o grande progresso social, de modo que é baseada na generosidade como lei suprema para o indivíduo e para a coletividade.

Mantenhamos inalteradas essas condições, mas, em assim fazendo, devemos conservar-nos alertas neste mundo cheio de perigos. Devemos permanecer unidos e agir.

Pouco importa o quanto as nossas concepções possam ser idealistas, nenhum bem nos virá delas se, pela ação, não as convertermos em realidade. A ação é a prova suprema do nosso destino, é o traço da união entre o pensamento e a realidade.

Os ideais continentais e as aspirações da América ficaram, até pouco tempo, no domínio da teoria. O Pan-americanismo tem sido apenas uma ideia, e só agora que o procuramos transformá-lo em realidade. O nosso continente dispõe de grandes recursos naturais, com amplas possibilidades latentes que não esperam senão o trabalho do homem para se tornarem a mais esplêndida realidade. Acaso a presente geração transferirá às gerações futuras a mobilização de toda essa riqueza potencial? Ou, pela ação comum e por um forte sentimento prático de esforço cooperativo, criaremos, nesta parte do mundo, uma civilização que será a continuação da cultura herdada da Europa, mas tornada mais ampla e mais humana, civilização que permitirá aos homens explorar todas as possibilidades, que lhes oferece a natureza e, ainda, aspirar aos mais altos ideais?<sup>228</sup>

Sobre as ideologias estranhas ao continente, Aranha declara que o “importante é que nós, da América, nos organizamos contra a invasão de ideologias que são contrárias às ideias básicas que foram trazidas para este continente e aqui germinaram”. Aponta que o caminho para evitar a penetração de ideologias estranhas no continente é o da unidade política de defesa mútua.

<sup>227</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. . **O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS**. Locus. Revista de História, Juiz de Fora, v.13, n.2, 2007, p.235.

<sup>228</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p. 34-35.

Na continuidade de sua exposição, Aranha declara que o Pan-americanismo deverá ser uma boa ideia, para ser algo praticado por todas as nações americanas. E exalta a disponibilidade dos grandes recursos naturais que o continente dispõe e levanta um questionamento sobre o papel desta geração e das gerações futuras em relação a mobilizar todas as riquezas naturais. Outro questionamento, levantado por Aranha, é o do desafio de criar na América uma civilização que irá além da cultura herdada da Europa, devendo ser mais ampla e mais humana.

De acordo com esse plano, o progresso econômico era a única alternativa para resolver os problemas continentais, os quais passariam pela cooperação econômica através da solidariedade hemisférica. Nesse sentido, essa proposta Pan-americanista inseria-se a contento na perspectiva de um desenvolvimento com ordem e com segurança, ou seja, o progresso como alternativa para impedir o incremento de ideologias "estranhas" e "não democráticas".

A proposta adotada por Aranha, para dirigir os rumos da política exterior brasileira, traduzia, em si, um projeto mais amplo, correspondente à conjuntura das práticas desenvolvimentistas colocadas em vigor pelo governo Vargas.

Neste trecho do discurso, expressa a crença de que o continente americano é o celeiro da humanidade do futuro e diz que a “América é o último produto da humanidade, cujo desenvolvimento coincidiu com o grande progresso social, de modo que é baseado sobre a generosidade como lei suprema para o indivíduo, assim como para a coletividade”. Aranha lança o seu “Destino Manifesto”, fala da lei suprema e do cumprimento da vontade divina. Constrói a ideia de que a sociedade, mobilizada em torno do objetivo comum, de união e prosperidade, pode civilizar outras terras e prosperar economicamente.

No prosseguimento do discurso, Oswaldo Aranha levanta questões relativas à tendência de formação de blocos:

A tendência que observamos no mundo atual é para a formação de núcleos de maior amplitude do ponto de vista econômico e político. Quer na Europa, quer na Ásia, testemunhamos países que estão sendo integrados nessas comunidades dominadas pelo muticismo nacional, que exploram as possibilidades de cooperação, a fim de chegarem a coligações ainda mais poderosas. Devemos acaso na América, nos manter indiferentes diante do que acontece nos outros continentes, conservar os nossos países isolados sem cooperação, sem interdependência, nem desenvolveremos por um esforço recíproco as enormes potencialidades que neles existem em estado embrionário?<sup>229</sup>

<sup>229</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.35.

Aranha, ao referir que, na Europa e que na Ásia, testemunhamos países que estão sendo integrados nessas comunidades dominadas pelo muticismo nacional, que exploram as possibilidades de cooperação, a fim de chegarem a coligações ainda mais poderosas, busca nesta inspiração unir todos os países do continente americano em torno de um projeto de desenvolvimento social e econômico de todo o continente, fazendo frente às ameaças externas e combatendo o inimigo comum na defesa das nossas riquezas naturais<sup>230</sup>.

Frente a tudo isso, Aranha questiona: Devemos acaso na América, nos manter indiferentes diante do que acontece nos outros continentes, conservar os nossos países isolados sem cooperação, sem interdependência, nem desenvolveremos por um esforço recíproco as enormes potencialidades que neles existem em estado embrionário?

Apresenta-se a resposta vem na sequência do discurso quando Aranha volta a expressar o temor de que a América, como um continente vasto e rico em recursos naturais, ser fruto das ambições das nações superpovoadas e superindustrializadas.

Devemos compenetrar de que estamos num mundo de forças que procuram subjugar-se uma às outras e a América oferece terras vastas, é férteis, ainda não exploradas, dispendo de abundantes recursos naturais que ultrapassam o poder de nossa imaginação para conceber. Por tal motivo está exposta a todas as formas de agressão por parte de potências não satisfeitas, compelidas para tanto pelas intoleráveis condições de superpopulação e super industrialização<sup>231</sup>.

No prolongamento do discurso, Aranha fala sobre um possível desabastecimento que o continente poderia sofrer, em caso de uma guerra europeia.

O problema crucial das matérias-primas, tão agudamente sentido por alguns países europeus, repousa no fato de estar a Europa perdendo cada vez mais a sua posição intermediária com respeito à América. Desta forma, não podendo vender as manufaturas à América, alguns países europeus não podem importar deste continente as matérias-primas essenciais para as suas indústrias.

A situação em que se encontra a América presentemente é de vulnerabilidade que não pode deixar de aguçar o apetite que anda solta pelo mundo, sendo não só necessário como essencial que nos unamos a fim de desenvolver todas as possibilidades de ação para fazer continente uma

---

<sup>230</sup> Francisca Nogueira de Azevedo observa, que durante o século XIX, a Europa e Ásia foram invadidas por movimentos ideológicos internacionais – os “panismos” – que tinham como proposta reunir em torno de um centro dominante, países, povos, ou comunidades de parentesco vinculadas as questões étnicas, linguística e culturais. Como exemplos podemos citar: o pan-germanismo, pan-eslavismo e o pan-islamismo. AZEVEDO, Francisca Nogueira. **O Brasil no Pan-americanismo: um estudo da Revista de História de América do Instituto Pan-Americano de Geografia História**. Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC, Salvador, 2000, p.11.

<sup>231</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.35.

realidade vivida, capaz de defender sua integridade e suas fontes de inspiração. E isso está ainda por fazer<sup>232</sup>.

A partir do início da Segunda Guerra, a Europa passou a registrar sinais de fragilidade na sua condição de continente hegemônico. A necessidade europeia de expandir seu capital mercantil foi prejudicada com a guerra. Entra em crise a dinâmica de produção e circulação de mercadorias comandada pelos europeus.

Nesse momento, com a Europa dividida, os países americanos deveriam repensar a sua condição de fornecer matéria-prima a países importadores de produtos industrializados. Para a política de desenvolvimento do Estado Novo, os países que forneciam matéria-prima estavam atrelados ao subdesenvolvimento e os que produziam produtos industrializados se tornariam independentes e desenvolvidos<sup>233</sup>.

Havia o temor de que o continente poderia ser afetado diretamente com o conflito mundial, constituindo-se uma das privações, o desabastecimento de alimentos, uma vez que os produtos que dependiam dos navios para chegarem ao mercado, e havia o risco de afundamentos por submarinos do Eixo.

O discurso continua na mesma linha de raciocínio, ressaltando a necessidade, de pelo fato de o Brasil representar a metade do continente sul-americano e devido às suas riquezas naturais, de uma aliança com um país industrializado e cita os Estados Unidos como esse possível aliado.<sup>234</sup>

Embora o Brasil represente a metade do continente sul-americano em área, população e recursos naturais, a participação dos Estados Unidos no desenvolvimento desta nação assume uma proporção insignificante quando comparada com a de outros países.

Como país novo, no sentido econômico da palavra, O Brasil precisa atingir um rápido desenvolvimento das suas riquezas naturais, da colaboração de um país industrializado, possuidor de tecnologia adiantada, e lastimo ser obrigado a dizê-lo, meus senhores: esta colaboração não nos foi oferecida no passado pelos Estados.

---

<sup>232</sup> Ibid., p. 35.

<sup>233</sup> No Estado Novo, o projeto de desenvolvimento ganhou consistência. A partir de 1937, no tocante às relações externas, o governo Vargas aprofundou a política exterior mais independente, que vinha tentando implementar desde meados da década. Nesse ano, o governo brasileiro adotou medidas duras contra o capital estrangeiro. Decretou moratória da dívida externa e instituiu novamente o monopólio do câmbio. Essas medidas, não obstante, decorrerem fundamentalmente da crise cambial do segundo semestre daquele ano, pois buscavam subordinar os pagamentos externos à manutenção do crescimento da economia brasileira. Também denotam uma alteração da postura do governo brasileiro em relação a momentos anteriores de crise cambial, quando o governo brasileiro evitou entrar em confronto direto com os credores externos. CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP, 1999, p.252.

<sup>234</sup> Na segunda parte do capítulo, analisaremos a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos durante o período do Estado Novo e as relações diretas que esses fatos tiveram com a política externa brasileira.

A tarefa de equipar o Brasil economicamente foi empreendida por outros países. Eu digo isto, meus senhores, apenas para demonstrar que, malgrado todos os esforços para desenvolver o espírito do Pan-americanismo real e prático, o que significa a criação, nesta parte do mundo, de uma grande e poderosa comunidade de nações.

Somente desta maneira poderá a América realizar os seus destinos, criando uma humanidade nova e melhor, livre das algemas dos preconceitos legados pelo passado e cheia dos mais elevados ideais e das mais altas aspirações<sup>235</sup>.

Ainda no prolongamento da sua fala, Aranha alerta que o Brasil “como país novo, no sentido econômico da palavra, o Brasil precisa atingir um rápido desenvolvimento das suas riquezas naturais, da colaboração de um país industrializado, possuidor de tecnologia adiantada e lastimo ser obrigado a dizê-lo, meus senhores: esta colaboração não nos foi oferecida no passado pelos Estados”.

Este período se caracterizará pela presença expressiva do Estado na economia e nas relações sociais. Acontece a reestruturação do papel intervencionista do Estado na economia e a gradual desaparecimento das formas tradicionais de relação entre empresários urbano e Estado. Para Maria Antonieta Leopoldi, acreditar na capacidade de mudança através de um Estado forte e interventor, capaz de adotar medidas para promover um desenvolvimento voltado para dentro, tendo a industrialização como mecanismo propulsor da mudança econômica e social, significava partilhar das ideias da modernidade e inserir-se no clima intelectual então vigente em boa parte do mundo capitalista, descrente das ideias do livre mercado<sup>236</sup>.

O período do Estado Novo se destacar-se-á por alavancar o processo de industrialização do país, baseado na forte intervenção do Estado na economia e na substituição de importações. A centralização do poder estatal permitiria que houvesse uma grande quantidade de investimento na industrialização, que seria mais demorado, se baseasse apenas no capital privado da elite brasileira. Por isso, o Estado Novo será a única instituição capaz de financiar este projeto, necessário ao arranque industrial, conseguido com a centralização da política econômica através do planejamento e coordenação nacional de sua execução. Maria Antonieta Leopoldi ao analisar o modelo econômico brasileiro, diz que o governo Vargas favoreceu o crescimento do setor produtivo e de serviços nas áreas urbanas.

---

<sup>235</sup> Ibid., p. 35-36.

<sup>236</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 115-116.

Assim, indústria, banco e seguros iriam crescer, a partir de 1930 sob a proteção de um Estado intervencionista, regulador, nacionalista e desenvolvimentista<sup>237</sup>.

A fim de criar as condições para o processo de industrialização, o Estado Novo criou empresas estatais e investiu nos setores de: siderurgia (Cia. Siderúrgica Nacional, Volta Redonda/RJ, 1940); mineração (Cia. Vale do Rio Doce, MG, 1942); mecânica pesada (Fábrica Nacional de Motores, RJ, 1943); química (Fábrica Nacional de Álcalis, Cabo Frio/RJ, 1943) e hidrelétrica (Cia Hidrelétrica do Vale do Rio São Francisco, 1945).

Maria Antonieta Leopoldi diz que três diferentes estratégias explicam a intervenção do Estado nos setores industriais, bancário e securitários mostrando claramente que as políticas econômicas do governo Vargas, entre 1930 e 1945, foram uma combinação de três fatores: resposta governamental aos constrangimentos da conjuntura internacional; resposta às pressões dos setores empresariais urbanos emergentes e capacidade de decisão do governo. O intervencionismo governamental não significará, portanto, um Estado autônomo, acima das classes, nem um governo ansioso por responder aos desafios internacionais sem levar em consideração um objetivo estratégico a um referencial nacionalista-desenvolvimentista.<sup>238</sup>

Oswaldo Aranha, como membro do governo Vargas, apoiará a política de desenvolvimento, baseada no nacionalismo econômico e no intervencionismo estatal, procurando modernizar e integrar o Brasil ao capitalismo industrial. Defenderá a diversificação da economia, sem abandonar o setor agrícola, estimulando outras culturas, ao mesmo tempo em que se afirmava o modelo de substituição permanente das importações, através do impulso dado à industrialização.

\*

\*

\*

Outro discurso, realizado por Oswaldo Aranha, foi o de agradecimento por ocasião da homenagem que recebeu da Sociedade Pan-Americana, pelo reconhecimento da aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Na ocasião, ganhou daquela sociedade uma medalha de ouro. O discurso foi realizado nos Estados Unidos, no dia 03 de março de 1939, aos membros da Sociedade Pan-Americana e da Associação Brasil - Estados Unidos que, originalmente, foi produzido em inglês<sup>239</sup>.

---

<sup>237</sup> Ibid., p.118.

<sup>238</sup> Ibid., p.131-132.

<sup>239</sup> A tradução do discurso em inglês para o português foi feito por mim.

O discurso foi abordado em língua inglesa com o objetivo de permitir a compreensão melhor da fala. O discurso, preparado para um determinado público, como o da Sociedade Pan-Americana e o da Associação Brasil - Estados Unidos, pode ser decisivo no sucesso da imagem pública de Oswaldo Aranha.

Nada poderia me agradar mais do que estar hoje à noite no meio de vós, meus amigos da Sociedade Pan-Americana e da Associação Brasil – Estados Unidos. Sinto-me como se estivesse no meio da minha própria família. Vocês todos estão associado ao Brasil por fortes laços de amizade, honra-me descobrir suas intenções de incentivar e de estimular o esforço em unir mais intimamente os nossos dois países.

É neste espírito que eu vos agradeço por todas as palavras amáveis expressas para mim esta noite e pela medalha de ouro da Sociedade Pan-Americana, concedida por seu presidente. Agradeço a vós do fundo do meu coração, em meu próprio nome e em nome dos meus conterrâneos.<sup>240</sup>

“Eu me sinto como se estivesse no meio da minha própria família”, com essas palavras afirma sua admiração pelos Estados Unidos. Admiração essa, reforçada pelo período em que foi embaixador em Washington. Ainda no prolongamento da sua argumentação, Aranha destaca que a pessoa humana necessita da vida social, porque ninguém é autossuficiente. Por isso, temos a tendência natural que nos impulsiona a nos associar, com o fim de alcançar objetivos que excedem as capacidades individuais. A família e o Estado são sociedades que diretamente correspondem à natureza do homem, e outras ações com fins econômicos e culturais, expressam, também, a necessidade do homem de viver em sociedade.

A vida pessoal tende a se identificar com o universal, o que explica por que o indivíduo sempre aspira além de si mesmo para sínteses superiores. No período inicial da história, na infância da humanidade, o indivíduo viu-se só. Mais tarde, ele começou a ver a família que foi organizada para limitar o horizonte do homem que procurava por um estágio ainda maior, chegando à vida política do Estado, que é um conjunto de famílias. Mas esse desejo de homem, para abraçar o universal, não parou por aí. Ele não foi mais adiante e encontrou um objetivo mais amplo na vida continental.<sup>241</sup>

<sup>240</sup> O fragmento original do discurso em inglês: Nothing could please me more than to be tonight among you, my friends of the Pan American Society and of the Brazilian-American Association. I feel very much as if were in the midst of my own family. You are all associated with Brazil by strong bonds of friendship, and in honoring me I discover your intention to encourage and stimulate my effort in uniting our two countries more intimately. It is in this spirit that I thank you for all the kind words expressed to me this evening, and for the gold medal of the Pan American Society which your president has just bestowed upon me. I thank you the bottom of my heart on my own behalf and on behalf of my fellow countrymen. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.37

<sup>241</sup> O fragmento original do discurso em inglês: Personal life tends to identify with the universal, This explains why the individual always aspires beyond himself to higher syntheses. In the early period of history, in the infancy of mankind, the individual saw himself only. In a later period he started to see the family which, once considered unique and all-absorbing, was found to limit the horizon of man, who sought for a still higher stage reaching the political life of the State, which is an assemblage of families. But this desire of man to embrace the

Aproveitando a homenagem, procurou dialogar com os presentes, explicando o que seria para ele os pilares que sustentavam e interpretavam o Pan-americanismo.

Esta é a explicação do Pan-americanismo. É uma criação artificial ou uma concepção de alguns visionários. É a tendência mais profunda da vontade humana em si, que não se localiza nas fronteiras da nação, mas é impelido a ampliar seus horizontes para incluir povos de diferentes origens e história, mas ligados entre si pelos mesmos ideais, marchando em direção ao mesmo destino.

É o próprio ideal de progresso, que não pode ser materializado sem um sentimento íntimo de aperfeiçoamento humano e de solidariedade. Sempre que os indivíduos e as nações perdem esse sentimento de solidariedade e passam a pensar isoladamente e independentes ou agem como inimigos, o resultado são a decadência e morte, pobreza e guerra.<sup>242</sup>

A época analisada no discurso caracteriza-se por dilacerantes crises, explosivas contradições, instabilidades e acidentadas transições nos aspectos econômico e geopolítico. Por isso a necessidade da construção de mecanismos de integração regional que permitam aos países do continente defenderem-se em um cenário mundial de crise econômica e ameaças à paz, abrindo a possibilidade de edificar novas alternativas para o desenvolvimento e de constituir um polo geopolítico com novas correlações de forças. Daí, a explicação do Pan-americanismo como “uma criação artificial ou uma concepção de alguns visionários. É a tendência mais profunda da vontade humana em si, que não se localiza nas fronteiras da nação, mas é impelido a ampliar seus horizontes para incluir povos de diferentes origens e história, mas ligados entre si pelos mesmos ideais e marchando em direção ao mesmo destino”.

São propostas, por Aranha, análises e reflexões sobre os aspectos da relação entre os países do continente e apresentados determinados conceitos fundamentais para a formulação de propostas da política internacional em relação ao Pan-americanismo, como a valorização do papel da América, enquanto continente da paz e da diplomacia, como grupo, que deve reunir condições necessárias para nortear o debate no continente.

---

universal did not stop there. It went farther on and found a broader aim in continental life. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.37.

<sup>242</sup> O fragmento original do discurso em inglês: This is the explanation of pan- Americanism. It is an artificial creation or a conception of a few visionaries ; It is the inmost tendency of the human will itself which does not spot on the borders of the nation, but is impelled to broaden its horizon to include peoples of different origin and different history, but linked together by the same ideals and marching toward the same destiny. It is the very ideal of progress, which cannot be materialized without an intimate feeling of human betterment and solidarity. . Whenever individuals and nations have lost that sentiment of solidarity and thought themselves isolated and independent or acted as enemies, the result was decay and death, poverty and war. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.37 e 38.

Suas análises nos remetem à atuação da diplomacia continental, na elaboração de um projeto de equilíbrio para a América, fato que lança luz sobre qual papel deveria assumir o Itamaraty nesta nova ordem.

Aranha resgata o ideal das relações interamericanas, o Pan-Americanismo, como um apelo à solidariedade continental, baseada em supostos ideais comuns das nações americanas, como a liberdade, o governo republicano, a democracia, o respeito aos direitos individuais e a soberania dos Estados e à lei internacional, e a solução pacífica dos conflitos.

Desta forma, Aranha trilhará uma política de Estado, condizente com a defesa dos interesses nacionais e com o papel dos países na preservação da estabilidade continental. Podemos perceber no seu pensamento que todo o continente terá de criar uma visão clara e pragmática dos objetivos da política externa, eleger suas prioridades, fazer escolhas coerentes com os princípios que defende e transformar as relações internacionais num assunto relevante para a sociedade. Esses desafios adaptativos provocarão mudanças transformadoras na conduta da política externa.

No restante do discurso ele afirma a sua concepção de Pan-americanismo:

Pan-americanismo é o resultado da ideia de solidariedade. Ele foi provocado pelo desejo do homem de associar-se com os seus semelhantes que vivem em países diferentes, sob diferentes climas e condições diferentes - mas ainda seres humanos, vestidos pelos mesmos ideais, e ligados por interesses comuns.

Certamente, Pan-americanismo não é a última síntese dentro da visão de homem e de humanidade. Mas, isto é um passo importante em direção a objetivos maiores.

Esta extensão das relações entre os povos desenvolvem um novo e rico sentimento de humanidade, que não existia no início dos tempos, mas que se torna mais importante a cada dia. É esse sentimento que ainda nos faz acreditar no advento de uma comunidade internacional, baseada não só em interesses materiais, mas que são profundamente enraizadas no coração humano.

Nenhum indivíduo ou nação pode reter para si a abundância de sua própria vida, sem o risco de perdê-lo, ou fazer a autorrealização.<sup>243</sup>

---

<sup>243</sup> O fragmento original do discurso em inglês: Pan Americanism is the outgrowth of the Idea of solidarity. It was brought about by the desire of man to associate with his fellow beings living in different countries, under different climates and different conditions – but still human beings, attired by the same ideals and bound by common interests. Certainly Pan Americanism is not the last synthesis within the vision of man which can only be humanity itself considered as a single man who never dies. But it is an important step toward larger goals. This extension of the relations between peoples develops a new and richer sentiment of humanity which did not exist in the beginning of the ages, but becomes more important every day. It is that sentiment which makes us still believe in the advent of an international community based not only on material interests but which are deep-rooted in the human heart. No individual and no nation can retain to itself the abundance of its own life without the risk of losing it, or making self-completion. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.38.

Antes de mais nada, para Aranha, o modelo de integração da sociedade americana, só será possível, num novo formato onde se compartilham valores e ideais de todo continente americano. Esses valores constituíram uma linguagem comum, a partir da qual será possível elaborar programas políticos que unificassem o hemisfério.

Ao argumentar a favor do Pan-americanismo, remete à formulação de propostas ligadas a uma política internacional que trará consigo elementos construtores de um ideal americano baseado em uma cultura e em uma moral americana. Estas deverão servir de modelo tanto para as nações da América, quanto para outros continentes, sendo em última análise, explicado pelo processo histórico e legitimado pela diplomacia brasileira e as demais do continente, tendo em vista que caberá a diplomacia a função de conduzir a América a seu destino.

É no campo diplomático onde ocorrerá as discussões e serão fontes de inspirações dos mecanismos organizadores da política internacional. Neste espaço será colocados os valores construídos pelos países e que regulamentará as tomadas de decisões.

Aranha termina o seu pronunciamento dando ênfase na relação Brasil e Estados Unidos.

Apesar do fato de que muito pouco tem sido feito para desenvolver a interdependência econômica entre os dois países, em face das enormes possibilidades existentes nessa direção, ainda nossos povos aspiram a uma união de sentimentos entre si.

Cada momento decisivo na história dos nossos países revela esse anseio. Toda vez que na vida do continente ou do mundo em geral, um deles encontrou-se na posse de um ideal, ou em perigo, o outro veio espontaneamente pleiteando o direito de participar desse ideal ou oferecendo ajuda.

Há entre os nossos povos a circulação e a troca de sentimentos que podem ser convertidos em uma circulação e troca de vidas.

Esta é a verdadeira básica da corporação, que não se baseia em uma comunidade de prazeres ou em uma associação passageira de interesses, mas em um impulso nobre para os mais altos valores humanos.

É sob esta inspiração que nós temos trabalhado e devemos sempre continuar a dedicar os nossos esforços no futuro.

Com uma segurança básica, sobre a qual podemos construir uma estrutura de verdade para o Pan-americanismo, que só pode vir a existir pela vontade de todos os povos, com a intenção de superar toda a oposição, a fim de criar por uma ação conjunta uma vida melhor e mais rica – este é o objetivo através do qual vamos todos lutar.<sup>244</sup>

<sup>244</sup> O fragmento original do discurso em inglês: Despite the fact that very little has been done to develop the economic interdependence between the two countries, in face of the vast possibilities existing in that direction, still our peoples aspire to a union of sentiments between themselves.

Every turning-point in the histories of our countries discloses that yearning. Every time, whether in the life of the continent or of the world at large, one of them has found itself in possession of an ideal or in distress, the other has come spontaneously pleading the right to partake in that ideal or offering help.

Aranha, como defensor do Pan-americanismo, percebe a aproximação de uma nova guerra e sente a necessidade de uma América unida frente a um agressor externo. Por isso enfatiza a necessidade de uma solidariedade continental. Propõe uma ação unificada e coletiva contra essa agressão. O movimento Pan-americano deveria incorporar uma série de fatores, como localização geográfica, interesses econômicos e aspirações nacionais que possibilitassem maior aproximação continental. O que Aranha defendia era a aproximação do Brasil como aliado especial dos Estados Unidos na América Latina, dada a sua importância política, uma vez que ocupava uma posição-chave no continente. Para isso, Oswaldo Aranha não mediu esforços para mostrar que não estava somente atento às necessidades de uma nova relação com os Estados Unidos, mas que se torna responsável por ela. A solidariedade caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontram ameaçados. Aquele que é solidário não está em uma posição diferente da dos outros; ele partilha as mesmas ideias e os mesmos pontos de vista de seu grupo e vai ao encontro dos ideais e dos mesmos pontos de vista dos outros grupos<sup>245</sup>.

\*

\*

\*

O discurso seguinte que será analisado para este estudo é o de homenagem ao Presidente do Paraguai José Félix Estigarribia Insaurralde, ocorrido no Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1939, onde aparecerão importantes argumentações a favor do Pan-americanismo.

Nas saudações protocolares, Oswaldo Aranha fará questão de lembrar ao Presidente do Paraguai que este traz as credenciais de um país amigo muito ligado aos destinos do Brasil.<sup>246</sup>

---

There is between our peoples a circulation and an Exchange of sentiments which can be converted into a circulation and an Exchange of lives. This is the true basic of corporation, which is not founded on a community of pleasures or on a passing association of interests, but on a noble impulse toward the highest human values. It is under this inspiration that we have labored and shall always continue to devote our efforts in the future. No safer basic could be found on which to build the structure of de true Pan Americanism, which can only come into existence by the will of all peoples of this Continent, intent on overcoming all apposition in order to create by joint action a better, a richer life,. Toward that goal let us all strive. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.38.

<sup>245</sup> CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p. 163

<sup>246</sup> Estigarribia foi eleito Presidente do Paraguai em maio de 1939, ainda estando em Washington, tendo como vice Luís A. Riart, representante diplomático paraguaio no Rio de Janeiro. Na viagem de volta a seu país, Estigarribia desembarcou no Rio de Janeiro, em 22 de junho. Foi recebido no aeroporto, por Getúlio Vargas, com honras de chefe de Estado, e, no trajeto até o hotel Copacabana Palace, teve “uma das maiores

Durante a Era Vargas, as relações entre o Brasil e o Paraguai tinham como interesse comum o comércio exterior, além da identidade política entre os regimes de Getúlio Vargas e os Presidentes José Félix Estigarribia e de Higinio Morínigo. O período houve notável aproximação política e cultural entre os dois países, bem como iniciativas para a criação de uma infraestrutura de transporte entre ambos, para viabilizar as relações comerciais.

Para Francisco Doratioto a situação externa do governo Estigarribia era confortável, pois estreitara relações com o Brasil, sem despertar forte reação contrária da Argentina, e contava com o apoio financeiro oficial norte-americano para projetos públicos paraguaios. O governo Roosevelt buscava, assim, afastar o Paraguai da Alemanha, a qual contava com simpatias nos meios militares paraguaios e tinha uma diplomacia ativa para ampliar a influência nazista no país, onde havia significativa colônia alemã<sup>247</sup>.

No governo de Higinio Morínigo, o movimento de aproximação entre o Brasil e o Paraguai ganhara dinamismo próprio, devido aos laços mútuos já estabelecidos e, principalmente, pelo potencial das relações entre os dois países. Ademais, havia inúmeras e marcadas afinidades entre o regime de Morínigo e de Vargas<sup>248</sup>.

A seguir o discurso em homenagem ao Presidente eleito do Paraguai José Félix Estigarribia:

Senhor Presidente,

É com a mais viva alegria que o governo e o povo do Brasil recebem a visita de Vossa Excelência.

Além das credenciais de ser um sincero amigo do Brasil, Vossa Excelência nos traz, neste momento, a qualidade de cidadão chamado pela vontade do seu povo para dirigir destinos tão ligados aos nossos, como são os do Paraguai.

---

manifestações de simpatia popular já presenciadas na capital do país”. Embora fosse conhecido, por conta de sua atuação na Guerra do Chaco, não era Estigarribia tão popular a ponto de gerar tal manifestação dos cariocas, podendo-se concluir que ela foi estimulada pelas autoridades brasileiras. Estigarribia assistiu a um desfile militar, no dia 24, e, em seguida teve uma reunião com Vargas, na qual se discutiu como atender os interesses paraguaios e, ainda, os temas que o general paraguaio conversara com Roosevelt. Na noite de 25, antes de banquete no Itamaraty em sua homenagem, o presidente eleito assistiu a assinatura por Luís A. Riart e por Oswaldo Aranha, dos acordos para a conexão ferroviária entre os dois países, para o intercâmbio cultural e comercial. O Brasil se comprometeu a prosseguir a construção do ramal ferroviário Campo Grande – Ponta Porã e do sub-ramal até Bela Vista, enquanto o Paraguai começaria a ferrovia Horqueta – Pedro Juan Caballero, também com um sub-ramal que uniria ao seu congênere brasileiro. Também ficou decidido que o governo brasileiro construiria uma estrada de ferro de Rolândia no Paraná, até Guairá, na fronteira do Paraguai. Quanto ao aspecto cultural, alunos indicados pelas autoridades paraguaias seriam matriculados, com bolsa de estudos, em escolas brasileiras de nível superior. No lado econômico, bancos brasileiros e agências comerciais brasileiras poderiam se instalar no Paraguai e as agências comerciais paraguaias poderiam atuar no Brasil. O Senado paraguaio aprovou esses acordos em 23 de agosto de 1939 e, no Brasil, ele entrou em vigor pelo decreto presidencial de 6 de outubro desse ano. DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1829-1954)**. Brasília: Funag, 2012, p.441 e 442.

<sup>247</sup> Ibid., p.442.

<sup>248</sup> Ibid., p. 446.

O povo brasileiro participou, desde logo, do regozijo oficial pela visita do futuro Chefe da Nação paraguaia, e, com a sua presença nas manifestações que lhe foram tributadas, festivamente sancionou o gesto do Governo.

O sentimento com que Vossa Excelência acolhido entre nós traduz de uma forma concreta a natureza das relações entre os nossos dois países, as quais, embora tenham atravessado, outrora, período de rude provocação, são, por isso mesmo, talvez, mais fundas, mais reais, mais amigas. É que a verdadeira amizade, Senhor Presidente, não é a que desconhece os desentendimentos e os conflitos, mas a que sabe vencê-los, ultrapassá-los, transformando-os em motivo de compreensão e de união entre os povos.

A paz que se deseja entre as nações não é a paz da estagnação, mas a paz positiva, resultante da vida e do momento. Ela não nos é dada como a água e o ar, não é uma coisa feita com todas as suas peças, mas uma criação lenta, produto dos embates de elementos heterogêneos transformados numa realidade harmoniosa. Tal é, Senhor Presidente, a realidade das relações entre os nossos dois povos, que hoje se compreendem, se estimam e se amam, irmanados que estão por sentimentos comuns e por uma justa apreciação de seus valores recíprocos, passados e presentes<sup>249</sup>.

Após as saudações protocolares, Oswaldo Aranha fala do acolhimento entre os dois países que, embora tenham atravessado, outrora, período de rude provocação, são, por isso mesmo, talvez, mais fundas mais reais e mais amigas. O fato lembrado é o da Guerra do Paraguai, maior conflito entre Brasil e o Paraguai, que começou em 1864 e terminou em 1870, com a derrota do Paraguai para os países que formaram a chamada Tríplice Aliança: o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

A guerra também gerou um custoso endividamento do Paraguai com o Brasil. Essa dívida foi perdoada, quatro anos depois desse encontro entre o Presidente do Paraguai e o ministro Oswaldo Aranha, em 1943, pelo Presidente Getúlio Vargas. Mas os encargos da guerra e as necessidades de recursos financeiros levaram o país à dependência de capitais estrangeiros.<sup>250</sup>

Aranha relatará que “a realidade das relações entre os nossos dois povos, que hoje se compreendem, se estimam e se amam, irmanados que estão por sentimentos comuns e por uma justa apreciação de seus valores recíprocos, passados e presentes”, mostra a estreita relações diplomáticas, cultural e econômica entre dos dois países.

Na sequência, Aranha ressaltará a questão da americanidade, onde, busca articular e impor uma identidade americana ideologicamente identificada com vultos históricos, e na continuidade, retoma o tema da paz no continente.

<sup>249</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.51.

<sup>250</sup> Mais sobre a Guerra do Paraguai ver: DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1829-1954)**. Brasília:Funag, 2012.

Veio Vossa Excelência, Senhor Presidente, do campo de batalha, com as mãos ainda feitas aos misteres das armas, para consagrar-se à obra de estadista e, assim fazendo, repetir a história dos grandes generais do passado na América como Bolívar, San Martín, Grant e Caxias, que construíram os seus maiores triunfos na obra construtiva da paz.

Sabe Vossa Excelência, que é dessa família ilustre, que só a paz é fecunda: só ela reúne as condições de uma verdadeira ordem humana, que, não podendo dispensar a força, não emana dela somente, mas da sua conciliação com as exigências da razão e da consciência dos povos. Criar a ordem é ajustar os elementos de um todo de maneira que as partes concorram e cooperem para o mesmo fim, é criar a unidade e a harmonia no seio da diversidade<sup>251</sup>.

No discurso, Aranha exalta a “história dos grandes generais do passado na América como Bolívar, San Martín, Grant e Caxias”. Propositalmente ou não, não citou o nome de nenhum “herói” paraguaio. Citou Simon Bolívar e José Francisco de San Martín que são considerados por muitos como heróis, visionários, revolucionários e libertadores, pois participaram de campanhas decisivas para as declarações de independência de diversos países da América Latina. Dá destaque, também, ao general Ulysses S. Grant, político e militar estadunidense, que comandou os exércitos dos Estados Unidos contra os confederados durante a Guerra Civil dos Estados Unidos, e foi Presidente dos Estados Unidos, entre 1868 e 1876. Como presidente buscou eliminar os vestígios do nacionalismo confederado e da escravidão, e foi o responsável pela destruição da Ku Klux Klan, em 1871. Outro que Aranha destaca é o General Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, que teve papel de destaque na guerra do Paraguai.

Como em outros discursos novamente, é retomada a crítica aos nacionalismos extremados e para contrapô-los salienta a “questão da comunhão continental e o forte espírito de solidariedade humana”, qualidades estas, segundo Aranha, que marcam a política do continente americano. Esclarece que numa época que a nossa economia só poderá se desenvolver pela interdependência das nações, onde o livre pensamento atravessa as fronteiras, a ciência disponibilizou-se a todos os povos e que a filosofia e a religião ocupam lugar de destaque seria um anacronismo se a América não seguisse esse caminho.

Felizmente, Senhor Presidente, a paz é tradição viva, sempre renovada e de substância cada vez mais rica, da América. O sentimento nacional dos povos americanos, contrariamente aos nacionalismos extremados que hoje se defrontam, cheio de ódios e ambições no mundo, longe de acentuar aquilo que separa e opõe, procura completar-se na comunhão continental e num forte espírito de solidariedade humana. É esse o traço mais característico da fisionomia política da América. Nem podia deixar de ser, pois o contrário

<sup>251</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.51-52.

seria de um anacronismo flagrante, numa época, como a nossa, em que a economia só se pode desenvolver pela interdependência das nações, em que o pensamento atravessa as fronteiras, em que a ciência se tornou um bem comum a todos os povos, em que a filosofia e a religião retomam o seu domínio universal<sup>252</sup>.

Dando seguimento ao discurso Aranha lembra, a Guerra do Chaco (1932-1935) conflito entre Bolívia e Paraguai pela posse do Chaco Boreal, região que por muito tempo não recebeu atenção de nenhuma das duas repúblicas, mas que com a descoberta de recursos naturais, como o petróleo, passou a ser intensamente disputada, levando à guerra. O conflito trouxe risco de desestabilização na região. Argentina, Brasil, Uruguai, Peru e Chile tinham interesses políticos e comerciais na Bolívia e no Paraguai. Por esses motivos o Brasil manteve-se neutro no conflito e teve um papel importante nos acordos de paz. O Ministro das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares (1934-1937), participou junto com os Ministros das Relações Exteriores da Argentina, Bolívia e Paraguai na longa negociação que pôs fim ao litígio do Chaco, com o “Tratado Definitivo da Paz, Amizade e Limites”, assinado em Buenos Aires<sup>253</sup>.

Do espírito continental da América, fala bem alto o nobre gesto de dois povos irmãos, o de Vossa Excelência e o boliviano, os quais, divididos pela luta, herança trágica de um passado distante e extracontinental, compreenderam que uma solução digna do seu valor só podia ser encontrada na tradição americana, na arbitragem e na conciliação<sup>254</sup>.

O livre comércio e a política de boa vizinhança foram à marca das relações entre o Brasil e o Paraguai na gestão do Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha.

Fronteiras livres e portos abertos cercam o nosso imenso território nacional, dentro de cujos limites cabem séculos de crescimento e de multiplicação dos brasileiros, sem outras ambições que não as do seu agradecimento pelo progresso, pela boa vizinhança e pela paz. Inspirado nesta decisão, o Brasil procura e procurará alargar, sem reservas, aos povos irmãos todas as facilidades possíveis, para que usufruam conosco partilhem essa obra comum, econômica e politicamente Pan-americana.

A associação desse esforço construtor pela consciência de propósitos de nossos governos e de aspirações de nossos povos é o mais seguro penhor que podemos dar do espírito de cooperação que anima todos os povos continentais.

---

<sup>252</sup> Ibid., p.52.

<sup>253</sup> DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1829-1954)**. Brasília:Funag, 2012, p.427.

<sup>254</sup> Ibid., p.52.

As perturbações que ameaçam as velhas civilizações europeia e asiática não devem entibiar nosso ânimo, nem compreender o surto de progresso econômico e político das nações americanas.

A obra que Vossa Excelência vai realizar em seu país, Senhor presidente tem o nosso aplauso e terá a mais leal cooperação da nossa vizinhança e da nossa amizade.

O acordo, que hoje selamos, entre seu Governo e o do Brasil, é uma afirmação sem contrastes da amizade e da vontade que unem, hoje, numa aspiração comum de progresso e solidariedade, não somente nossas terras, mas, igualmente paraguaios e brasileiros.

A obra hoje pactuada para comemorar a visita de Vossa Excelência exigirá de futuro, uma cooperação cada vez mais íntima, de nossas fronteiras, de nossas populações, de nossas economias e até de nossas políticas.

É este o desejo de meu Governo e do povo brasileiro, que tenho a honra de expressar a Vossa Excelência, fazendo votos pela felicidade de sua investidura, pela grandeza da Nação paraguaia e em honra de Vossa Excelência e de seu Presidente<sup>255</sup>.

Cabe destacar, que Aranha, assinou, no Rio de Janeiro, importantes acordos – foram dez convênios de participação - com Argaña, importante ministro do governo Morínigo. Entre os convênios, estava o que tornava o porto de Santos aberto ao comércio exterior paraguaio, e criava mecanismos de crédito para o comércio bilateral; outro que tratava das bases para um tratado de comércio e, ainda, o que tratava da construção da ferrovia Concepción a Pedro Juan Caballero<sup>256</sup>.

Os resultados da viagem de Argaña ao Rio de Janeiro vão além dos citados dez convênios. Houve, também, um entendimento sigiloso entre ele e Oswaldo Aranha para garantir as boas relações entre o Paraguai e o Brasil. Os dois chanceleres concordaram que qualquer questão que pudesse perturbar as relações brasileiro-paraguaias seria tratada diretamente entre essas duas autoridades, quer por meio de correspondência, quer por enviados especiais, “dentro do marco da mais absoluta cordialidade e lealdade”<sup>257</sup>.

\* \* \*

A Comunidade Britânica prestou uma homenagem aos jornalistas brasileiros que visitaram a Inglaterra a convite daquele governo. Na solenidade, Oswaldo Aranha discursou para os presentes. O ato ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 18 de dezembro de 1942.

---

<sup>255</sup> Ibid., p.52-53.

<sup>256</sup> DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1829-1954)**. Brasília:Funag, 2012, p.448.

<sup>257</sup> Ibid., p. 449.

Após a saudação inicial, ao se congratular com o embaixador da Majestade Britânica, representado, na solenidade, pelo Ministro do Canadá, agradeceu o convite e lembrou o primeiro-ministro britânico, Winston Leonard Spencer Churchill, dizendo: “Sinto-me bem ao falar convosco nesta hora, como falei com eles ao conhecer, na intimidade, e talvez no segredo, a opinião de cada um e, ao receber, eu mesmo, deles, como se tivesse viajado, como se tivesse entrado em contato com aquelas populações maravilhosas e com aquele milagroso esforço humano para vencer, como se eu tivesse tido a honra de ver, não um homem, mas que é Churchill, esse novo influxo que mais nos há de reunir e ajustar na deliberação em que estamos cada um e todos, - britânicos, divididos por todo o mundo e brasileiros, por todo o Brasil – mas unidos numa só decisão: vencer a esses que querem subverter a vida, suas concepções, o modo digno de viver ou, então, desaparecer, para não nos tornarmos escravos”<sup>258</sup>.

Aranha aproveitará a ocasião para explicar a política externa brasileira<sup>259</sup> e lembrará a tradição diplomática do país, os fundamentos importantes como o princípio da não intervenção e da autodeterminação dos povos e a tese da igualdade jurídica das nações e realça que essa é uma política de governo:

A política externa não é minha. A política exterior de todos os povos depende de circunstâncias que lhe ditam e a ação em dados momentos. Os povos não são todos governados da mesma maneira, como não são todos governados pelos mesmos homens, como não são todos orientados pelas mesmas ideias. Há governos que se antecipam aos seus povos; há governos que acompanham os seus povos; e há governos atrasados sobre a vontade de seus povos, e até, governos contra os seus povos<sup>260</sup>.

Para Aranha, a política externa se tornará possível, concebível e pensável porque ela é uma política de governo. A política externa não é uma simples reação de um Estado. As políticas externas são legitimadas através de uma identidade que representam em termos de interesses nacionais, como explica Messari, ao afirmar que as políticas exigem identidades, porém as identidades não existem como narrativas objetivas sobre indivíduos e lugares como

<sup>258</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.59.

<sup>259</sup> Havia um desejo do governo brasileiro de enviar tropas para a Segunda Guerra Mundial, mas as reações britânicas ao desejo brasileiro de participar da guerra devem ser vistos à luz da concorrência anglo-americana na América do Sul. O governo britânico considerava a participação brasileira, na guerra, um inconveniente, mas por razões políticas o *Foreign Office* aplaudiu a intenção brasileira. Esperava-se que isto estimulasse o interesse brasileiro na Europa e faria diminuir qualquer tendência isolacionista que viesse a se desenvolver nas Américas após a guerra. MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1950 : mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial** / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012, p.126.

<sup>260</sup> *Ibid.*, p.60.

“eles realmente são”, mas sim como sujeitos e objetos continuamente reafirmados, negociados e refeitos<sup>261</sup>.

A política externa depende de representações que são atribuídas à nação, ao povo ou ao interesse que se busca proteger assim como à situação de ameaça ou crise que se procura eliminar. Para tanto, precisamos primeiro dar significado à realidade e povoá-la de objetos e de relações entre estes. O Estado, através da política externa, articula, constrói e atribui identidades específicas a outros Estados, regiões, povos e instituições ao mesmo tempo em que constrói e atribui para si uma identidade.

No decorrer de sua explanação, Aranha fala das características do governo brasileiro presidido por Getúlio Vargas.

O Governo do Brasil caracteriza-se, justamente, por ser aquele que, atentas as circunstâncias geográficas, políticas e econômicas, não se pode antecipar aos acontecimentos; é aquele governo sábio que tem a compreensão de que também não se pode antecipar aos acontecimentos; é aquele governo sábio que tem a compreensão de que também não pode apartar, nem atrasar, nem contrariar os impulsos e as necessidades de seu povo. É o governo orientado, dirigido, presidido pelo senhor Getúlio Vargas.

E vós outros, britânicos, sabeis que este é o bom governo, porque este é, foi e, para a felicidade do mundo, há de ser, como exemplo a todos os povos e como proteção para os destinos universais, o Governo de hoje e o governo de amanhã da Inglaterra e do Império Britânico.

O governo não se deve antecipar sobre os povos, nem sobre os acontecimentos: deve segui-los e obedecer-lhes. E foi isso que fez a Inglaterra, isso que fez o Brasil<sup>262</sup>.

Exalta a liderança do Presidente, ao afirmar que este preside um governo sábio, que tem compreensão de que também não pode apartar nem atrasar, nem contrariar os impulsos e as necessidades de seu povo, Aranha afirma que os benefícios que o governo proporciona serão discutidos e distribuídos ao povo. O povo pleiteará aquilo que julga de seu direito, basta representar por si mesmo aos poderes públicos, que examinarão a justiça das suas pretensões. E destaca que o governo não se deve antecipar sobre os povos nem sobre os acontecimentos: deve segui-los e obedece-lhes. E foi isso que fez a Inglaterra, isso que fez o Brasil.

Na continuação Aranha traça um paralelo de um governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas está com o povo e às formas de ditadura e totalitarismo, em um

<sup>261</sup> MESSARI, N. “Existe Um Novo Cenário de Segurança Internacional?” In: José Maria Gómez. (Ed.) *America Latina y El (Des)orden Neoliberal - Hegemonia, Contra-hegemonia*, Perspectivas. (Buenos Aires: CLACSO, 2003), p. 133.

<sup>262</sup> ARANHA, Oswaldo. *1894/1960 – discursos e conferências*. Brasília: FUNAG, 1994, p.60.

país onde a sintonia entre povo e governo subentende que o governo é o representante do povo.

Outros governos são os da perturbação e da desordem, os governos messiânicos, os governos aprioristas que querem organizar a consciência dos homens, forjar os lares, dar novas leis, preparar um futuro e assentar um novo destino a seus povos. Esses são o governo da Itália, o governo da Alemanha e o governo dos povos que deixaram roubar das mãos e de seus corações a forma de governar.

O verdadeiro governo não é aquele que se improvisa nem aquele que acredita na missão especial de alguns homens; é aquele que repousa na tradição, no sentimento, na vontade consultada, meditada e medida do próprio povo. Esse é o que é o governo capaz de proteger os homens contra a guerra, os povos contra essa calamidade e de assegurar a todos nós um futuro tranquilo, aspiração suprema de toda a humanidade.

No Brasil, o Governo não se antecipou sobre o seu povo, nem sobre os acontecimentos. Nós, os homens de governo e homens representativos das instituições que participam do governo ou ajudam a governar, como os homens de imprensa e outras expressões da opinião nacional, todos nós, segundo os nossos temperamentos, nos antecipamos nas nossas opiniões, manifestamos os nossos desejos, chegamos, mesmo, a gritar as nossas ânsias<sup>263</sup>.

Aranha ressalta em sua fala que o governo brasileiro coloca a figura do povo como centro de suas políticas, isto é, o povo tem direitos dentro da sociedade e expressa sua vontade através do governo, e faz uma comparação entre o governo brasileiro e os governos totalitários europeus.

No caso dos “outros governos”, chama-se a atenção pela imposição a obrigatoriedade de obediência de um líder, considera que os regimes totalitários têm características opostas ao seu governo “e que a sua vontade é consultada, meditada e medida pelo próprio governo”, critica os regimes ditatoriais de líder único, como os regimes provenientes do nazismo e do fascismo. Esses regimes se caracterizam por um ditador, uma pessoa que detém todo o poder e manda e desmanda como bem lhe aprouver, sendo o que o povo era obrigado a realizar tudo o que o Governo desejasse, sem reclamações e sem opiniões.

Na continuidade, lançará as seguintes indagações: “O que é a solução dum povo? É, por acaso, a voz dum homem que se eleva mais alto sobre a dos outros? É, por acaso, um homem ditando, só, ele, leis a todas as outras criaturas da comunidade nacional? Ou é, justamente, esta ponderação, esta consulta, esta auscultação contínua e sábia de todas as opiniões e, até, de todas as paixões e de todos os interesses, como um matemático que tirasse

---

<sup>263</sup> *Ibdi.*, p. 61.

dum paralelogramo de forças a resultante que haveria de mover a massa enorme no sentido da verdadeira diretriz de todas as energias conjugadas<sup>264</sup>”?

Em resposta às suas indagações diz: “Este é o governo que queremos, este é o governo de todos os homens que acreditam na opinião, na liberdade e no direito de cada criatura concorrer para as deliberações de seu próprio destino<sup>265</sup>”.

Ao referir-se a liberdades individuais, Aranha se declara um defensor da democracia liberal, tem a compreensão democrática de justiça de acordo com a qual o governo existe para promover os interesses da maioria do povo.

O combate ao nazismo e ao fascismo é, no apelo de Oswaldo Aranha, uma política válida e legítima. Através de um discurso repleto de articulações referentes à qualidade e à coragem do povo brasileiro, pelas quais Aranha atribuirá significados, se revestindo de um “discurso de brasilidade e americanidade”. No seguimento do discurso, reproduz as práticas da política externa brasileira, no sentido de naturalizar e inscrever, como permanente, uma identidade nacional na luta contra a tirania.

Nesta guerra, entraram os povos e entraram as criaturas com a vida no que ele tem de mais material, mas no que ele tem de mais sublimemente espiritual. Nesta guerra não se poderá salvar a cabeça se as Nações Unidas forem derrotadas. Devemos, portanto, enfrentá-lo com o corpo, todos, ombro a ombro, sem pensar, olhando para a frente, mas olhando com aquele olhar que não sabe recuar, porque, sem isso, nosso destino estará perdido. Não nos devemos dividir entre otimistas e pessimistas. Não nos devemos dividir entre direitistas e esquerdistas.

Não, na hora da batalha, o caminho dos homens que querem salvar a humanidade, uma concepção de vida e uma forma de existência livre e digna de cada um e de todos, não é um caminho do debate vão e incerto. Não! Nós estamos vivendo a hora do esforço, a hora do trabalho, a hora da vitória. E, para isso, posso assegurar-vos que os brasileiros se organizam e todos, de todos os cantos, ouvidos, inquiridos, auscultados, respondem com uma só decisão: não pensar, não raciocinar, não cogitar, reunir para vencer.

Esse testemunho, eu vos trago, e com uma significação tanto maior quanto ele não é fruto de um homem gritando aos brasileiros que marchem, não é fruto de um homem dizendo aos brasileiros que morram, propagando aos brasileiros os que lhes não está no sentimento e no coração. São todos os brasileiros, dizendo um aos outros, ao seu governo e a todos os povos, que o Brasil está ao lado da Inglaterra e dos Estados Unidos para realizar o seu destino de país que nasceu da liberdade e não quer morrer escravo. É o grito de todos os brasileiros a todo o mundo: que hão de estar na hora decisiva, onde se derrame o sangue e onde se reafirme a ideia, ao lado dos heroicos batalhadores que salvaram os destinos humanos da ameaça tremenda da escravidão hitlerista e fascista<sup>266</sup>.

---

<sup>264</sup> Ibid., p. 61.

<sup>265</sup> Ibid., p. 61.

<sup>266</sup> Ibid., p. 62.

No discurso destaca a necessidade de uma união nacional contra um inimigo comum: “Não nos devemos dividir entre otimistas e pessimistas. Não nos devemos dividir entre direitistas e esquerdistas”. Desde o início do conflito, eram grandes as pressões internas para que o Brasil se alinhasse claramente ao lado dos Aliados (liderados por Grã-Bretanha, França e, depois, Estados Unidos), contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e, depois, Japão). Os estudantes e os grupos políticos de esquerda exigiam de Vargas o rompimento de todos os laços políticos e comerciais com o governo de Hitler.

Aranha ressalta também as qualidades e a coragem e o relevante papel do povo brasileiro na retaguarda, na forte pressão que tem sobre o governo, sobre a sociedade para declarar guerra à Alemanha, à Itália e ao Japão e para o envio de um corpo expedicionário aos campos de batalha. Apela para a união dos movimentos antifascistas e democráticos em nome da defesa da pátria e do continente contra o inimigo comum da humanidade, o nazi-fascismo. Até aquele momento o povo brasileiro nunca tinha sido convidado a participar tão decisivamente dos destinos deste país no conflito mundial.

Aranha mencionará na parte seguinte do discurso Rui Barbosa, para respaldar as suas responsabilidades dentro do governo brasileiro e dizer que elas são as mesmas para a América, porque o Brasil é uma parte importante do continente americano.

Devo ainda, no mesmo ambiente de franqueza e de conversa com todos vós, declarar dadas minhas responsabilidades pessoais dentro do Governo do Brasil que a política do meu país é a política da América. E a razão é muito simples. Dentro da afirmação prévia que fiz, de que não queremos posições, de que não queremos pedir a ninguém que nelas venham trazer servidas em bandeja de prata, repito que a política do Brasil só pode ser americana, porque o Brasil pertence ao Continente Americano. A orientação dos seus homens públicos, bem como as direções das suas atividades estão condicionadas em sua primeira fase de formação e estrutura ao ambiente americano. Mas isso não quer dizer que destino universal nos seja estranho e que nós não acompanhemos a sorte da Inglaterra com as mesmas palpitações de sentimento de ânsias e de esperanças com que acompanhamos a sorte da comunhão norte-americana e de toda a América.

Não! O nosso dever primeiro são com o continente, com o qual nascemos e com o qual teremos que viver, morrer e sobreviver. Mas nós reconhecemos que esse próprio destino americano veio, como diria o grande Rui, ‘como água que corre de água que já correu’, das mais profundas essências e dos sonhos mais ardentes do espírito inglês<sup>267</sup>.

---

<sup>267</sup> Ibid., p. 63.

Oswaldo Aranha julgará necessário e urgente uma articulação do continente contra as forças do Eixo, isto é, uma unidade objetiva e realista baseada na cooperação continental. Aranha apostará na manifestação do povo brasileiro porque tinha o seu poder limitado, a última palavra ainda cabia ao Presidente Getúlio Vargas, sofria pressões do campo militar, importantíssimo na manutenção do regime, devido aos próprios rumos das relações internacionais no período.

Encerra o discurso usando a estratégia de citar Rui Barbosa, como uma forma de respaldar e enriquecer o seu discurso, na parte em que diz: “Mas nós reconhecemos que esse próprio destino americano veio, como diria o grande Rui, ‘como água que corre de água que já correu’, das mais profundas essências e dos sonhos mais ardentes do espírito inglês”.

Para Maingueneau: “as falas não são somente citadas, elas ocupam lugar numa narrativa<sup>268</sup>”. Assim é possível entender que, ao citar Rui Barbosa, faz com que esse ocupe um lugar, exerça uma função e construa certos efeitos que melhorem o sentido ao discurso.

\*

\*

\*

No ato solene da abertura da 2ª Conferência Interamericana de Advogados, Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1943. Oswaldo Aranha lamentará no discurso, que aquele momento festivo não seja de paz<sup>269</sup> e enaltecerá o papel do direito na defesa da América e da justiça entre os povos. Formado em Direito, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e depois, como Ministro da Justiça, do primeiro governo de Vargas, referendou a criação da Ordem dos Advogados do Brasil. No discurso, exalta o papel da advocacia, ao dizer pertencer à chamada “profissão ideal”, porque essa pertence à suprema das profissões.

Reúne-se a 2ª Conferência Interamericana de Advogados em um momento histórico, porque temos todos a fortuna de assistir à comemoração de um

<sup>268</sup> MAINGUENEAU, D. **Elementos de linguística para o texto literário**. Trad. Maria Augusta Bastos de Matos; revisão da tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p 103.

<sup>269</sup> O contexto do discurso ocorre durante a Segunda Guerra Mundial, conflito militar que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo — incluindo todas as grandes potências — organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados e o Eixo. Sobre a Segunda Guerra Mundial e o continente americano ver: ARGUELHES, Delmo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Organizado por Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schurster, Igor Lapsky, Ricardo Cabral e Jorge Ferrer. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010; FALCÃO, João. **O Brasil e a 2ª Guerra Mundial: testemunho de um soldado convocado**. Brasília: Unb, 1998; FLORES, Bráulio. **Ataque a Pearl Harbor**. 2008. Disponível em: [http://tudoehistoria.pro.br/segunda\\_guerra/pearl\\_harbor/Ataque\\_a\\_Pearl\\_Harbor.pdf](http://tudoehistoria.pro.br/segunda_guerra/pearl_harbor/Ataque_a_Pearl_Harbor.pdf); MANO, Lucyanne. **1940 - Pacto Tripartite: Alemanha Itália e Japão**. Hoje na história: CPDOC JB. 2007. Set. 2007. Disponível em: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=4919>

século de devoção ao Direito, celebrado pela vitória das armas forjadas e dos povos formados para defender e sustentar os seus princípios e os seus ideias. O Brasil ufana-se da preferência lisonjeira que nesta hora histórica lhe destes, senhores da Federação dos Institutos e Associações de Advogados americanos.

O Brasil vós acolhe sem lamentar que não seja de paz o momento festivo em que voz recebe para comemorardes conosco uma grande data continental, porque temos todos consciência de que foi essencial à existência mesma do Direito a atitude que assumimos na defesa própria, da América e da justiça entre os povos.

Não, não é de paz o momento em que nos congregamos, senão de guerra, de uma guerra de todos os povos, de todos os homens, de todas as mulheres e até de todas as crianças, porque batalha está travada, não só na imensidade dos *fronts* de todos os lares, mas também no íntimo de todas as criaturas<sup>270</sup>.

No seguimento de sua fala, dirá que os advogados presentes na conferência serão convocados pelo chamamento da consciência e da profissão para reafirmarem, em uma solenidade como esta, sua fé nos ideais que fizeram da América a pátria da democracia.

Em um jogo de palavras, enfatizará a certos pontos da argumentação que ele avalia importante no discurso. Relata que a América nasceu à luz das melhores reivindicações de dignidade, tolerância, independência e coragem dos seus pensadores. Ela não é um refúgio de perseguidos, mas o asilo procurado<sup>271</sup>, a nova pátria criada pelas aspirações irredutíveis do homem na ânsia incontida de ser livre, de ser digno, de ser feliz.

Não nos iludimos, nem nos poderíamos iludir, dada a nossa formação jurídica e americana, sobre o que se arriscar e o que se pode preservar material e moralmente no mais extenso conflito de que há memória e, por isso mesmo, acolhemos de braços abertos, os advogados de todos os cantos da América, convocados pelos chamamentos da consciência e da profissão para reafirmarem, em uma solenidade como esta, sua fé nos ideais que fizeram da América a pátria da Democracia.

A América nasceu à luz das melhores reivindicações de liberdade de pensar, de crer e de viver.

A sua formação inicial fundou-se nas profundas convicções de dignidade, tolerância, independência e coragem dos seus pensadores.

Ela não só foi um refúgio de perseguidos, mas o asilo procurado, a nova pátria criada pelas aspirações irredutíveis do homem na ânsia incontida de ser livre, de ser digno, de ser feliz.

Cada uma das nossas nacionalidades, Senhores Delegados, se honra de sua procedência, não somente pelas benesses de tradição e de sangue, como pelo patrimônio cultural e institucional que herdamos de nossos maiores.

<sup>270</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.69.

<sup>271</sup> O continente americano atraiu imigrantes, principalmente europeus, que estavam à procura de melhores condições de vida e de trabalho. A imigração teria ter enorme importância na história econômica, política e cultural da América. Para cá, vieram italianos, portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, russos, além de outras nacionalidades e grupos étnicos de menor expressão numérica como suíços, húngaros, poloneses, tchecos, judeus. Vieram também, japoneses, sírios e libaneses, desejosos de tentar a vida na América.

A common Law, as leyes de Índias, as ordenações lusitanas, foram no seu tempo admiráveis recopilações de normas sábias, que transportaram para a América as garantias saxônicas, o espiritualismo espanhol, o pragmatismo português, o resguardo da propriedade, o plano municipal, a consideração pelo trabalho, o zelo da consciência, o culto das letras, a moralidade da família e, acima de tudo, o respeito à personalidade humana. Graças a esses diplomas, em que se estampavam muitos séculos de jurisprudência sensata e justa, floresceram no passado as universidades, os centros de cultura e de trabalho, os meios acadêmicos de estudo e de investigação, e os núcleos de elaboração política da América nascente, e foram colegas vossos advogados de claro discernimento, os próceres das nações que representais, os seus organizadores, os coficiadores de suas leis, os fundadores da cultura e da civilização americanas. Essas nobres origens correspondiam à vocação da gente e ao imperativo da terra<sup>272</sup>.

O discurso engloba um grande número de razões, causas e fatores, que no seu ponto de vista, caracterizam a “cordialidade do homem americano”, como por questões históricas próprias à sua constituição ou às causas conjunturais. Mas durante o Estado Novo, o Ministério das Relações Exteriores fez restrições à entrada de imigrantes no país, com o objetivo de assegurar a homogeneidade étnica e cultural da população brasileira, que deveria ser obtida pela assimilação entre diversas raças e culturas existentes no Brasil, assegurando, assim, a constituição do futuro da nação, com a criação de uma identidade nacional.

O antissemitismo esteve presente no Estado Novo, especialmente no Itamaraty, com suas circulares secretas que restringiam a imigração de judeus ao Brasil a partir de 1937<sup>273</sup>. Mesmo assim, os judeus não sofriram nenhuma perseguição específica<sup>274</sup>; sofreram o mesmo

<sup>272</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.70.

<sup>273</sup> Com a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, coube ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil o papel de sustentar uma política imigratória com o objetivo de garantir uma “imigração saudável e civilizada”. A lógica era do equilíbrio social e político, com a intervenção direta do Estado, a ideia era transformar o Brasil numa nação forte. Ministério das Relações Exteriores emitiu circulares secretas com o objetivo de combater o caráter “desordenado” e “tumultuado” da entrada de imigrantes no país. Conforme a pesquisadora Maria Luíza Tucci Carneiro, ao assumir a chefia do Itamaraty, em março de 1938, Oswaldo Aranha (1894-1960) deu continuidade à política de intolerância contra os imigrantes, em especial, ao fluxo de judeus, considerado por “circulares secretas” como indesejáveis. Existem 24 circulares secretas antissemitas emitidas pelo Itamaraty, entre 1937 e 1948, essas circulares tinham consequências imediatas na vida daqueles que procuravam fugir das perseguições nazistas que culminaram, em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Até 1941, o Ministério das Relações Exteriores decidiam sobre os pedidos individuais e coletivos de imigrantes, depois, coube ao Ministério da Justiça do ministro Francisco Campos esse papel, o Ministério das Relações Exteriores do ministro Oswaldo Aranha, continuou intermediando as concessões dos vistos por intermédio em missão no exterior. É importante ressaltar que, apesar da postura antissemita do governo brasileiro, imigrantes conseguiam entrar no Brasil com o apoio das associações judaicas nacionais e internacionais. CARNEIRO, M.L.T. **O antissemitismo na Era Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Ver também: CYTRYNOWICZ, R. **Além do Estado e da Ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.22, nº 44, p.393-423, 2002.

<sup>274</sup> Apesar das restrições legais, impostas pelo Estado Novo de falar em público, de ensinar e de publicar em línguas consideradas “estrangeiras”, da ação da polícia política, e apesar de um processo de nacionalização, legal e ideológico que forçou a mudança de diretoria e de nome de várias entidades dos grupos considerados “estrangeiros” (especialmente de imigrantes e nacionais italianos, alemães e japoneses), ressalta Cytrynowicz, as instituições judaicas trabalharam serenamente para adequar-se às restrições e funcionaram ativamente durante o

que todos os outros grupos de imigrantes, quando foram proibidos de comunicar-se na sua língua de origem e editar jornais em línguas estrangeiras.

A questão da imigração judaica será também abordada em uma entrevista que Oswaldo Aranha apresentou aos jornais estrangeiros e que foi retratado pelo jornal *Diário de Notícias*, a manchete destaca as palavras do chanceler: “ É dever de cada país da América organizar-se para a defesa – Em sensacional entrevista aos correspondentes estrangeiros, o senhor Oswaldo Aranha declara que o Brasil emprestará a sua máxima cooperação dentro da legislação nacional, ao plano de defesa continental de Roosevelt”. E sobre a questão judaica no Brasil, o jornal destaca também, a frase do chanceler sobre o assunto: “Os judeus serão bem recebidos com simpatia”. Diz a matéria:

Declara ainda, o senhor Oswaldo Aranha que, se bem não tenha recebido notícia oficial do movimento anglo-americano para auxílio aos judeus, o Brasil cooperará amplamente com Londres no Comitê Intergovernamental de Refugiados no qual toma parte. Ao referir-se aos judeus, declarou: ‘recebê-lo-emos com simpatia, pois, nos reservamos o direito de abrigá-los de acordo como o nosso plano de desenvolvimento nacional por razões geográficas, econômicas e evolutivas’.

Explicou ainda o ministro Aranha que o seu governo prefere disseminar os estrangeiros por todo o território nacional antes a concentrá-los de uma só nacionalidade ou raça, em pequenos distritos. Afirma que, em São Paulo, a população era em grande parte descendente de italianos, enquanto que no sul do país, predominava a descendência alemã. Aludiu que, não obstante, a proporção atual de residentes brasileiros nascidos no exterior, é agora muito reduzida, devendo-se o fato circunstância de haver sofrido sensível diminuição a imigração do país, assinalando ainda, que no Brasil, há lugar para muitos estrangeiros. Declarou que o governo, além de desejar repartir os imigrantes que aportaram ao Brasil, preferem que sejam agricultores e técnicos a fim de que contribuirão para o desenvolvimento de vários trechos completando regiões de nosso território.

Declarou, finalmente, o ministro Aranha, que o Brasil não faz distinções sociais e que os judeus alemães serão incluídos dentro da quota regular alemã que é, atualmente de 4.772 (quatro mil e setecentos e setenta e dois) por ano, não sendo, porém, provável que se estabeleça uma quota especial para os judeus, coagidos a abandonar a Alemanha<sup>275</sup>.

Muitos dos imigrantes por intermédio de líderes comunitários, que se valiam de brechas na Constituição de 1934, a qual instituía no Brasil o regime de cotas para o ingresso de imigrantes, estabelecendo determinado percentual de vistos para cada nacionalidade. Keila Grinberg, no artigo intitulado: “Nova língua interior – os judeus no Brasil, diz que o sistema

---

período. CYTRYNOWICZ, R. **Além do Estado e da Ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.22, nº 44, 2002, p.399.

<sup>275</sup> É dever de cada país da América organizar-se para a defesa. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de novembro, 1938, p.3.

de cotas foi mantido pela Constituição de 37; assim, os judeus entraram aqui, obtendo vistos pelas cotas de diversas nacionalidades que tinham diferentes origens: francesas, alemãs, inglesas, tchecas, austríacas, etc. A estratégia foi se apresentar com nacionalidades distintas, os imigrantes e os refugiados tinham múltiplas oportunidades de entrada<sup>276</sup>.

Saliento que na sua gestão no Ministério das Relações Exteriores continuou ocorrendo uma política restritiva aos judeus. As circulares secretas antissemitas colocadas em prática desde 1937 continuaram vigorando, sem que Oswaldo Aranha buscasse eliminá-las ou denunciá-las, também não buscou favorecer uma ação humanitária a favor dos judeus, e durante a sua gestão, um processo administrativo “afastou” a bem do serviço público o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, reconhecido defensor da causa da imigração judaica para o Brasil. A seu favor que não há nenhum pronunciamento antissemita, portanto a sua posição era a de dar continuidade a política de governo.

Na mensagem seguinte do discurso, aos advogados critica as constantes crises que a Europa passa e enaltece pelo fato de a América viver longe das crises do velho mundo, pode desenvolver o culto da solidariedade que geram um significativo sentimento de unidade. Aranha ainda destacará o papel que o Direito cumpre em fornecer aos povos americanos a estrutura jurídica continental.<sup>277</sup>

Diferentes do velho mundo nas condições de riqueza, de vida, de pensamento e, sobretudo, de aspirações, porque não participamos do fatalismo de seus problemas nem de suas crises periódicas, pudemos, na América, desenvolver o culto à solidariedade, que gera o altruísmo internacional e as mais belas formas de intercâmbio, de cooperação, de interdependência e de confiança em geral do respeito e na prática Direito, que pacifica os egoísmos, concilia os interesses, resolve os conflitos e faz com que a justiça e a cordialidade imperem no seio harmonizado dos povos. E essa convicção e essa confiança no Direito não só deram aos povos americanos a energia para criar a estrutura jurídica continental, como força bastante para defendê-la contra as ameaças da barbárie e as agressões daqueles que pretenderam, pela surpresa, pela morte, pela ruína e pela guerra substituir as conquistas da liberdade, da justiça e da paz, pelas imposições de hegemonias raciais e políticas<sup>278</sup>.

<sup>276</sup> GRINBERG, K. *Nova língua interior: os judeus no Brasil*. In. IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p.134.

<sup>277</sup> Em relação ao poder judiciário brasileiro pode se dizer que não sofreu interferências significativas no Estado Novo, exceto nos casos de crimes políticos. Um poder judiciário relativamente independente é raro acontecer em regimes políticos fortes, também chamados de autoritários, como o Estado Novo. Ver: ROSA, Ângelo Fernando Vaz. **O cerceamento dos direitos civis durante o Estado Novo em decorrência da extinção da justiça federal**. Revista CEJ, Brasília, Ano XVI, n. 57, p. 81-87, maio/ago. 2012.

<sup>278</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.70.

Na mensagem, falará do orgulho de abrir a conferência, agradecendo ao presidente da república por representá-lo naquela oportunidade, e diz que os advogados têm importante papel na criação de uma estrutura política da fraternidade continental.

Conclama Aranha:

Preservai, como principal cuidado de vosso apostolado jurídico, esse Pan-americanismo das elites pensantes, porque, assim, atingiremos breve, para bem nosso e de todos os povos, a maturidade dos nossos esforços de coesão e de amizade.

Criamos, assim, uma ordem jurídica continental, filiada aos superiores desígnios da Humanidade, que nos impõe o dever de lutar pelos seus postulados.

Não devemos lutar a favor de nações e, menos, ainda, contra povos. Devemos lutar irmanados pela segurança e pela defesa destes nobres ideais que associaram nossos povos; à nossa civilização tradicional, a que nos deu a família, a religião, a independência, a igualdade e a democracia; os direitos da pessoa humana, as liberdades públicas e privadas, bem como a sobrevivência do Estado numa atmosfera de respeito, de igualdade e de cooperação entre os povos.

Devemos lutar por uma concepção de vida, tal como a viveram os nossos antepassados e tal como reafirmaram os gloriosos estadistas que, em pleno Atlântico e em dias tormentosos e incertos, compendiarão, em alguns mandamentos, as permanentes aspirações de um mundo que ainda crê na justiça, na prática da cordialidade, no respeito à lei e reconhece o primado do espírito e deixa que as nações vivam, livremente, a sua vocação e a sua vida<sup>279</sup>.

Neste trecho do discurso, Aranha defenderá os valores liberais como forma de assegurar a liberdade individual, a liberdade de religião, a democracia, a igualdade perante a lei e a propriedade privada que de certa forma conformam o seu perfil político.

Finalizado o discurso, apresentará várias qualidades e características que os profissionais do Direito deverão ter para defesa e na felicidade do continente e sentencia:

Ajudastes a uni-la, criando a estrutura da fraternidade continental.

Preservai, como principal cuidado de vosso apostolado jurídico, esse Pan-americanismo das elites pensantes, porque assim, atingiremos breve, para bem nosso e de todos os povos, a maturidade dos nossos esforços de coesão e de amizade.

Não vos esqueçais de que esse foi o melhor sonho de cada um de vossos maiores e, um século depois, é uma realidade viva no coração de todos nós e

---

<sup>279</sup> Ibid., p. 70-71.

a razão mesma da integridade de nossas terras, da força criadora de nossa fé e da independência dos povos americanos<sup>280</sup>.

Como vimos na parte introdutória do capítulo, a intenção da política externa, desenvolvida pelo Brasil, é o de colocar o país em posição de preponderância regional.

Em todos os discursos, podemos observar que Oswaldo Aranha não apenas defenderá a aproximação entre as Américas, por meio da análise do Pan-americanismo, mas também pela construção de um discurso que, fundamentalmente, valorizará o papel exercido pelo corpo diplomático do Brasil e do continente.

Essa perspectiva remeterá à formulação de propostas ligadas a um direito internacional, que trará consigo elementos construtores de um ideal americano, baseado em uma cultura, em uma moral continental. Estas deverão servir de modelo tanto para as nações da América, quanto para outros continentes, sendo em última análise, explicado pelo processo histórico e legitimado pela diplomacia, tendo em vista que caberia aos diplomatas a função de conduzir o continente americano a seu destino.

Nos discursos de Aranha mostram explicitamente a sua defesa de um pan-americanismo com características específicas. Eles foram feitos para um público específico e intencionados para a manutenção de boas relações entre Brasil e Estados Unidos, visando o estabelecimento de uma aliança mais sólida. Esse conceito de pan-americanismo aparece mais claro, diante de determinado público. Como por exemplo, as manifestações de Aranha em torno das Conferências Pan-Americanas e das Reuniões de Consulta que levaram a América à guerra, demonstram uma preocupação forte com um pan-americanismo.

O pan-americanismo tem seu aspecto ideológico foi sutilmente construído, em torno de uma ideia internacionalista que serviu aos interesses geopolíticos do governo Vargas, entra como amálgama ideológico muito mais eficiente para contribuir nas determinações dos rumos da política externa brasileira em direção ao fim da equidistância pragmática e a um alinhamento definitivo com os Estados Unidos.

#### **4.2 As relações Brasil e Estados Unidos nos discursos do Chanceler Oswaldo Aranha**

Para o Ministro Oswaldo Aranha, o Pan-americanismo representará uma aproximação com os Estados Unidos e uma posição de liderança na América do Sul. Para ele os Estados

---

<sup>280</sup> *Ibdi.*, p.71.

Unidos contaram sempre, desde o Império, com o nosso apoio nas questões internacionais e procuravam dar o seu concurso para a solução de nossos problemas de segurança e de economia e para a manutenção da nossa histórica e natural preeminência, cada vez mais necessária nos negócios políticos dos povos sul-americanos<sup>281</sup>.

O Pan-americanismo tornou-se um princípio ideológico relacionado ao sistema de poder, superando a ideologia nazifascista, priorizando a solidariedade entre as nações do continente americano, ao invés de uma apologia a uma única nação. A estratégia era fortalecer o centro hegemônico que começava a se constituir. O Pan-americanismo cumpria com perfeição, o papel mediador de ideologia política entre o centro hegemônico e os aliados subordinados no processo de constituição do sistema de poder norte-americano.

O discurso sobre a missão nos Estados Unidos da América, o discurso em resposta à homenagem prestada pelo embaixador Afrânio de Mello Franco e o discurso ao retomar a pasta das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, foram os escolhidos porque apresentam elementos que contextualizam as relações entre o Brasil e os Estados Unidos na visão do chanceler Oswaldo Aranha.

\* \* \*

O discurso aqui em questão é uma peça oratória e escrita e tem como tema a “Missão Aranha”, proferido sobre a sua missão nos Estados Unidos da América que ocorreu no dia 23 de março de 1939, no Rio de Janeiro. O convite partiu do presidente dos Estados Unidos da América, Franklin D. Roosevelt, ao Presidente Getúlio Vargas, e coube ao Ministro Oswaldo Aranha a chefia da referida Missão.

A sugestão geral do discurso é a de que a Missão Aranha consolidará um prestígio, que a chancelaria brasileira tinha junto ao governo norte-americano, principalmente na defesa de um Pan-americanismo que aproximam os dois países como lideranças do continente americano.

Durante a década de 1930, o Brasil manteve um crescente avanço nas relações comerciais com os Estados Unidos e com a Alemanha. Eram relações de mão dupla. Vargas estimulava aproximações tanto com os Estados Unidos, quanto com a Alemanha. Mantendo uma política de neutralidade, buscava simultaneamente, atender os setores e grupos que

---

<sup>281</sup> MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.39.

defendiam uma aproximação com os Estados Unidos e aos que buscavam uma parceria com a Alemanha.

Essas divergências estavam, também, no seio do próprio governo. Aranha defenderá uma aproximação com os Estados Unidos e um desenvolvimento mais integrado à economia desse país. Mas, naquele momento, era a Alemanha que acenava com o fornecimento de armas e de bens de capital em troca de matérias-primas. Até 1939, o governo Roosevelt se mostrava mais interessado nos problemas das dívidas, do câmbio e do comércio entre os Estados Unidos e o Brasil. Uma definição mais clara quanto às alianças externas e aos rumos do desenvolvimento parecia impossível naquele momento, pois, se, de um lado, o “amplo arco social” que sustentava Vargas, permitia uma série de medidas modernizantes, de outro, ele estabelecia limites à sua ação, impedindo-o de avançar mais decididamente rumo à industrialização autônoma<sup>282</sup>.

Ao mesmo tempo em que começava a tomar corpo a ideia de que seria imprescindível incrementar rapidamente o desenvolvimento nacional calcado na indústria, o governo Vargas adotava uma política externa mais independente, aproveitando os espaços abertos pelo acirramento das disputas interimperialistas. O cerne dessa nova postura era uma maior aproximação comercial e militar a Alemanha<sup>283</sup>. Essa aproximação iniciou-se em 1934, quando se estabeleceu um intercâmbio bilateral entre os dois países baseado em “marcos de compensação”, uma moeda não conversível que só poderia ser despendida na compra de produtos alemães<sup>284</sup>.

Entre 1934 e 1938, a Alemanha passou de quarto parceiro comercial do Brasil para segundo. Em 1938, foi assinado um acordo para o fornecimento de peças de artilharia e outros armamentos com a empresa alemã Krupp, que implicava aproximação maior entre o Brasil e a Alemanha<sup>285</sup>.

---

<sup>282</sup> CORSI, Francisco Luiz. **O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.239- 240.

<sup>283</sup> Era importante, para a economia brasileira, encontrar novos mercados internacionais, pois havia produtos brasileiros, como algodão, por exemplo, que encontravam dificuldades de colocação no mercado nos Estados Unidos e, mas tinham uma grande aceitação no mercado alemão.

<sup>284</sup> CORSI, Francisco Luiz. **O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.230.

<sup>285</sup> *Ibid.*, p. 230.

Gerson Moura afirma que a política externa do Estado Novo obedeceu à lógica da equidistância pragmática entre os Estados Unidos e a Alemanha, orbitando sobre as influências dos dois países para assegurar o maior número de vantagens possíveis<sup>286</sup>.

A equidistância pragmática caracteriza-se por um compromisso entre duas orientações, o que significa, para Moura, que, na prática, se traduzia na adesão circunstancial a um ou outro sistema de poder<sup>287</sup>.

De acordo com Cervo, era essencial ao governo brasileiro, para o desenvolvimento nacional, o aumento das exportações, e a construção de uma usina siderúrgica. E, ainda havia o anseio de organizar as Forças Armadas<sup>288</sup>.

Para tal conjuntura, o governo Vargas se valia em barganhar o máximo dessa disputa, não optando em fazer uma aliança exclusiva com nenhum dos dois lados.

Neste contexto, que o presidente Franklin D. Roosevelt convidará o presidente brasileiro a visitar os Estados Unidos. Oswaldo Aranha foi o escolhido para representá-lo. Para esse evento foi organizada a missão Aranha, em fevereiro de 1939.

A comitiva, liderada pelo Chanceler contou com a presença de Luiz Simões Lopes, diretor geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, Marcos de Souza Dantas, do Banco do Brasil, e, do Itamaraty, João Carlos Muniz e Sérgio de Lima e Silva. A agenda era ampla, tratava de diversos assuntos ligados ao Departamento de Estado e ao Secretário do Tesouro. O primeiro dos assuntos incluía cooperação referente ao programa brasileiro de defesa nacional; cooperação e desenvolvimento dos recursos e do comércio complementar brasileiro, incluindo vários itens; questões cambiais; vários outros temas relativos, inclusive, ao comércio, à navegação, a problemas de refugiados, à colocação de capital particular norte-americano no Brasil, ao tratamento dispensado a empresas norte-americanas no Brasil; à situação da dívida brasileira. Com o secretário do tesouro caberia a discussão das seguintes questões: a situação cambial e liquidação das dívidas existentes; o programa de desenvolvimento em longa escala do governo brasileiro; e a fundação de um banco Central no Brasil<sup>289</sup>.

Os jornais brasileiros destacaram as matérias dos jornais norte-americanos, que ressaltaram o bom clima que antecederam as negociações da missão Aranha. Os jornais

---

<sup>286</sup> MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.62.

<sup>287</sup> *Ibdi.*, p. 66.

<sup>288</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p.118.

<sup>289</sup> ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarin, 1996, p. 198.

apresentavam a agenda de encontro da missão, com as autoridades de Washington, que constavam itens relativos às relações comerciais, político - financeiras.

O jornal *Correio do Povo* destaca a matéria do *New York Times* do dia anterior, com a seguinte manchete: “Aranha vai visitar os Estados Unidos: Ministro das Relações Exteriores brasileiro é convidado pelo governo e pode chegar no próximo mês”. O jornal veicula na matéria a visita:

Um desenvolvimento significativo no Pan-Americanismo - a visita pode ter efeitos benéficos sobre as relações internacionais, foi anunciado hoje, quando o Departamento de Estado concedeu o texto de um convite do Presidente Roosevelt para o Dr. Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Brasil, para fazer uma visita oficial a Washington no início de fevereiro, como convidado do Governo dos Estados Unidos, a fim de discutir as relações entre os dois governos. Ao terminar a mensagem de aceitação desse convite do presidente Getúlio Vargas, Dr. Aranha é esperado para chegar aqui no mês seguinte<sup>290</sup>.

O Jornal destaca ainda que a visita de Oswaldo Aranha versará sobre o crescente comércio da Alemanha com o Brasil. Lê-se na manchete: “Chefe das Relações Exteriores do Brasil, fará visitas aos EUA” e no texto diz:

Penetração econômica da Alemanha na América Latina tem sido particularmente, impressionante no Brasil, onde a Alemanha colocou os Estados Unidos em segundo lugar, em 1938, na venda de bens, embora o país ainda seja o melhor cliente do Brasil para as exportações<sup>291</sup>.

O *Correio do Povo* cita também o jornal, *O Richmond Times-Dispatch* do dia 12 de janeiro de 1939, que tem como título de matéria: “Brasil e Estados Unidos; para resolver as questões de Comércio, Aranha aceita proposta de Roosevelt”. O texto diz:

Este comunicado foi divulgado ontem pelos oficiais do Departamento de Estado, que indicaram as conversas que farão para a expansão do comércio e sobre as dificuldades de câmbio, que têm restringido as exportações americanas para o Brasil, onde a Alemanha tem centrado sua unidade no intenso comércio na América Latina<sup>292</sup>.

---

<sup>290</sup> Aranha vai visitar os Estados Unidos: Ministro das Relações Exteriores brasileiro é convidado pelo governo e pode chegar no próximo mês. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 de janeiro 1939, Brasil, p.4.

<sup>291</sup> *Ibid.*, p.4.

<sup>292</sup> *Ibid.*, p.4.

O Correio do Povo do dia 16 de janeiro de 1939, cita outro jornal norte-americano que também destacou a visita da missão Aranha: O Miami Daily News traz a seguinte manchete: “Movimento amigável para Brasil feita pelos Estados Unidos”<sup>293</sup>.

Clodoaldo Bueno ressalta que a extensa agenda do encontro da missão Aranha com as autoridades norte-americanas, constará de itens relativos às relações de natureza política, comercial e financeira. O objetivo daquelas autoridades será, por meio de assistência econômica, atrelar o Brasil ao sistema de poder de seu país. A colaboração econômica dos Estados Unidos, todavia, ficou aquém do esperado e, mesmo assim, de difícil implementação devido a resistências internas<sup>294</sup> no Brasil, existente até dentro do próprio governo<sup>295</sup>.

Os resultados da Missão deixaram a desejar, mas acordos importantes foram assinados, como por exemplo:

- Obtenção de um crédito de 19,2 milhões de dólares do Eximbank.
- Obtenção de um crédito de 50 milhões de dólares do tesouro norte-americano, a fim de constituir um fundo de reserva indispensável à criação do Banco Central.
- Promessa de um crédito de 50 milhões de dólares do Eximbank para financiar a implantação de uma siderúrgica no Brasil. Essa promessa deve tornar-se efetiva em curto prazo e será reembolsada em um prazo de cinco a dez anos, a uma taxa de juro que não ultrapassa 5% ao ano.
- Promessa do governo norte-americano de facilitar e incentivar a constituição de empresas conjuntas brasileiro-americanas, com capital dos dois países, a fim de desenvolver a produção de matérias-primas, bem como a exploração e a comercialização da indústria extrativa brasileira<sup>296</sup>.

Do ponto de vista militar, embora não se tenha conseguido o almejado reaparelhamento, iniciará um lento processo de aproximação dos dois exércitos, lembrado por Clodoaldo Bueno<sup>297</sup>. Os dois generais, George Marshall e Góis de Monteiro, chefe do Estado Maior brasileiro, trocaram visitas em maio e junho de 1939. Visitas que de fato, tiveram um caráter mais político do que militar. Os Estados Unidos desejavam atrair simpatias de quem no Brasil, era admirador do Eixo. Tanto é que o departamento de Estado norte-americano

<sup>293</sup> **Correio do Povo**, Porto Alegre, 16 de janeiro 1939, Brasil, p.5.

<sup>294</sup> As classes dominantes estavam divididas. Setores ligados ao café, à importação e às finanças tendiam para os Estados Unidos, enquanto setores vinculados à produção de frutas, tabaco, couros, carnes e algodão pendiam para a Alemanha. A burguesia industrial estava temerosa de que um acordo com os Estados Unidos implicasse abertura do mercado brasileiro para os produtos manufaturados daquele país. CORSI, Francisco Luiz. **O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.249.

<sup>295</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p.230.

<sup>296</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.158.

<sup>297</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p.230.

esforçou-se para que Góis de Monteiro fosse aos Estados Unidos, a fim de conhecer o nível de seu equipamento militar, antes que atendesse a convite idêntico formulado pela Alemanha. Aos Estados Unidos interessavam, além da adesão, neutralizar a influência alemã sobre o Brasil. Do lado brasileiro, a missão Aranha assinala o início do fim da equidistância pragmática<sup>298</sup>.

A sincronia de interesses entre os Estados Unidos e o Brasil será uma questão presente no relato sobre a missão do Ministro Oswaldo Aranha, justamente na abertura de seu pronunciamento. Ele lembra que é uma tradição dos governos de ambos os países manter um diálogo naquilo que é de interesse comum.

Fui aos Estados Unidos em virtude de um convite do presidente Roosevelt, dirigido ao presidente Getúlio Vargas. O convite excluía, por natureza, a prefixação de assuntos a discutir. Dizia, entretanto, que o presidente Roosevelt achava necessária essa entrevista, porque era uma tradição de nossos governos, em situações passadas similares, discutirem diretamente os assuntos de interesse comum de nossos governos e povos.

O Presidente Getúlio Vargas, após ouvir seus auxiliares civis e militares, deu-me suas instruções sobre o que deveria dizer ao seu colega e amigo Presidente Roosevelt e, ao mesmo tempo, instruiu-me sobre a maneira de sondar e aproveitar as possibilidades de cooperação entre nossos dois países. Levei comigo auxiliares mais capazes e devotados e com os que encontrei nos Estados Unidos, procurei dar desempenho cabal à missão que me foi confiada pelo meu presidente.

Durante este mês que permaneci nos Estados Unidos, dediquei todo o meu tempo ao desempenho de minha missão. Não menos absorvidos pelo trabalho foram meus auxiliares, doutores João Carlos Muniz, Souza Dantas e Simões Lopes e o secretário Lima e Silva, porque todos, como eu, passaram pelos Estados Unidos sem tempo sequer para admirar os esplendores de Nova York ou os encantos de Washington. A chegada do Embaixador Carlos Martins, cuja apresentação de credenciais constituiu uma solenidade sem precedentes, foi-me de grande cooperação, dada a sua experiência e o seu empenho de ajudar-me nas negociações com o melhor de seus esforços<sup>299</sup>.

O Chanceler explorará em seu discurso, elementos relacionados a valores, hierarquias e a lugares. Aparecerá na materialização desse discurso em alguns exemplos: convite do presidente, tradição, interesse comum, o que dá um ar de cumplicidade e parceria entre as duas nações. Na sua fala, faz questão de salientar que levou consigo auxiliares capazes e devotados, mostrando, com isso, a seriedade de sua missão.

Apesar das críticas de diversos setores do governo, o que levou Vargas a indicar Aranha a liderar a missão? E que importância teria essa missão de tão magros resultados

<sup>298</sup> *Ibdi.*, p.230.

<sup>299</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.43.

imediatos? A resposta a essas indagações, para Francisco Luiz Corsi, aparece no discurso de João Carlos Muniz, membro da missão. O desenvolvimento da agricultura e da indústria são objetivos complementares, que só seriam alcançados com financiamento norte-americano, o que sugere a concepção de um caminho de desenvolvimento fortemente articulado ao capital estrangeiro. Ao discursar para a liderança empresarial e para Vargas, procura mostrar que essa era uma alternativa viável naquele momento de incertezas. Segundo ele, Vargas teria percebido, nesses acordos, a possibilidade de alavancar o desenvolvimento. Esse parece ser um elemento importante para explicar o apoio de Vargas ao seu ministro das Relações Exteriores, apesar das duras críticas a que ele estava sendo submetido<sup>300</sup>.

Aranha deixará clara a necessidade de estreitar laços de relacionamento entre os dois países e proporrá análises sobre o que cada parte poderá oferecer ao outro, quais os interesses comuns ou trocas de favores são fatores que acabarão influenciando na consumação de acordos políticos em âmbito internacional. Outro fator importante deverá ser a influência de cada uma das partes no continente americano. Este deverá ser o cenário da aproximação entre Brasil e Estados Unidos.

A ideia de Aranha é de estar perto de quem tem status e influência e, tanto Brasil como Estados Unidos, têm “produtos de troca”. Como em qualquer relacionamento, há diferenças de opiniões e políticas, porém a troca que poderá ser feita entre os dois países parece significativa para o Chanceler. Na opinião dele, é importante, para o Brasil, manter boas relações com os Estados Unidos, já que os norte-americanos importam muitos produtos brasileiros e vice-versa. A política da “boa vizinhança” deve funcionar para os dois lados para o fortalecimento de uma política Pan-americana.

Com a possibilidade iminente da guerra, podendo sair das fronteiras da Europa e tornar-se mundial, o governo do Presidente Roosevelt elaborou um plano para assegurar o apoio político e ideológico dos países do continente americano. O Brasil, como o maior país da América Latina, começou a ser visto estrategicamente, para a defesa territorial dos Estados Unidos, às vésperas da Segunda Guerra Mundial e com possibilidades claras desse conflito chegar ao continente americano. A política Pan-americanista passa a ser valorizada pelos Estados Unidos com o objetivo claro de garantir os mercados e evitar a presença nazifascista na América<sup>301</sup>. No transcorrer do discurso, Oswaldo Aranha percebe isso e demonstra

---

<sup>300</sup> CORSI, Francisco Luiz. **O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.250.

<sup>301</sup> A situação internacional inquieta o governo norte-americano. A ascensão dos regimes fortes e ditatoriais na Europa, a política comercial protecionista da Alemanha e a propaganda nazifascista são fatos que podem colocar

convicção e enaltece a boa imagem que o Brasil e o governo Vargas possuíam junto aos Estados Unidos:

As autoridades americanas, as homenagens que recebemos as demonstrações que a sociedade, a imprensa, as associações culturais fizeram à Missão, constituem provas de uma amizade ao Brasil, e de uma confiança ao presidente Vargas e ao seu governo que, por vezes, nos encheram de orgulho e alegria. Nada pode satisfazer mais a um brasileiro do que assistir, durante um mês inteiro, à consagração de seu país, de seu chefe, de seu povo em palestras que tive com o Presidente e com as altas.

A nossa estada nos Estados Unidos foi uma verdadeira apoteose ao Brasil, feita pelo povo, pela sociedade, pela imprensa e pelo governo dos Estados Unidos.

Refiro-me a este fato porque ele não foi obra minha, pessoal, ou de meus auxiliares, mas uma demonstração espontânea à nossa Pátria, uma afirmação nessa oportunidade dos sentimentos americanos para com o Brasil e os brasileiros.

As negociações foram difíceis, porque os assuntos exigiam exame e estudo, e até revisão de normas e processos usuais na vida americana. As altas autoridades americanas cercaram-nos de atenções e deram-nos provas, as maiores, de sua boa vontade e de sua decisão de cooperar conosco. Fizemos em um mês tudo que era humanamente possível fazer<sup>302</sup>.

Oswaldo Aranha vai tornar mais presente certos elementos do discurso, ressaltando aspectos como amizade, confiança, orgulho e alegria nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos e dá grande ênfase na confiança que eles têm com o Presidente Vargas. Esse reconhecimento era importante para afirmar as posições de Aranha no governo e consolidar o próprio regime do Estado Novo frente às possíveis desconfianças que os países aliados poderiam ter.

Na continuidade, é dado destaque de como foi o acolhimento por parte dos norte-americanos e o quanto a figura do Brasil saiu fortalecida com esse encontro. Isso transparece no discurso, quando fala que a sua estada nos Estados Unidos foi uma verdadeira apoteose, trazendo ideia de grandiosidade e de gigantismo, caracteriza um lugar de destaque, era essa a visão que Aranha queria passar para os seus compatriotas, enfatizando a repercussão que a sua visita teve.

---

em perigo o liberalismo econômico e a democracia política do mundo ocidental. No âmbito das Américas é que a administração democrata de Franklin D. Roosevelt tentará orientar, num primeiro momento, sua ação internacional. Em consequência, antes de analisar as difíceis relações entre o Rio de Janeiro e Washington durante esse período, veja-se rapidamente a evolução do movimento pan-americano e o fracasso das iniciativas dos Estados Unidos para dotá-lo de instrumento coercitivo. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.53 e 54.

<sup>302</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.43-44.

Havia uma grande preocupação, por parte do Oswaldo Aranha, quanto às reais intenções relacionadas à cooperação dos Estados Unidos, para tornar-se possível esse apoio na área econômica e militar, e como as negociações corriam contra o tempo era necessário fechar o mais rápido possível os acordos, o que, segundo ele, acabou acontecendo. Com isso, não poupou elogio ao esforço norte-americano para a busca de um consenso nas negociações entre os dois países.

É importante salientar que o Brasil estava na esfera de poder e de influência dos Estados Unidos, o que diminuía o campo de manobra de barganha econômica e comercial. A economia brasileira era agroexportadora, o que tornava a dependente de investimentos estrangeiros e, desde 1918, em especial, dos norte-americanos<sup>303</sup>.

As negociações tornaram-se uma barganha política e econômica, Para Moura, ficam claros que os limites concretos dessa política, dados pelo caráter dependente da economia ainda, primário-exportadora e, como tal, complementar das economias centrais<sup>304</sup>.

O Chanceler dá atenção em seu discurso, às negociações estabelecidas pela missão, sem antes exaltar mais uma vez, o papel do presidente Vargas nas negociações e compará-lo com o Presidente Roosevelt. Relata ele: “A assistência do Presidente Getúlio Vargas foi o grande estímulo para o êxito de nossa parte, como a do Presidente Roosevelt por parte dos Estados Unidos. São dois homens que sabem pensar, resolver e decidir. Anima-os o mesmo nobre espírito de cooperação e de confiança na amizade dos povos que têm o privilégio de suas chefias. Fui um simples instrumento nesses altos objetivos e tenho orgulho da parte que me coube, como aos meus auxiliares, na conclusão desse entendimento”<sup>305</sup>.

Na sequência, faz um relato dos acordos assinados:

Conseguimos restabelecer a margem para operações bancárias, extinta desde 1929, logo depois da grande crise. Para isso, facilitou o ‘Export and Import Bank’ um crédito que é bastante longo ... 19.200.000 dólares (dezenove milhões e duzentos mil dólares), para retomarmos a estrada das operações comerciais normais, e com uma taxa inferior à menor que já haja o Brasil obtido em operações anteriores de liquidação de ‘congelados’. Não houve comissão, nem intermediários. É um crédito para o banco do Brasil que, contrariamente a outros antes obtidos, não necessitará do aval do Tesouro nacional.

<sup>303</sup> Cervo diz que o objetivo daquelas autoridades era, por meio da assistência econômica, atrelar o Brasil ao sistema de poder de seu país. Tal objetivo não se limitava ao Brasil; fazia parte da política de boa vizinhança, inaugurada pelo Presidente Franklin D. Roosevelt. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. P. 230.

<sup>304</sup> MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 180.

<sup>305</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.44.

A outra operação é de uma simplicidade sem par, e virá favorecer o rápido e já inadiável equipamento econômico do Brasil. Obrigou-se o ‘Export and Import Bank’ a vendas americanas para o Brasil, ao governo ou a firmas brasileiras, até a importância de 50 milhões de dólares. Estas compras só eram possíveis mediante o pagamento à vista. Poderão agora ser feitas com prazos de cinco a dez anos e juros que nunca poderão exceder a 5% ao ano. Não nos obrigamos a comprar, mas, quando comprarmos nos Estados Unidos, poderemos gozar dessas vantagens. Além dessas, a operação poderá e deverá trazer, pela lei da concorrência, ofertas similares ou melhores, de outros países<sup>306</sup>.

Os resultados concretos da missão foram pequenos ante a pauta proposta por Aranha. Em termos de proposta concreta, vinculada às questões econômicas, Aranha defendia os seguintes pontos: empréstimos com prazo de pagamento de cinco anos para saldar atrasados comerciais, em troca da liberalização do câmbio apenas para o comércio; créditos da ordem de US\$ 50 milhões para a siderurgia, transporte e outros investimentos; discussão de medidas necessárias para estimular a vinda de capital norte-americano para o setor de processamento de produtos de exportação; discussão de medidas visando a uma maior cooperação militar<sup>307</sup>.

Apesar de Aranha não sustentar suas propostas iniciais, ele se mantém-se otimista como declara no discurso: “Com essas facilidades de prazo de pagamento, poderá o nosso governo, nos Estados Unidos ou em outros países, realizar em três anos, obras públicas pagáveis em dez e capazes de produzir, nesses sete anos restantes de prazo, a importância necessária ao seu pagamento. A margem de obras poderá, assim, desdobrar-se, e o governo ficará com amplitude de crédito para a solução dos problemas básicos da economia nacional”<sup>308</sup>.

Fala dos entendimentos para cooperação agrícola e no campo de exportação de minérios, e esclarece que tudo isso exige esforço conjugado, boa vontade e cooperação, intensificando que as bases já estão lançadas, e a nós cabe propiciar, agora, a possibilidade para que se nos oferece. Os Estados Unidos importam dois milhões de dólares de matérias-primas. O Brasil pode, com a industrialização dessas suas produções, vender pelo menos um terço dessas matérias-primas, recebendo mais de quinhentos milhões de dólares anualmente, ou seja, cinco vezes o seu comércio atual com os Estados Unidos<sup>309</sup>, declara otimista Ministro Aranha. Critica os boatos sobre a limitação do comércio com outras nações a partir dos acordos com os Estados Unidos:

<sup>306</sup> Ibid., p.44.

<sup>307</sup> CORSI, Francisco Luiz. **O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.246.

<sup>308</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.44.

<sup>309</sup> Ibid., p.45.

Também não passam de fantasias e rumores acerca de pretendidas limitações do comércio com o Brasil com outras nações. Já disse que, pelos entendimentos, não nos obrigamos a comprar dos Estados Unidos, sendo óbvio que só poderemos fazê-lo, quando as condições de suas vendas nos forem favoráveis. Neste ponto, como nos outros todos, conservamos naturalmente toda liberdade de ação. Nem sequer ouvimos de parte das autoridades americanas, ponderações relativas a esse assunto<sup>310</sup>.

Analisando a importância da missão, Francisco Luiz Corsi diz que a missão Aranha reside não nos seus resultados concretos, mas no fato de que ela ter aberto um novo caminho que, nos anos que se seguiram, seria percorrido por Vargas de forma cautelosa e titubeante. A missão Aranha parece ter sido o primeiro ato em que ganhou contornos mais nítidos a ideia de um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, indicando os formidáveis obstáculos para um desenvolvimento mais autônomo. Entretanto, industrialização com amplo financiamento externo não era concebida por Vargas como subordinação. No processo de alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, o governo Vargas buscava garantir um salto qualitativo na industrialização e um papel de proeminência para o país na América do Sul<sup>311</sup>.

Outro ponto importante, lembrado por Aranha, são os créditos para formar o Banco Central:

A criação do Banco Central é já uma necessidade aceita por todos. Para o Banco Central existe espaço e descoordenado, quer no banco do Brasil quer no tesouro. Criar um órgão de coordenação dessas funções é um imperativo do bom senso, para não invocar razões econômicas e financeiras. A sua criação, porém, exige reservas e disponibilidades que temos em parte e outras que precisávamos obter em parte, e outra que precisávamos obter, para casos excepcionais, o exterior. Foi isso que pleiteamos, e que o presidente Roosevelt nos assegurou, na carta em que o senhor Morgenthau, secretário do Tesouro, me dirigiu em resposta à minha exposição do assunto: 40 toneladas de ouro, ou, aproximadamente, 50 milhões de dólares. O prazo e as condições dessa operação não me cabia a mim ajustar, mas ao governo e ao seu ilustre ministro da Fazenda. A nós, da Missão, cabia apenas fazer o que fizemos: trazer segurança do crédito necessário à criação do Banco Central<sup>312</sup>.

Os créditos para formar o Banco Central foram, em princípio, acertados, mas a operação dependia de uma nova legislação que nem tinha ainda ido ao Congresso norte-americano. O governo dos Estados Unidos comprometeu-se em termos vagos a fornecer

<sup>310</sup> Ibid., p.45.

<sup>311</sup> CORSI, Francisco Luiz. **O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.250.

<sup>312</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.45-46.

créditos na ordem de 50 milhões de dólares para financiar investimentos no Brasil, desde que projetos específicos fossem apresentados e aprovados. Esses empréstimos também dependiam de uma nova legislação que ampliasse os recursos do Export and Import Bank<sup>313</sup>.

Com relação à suspensão da dívida externa, decretado em 10 de novembro de 1937, Aranha foi orientado por Vargas a não colocar em discussão. Mas o fato de o Brasil não estar pagando sua dívida externa, parece ter sido a questão que emperrou as negociações<sup>314</sup>. A posição do governo a esse respeito era clara: Aranha não deveria assumir nenhum compromisso acerca do assunto. O Ministro das Relações Exteriores, contudo, temendo o fracasso total de sua missão, insistia em algum tipo de acordo com os americanos<sup>315</sup>.

Na defesa de sua posição, argumenta:

Na vida dos povos, não é possível só pedir, sem dar. Nada, porém, deu o Brasil em troca, porque nada precisava dar, nem nada lhe foi pedido pelo povo americano. É verdade, que em minha carta, referi que no plano econômico do governo se cogitava a retomar, em julho, o pagamento da dívida em dólares, por conta da amortização e juros dos empréstimos. Meu propósito, ao fazer essa afirmação, foi tranquilizar os portadores de títulos, mais de meio milhão de pessoas, cuja atitude, durante nossa estada, fora a mais simpática possível para com o Brasil, e mais, porque não pode haver um plano econômico baseado no não pagamento da dívida. Declarei, porém, que a escala de pagamentos e demais condições seriam discutidas pelo governo brasileiro diretamente com os portadores e não com os banqueiros, dependendo tudo, naturalmente, do aumento de nossas exportações e de nossos saldos<sup>316</sup>.

Aranha finaliza o discurso, apoiando-se em argumentação munido de vários dados, que são indispensáveis para justificar os seus objetivos. Esses dados são previamente, selecionados e adaptados ao discurso. Centrou na crítica aos céticos e aqueles que se opunham ao estreitamento das relações Brasil-Estados Unidos, enfatizando o caráter de independência entre os dois países.

Enfim, a cooperação prática entre o Brasil e os Estados Unidos, sob a égide de seus governos, iniciada em minha visita, tem perspectivas imensas. Não estabelecemos favores entre governos, mas abrimos possibilidades para todos quantos queiram trabalhar e cooperar.

<sup>313</sup> CORSI, Francisco Luiz. **O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.247.

<sup>314</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.307.

<sup>315</sup> CORSI, Francisco Luiz. **O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.247-248.

<sup>316</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.46.

Cumpri a minha missão que me conferiu meu presidente e, sob a inspiração de suas instruções, fiz as combinações iniciais de uma 'era sem precedentes, que promete prosperidade e assegura a paz', como classificou o Presidente Roosevelt<sup>317</sup>.

Os resultados da Missão Aranha foram bastante limitados na área econômica e militar, mas teve um significado político importante. As questões da construção da siderurgia e a modernização das Forças Armadas não receberam respostas positivas pelo lado dos Estados Unidos. O agendamento das visitas do Chefe do Estado Maior do Brasil aos Estados Unidos e do Chefe do Estado Maior dos Estados Unidos ao Brasil, foi um importante avanço na área militar, cujo objetivo impedir a influência da Alemanha na área militar brasileira.

No plano político, os resultados também são modestos. Se Washington pode adquirir a certeza da fidelidade brasileira, e em particular, a de Aranha, aos princípios de solidariedade Pan-americana, os dois governos têm, contudo, uma interpretação distinta da situação internacional e dos perigos que ela oferece ao Novo Mundo. Os Estados Unidos creem, ou fingem crer, que a guerra será inevitável e que é necessário prevenir-se militar e economicamente<sup>318</sup>.

Oswaldo Aranha julgará possível uma articulação dos Estados totalitários capaz de atingir o novo mundo. Será necessário ter pulso firme por isso a necessidade de fortalecer o campo diplomático como forma de cooperação continental. Em uma época muito difícil para as democracias ocidentais, ele se apresenta contrária às teses totalitárias a modo de sentir a necessidade de fortalecer a união pan-americana. A missão Aranha representará menos um alinhamento do Rio de Janeiro com a política de Washington, sendo antes uma retomada do diálogo entre os dois países. Os Estados Unidos reconheceram no Brasil, antes de tudo, a qualidade de parceiro comercial digno de maior interesse e reafirmam o desejo de afastar a influência econômica e política do Eixo sobre a América latina. O Brasil, por sua vez, considera o bilateralismo o complemento indispensável ao Pan-americanismo<sup>319</sup>.

Do ponto de vista do conjunto das relações entre os dois países, a missão Aranha representou o primeiro ponto de inflexão no sentido da quebra da equidistância pragmática, até então, sustentada pelo governo brasileiro. Nos três anos seguintes, os Estados Unidos apressaram e intensificaram sua ação para contrapor-se ao sistema alemão e consolidar o seu próprio sistema de poder. Nesse processo, o Pan-americanismo teve um papel saliente

---

<sup>317</sup> Ibid., p.47.

<sup>318</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.159.

<sup>319</sup> Ibid., p. 159.

enquanto ação diplomática e ofensiva ideológica. Mas até que se quebrasse, de modo cabal, em 1942 a equidistância pragmática, o governo brasileiro tratou de arrancar, do centro hegemônico certas concessões que não se encaixavam em suas definições estratégicas e econômicas, mas que se tornaram necessárias para manter o aliado: foi o caso da siderurgia e do reequipamento das forças armadas brasileiras<sup>320</sup>.

O discurso em resposta à homenagem prestada pelo embaixador Afrânio de Mello Franco no Rio de Janeiro, em 23 de março de 1939, ratificará a política externa do proposto por Oswaldo Aranha que será definido em termos bastante claros, com predominância das atenções preferencialmente aos Estados Unidos e aos países americanos. Sem margem a dúvidas, Aranha, buscará usufruir do prestígio perante a comunidade internacional americana, o que terá uma consequência de sua atuação nos principais lances da diplomacia brasileira.

Recebo esta homenagem com alegria porque sei que não a fazes a mim, mas ao meu esforço e ao dos meus companheiros para bem servir ao Brasil nos Estados Unidos.

A política exterior do nosso país não se personifica, porque nela, na sua tradição e na sua orientação comungaram e comungam todos os brasileiros. Tudo quanto fiz nos Estados Unidos foi procurar ser fiel e leal em minhas palavras, em meus atos e em minhas atitudes a esta política tradicional e às aspirações do Brasil.

A América, premida pela Europa e pela Ásia, começa a compreender a necessidade de iniciar uma ação que a resguarde, pela colaboração de todos os seus povos, das perturbações mundiais, criando novas seguranças e bases para a paz.

Uma era de realismo domina a consciência dos povos continentais.

As nações que não vivem na realidade, enganam-se e perdem-se com as criaturas que, falhas de senso comum, alimentam a vida de ilusões e esperanças<sup>321</sup>.

Em todos os discursos, analisados neste trabalho, aparecerão questões sobre a paz mundial. O pacifismo faz parte da ideologia de Oswaldo Aranha, enquanto paz concebida como um valor e a política externa deve representar um significativo esforço da comunidade internacional em prol da substituição dos meios violentos, por meios diplomáticos.

O pacifismo defendido por Oswaldo Aranha é, antes de mais, o rechaço da guerra, com a conseguinte afirmação: a paz. A guerra é vista como um mal que deve ser evitado e, por consequência, deve ser reivindicada a paz. A regra geral é a procura de alternativas à

<sup>320</sup> MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.132.

<sup>321</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.39.

guerra e à violência. A esta tarefa dedicam as diplomacias dos Estados e as múltiplas organizações internacionais.

Em seguida enaltecerá os ideais revolucionários de 1930 ao dizer que: “O Brasil desde 1930, que faz um esforço admirável de objetivismo em procura de rota de sua segurança e de sua grandeza”. Destacará o evento histórico, mostrando como revolucionário foi, destacando seus aspectos de novidade, valorizará sua criação e, justificará historicamente, os ideais de crescimento econômico e social do novo regime.

O Brasil, desde 1930, que faz um esforço admirável de objetivismo em procura de rota de sua segurança e de sua grandeza.

Os povos são dominados pela coragem ou pelo medo, como os homens.

A história mostra-nos que, quando a coragem domina o medo, os povos pela fé e pela confiança, entram em eras de iniciativa, de progresso, de cooperação, de prosperidade e de paz.

Mas, quando o medo domina os espíritos, os povos isolam-se e afundam-se em crises, falhos de fé, temeroso de iniciativas, hesitantes em seus passos, arreçados de si mesmos e dos demais povos.

A obra humana é a vitória da coragem, de viver, de crer, de opinar, de trabalhar, de construir e de aperfeiçoar-se sem cessar.

A devoção ao bem, ao bom, ao belo e ao justo fez triunfar a crença, a arte, a ciência, a cultura e a civilização humana.

O Brasil está vivendo uma hora corajosa sob a chefia de um homem de coração sem máscaras e sem medo.

O povo brasileiro compreendeu que precisa crescer de si mesmo, com decisão e até com sacrifícios, porque de outra forma o Brasil continuaria a ser o rico no deserto: a esmolar dentro de sua grandeza.

Uma era de fé, de confiança, de união e de construção associou as nossas consciências numa cruzada de reerguimento nacional<sup>322</sup>.

Aranha utiliza estratégias na construção do discurso, seduz, dramatiza, compara, escolhe, usa da emoção e apresenta valores para a fundamentação do seu projeto político, usa da emoção<sup>323</sup>. O discurso busca o efeito persuasivo, remete ao universo de crenças e valores sociais como coragem, paz, prosperidade, fé, devoção ao bem, ao bom, ao belo e ao justo em oposição à crise, à hesitação e à descrença.

Na parte seguinte do pronunciamento defenderá a sua ação junto aos Estados Unidos.

<sup>322</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.39-40.

<sup>323</sup> Para assegurar o grau de convencimento e persuasão, em seu discurso, o político deve fazer uso de uma argumentação que tenha tal objetivo, fazendo uso das estratégias argumentativas e acima de tudo, construindo um *ethos* que facilite essa tarefa. Essa a argumentação deve contemplar o tripé: o *logos*, lidando com a razão com os argumentos que irão fundar uma estrutura de verdade no dizer do político; o *pathos* e o *ethos*, que estão ligados à emoção e ao sentimento de identificação que se estabelecem entre orador e locutor. “Na elaboração do discurso interviriam com igual importância categorias de razão e categorias de paixão”. É o que, de todo modo, se passa no discurso político. CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. (Trad. Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p. 82.

Foi isso, meus amigos, que eu afirmei nos Estados Unidos, ao seu governo, à sua imprensa, às suas associações políticas e culturais, no meu, no vosso, nome do Brasil.

Mostrei o nosso país como ele foi e como os brasileiros de hoje decidiram que há de ser. Fui fiel ao passado, mas claramente deixei antever as perspectivas do futuro que queremos construir.

Falei como amigo, mas falei como homem, como Ministro do Exterior do Brasil.

Minha palavra foi ouvida por toda a parte, porque o povo norte-americano ama a franqueza e a verdade e porque, como o nosso, sob a liderança de uma grande figura, compreendeu que a era atual não se compadece com os tímidos e/ ou com os conformados e ainda porque, lá como aqui, há uma verdadeira resolução de boa vontade, de coragem e de energias conjugadas.

O Brasil não podia continuar a ser tido como uma promessa pela qual o mundo esperava, sem confiar.

Era chegada a hora de afirmarmos que éramos um povo que se havia assenhoreado dos seus destinos: uma grande nação que resolvera tornar-se maior; uma força que queria cooperar com as demais forças americanas para que a América não fosse uma África disfarçada, mas a terra eleita para a vida de povos livres, fortes, amigos, prósperos e pacíficos.

Estamos todos os povos ameaçados por uma era de improvisos<sup>324</sup>.

No discurso Aranha busca consolidar a sua imagem de Estadista, mostra ser um político versado nos princípios e na arte da diplomacia, ativamente envolvido em conduzir os negócios de governo e em moldar a política em relação aos Estados Unidos. E lembra que o Brasil, assim como os Estados Unidos, era governado por um grande líder estadista: “a minha palavra foi ouvida por toda a parte, porque o povo norte-americano ama a franqueza e a verdade e porque, como o nosso, sob a liderança de uma grande figura, compreendeu que a era atual não se compadece com os tímidos e/ou com os conformados e ainda porque, lá como aqui, há uma verdadeira resolução de boa vontade, de coragem e de energias conjugadas”.

Em toda a sua fala, Aranha terá a tarefa de despertar a simpatia e a adesão do público, a partir de um discurso que contemple a imagem do líder ideal, presente no imaginário coletivo. Neste sentido, ele necessita inspirar confiança e admiração, evocando paixões e sentimentos nos seus ouvintes. Por este motivo, ele utiliza diferentes estratégias discursivas para fidelizar o público, sendo que a posição dos demais sujeitos, tanto os adversários, como os aliados, concorrerá para esta prática, o que é possível também verificar na parte final do discurso.

Afirmar que o Brasil tinha plena consciência de sua posição nesses acontecimentos e que, de nossa parte, acreditávamos hoje, como sempre, que

---

<sup>324</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.40.

a cooperação Pan-americana, assentada sobre bases concretas, era, ainda, a forma mais segura e melhor de resguardarmos a civilização continental. Expus e defendi essa ideia na Casa Branca, no Senado, na Câmara, através da imprensa e do rádio, em reuniões públicas e em debates nos centros políticos e culturais americanos.

A sua aceitação consta dos entendimentos feitos nos Estados Unidos e dos testemunhos de simpatia e de aplauso, que durante nossa estada, sem uma nota destacante, cercaram e perseguiram a autoridade de nosso Governo e o nome do Brasil.

O governo e o povo norte-americano nos receberam como irmãos e com eles nos entendemos como amigos.

Uma era de cooperação econômica, de associação de esforços, de mútua compreensão de interesses e de harmonia de objetivos, dando novas e mais sólidas bases ao Pan-americanismo, foi selada pela amizade de nossos dois povos nos acordos de Washington.

Ela, na minha como na opinião norte-americana, abrirá possibilidades imensas para nós, para o nosso progresso e enriquecimento, como o de todos os povos continentais.

As Américas são complementares umas das outras, formando um todo econômico, político e cultural de povos iguais e independentes que, nelas e delas, podem viver e prosperar sem riscos e conflitos como uma grande família de nações felizes.

Esta sempre foi a política do Brasil, que nunca pregou o isolamento continental, mas a união e a associação dos povos americanos, para melhor servirem aos ideais e aos interesses universais.

Creio, meus amigos, ter prestado, em linhas gerais, as contas do honroso mandato que o Governo confiou a mim e aos meus companheiros.

As vossas demonstrações, nesta hora, têm para nós uma significação sem par, às quais a palavra amiga e generosa de vosso grande intérprete, o Dr. Afrânio de Mello Franco, dá um relevo que nunca poderíamos merecer, nem bem agradecer.

Á honra de trazer a mensagem de amizade de um grande povo e a alegria de rever nossa terra e nossa gente, quisestes juntar a generosidade desta acolhida transformaram nossas emoções íntimas em tributo que fazemos, mais uma vez, de orgulho e de gratidão a todos vós, aos brasileiros e ao Brasil<sup>325</sup>.

Aranha defenderá, na sua missão, a ideia do Pan-americanismo para setores importantes da sociedade norte-americana, ao expor que “defendeu essa ideia na Casa Branca, no Senado, na Câmara, através da imprensa e do rádio, em reuniões públicas e em debates nos centros políticos e culturais americanos”.

Encerrando o discurso, enaltece ser essa uma era de cooperação econômica, de associação de esforços, de mútua compreensão de interesses e de harmonia de objetivos, dando novas e mais sólidas bases ao Pan-americanismo, selando, assim, a amizade de nossos dois povos nos acordos de Washington. O desejo de Oswaldo Aranha de estreitar as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, na esfera da sociedade e da economia tornaram-

<sup>325</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.40-41.

se crescentemente intensas nos anos seguintes nas áreas culturais e nos investimentos privados, à medida que o Brasil se inseria cada vez mais, nos meios internacionais. Essa cooperação entre Brasil e Estados Unidos foi de grande intensidade nos anos de 1940 e 1941<sup>326</sup>.

\* \* \*

Após a viagem aos Estados Unidos liderando a missão Aranha, o Ministro Oswaldo Aranha discursa ao retomar a pasta das Relações Exteriores, o ato ocorreu no Rio de Janeiro no 27 de março de 1939. Inicialmente saúda os convidados da cerimônia e destaca o papel da diplomacia brasileira no cenário internacional.

Esta cerimônia, ainda quanto seja uma simples formalidade íntima do Itamaraty, tem uma grande significação.

Ela mostra que a continuidade e a coerência são as linhas mestras desta casa, da ação diplomática e da vida mesma de quantos se devotam ao serviço exterior do Brasil.

A fidelidade aos princípios básicos de nossa formação política foi e será essencial, na ordem interna do Itamaraty e na exterior do Brasil.

A defesa dessas normas no campo intencional e a sua conservação e aperfeiçoamento na vida diplomática e dos diplomatas brasileiros tornam-se, cada dia, mais necessárias.

As grandes crises econômicas e políticas universais vieram e virão da falta de continuidade e de coerência dos governos e da crescente infidelidade dos povos aos princípios e tradições, que lançam, através dos tempos, os alicerces mesmos da solidariedade e do aperfeiçoamento humanos.

O respeito ao passado, a devoção às ideias, o sentimento das traições transviaram os homens e sempre protegeram o destino dos povos<sup>327</sup>.

Ao referir-se à continuidade, à coerência e à fidelidade, como linhas mestras do Itamaraty, realça a tradição que exprime o patrimônio de realizações que a diplomacia brasileira tem legado ao país, desde a independência até a formação de fronteiras, que levou o Brasil a uma projeção internacional e ao seu processo de desenvolvimento.

Destaca também no discurso que “a força moral do Brasil, no continente como no mundo, é devido ao apego àquelas normas que traçaram as suas fronteiras geográficas e alargaram todos os dias, o seu prestígio internacional, e relata que a viagem aos Estados Unidos veio demonstrar que, lá como aqui, estivemos juntos e solidários, ainda quando

---

<sup>326</sup> Durante o segundo semestre de 1940 e ao longo do ano de 1941, os Estados Unidos e o Brasil, fortaleceram seus vínculos, como jamais haviam feito. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à Guerra**. São Paulo: Manole, 2003, p. 236.

<sup>327</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.49.

distanciados pelas atividades, nunca estivemos ausentes, mas reunidos pelo dever e pelo ideal”<sup>328</sup>.

Dará destaque, também ao momento histórico que representou para ele a missão que presidiu nos Estados Unidos e enaltece a contribuição de seus auxiliares na missão, ao corpo diplomático do Itamaraty e também ao presidente da República:

O nosso trabalho foi comum e a conjugação de nossos esforços tão perfeita que, quando se for apreciar a obra por nós realizada nos Estados Unidos, o historiador não poderá atribuir a mim ou aos meus auxiliares, mas ao Itamaraty ao governo, ao presidente da República, enfim, ao Brasil, aos que serviram e aos que o estão agora servindo, sob a inspiração desses antepassados<sup>329</sup>.

E, finalizando a cerimônia agradece novamente aos funcionários do Itamaraty e destaca as palavras generosas do Ministro Freitas Valle:

Agradeço as generosas palavras do Ministro Freitas Valle<sup>330</sup>, porém, mais ainda, aos relevantes serviços por ele prestados e por todos vós ao governo, durante a minha estada nos Estados Unidos, facilitando-me e aos meus companheiros o desempenho de uma missão que, graças à direção do Presidente da República e à assistência do Itamaraty, veio confirmar e ampliar a tradicional política de cooperação e de amizade de nossos dois povos, pelas quais trabalharam, no Império e na República, sem exceção, todos quantos dirigiram os nossos grandes destinos políticos, nacionais e internacionais<sup>331</sup>.

As relações entre Brasil e Estados Unidos estão entre as mais antigas do continente americano, pois foram os Estados Unidos o primeiro país a reconhecer a independência brasileira. E na Era Vargas os Estados Unidos tornou-se um dos maiores parceiros comerciais do Brasil.

A conjuntura internacional da época mostrava, no terreno ideológico, uma clara separação de dois eixos de poder em ascensão. Os Estados Unidos defendiam a bandeira da liberal-democracia e invocavam os ideais Pan-americanistas para se aproximar dos vizinhos hemisféricos, desenvolvendo a chamada política de boa vizinhança. Já a Alemanha que adotara o nazismo como ideologia oficial, defendia o autoritarismo antiparlamentar e nacionalista. Foi nesse contexto que, na área diplomática, Vargas adotou a política de "equidistância pragmática". Oswaldo Aranha exerceu papel importante para o governo

---

<sup>328</sup> Ibid., p. 50.

<sup>329</sup> Ibid., p. 50.

<sup>330</sup> Foi ministro interino das Relações Exteriores nos governos de Getúlio Vargas, de janeiro a março de 1939, período em que Aranha estava dirigindo a missão nos Estados Unidos. Primo do chanceler Oswaldo Aranha.

<sup>331</sup> Ibid., p. 50.

brasileiro se inclinar em direção ao sistema de poder dos Estados Unidos. Isso ocorreu devido a um conjunto de fatores, que incluiu os artifícios do discurso Pan-americanista, a composição de interesses internos e o próprio esgotamento dos recursos de barganha do governo brasileiro na negociação de seu alinhamento aos Estados Unidos.

O pan-americanismo defendido pelos Estados Unidos e pelo Brasil, com acirramento da crise política mundial, assume um caráter não apenas de defesa do continente, mas de salvação.

O discurso pan-americano ajudou a sustentar política de “boa vizinhança”, o abandono das intervenções diretas, a adoção dos princípios de não intervenção unilateral e, fundamentalmente, uma busca pela cooperação latino-americana no contexto da guerra: uma apelo à ideais, diplomacia, ofensiva cultural, e, claro, sabendo explorar as limitações estruturais de economias baseadas na produção primária.

Houve uma continuidade na política externa norte-americana para a América Latina e, mais especificamente, para o Brasil quando se trata da política da “boa vizinhança”, assim como a recepção desta política no país. A política lançada no governo do presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) sinaliza essa continuidade da política externa norte-americana para a América Latina. Na verdade as mudanças foram nas táticas utilizadas e não no conteúdo. Embora os métodos tenham mudado, os objetivos permaneceram os mesmos: minimizar a influência europeia na América Latina, manter a liderança norte-americana e encorajar a estabilidade política do continente.

O pan-americanismo, se mostrou funcional, quando o continente americano veio em solidariedade aos Estados Unidos após o ataque a Pearl Harbor. A cooperação militar do Brasil é destacada, assim como a integração econômica causada pela exportação maciça de produtos estratégicos dos países da América para os Estados Unidos.

No Brasil, a ausência de harmonia entre o pan-americanismo e as ideias que sustentavam o Estado Novo exigiu do regime uma ressignificação que aqui foi sendo reconstruída a partir de uma aliança com os Estados Unidos.

### **4.3 As Conferências Pan-americanas e a Chancelaria do Estado Novo**

A identificação do Brasil com os países americanos tem sido muito variável, dependendo das circunstâncias dos momentos históricos. É o objetivo dessa parte do capítulo analisar as manifestações brasileiras durante a chancelaria do Estado Novo nas Conferências Pan-americanas, período em que o Brasil esboçará uma aproximação com as demais nações

americanas, para entender o movimento de aproximação e de distanciamento entre o Brasil e os demais países do continente americano

Tomará forma, neste período, o Pan-americanismo, idealizado por Oswaldo Aranha e pela política externa dos Estados Unidos e em torno desta proposta organizaram-se as Conferências Pan-americanas: VIII Conferência Internacional, em Lima; I Reunião de Consultas, no Panamá; II Conferência dos Chanceleres, em Cuba; III Reunião de Consulta de Ministros, no Rio de Janeiro<sup>332</sup>. Deve-se ressaltar que o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, entre 1937 e 1944, teve uma atuação destacada em todas as Conferências de que participou.

Nas reuniões de que participará, a Chancelaria do Brasil deixará claro seu posicionamento de permanecerem junto aos demais países americanos, em torno da solidariedade continental e demais ideias comuns, votando a favor da integridade territorial do continente americano.

#### 4.3.1 A VIII Conferência Internacional Americana em Lima, Peru.

A VIII Conferência Internacional Americana ocorrerá em dezembro de 1939, em Lima, Peru. Na Europa havia iniciado a Segunda Guerra Mundial, por isso o tema da Conferência era a “defesa continental” contra uma possível intervenção dos países do Eixo. A respeito do projeto de “solidariedade continental”, patrocinado pelo Departamento de Estado norte-americano sugere a adoção dos seguintes pontos:

- 1- reafirmação do princípio de solidariedade continental que significa adoção do princípio da segurança coletiva;
- 2- defesa continental contra as ameaças externas;
- 3- reunião não protocolar e urgente dos Ministros das Relações Exteriores, quando uma situação continental ou extracontinental, o exigir;
- 4- não reconhecimento das aquisições territoriais realizadas por intermédio de coerção ou força;
- 5- rejeição do conceito de minoria étnica, linguística ou religiosa<sup>333</sup>.

O objetivo era conter as investidas do Eixo no continente, mas esta intenção encontrou oposição da Argentina<sup>334</sup>. Verifica-se que as divergências entre Brasil e Argentina ocorrem,

<sup>332</sup> Sobre III Reunião de Consulta de Ministros no Rio de Janeiro será abordado no terceiro capítulo da tese.

<sup>333</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.153.

<sup>334</sup> A razão da oposição da Argentina, já constatada na Conferência de Buenos Aires (1936), a de Lima não se apresenta sob os melhores auspícios, pois novamente a diplomacia platina opõe-se às tentativas de tornar

principalmente, em função da diplomacia brasileira após o advento da República buscar uma maior aproximação com os Estados Unidos, país com o qual a Argentina nutria uma grande antipatia<sup>335</sup>. Criado o impasse, interviu o Embaixador Afrânio de Melo Franco, chefe da delegação brasileira<sup>336</sup>, que ao intermediar as divergências, proporcionou consenso na proposta de solidariedade americana. Com isto foi possível assinar-se na capital peruana, a “Declaração de Princípios de Solidariedade da América”<sup>337</sup>, o que inegavelmente constituirá em um mérito do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Na mesma ocasião, declarará que a política externa do Itamaraty apoiava condenação da guerra e por negação de auxílio ao agressor, mas que também se perfilava pela mediação, pela arbitragem e pela pacificação.

O Brasil lamentará o caráter não obrigatório das medidas tomadas na Conferência, mas apoiará as resoluções tomadas. Conforme Seitenfus o movimento Pan-americano sai reforçado da Conferência de Lima, pois, segundo sua declaração comum, qualquer país está, doravante, em condições de convocar uma reunião extraordinária, quando as circunstâncias continentais o exigirem. Além, os princípios de solidariedade Pan-americana e de rejeição de qualquer intervenção extracontinental nos negócios do Novo Mundo são aí consagrados. Eis um ponto capital, pois em breve, sob a cobertura dessa declaração, os Estados americanos se reunirão, periodicamente, para analisar a situação criada pela guerra na Europa<sup>338</sup>.

A partir da Conferência, o Brasil por intermédio de Aranha irá propor uma cooperação de larga escala com os Estados Unidos e o fortalecimento do Pan-americanismo. Hélio Silva diz que o ambiente de tensão começara na América. Era chegado ao momento de agir em

coercitivo o pan-americanismo. A posição da Argentina explica-se, essencialmente, por quatro razões: 1- a presença em seu solo de uma influente minoria ítalo-alemão; 2- a orientação do comércio exterior argentino (carne, lã e trigo), voltado para a Europa; 3- a crença de que os europeus são parceiros mais seguros, pois sua política externa não é, como a dos Estados Unidos, condicionada pelos embates eleitorais e por um Congresso todo-poderoso; 4- enfim, o Exército argentino nutre profunda admiração pela organização militar da Alemanha. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.153.

<sup>335</sup> Entre os Estados Unidos e a Inglaterra, a Argentina mantinha estreitas ligações com o último. BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luís. **História Política Exterior do Brasil**. 29 Ed, Brasília: Editora da UnB, 2002, p. 152.

<sup>336</sup> Foi designado chefe da delegação brasileira, o Embaixador Afrânio de Melo Franco, uma vez que Oswaldo Aranha julgou mais conveniente permanecer no Rio de Janeiro. A nomeação do ex- ministro das Relações Exteriores Melo Franco evidenciou a importância que atribuía à reunião. ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarin, 1996, p.161.

<sup>337</sup> O documento final, conhecido como *Declaração de Lima*, é saudado, apesar do seu caráter não obrigatório, como o “documento mais importante da história das relações interamericanas”. Nesse documento, os governos dos Estados americanos reafirmaram a solidariedade continental e se propõe a “colaborar entre si para defender os princípios sobre os quais se baseia essa solidariedade”. O princípio mais importante da declaração é o que consagra a não intervenção extracontinental nos assuntos do Novo Mundo. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.154-155.

<sup>338</sup> Ibd., p. 157.

benefício do Hemisfério Continental, Já na Conferência de Buenos Aires, 1936, no caso de ameaça à paz geral, fora criado um sistema de consulta que significou uma evolução no Pan-americanismo. Depois de Lima, a doutrina de solidariedade continental tomou forma. Essa foi a contribuição definitiva que a Conferência trouxe para a segurança, a paz e o destino da América<sup>339</sup>.

#### 4.3.2 A Conferência do Panamá

Em setembro de 1939, já dentro do quadro sombrio da guerra na Europa, reuniram-se os Chanceleres dos países americanos, na cidade do Panamá, onde celebraram a “I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas”.

A pauta da Conferência se constituirá de três pontos principais; a primeira tratava de questões relativas à aplicação da neutralidade do Novo Mundo, a segunda, da proteção da paz no hemisfério ocidental e a terceira, da cooperação econômica continental, para fazer face aos inevitáveis desarranjos da economia mundial em consequência do início das hostilidades na Europa<sup>340</sup>.

Nesta reunião, será votada e aprovada uma resolução de neutralidade<sup>341</sup> dos países americanos com relação ao conflito que então se desenrolava na Europa. A representação do Brasil, chefiada pelo Embaixador Carlos Martins Pereira de Souza apresentou com eloquência, a tese da fixação de uma “zona de proteção”<sup>342</sup> ao redor do continente americano, região esta, que estaria excluída das ações bélicas.

O posicionamento brasileiro mostrará, sem dúvida, que o Governo do Rio de Janeiro possuía um ponto de vista declaradamente Pan-americano. E, sua proposta será fundamental

<sup>339</sup> SILVA, Hélio. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. Editora Três Ltda, São Paulo, 1998, p. 127.

<sup>340</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.168.

<sup>341</sup> A Declaração Geral de Neutralidade conhecido como *Declaração do Panamá*, objetiva a efetividade e a permanência do princípio e a manutenção da paz no continente americano, instituindo uma “zona de segurança continental” marítima ao longo de suas costas atlânticas. Ela se estende da fronteira americano-canadense, mais precisamente ao largo da cidade de Halifax, até ao sul do cabo Horn. A zona de exclusão com trezentas milhas de largura permite que os países americanos mantenham, como no passado, sua navegação marítima, sem receio de serem envolvidos na operação de guerra. A fim de vigiar o respeito à neutralidade americana e estudar as medidas necessárias à sua aplicação, foi instituído um Comitê Interamericano de Neutralidade, com sede no Rio de Janeiro, presidido por Afrânio de Melo Franco. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.170.

<sup>342</sup> Além desta, dois outros documentos importantes, de caráter político, foram aprovados no Panamá: a *Declaração Geral de Neutralidade*, que trata do assunto sob seus vários aspectos, e a *Declaração Conjunta de solidariedade Continental*, que é uma afirmação da decisão de conservar e consolidar a paz no Novo mundo. ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p.209.

para o plenário aprovar uma resolução na qual declarará como região de segurança, uma faixa de trezentas milhas náuticas em redor do continente americano.

Os próprios países em guerra viram favoravelmente a política de neutralidade. Em relação à neutralidade do Brasil<sup>343</sup> as regras estabelecidas encontraram dificuldades. Lembra Seitenfus que a necessidade de vigilância, apesar de escassos recursos materiais e humanos e da extensão da zona a ser considerada, é um grande desafio para que o país não venha a ser objeto de críticas de parte dos beligerantes, o que poderia provocar represálias e o não respeito de nossa neutralidade<sup>344</sup>.

#### 4.3.3 A Conferência de Havana

Na Conferência de Havana, em julho de 1940, o Brasil, não só desfrutava de um considerável prestígio internacional, como também possuía uma definição clara em termos de política externa, principalmente, em relação à política de neutralidade no conflito Europeu<sup>345</sup>. Nesta II Conferência de Chanceleres, a questão das Guianas conscientizará os Embaixadores presentes de que a guerra em solo europeu poderia estender-se até a América. E isto porque os exércitos nazistas haviam invadido e ocupado a França e a Holanda, detentoras de territórios nas Américas.

Por causa das sucessivas vitórias da Alemanha na Europa, os Chanceleres americanos começaram a temer que as colônias americanas - As Guianas principalmente - pertencentes a nações europeias envolvidas no conflito, fossem ocupadas pelas forças alemãs. A partir desta análise foram votados vários projetos que faziam frente a uma eventual situação conflitiva no território colonial da França, da Holanda e da Inglaterra, localizado ao norte da América do Sul. O projeto brasileiro relativo à “Administração provisória de colônias europeias na

---

<sup>343</sup> Progressivamente a neutralidade brasileira vai tender a uma aplicação pró-franco-britânica em detrimento da Alemanha. Isso se deve, em parte, à ação do Itamaraty e, em particular, de Oswaldo Aranha. Contudo, seu motivo mais importante provém da predominância quase absoluta da marinha de guerra inglesa no Atlântico Sul e do controle que Londres exerce sobre as comunicações, sobretudo comerciais, as Alemanha. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.178.

<sup>344</sup> Ibid., p.178.

<sup>345</sup> A escolha de Havana implica a possibilidade de Aranha participar dos trabalhos. Tal como ocorreu em 1938, no Peru, e em 1939, no Panamá, o responsável pelo Itamaraty renuncia e deixa o Rio de Janeiro, pois a situação internacional, assim como as últimas proposições de Getúlio Vargas, aconselharam Aranha à prudência. Seu substituto à frente da delegação é Carlos Martins, embaixador em Washington. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.232.

América”, por ser considerado o mais completo, serviu como ponto de partida para os estudos sobre a questão<sup>346</sup>.

A partir da proposta do Brasil, sobre as colônias europeias na América, elaborou-se um documento, no qual os países participantes desta Conferência, proclamaram solenemente, que, qualquer violação de uma nação não americana contra a integridade territorial ou soberania de um país ou território das Américas, seria considerado como um ato de agressão contra todos os países do hemisfério.

A reunião de Havana fortaleceu o Pan-americanismo, porque manteve o continente afastado da guerra e confirmou uma política de alianças, baseada na união e na paz<sup>347</sup>.

No discurso em comemoração no dia de armistício que foi, transmitido por rádio para os Estados Unidos da América no dia 11 de novembro de 1939, Oswaldo Aranha destacará os papéis das Conferências e, em especial, a do Panamá. Começa a sua explanação dizendo:

Ao aceitar o convite para tomar parte nesta irradiação comemorativa do armistício, foi meu desejo render um preito de sincera admiração ao presidente Nicholas Murray Butler, o infatigável pioneiro de todas as nobres causas, que faz seus todos os valores humanos, e que tem sido, nos últimos anos, uma fonte de profunda influência espiritual para seu país e para o mundo. Foi também meu desejo expressar o apreço que temos, meu país e eu, pelo trabalho da Carnegie Endowment for International Peace<sup>348</sup>. Há vinte e um anos, nesta data, uma grande parte da humanidade civilizada chegava ao fim de uma guerra prolongada e cruel, durante a qual foram destruídas consideráveis riquezas e milhões de vidas foram aniquiladas para sempre, deixando feridas profundas que só o tempo poderia curar. Mas, apesar dessa tremenda acumulação de ruínas, inúmeros homens e mulheres de todos os países nutriam a esperança de que pudesse ser, afinal, encontrada uma paz duradoura.

<sup>346</sup> A Conferência de Havana é uma das mais curtas da história do pan-americanismo (21-30 de julho). A presença maciça dos Estados e a clareza das situações sobre os destinos das colônias francesas e holandesas levam à unanimidade das posições. Entretanto, a Argentina formula algumas reservas às propostas dos Estados Unidos, pois considera que a *proteção* concedida generosamente por Washington às possessões francesa e holandesa do Novo Mundo tenta camuflar um plano maquiavélico para fazer desses territórios futuras colônias dos Estados Unidos. A criação de uma *Comissão Territorial das Colônias e Possessões Europeias na América*, decidida pela Conferência, afasta a resistência argentina, pois tal comissão será integrada por representantes de catorze países. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.232.

<sup>347</sup> O texto final da Conferência, conhecido como *Declaração de Havana*, estabelece duas outras resoluções. A primeira é uma declaração de princípios em que o Novo Mundo reafirma a solidariedade continental diante dos últimos acontecimentos europeus. A segunda possui alcance prático imediato, já que se trata da criação de uma comissão econômica, com sede em Washington, encarregada de estudar as modalidades para fortalecer a cooperação econômica e financeira entre os países americanos. Trata-se, concretamente, da ajuda econômica e financeira que os Estados Unidos estão dispostos a conceder aos vizinhos do Sul. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.233.

<sup>348</sup> O Carnegie Endowment for International Peace, fundada em 1910 por Andrew Carnegie, é uma organização dedicada a promover a cooperação entre as nações e o seu engajamento internacional.

Essa esperança falhou, cobrindo de sombras a comemoração de hoje e escurecendo todo o futuro da humanidade. A mesma geração que conhecera então, o horror da luta debate-se novamente na angústia de outra grande guerra<sup>349</sup>.

A guerra lembrada no discurso de Oswaldo Aranha, é o da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Um dos primeiros sinais de que aconteceria esse conflito é devido a crise que se deu por meio de uma intensa corrida armamentista. Preocupados em manter e conquistar territórios, os países europeus investiam em uma pesada tecnologia de guerra e empreendiam meios para engrossar as fileiras de seus exércitos. Nacionalismo e clima de rivalidade puderam ser observados com o desenvolvimento da chamada política de alianças. Através da assinatura de acordos político-militares, os países europeus se dividiram nos futuros blocos políticos que conduziram a Primeira Guerra Mundial. A Europa estava dividida entre a Tríplice Aliança – formada por Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália – e a Tríplice Entente – composta por Rússia, França e Inglaterra. Formou-se um terrível barril de pólvora que explodiria com o início da guerra, em 1914. Utilizando da disputa política pela região dos Bálcãs, a Europa detonou um conflito que inaugurava o temível poder de metralhadoras, submarinos, tanques, aviões e gases venenosos. Ao longo de quatro anos, a destruição e morte de milhares impuseram a revisão do antigo paradigma que lançava o mundo europeu como um modelo a ser seguido<sup>350</sup>.

Entretendo a guerra não é um fato inevitável, nem uma lei geral da vida como pretende certa convicção de darwinismo moral, mas antes um remanescente do primitivismo.

Na sociedade primitiva, as relações entre os grupos sociais eram reguladas pela luta. Mas a consciência humana passou por diversas fases até alcançar o presente grau de desenvolvimento espiritual e moral. O homem primitivo enxergava na guerra a possibilidade de provar a superioridade de seus deuses sobre os deuses de outras tribos. A guerra era claramente o resultado da concepção animística da vida peculiar aos nossos antepassados. É verdade que os animais vivem da presa que subsistem pelo ataque e pela defesa, mas os animais não fazem a guerra. Não sentem regozijo quando vitoriosos nem humilhação quando vencidos.

<sup>349</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.55.

<sup>350</sup> Nos três primeiros anos da guerra, o Brasil permaneceu neutro. Porém, em 5 de abril de 1917, um submarino alemão atacou um navio brasileiro (vapor Paraná da Marinha Mercante) carregado de café. Neste ataque, próximo ao litoral francês, três brasileiros foram mortos. Em 20 de maio, outro navio brasileiro, agora o Tijuca, navegando em águas francesas, foi torpedeado por um submarino alemão. Estes fatos foram o estopim para a entrada do Brasil no conflito. O Brasil declarou guerra aos países da Tríplice Aliança em 1 de junho de 1917. Porém, o Brasil não enviou soldados para os campos de batalha na Europa. O Brasil participou enviando medicamentos e equipes de assistência médica para ajudar os feridos da Tríplice Entente. Também participou realizando missões de patrulhamento no Oceano Atlântico, utilizando embarcações militares. Ver: VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Primeira Guerra Mundial**. Editora: UFRGS - 2ª edição, 2006.

A guerra é, pois, um fato humano que corresponde a uma fase remota da evolução da consciência. A guerra é contra a vida cuja característica principal é a plenitude de si mesma, a atividade e os propósitos criadores. A guerra é a negação do espírito, essa realidade inquieta que se está sempre criando a si própria. A importância exagerada atribuída aos fatos biológicos é que originou as teorias justificadoras da guerra.

Quanto aos resultados práticos, a guerra é inteiramente negativa. Exalta os homens para depois lançá-los nas piores formas da selvageria. Um homem que vive somente para defender-se deixa de ser um espírito criador, quase deixa de ser um homem. . Da mesma forma, a sociedade humana, para não perder a humanidade e evitar a decadência, tem de acabar com a luta que divide internamente e aceitar nas relações exteriores o domínio da lei.

A guerra ainda existe porque os estadistas ainda a utilizam para a solução de seus problemas. Daí a crença na inevitabilidade da guerra, noção que, embora falsa, muito tem contribuído para alimentar, nos Estados, uma atitude de preparação bélica<sup>351</sup>.

Oswaldo Aranha fará um verdadeiro manifesto contra a guerra, ao declarar que a “guerra não é um fato inevitável, nem uma lei geral da vida como pretende certa convicção de darwinismo moral, mas antes, um remanescente do primitivismo”. Para Aranha, a guerra não é o principal produto da civilização, apesar da sua presença em massa. A guerra progrediu, ao mesmo tempo em que a civilização se estendeu e se aprofundou. Para muitos defensores de conflitos armados, a sociedade encontrará seu reflexo natural na massa militarizada e este será o caminho seguido, logo cedo pela civilização.

Oswaldo Aranha faz uma crítica aos idealizadores da guerra. Perceberemos que, para Aranha, a civilização sempre teve interesse em manter a atenção nestes temas. A guerra tornou-se uma proclamação ideológica importantíssima. Muitas vozes modernas argumentaram que os humanos são agressivos e violentos de um modo inato, e precisam ser constrangidos por uma autoridade armada.

O momento em questão era de indefinição dos sistemas de poder pelo mundo. A hegemonia de poder dos países imperiais da Europa está declinando, e novos atores estão em cena na disputa pelo poder internacional, competindo, por hegemonia, com esses países.

A Primeira Guerra Mundial e a crise do liberalismo, que atingiu seu ápice com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, mergulhando o mundo em profunda depressão econômica, ascensão do nazismo e do fascismo, era para Aranha, uma conjuntura obscura.

Conjunturalmente, porém, a política de um país periférico, como o Brasil, em um momento de disputa de hegemonias, pode agir ou no sentido de manter-se na estrutura em que está inserido, ou negá-la, mudando o centro ao qual se subordina. Por outro lado, a política do

---

<sup>351</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.56.

centro hegemônico certamente varia de acordo com a conjuntura, mas sempre no sentido de manter a condição estrutural.<sup>352</sup>

O discurso de Aranha novamente explicita a necessidade de união da América a partir da defesa de uma dada moral continental, baseada na manutenção da paz e de uma política regional de equilíbrio que, portanto, deveria servir como exemplo para o mundo. Podemos observar na argumentação a seguir a elaboração de uma lógica que, fundamentalmente, valorizava o papel exercido pelo Brasil em todo o cenário internacional. Esta construção aparece na sequência da fala:

Que diferença na América! A civilização deste continente foi desde o início uma aventura no domínio da cooperação. Homens vindos de outros continentes depressa descobriram que, a fim de dominarem os obstáculos que surgiram no caminho da conquista de novas terras, eram obrigados a ajudar-se mutuamente em tudo, moral e materialmente, e assim começaram essa longa experiência na cooperação de que nasceu o pan-americanismo. A guerra nunca foi um instrumento político na abençoada terra americana. Nosso desenvolvimento e progresso foram o resultado da persuasão, da aplicação sempre crescente da técnica às forças da natureza, tornando-as servas em vez de inimigas. O vigor dos nossos povos foi preservado em virtude da opinião generalizada de que vale a pena ter altas finalidades. Assim, sempre consideramos a humanidade como um homem que nunca morre, e essa visão fortaleceu em nós o sentimento do crescimento e da união. Nunca perdemos de vista que as relações pacíficas entre indivíduos como entre nações criam no espírito um novo sentimento de humanidade que a civilização antiga não conheceu. Pensando e agindo dessa maneira, sob a pressão de necessidades sociais e das vontades cada vez mais conscientes da solidariedade espiritual, criamos na América, uma sociedade de nações baseada não só nos interesses econômicos e políticos mas também numa noção de solidariedade internacional<sup>353</sup>.

A política de neutralidade absoluta e o pacifismo, em pleno cenário de guerra, defendido nas Conferências Pan-americanas são também exaltados por Aranha. Até esse momento a segunda grande guerra ainda era um conflito europeu e havia esforços da diplomacia americana para que esse não chegasse ao continente. Para isso, usará em sua argumentação termos como cooperação, abençoada terra americana, desenvolvimento, progresso, união, relações pacíficas e solidariedade internacional.

Na afirmação onde diz que a América é diferente de outros continentes e os homens, vindos de outros continentes depressa descobriram que, a fim de dominarem os obstáculos que surgiram no caminho da conquista de novas terras, eram obrigados a ajudar-se,

<sup>352</sup> MINELLA, Jorge Lucas Simões. **A Segunda Guerra Mundial e o Pan-Americanismo Brasileiro**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p.1.

<sup>353</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.56.

mutuamente em tudo, moral e materialmente, e assim começou essa longa experiência na cooperação, nascendo, com isso, o Pan-americanismo. Aranha sintetiza a diplomacia americana, pensada como um instrumento efetivo que possibilitará a inserção das nações e com isso, contribuirá para consolidar sua identidade e, em torno de um patrimônio cultural, de um referencial comum, desempenhará papel de extrema utilidade no esforço de uma função aglutinadora.

A construção de uma estratégia diplomática, voltada para o equilíbrio do continente, garantidora da paz, em um contexto de enorme instabilidade com um mundo que sofre com as consequências das desavenças, levará as nações centrais para uma guerra generalizada e uma América buscando se inserir nesse cenário é afirmado na conclusão do discurso.

Da vitalidade de tal concepção, tivemos uma prova magnífica, há poucos dias, no Panamá. Ali, as vinte e uma Repúblicas deste hemisfério reafirmaram seu desejo de cooperar, de manter sua união sagrada e, em face de uma grande guerra na Europa, sua firme intenção de preservarmos ideais essenciais à civilização americana.

Uma das maiores realizações daquela Conferência foi, sem dúvida, a declaração de uma zona de segurança em torno do continente. Ameaçados pelas consequências de uma guerra de grande magnitude na Europa e na Ásia, as Repúblicas americanas formularam um novo conceito que é realmente existencial, pois representa, em última análise, afirmação pela América de seu direito de conservar-se fiel a si mesma e livre da interferência de atividades beligerantes<sup>354</sup>.

A zona de segurança, citada por Aranha, acertado na Conferência, abrangia cinco pontos e girava em torno da ideia das “águas adjacentes ao continente americano”, que se estenderiam até 350 milhas a leste da ilha de Fernando de Noronha no Atlântico e a oeste das ilhas Galápagos, no Pacífico. Ao norte, começaria a partir do limite dos Estados Unidos com o Canadá, estendendo-se até 350 milhas ao cabo Horn<sup>355</sup>.

O Ministro Oswaldo Aranha, mesmo distante da Conferência do Panamá, liderou as ações da delegação brasileira e será responsável pela redação do documento lido pelo embaixador Carlos Martins que versava sobre mar continental, que integrou o segundo documento, a Declaração do Panamá<sup>356</sup>.

<sup>354</sup> Ibid., p. 56-57.

<sup>355</sup> ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarin, 1996, p.208.

<sup>356</sup> A representação do Brasil, chefiada pelo embaixador Carlos Martins Pereira de Souza apresentou com eloquência a tese da fixação de uma “zona de proteção” ao redor do continente americano, região esta, que estaria excluída das ações bélicas. GONÇALVES, Ronaldo Pereira. **Capítulos da História do Brasil: o Estado Novo e sua Chancelaria**. Faz Ciências: V.2, nº 1, 1998, p. 87.

O resultado mais importante da Conferência foi o de conservar uma atitude de neutralidade continental aprovada por todos os países.

Na prática, com exceção dos Estados Unidos, nenhum país do continente americano tinha condições de patrulhar suas fronteiras para tornar efetivo o respeito à neutralidade. O caso do Brasil era mais difícil ainda, devido a seu extenso litoral voltado para o Oceano Atlântico. Por várias vezes, a *zona de segurança* foi desrespeitada pelos beligerantes.

E no final do seu discurso diz que “diante da tragédia que vitimou a Europa e a Ásia, o papel da América é manter-se unidade forte, pronta para exercer sua influência moral sobre os povos atingidos, a fim de que a paz possa voltar a eles. Nada podia ser mais digno deste continente. O traço característico da América é almejar coisas ainda não alcançadas. E a paz é o que todos desejam acima de tudo”<sup>357</sup>.

Na Conferência do Panamá, foi declarada a neutralidade das repúblicas americanas diante da guerra. Depois na Conferência de Havana, foi afirmada a solidariedade continental em face de uma agressão externa a qualquer País do continente. Mas nada disso evitaria que o continente americano participasse da guerra, como veremos no capítulo a seguir.

Analisando as manifestações do Ministro Oswaldo Aranha, percebe-se que elas foram importantes para a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos e entre o Brasil e os demais países do continente americano. Foi durante este período que tomou forma o Pan-americanismo, elaborado pelos idealizadores da política externa dos Estados Unidos, com amplo apoio da política externa brasileira. Em torno dessa proposta, foram organizadas as Conferências. O governo brasileiro adotou uma orientação pragmática e tratou de negociar naquele momento, o apoio dos países do continente aos Estados Unidos contra possível retaliação por parte do Eixo. Foi o período em que as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos estiveram mais próximas.

De certa forma, a consolidação do pan-americanismo a partir das Conferências, parecia oferecer vantagens diretas aos países da América Latina. No plano político-diplomático os Estados Unidos participaram das conferências interamericanas para sustentar ideias que levassem a um consenso no caso de uma guerra que atingisse a América. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a I Reunião de Consultas no Panamá (1939) delimitou uma vasta zona oceânica em torno dos Estados Unidos e da América Latina, no interior da qual se solicitava aos países que se abstivessem de operações de guerra. Essa conferência foi

---

<sup>357</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.57.

importante, pois pela primeira vez, o movimento pan-americano foi unanime em uma posição política diante de um evento internacional.

O consenso com relação à neutralidade na Segunda Guerra Mundial, principalmente por parte dos Estados Unidos, essa política não seria definitiva. Na Conferência de Havana, dominada pelas constantes vitórias alemãs na Europa, diante da eventualidade vitória do Eixo, da enérgica resistência da Grã-Bretanha e do apoio crescente que os Estados Unidos ofereciam a esse país, a maior parte dos países latino-americanos achou necessário manter a prudência, e limitou-se a proclamar a decisão de intervir conjuntamente no sentido de impedir eventuais transferências entre potências europeias de territórios coloniais situados na América e autorizou os Estados membros a agirem, sem seguir o procedimento previsto para as consultas.

## 5 A CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO DE 1942 E A CONTRIBUIÇÃO DE OSWALDO ARANHA PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

### 5.1 III Reunião de Consulta dos Ministérios das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas no Rio de Janeiro

Os discursos do Chanceler Oswaldo Aranha, analisados neste capítulo, tratam do contexto da Segunda Guerra Mundial e a entrada do Brasil no conflito. Os discursos ressaltam a importância da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, instalada na cidade do Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 1942. O principal objetivo da reunião, que aconteceu no Palácio Tiradentes, foi a aprovação unânime de uma resolução de rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com o Eixo.

A Segunda Guerra Mundial teve o seu início quando a Alemanha invade, com suas tropas, a Polônia e se recusa a retirar-se<sup>358</sup>. Após a extinção da Tchecoslováquia, Hitler exigiu a abolição do corredor polonês ao mar Báltico. O corredor tinha uma enorme população alemã que, segundo declarou Hitler, devia ser reintegrada à Alemanha. Convencido, finalmente, de que o apetite de Hitler era insaciável, Chamberlain anunciou que a Grã-Bretanha prestaria auxílio armado à Polônia. Pouco depois, anunciou que seu governo socorreria qualquer nação que se sentisse ameaçada pelas ambições de Hitler. Como a resistência polonesa se mostrou firme frente às ambições de Hitler, esse invadiu a Polônia no dia 1º de setembro de 1939. Usando uma tática de guerra conhecida como “Blitzkrieg” ou “Guerra Relâmpago”, a Polônia Ocidental foi, rapidamente, incorporada ao III Reich. No dia 3, através do rádio, Neville Chamberlain anunciou que o país se achava em guerra com a Alemanha<sup>359</sup>.

Outras anexações foram feitas pela Alemanha, como as invasões à Dinamarca, à Noruega, à Bélgica, à Holanda e à França<sup>360</sup>. Em setembro de 1940, Hitler ataca também a Inglaterra. No dia 10 de junho, a Itália de Mussolini declara guerra à França e à Inglaterra, a partir de um interesse pelas colônias da França.

<sup>358</sup> Sobre a Segunda Guerra Mundial ver: VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Segunda Guerra Mundial: histórias e relações internacionais**. 3 ed. Porto Alegre: Editoria da Universidade, 1989. ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília: Editora da UnB, 2002. VIGEVANI, Tullo. **A Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Moderna, 1991. HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>359</sup> BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às nave espaciais**. São Paulo: Globo, 2003, p. 724.

<sup>360</sup> Na França, um governo fantoche, leal aos alemães, foi criado em Vichy, sob a liderança do marechal Henri-Philippe Pétain, ídolo herói da I Guerra Mundial. BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às nave espaciais**. São Paulo: Globo, 2003, p. 724.

A França e a Alemanha assinam em junho de 1940, um armistício com rendição incondicional por parte dos franceses. A Inglaterra resiste ao armistício, tentando bloquear a Alemanha e a Itália pelo mar. Alemanha reage através de ataques com submarino e com aviões<sup>361</sup>. Os Estados Unidos passam a enviar ajuda à Inglaterra. Em 1941, a União Soviética entra na Guerra, após invasão por parte da Alemanha<sup>362</sup>, e os Estados Unidos passam a fornecer ajuda aos soviéticos. Enquanto isso o Japão começa a ser visto como uma ameaça aos Estados Unidos, que passam a exigir a retirada, por parte dos japoneses, dos territórios chineses<sup>363</sup>.

A política expansionista dos Estados Unidos ocorreu em áreas menos disputadas pelas grandes potências imperialistas europeias. Devido a um grande mercado interno criou-se a base de sua prosperidade econômica e social, por isso os Estados Unidos conservaram, até o início da Segunda Guerra, uma postura isolacionista<sup>364</sup>. Com a deflagração da grande guerra, os Estados Unidos adotaram uma política de neutralidade, mas mantiveram vínculos com a Inglaterra. Além disso, assumiram uma postura de oposição ao Eixo e, no transcorrer do conflito, passam a fornecer armas e suprimentos à Inglaterra.

Os Estados Unidos fizeram várias exigências para que o Japão retirasse suas tropas da China e interrompesse suas políticas imperialistas, e isso incomodou o governo japonês<sup>365</sup>. Este fato levou o Japão se aproximar com a Alemanha e a Itália, formando uma aliança política, econômica e militar, conhecida como Eixo.

---

<sup>361</sup> Depois de várias conquistas, a guerra entrou em uma nova fase, a chamada batalha da Inglaterra. Antes de lançar uma invasão, atravessando o Canal da Mancha, os nazistas decidiram tentar reduzir a força militar inglesa e abalar a moral dos civis, mediante ataques aéreos. Entre agosto de 1940 e junho de 1944, milhares de aviões bombardearam os portos, os centros industriais e as defesas aéreas da Inglaterra. Embora bairros inteiros de cidades ficassem reduzidos a escombros e mais de 40.000 civis morrerem, os ingleses mantiveram-se firmes. A essa época, Winston Churchill havia substituído Neville Chamberlain como primeiro ministro. BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. São Paulo: Globo, 2003, p. 724e 725.

<sup>362</sup> A invasão da URSS por Hitler em 22 de junho de 1941, constituiu a data decisiva da Segunda Guerra Mundial; uma invasão tão insensata – pois comprometia a Alemanha numa guerra de duas frentes- que Stálin simplesmente não acreditava que Hitler pudesse contemplá-la. HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 46 e 47.

<sup>363</sup> No Japão, a subida ao poder de um grupo militar de tendência fascista dá início a uma série de agressões. A conquista da Manchúria e a retirada do país da Sociedade das Nações foram complementares, em 1941, com o ataque à base dos Estados Unidos Pearl Harbor. Quando o Japão invadiu a Manchúria, a Sociedade das Nações protestou, mas o Japão retirou-se da Sociedade que nada pôde fazer para evitar a agressão. SARAIVA, José F. Sobre (org.) **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 167.

<sup>364</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.48.

<sup>365</sup> As exigências constavam a retirada das forças japonesas da China e da Indochina; acordo mútuo garantindo a integralidade territorial da China; reconhecimento pelo Japão do governo nacionalista de Chiang Kai-Chek; pacto de não agressão entre as potências do pacífico; futura adesão do Japão às regras da lei e da ordem em suas relações com outros países; abandono do Eixo pela Japão. SILVA, Hélio. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. Editora Três Ltda, São Paulo, 1998, p.124.

No dia 7 de dezembro de 1941, o Japão realiza um ataque aéreo às bases onde se encontravam grande parte das frotas de guerra - Pearl Harbor, no Havaí. Logo depois, no dia 11 de dezembro, Alemanha e Itália declararam guerra aos Estados Unidos<sup>366</sup>.

O ataque teve, além da questão militar, um papel político pelo fato de os japoneses terem provocado os Estados Unidos a decidir participar do conflito.

Com a guerra europeia, os Estados Unidos mudaram a sua política em relação à América Latina. Essa percepção estratégica acontece às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos tinham como objetivo diminuir a influência dos países do Eixo, o que levou a adotar uma política mais próxima com os países da América Latina. Os Estados Unidos viam na América Latina um grande aliado para as suas ações<sup>367</sup>.

A aproximação dos Estados Unidos e o Pan-americanismo poderão ser observados de forma mais efetiva logo após o ataque japonês feito a Pearl Harbor, em 1941.

Os países do continente americano se solidarizaram com os Estados Unidos, com exceção da Argentina que se mantém distante de opinar sobre o conflito. O Brasil, por sua vez, faz uma opção decididamente pró-americana. Em 8 de dezembro, Getúlio Vargas envia a Roosevelt um telegrama em que declara “convoquei os membros do meu governo e decidimos por unanimidade, declararmos-nos solidários com os Estados Unidos, coerente com suas tradições e compromissos na política continental”<sup>368</sup>.

A hegemonia dos norte-americanos não inibiu o Brasil de ampliar sua política externa de acordo com suas próprias demandas. Os Estados Unidos estabeleceram um sistema de alianças com seus aliados continentais. O Brasil dará atenção especial às questões econômicas, políticas, militares, ideológicas e culturais oferecidas pelos Estados Unidos de modo a garantir o apoio às suas políticas para o continente. O governo Vargas impôs ao Brasil a chamada “Barganha Nacionalista-Pragmática”, onde o país se aproveitava da política

---

<sup>366</sup> Os Estados Unidos encararam a extensão do Eixo no Sudeste Asiático como intolerável, e aplicaram severa pressão econômica sobre o Japão, cujo comércio e abastecimentos dependiam inteiramente das comunicações marítimas. Foi esse conflito que levou à guerra entre os dois países. O ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de setembro de 1941 tornou a guerra mundial. HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 48.

<sup>367</sup> Para entrar no conflito mundial, os Estados Unidos tinham necessidade do apoio dos países latino-americanos sob os seguintes aspectos: necessidade de matéria-prima industrial estratégica, como a borracha, ferro, manganês, cristais de quartzo; bases terrestres e navais para suas operações militares em todo o hemisfério; apoio político internacional aos seus interesses; controle de atividades de agentes partidários do nazifascismo no continente. RODRIGUES, Fernando da Silva. **Da Chegada Da Missão Militar No Brasil Em 1936 À Dominação Total Da Influência Doutrinária Do Exército Do Tio Sam No Exército Do Zé Carioca**. Disponível em: <<http://www.unig.br/>>. Acesso em: 10 abril, 2014.

<sup>368</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.259.

externa estadunidense, a chamada “doutrina da reserva estratégica”, em que o continente sul-americano apresentava-se para os Estados Unidos como sua zona de influência<sup>369</sup>.

Na ocasião, Oswaldo Aranha declara que o Pan-americanismo deixou de ser apenas uma doutrina, para se transformar em processo de ação política das nações deste hemisfério, visando à sua defesa comum<sup>370</sup>.

O contexto da guerra mundial e a participação do continente no conflito, levará os países do movimento Pan-americano a convocar a terceira reunião extraordinária dos ministros das Relações Exteriores, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro.

O secretário de Estado norte-americano, Sumner Welles, formalizou junto à União Pan-Americana a proposta da realização da reunião na capital brasileira, na primeira semana de janeiro, retendo em anexo, um projeto de agenda. Tal documento estava dividido em duas partes: 1ª) proteção do Hemisfério Ocidental, em que se propunha o exame de medidas de preservação da soberania e integridade territorial das Repúblicas americanas; 2ª) solidariedade econômica com medidas de reforço nesse campo<sup>371</sup>.

A presença do secretário Sumner Welles demonstrará a medida da importância da Conferência. Os rumos da política de um continente inteiro em relação à Segunda Guerra Mundial estavam por ser definidos o que criaria um ambiente de angustiante incerteza e preocupação<sup>372</sup>.

As propostas defendidas por Oswaldo Aranha virão ao encontro com as propostas dos Estados Unidos: de romper as relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, mas antes, tinha que resolver as divergências internas no governo<sup>373</sup>. Naquele momento, o embate ideológico travado no núcleo do governo começava a pender, irreversivelmente, a favor da posição do ministro das Relações Exteriores.

<sup>369</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais e Desenvolvimento: O Nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1995, p.145.

<sup>370</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.260.

<sup>371</sup> ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p.271.

<sup>372</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.383.

<sup>373</sup> Internamente, opunham-se a essa medida, além dos notórios partidários do Eixo, os militares em geral, de que foram porta-vozes, durante a Conferência. Dutra, ministro da Guerra, e Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército. Alegavam ambos que seria decorrência inelutável do rompimento de relações o estado de guerra, para o qual as Forças Armadas brasileiras não estavam absolutamente preparadas, necessitando com urgência, dos equipamentos já solicitados a Washington. O ministro da Guerra lamentou por outro lado, que o Itamaraty tivesse tomado decisões graves em matéria ligada, por sua natureza, aos ministérios militares sem os ter consultado e nem mesmo informado. Esse era o contexto dentro do qual se esboçava a nossa posição: de um lado o poderoso ministro das Relações Exteriores e de outro o ministro da Guerra e seu chefe do Estado-Maior. ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p. 275.

O Jornal Correio do Povo, do dia 15 de janeiro de 1942, trouxe detalhes sobre as expectativas que antecederam esse dia histórico para a diplomacia brasileira com a organização da Conferência dos Chanceleres da América, e revelará um Oswaldo Aranha empenhado em organizar e articular, a fim de que as propostas, defendidas pelo Itamaraty, encontrassem eco em todas as delegações presentes. Diz o jornal:

Desde cedo, o Itamaraty começou a movimentar-se, hoje. Os últimos preparativos para a inauguração amanhã da grande Conferência dos Chanceleres da América dão ao Palácio da Rua Marechal Floriano um aspecto de extraordinária atividade. Em todas as suas dependências, a começar pelo gabinete do Ministro Oswaldo Aranha, há contínuo movimento de diplomatas, delegados estrangeiros e funcionários brasileiros. O Chanceler brasileiro, com aquela sua simpatia irradiante e aquele dinamismo com que se dedica ao trabalho em prol das causas que abraça, fez nos lembrar do então Secretário do Interior dos tempos da Aliança Liberal e nos agitados dias da preparação da arrancada de 1930<sup>374</sup>.

A abertura da Conferência estava marcada para o dia 15 de janeiro e foi em uma atmosfera de excitação e expectativa, na Capital, que as primeiras delegações começaram a chegar no dia 12. Já no início da tarde, uma multidão enorme se congregava em frente ao aeroporto Santos Dumont, onde se enfileirava o batalhão de guardas. Os ministros de Vargas, incluindo o general Dutra, chegaram para formar, com os embaixadores dos respectivos países, um comitê de recepção<sup>375</sup>.

Stanley Hilton cita o relato do Jornal do Brasil, do dia 13 de janeiro de 1942, sobre o clima que antecedeu a Conferência:

O Sr. Oswaldo Aranha foi alvo de uma calorosa manifestação, que se prolongou por minutos', escreveu um observador. Quando o microfone anunciou o primeiro avião, trazendo o chanceler boliviano, já mal se transitava nas ruas, na área do aeroporto. No cais do Mercado (Municipal), nos passeios, desde o Museu Histórico ao edifício da Panair, no jardim, nas varandas de todas as casas e até nos telhados de alguns, milhares de pessoas aguardavam. 'Sumner Welles teve uma recepção comovente, quando chegou depois das 17 horas, no Yankee Clipper. Caffery foi recebê-lo no dique flutuante e Welles desceu sob aplausos estrondosos e vivas delirantes. Aranha o esperava na recepção e deu-lhe um abraço caloroso. Enquanto o subsecretário, depois recebia os cumprimentos dos outros ministros e do interventor Amaral Peixoto, o povo invadiu o edifício. Aranha entrou no meio da massa humana para pedir que abrissem caminho para Welles e juntos caminharam cem metros, espremidos pelo povo, que dava vivas e aplaudia incessantes, até chegar onde as outras delegações esperavam.

<sup>374</sup> **Correio do Povo**, Porto Alegre, 15 de janeiro 1942. Brasil, p. 3.

<sup>375</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.282.

Formou-se, então, um cortejo de automóveis para levá-las até o Copacabana Palace<sup>376</sup>.

O Jornal Correio do Povo, do dia 15 de janeiro de 1942, também prolifera na notícia a emoção de Oswaldo Aranha e a atmosfera geral da expectativa da Conferência.

Tal qual como aqueles dias, Oswaldo Aranha não descansa. Tanto se encontra no aeroporto Santos Dumont, esperando, recebendo e apresentando diplomatas que chegam, como já encontra no Itamaraty, dirigindo os últimos preparativos para o grande acontecimento. Recebeu, no Aeroporto, o Embaixador da Argentina, Alberto Guinazu; o Embaixador do Uruguai, Alberto Guani; o Embaixador do Chile, Juan Rosseti e o senhor Albert Sedoux, representante do General De Gaulle. Por isso é que dissemos, no início desta nota, que o Chanceler Oswaldo Aranha, com a atividade que agora está desenvolvendo em prol das Américas, fez lembrar aos que viram, em 1930, o animador máximo do maior movimento de opinião pública que já se processou no Brasil<sup>377</sup>.

No dia 15 de janeiro, é instalada, formalmente, a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Como anfitrião e Presidente do Brasil, Getúlio Vargas faz o pronunciamento inaugural: “É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir que possam suas terras e águas servir de ponte de apoio para o assalto às nações irmãs. Não mediremos sacrifício para a defesa coletiva. Nenhuma medida deixará de ser tomada, a fim de evitar que, porta adentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou pôr em perigo a segurança das Américas”<sup>378</sup>.

Inicialmente, dez países já haviam declarado guerra ao Eixo. São eles: Estados Unidos, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Panamá. Muitos países ainda não haviam declarado sua posição perante a guerra e outros ainda permaneciam neutros ao conflito. Portanto, pode-se considerar que as posições de cada país irão fazer a diferença ao longo dos dias de negociação<sup>379</sup>.

Na Conferência, o grande problema era a recusa da Argentina e do Chile em romper as relações com o Eixo<sup>380</sup>.

<sup>376</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.282.

<sup>377</sup> **Correio do Povo**, Porto Alegre, 15 de janeiro 1942. Brasil, p. 3.

<sup>378</sup> **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 de janeiro 1942. Brasil, p.3.

<sup>379</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.276.

<sup>380</sup> É importante frisar que a Argentina estava em litígio diplomático com a Alemanha, em função das investigações realizadas pela “Comisión de Investigación de las Actividades Antiargentinas” (CIAA) sobre a participação do embaixador alemão, Von Thermann, em atividades contra a soberania Argentina, o que originou a retirada dos respectivos embaixadores. O Chile não queria romper relações diplomáticas, nem declarar guerra aos Países do Eixo, porque suas Forças Armadas estavam desarmadas e despreparadas para defender o país de

Para Seitenfus, apesar da declaração de solidariedade, a Argentina adotou uma posição ambígua. Para a Argentina, o importante era manter a sua política externa independente, já que para aquele país, a solidariedade hemisférica não implicava, necessariamente, em alianças militares ou acordos diplomáticos automáticos<sup>381</sup>.

Para Hilton, a atitude da Argentina era de grande incerteza. A atmosfera oficial, reinante em Buenos Aires, onde a facção ultranacionalista ameaçava a estabilidade do governo de Ramón Castillo, era francamente contrária a uma ruptura com o Eixo<sup>382</sup>.

Assim como a Argentina, o Chile também sofreu pressão dos Estados Unidos para romper relações diplomáticas com os países do Eixo. A diplomacia chilena alegava inúmeras razões para não romper relações com o Eixo logo após o ataque a Pearl Harbor. O Chile estava no meio de uma disputa eleitoral para presidente da República e militarmente temia um ataque japonês por causa de seu litoral extenso e vulnerável. O que inquietava o governo de Santiago era a vulnerabilidade do litoral chileno a ataques por navios de guerra japoneses; além disso, a iminência de eleições presidenciais restringia sua margem de manobra<sup>383</sup>.

Foi imprescindível a interferência do Presidente Vargas junto ao presidente interino da Argentina, Ramón Castillo, após dias de conversações finalmente, o governo argentino<sup>384</sup> concordou com a recomendação para um rompimento com o Eixo<sup>385</sup>.

um ataque japonês ou alemão, temendo, principalmente, retaliações à sua marinha mercante. Ele era favorável à manutenção da unanimidade nas resoluções da solidariedade continental, mas, por sua debilidade militar, agiu contra essa política, apoiando a proposta Argentina de neutralidade. O Chile rompeu suas relações diplomáticas com aqueles países em 20 de janeiro de 1943, deixando a Suíça encarregada de seus interesses, nos respectivos países. FERRER, Jorge Luiz Pereira; ZHEBIT, Alexander; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1938-1942)**. Diálogos (Maringá. Online), v. 16, n. 2, p. 547 - 569, mai.-ago./2012, p. 562 e 563.

<sup>381</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.277.

<sup>382</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 380.

<sup>383</sup> FERRER, Jorge Luiz Pereira; ZHEBIT, Alexander; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1938-1942)**. Diálogos (Maringá. Online), v. 16, n. 2, p. 547 - 569, mai.-ago./2012, p. 561.

<sup>384</sup> A neutralidade da Argentina na Segunda Guerra, seguida por governos conservadores e pelo Grupo de Oficiais Unidos (GOU), liderados pelo coronel Juan Domingo Perón, retoma posição adotada na Primeira Guerra e deixa o país isolado no continente. A sociedade estava muito dividida, e a postura neutra não refletia qualquer consenso. A neutralidade sugeria várias interpretações, conforme a inclinação ideológica ou econômica: pacifismo, não ingerência, apoio subliminar ao Eixo ou interesse de comércio simultâneo com os beligerantes. Em 1943, o GOU derruba o presidente Castillo e reforça a neutralidade – que, na visão norte-americana, significava claro favorecimento do Eixo. Deterioram-se as relações com os Estados Unidos, que vetam a venda de armas e bens de capital. Nas Conferências Pan-americanas do Panamá (1939) e de Havana (1940), a Argentina se opõe à tese da ruptura automática com o Eixo, e luta para que a Conferência do Rio de Janeiro (1942) apenas “recomende” o rompimento de laços. Em meio a esses desencontros, surgem os primeiros impulsos de integração econômica, inscritos no acordo comercial, negociado pelo chanceler Oswaldo Aranha com o ministro da Fazenda argentino, Federico Pinedo, ainda no bojo da convergência inaugurada por Vargas e Justo. No entanto, tais impulsos não sobreviveriam à rivalidade e à tensão bilateral, em torno da Segunda Guerra. A Argentina interpreta o alinhamento do Brasil, como forma de obter benefícios econômicos e

Um exame das quarenta outras resoluções,<sup>386</sup> aprovadas na Conferência, mostra que a reunião, como um todo, foi uma vitória completa para os Estados Unidos. Uma série de resoluções de longo prazo, incluindo declarações políticas, coordenação econômica e jurídica, controle das polícias e políticas de saúde, abriram caminho para uma ampla coordenação de políticas interamericanas sob a liderança estadunidense. A maior parte destas resoluções era consistente com definições anteriores, da parte estadunidense, do papel a ser desempenhado pelas nações latino-americanas em sua parceria com os Estados Unidos<sup>387</sup>.

No encerramento dos trabalhos da Conferência do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942, Oswaldo Aranha pronunciará o discurso final. O Chanceler é o último a falar e deixa bem claro a posição do Brasil diante da guerra<sup>388</sup>. Ricardo Seitenfus destaca o principal trecho de seu pronunciamento.

O Brasil, meus senhores, em toda a sua história, sempre teve como decisivo, o valor de sua palavra. Recebemos de nossos antepassados esse patrimônio moral incomparável e o defenderemos com todas as nossas forças. Estamos dispostos a todos os sacrifícios para a nossa defesa e a defesa da América. Nosso povo, que evoluiu na paz, que formou sua mentalidade no acolhimento fraternal de todos os homens de boa vontade, tem em seus estatutos nunca violados o repúdio à guerra de conquista. Não acreditemos que a guerra seja elemento de civilização ou de evolução. Não acreditemos que a guerra seja capaz de assegurar a felicidade dos povos. Nosso progresso não se processou com o espírito dominado pela obsessão da guerra. E, como todas as Nações que amam a paz, fomos até imprevidentes

---

estratégicos dos Estados Unidos, na linha da suspeita do desejo de representar os interesses de Washington, na América do Sul. O desenlace da guerra forçará a mudança da posição argentina. A Ata de Chapultepec permite que o país volte ao sistema interamericano e se qualifique como membro fundador das Nações Unidas. Em 1944, o presidente Pedro Ramírez rompe relações com a Alemanha e o Japão, e em 1945, o general Edelmiro Farrell declara guerra ao Eixo. CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1): 178-213, 2005, p. 14 e 15.

<sup>385</sup> Sumner Welles e Aranha se empenhavam em obter uma declaração unânime. Mas a Argentina não cedia. Desfrutando esse impasse, tiveram de decidir entre uma recomendação para um rompimento, decisão que obteria a unanimidade e, uma ruptura, apenas pela grande maioria das nações americanas. Optaram pela primeira, a fim de preservarem a unidade continental. SILVA, Hélio. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. Editora Três Ltda, São Paulo, 1998, p.130.

<sup>386</sup> Apesar da ausência de unanimidade, a Conferência do Rio de Janeiro é um sucesso. Várias resoluções são adotadas. As primeiras são de natureza econômica e objetivam: aumentar as relações comerciais interamericanas; desenvolver a produção de material estratégico; manter a segurança das vias de transporte no hemisfério; manter a organização econômica do hemisfério; romper as relações comerciais e financeiras com o Eixo; controlar as operações bancárias, vinculadas ao Eixo; desenvolver os produtos de base; aumentar os investimentos mútuos. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.276-275.

<sup>387</sup> MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil: 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 85

<sup>388</sup> Seu discurso foi considerado por Sumner Welles como uma das mais belas peças de oratória que jamais ouvira. SILVA, Hélio. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. Editora Três Ltda, São Paulo, 1998, p.130.

em nossa defesa, porque os recursos do povo, aplicamo-nos em benefício direto do povo e nunca contra os povos<sup>389</sup>.

Hélio Silva salienta que o discurso contém duas grandes comunicações: a primeira quando diz: “Esta é a razão pela qual. Hoje às dezoito horas, de ordem do senhor Presidente da República, os embaixadores do Brasil em Berlim, em Tóquio e o encerramento de Negócios do Brasil em Roma passaram nota aos Governos junto aos quais estão acreditados, comunicando que, em virtude da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, o Brasil rompia suas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, Itália e Japão”. A segunda é resultado de um imenso trabalho diplomático, devido, em grande parte, ao prestígio pessoal de Oswaldo Aranha. “Tudo isso nada seria se eu não tivesse, neste instante, uma das mais altas emoções de toda a minha vida, qual de anunciar que os valorosos povos peruano e equatoriano (...) deram-se as mãos para que a América prossiga nessa marcha que ninguém mais deterá” A paz entre Peru e Equador<sup>390</sup>, tão abalada desde 1939, fora, finalmente, conquistada<sup>391</sup>.

Após declarar guerra ao Eixo, o Brasil aproximou-se dos Estados Unidos onde buscará barganhar em termos econômicos com os norte-americanos. Após a Conferência, o governo brasileiro enviou para os Estados Unidos o ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, com o objetivo de celebrar acordos econômicos e comerciais e o fornecimento de equipamentos militares.

A missão liderada pelo ministro assinou no dia 3 de março de 1942, importantes acordos com Washington<sup>392</sup>. O governo brasileiro concedia ao Governo dos Estados Unidos

---

<sup>389</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.278.

<sup>390</sup> A guerra entre a Colômbia e o Peru ocorreu, durante 1932 e 1933, na região oriental do território da Amazônia e resultou na designação oficial do rio Putumayo como uma fronteira entre a Colômbia e o Peru, mas os setores da sociedade consideraram-se prejudicial à causa equatoriana, com a Colômbia, neste momento, reconhecendo os direitos do Peru para o território que o Equador reivindicava como sendo seus. Um acordo, reconhecendo territórios em posse de fato, foi assinado, por estes países, em 1936, mas escaramuças militares menores começaram a ocorrer em 1938. As tensões aumentaram, e a guerra eclodiu em julho de 1941, e oficialmente, chegou ao fim com a assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1942.

<sup>391</sup> SILVA, Hélio. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. Editora Três Ltda, São Paulo, 1998, p.130-131.

<sup>392</sup> O principal deles foi o de Empréstimos e Arrendamento pelo qual o governo norte-americano se comprometeu a fornecer, ao Brasil armamentos e munições até o montante de 200 milhões de dólares. Era concedida uma redução de 65% do preço de tabela do material, devendo o governo brasileiro pagar em dólares os 35% restantes, em um prazo de 5 anos. Os Estados Unidos concederam, através do Export-Import Bank, um crédito de até 100 milhões de dólares para o desenvolvimento da produção de materiais básicos e estratégicos e de outros recursos naturais do Brasil. Foram firmados, ainda, acordos entre o Brasil e os governos britânico e norte-americano, relativos às minas de Itabira e à estrada de ferro Vitória-Minas. Por tais acordos, as jazidas, até então de propriedade inglesa, passaram para o governo brasileiro, que, por sua vez, desapropriava a estrada, recebia um empréstimo de 14 milhões de dólares para a sua melhoria e um compromisso de compra, por parte da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, de 750 mil toneladas de minério de ferro, durante 3 anos. ARAÚJO, João

o uso do território nacional para o deslocamento de tropas americanas e construção de bases aéreas e navais, o que significava apoiar a posição norte-americana no conflito internacional. Em troca, o governo norte-americano cedia armas para equipar o exército brasileiro e recursos financeiros para financiar a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda<sup>393</sup>.

Quando o governo brasileiro resolveu romper relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, estava perfeitamente consciente das responsabilidades que assumia, tendo em vista a situação internacional<sup>394</sup>.

Não havia interesse por parte da Alemanha, de ter o Brasil como adversário, mas também não convinha aos alemães que o Brasil mantivesse uma política de alianças com os Estados Unidos. Como forma de intimidação foram torpedeados navios mercantes brasileiros devido aos acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos, na Conferência de 1942. A frota mercante de bandeira brasileira há muito tempo já fazia ligação com o Atlântico norte e sua incumbência era o de transportar matérias-primas para os portos dos Estados Unidos.

Esta situação levou a Alemanha a torpedear vários navios mercantes brasileiros que faziam a ligação marítima entre as Américas, mas também foram bombardeados navios mercantes brasileiros que faziam as rotas de cabotagem. Até agosto de 1942, os torpedos disparados por submarinos alemães haviam afundado quatorze navios mercantes de bandeira brasileira e ceifado a vida de mais de seiscentas pessoas. Vários destes ataques foram perpetrados em plena costa brasileira<sup>395</sup>.

Os ataques da Alemanha contra o Brasil causaram grande indignação popular: ocorreram tumultos e depredações em vários estabelecimentos comerciais alemães e italianos, em várias cidades brasileiras<sup>396</sup>. Os estudantes reuniram-se em torno da União Nacional dos Estudantes, dirigiram-se ao presidente Vargas, clamando por uma declaração de guerra e por vingança. Tendo em vista toda essa pressão popular e o ataque aos navios brasileiros, o

Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarin, 1996, p.286-287.

<sup>393</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p. 278.

<sup>394</sup> ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarin, 1996, p.287.

<sup>395</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.291.

<sup>396</sup> O ataque brutal a navios de passageiros (um dos quais transportava peregrinos para o Congresso Eucarístico de São Paulo), desarmados faziam a cabotagem entre diversos portos da costa brasileira e que, portanto, em nenhuma hipótese podiam apresentar interesse bélico ou estratégico, causou indignação em todo o país unindo-se contra o Eixo. As multidões foram às ruas, clamando vingança. Houve depredações em várias cidades de firmas e negócios de alemães e italianos. Em toda a parte, a reação foi a mesma. No Rio, os manifestantes foram recebidos no Palácio Guanabara por Getúlio Vargas, que se restabelecia de acidente de automóvel sofrido dois meses antes. ARAÚJO, João Hermes Pereira de; CAMARGO, Aspásia; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarin, 1996, p.292.

governo decide reconhecer a existência de um estado de beligerância com a Alemanha e com a Itália<sup>397</sup>.

No dia 31 de agosto de 1942, o estado de beligerância se transforma em estado de guerra entre o Brasil, a Alemanha e a Itália. Em relação ao Japão, o Brasil, por não sofrer nenhum tipo de agressão, rompeu apenas as relações diplomáticas e comerciais. Para Ricardo Seitenfus, a entrada do Brasil no conflito não decorre da solidariedade continental, mas da agressão ao próprio Brasil<sup>398</sup>.

\* \* \*

Em discurso pronunciado em inglês,<sup>399</sup> por ocasião do recebimento do título de Doutor “Honoris Causa” da Universidade de Rochester, transmitido por rádio, para os Estados Unidos da América, no dia 27 de janeiro de 1943, Oswaldo Aranha fala da honra e da importância de presidir a mais importante Conferência, que marcou, definitivamente, os rumos da política externa brasileira.

Desejo expressar o meu profundo agradecimento, a essa grande honra que Universidade de Rochester me concebeu.. Jamais esquecerei este sinal de distinção, e nem as palavras generosas que acabamos de ouvir do Sr. Alan Valentine, presidente da Universidade. Permitam-me, no entanto, aceitar esta honra como uma homenagem ao Brasil na véspera da data em que se comemora o primeiro aniversário da Reunião de Ministros das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, um evento para que as gerações futuras venham a considerar como um episódio de destaque na história das nações da América.

Para mim, que tive a honra de presidi-lo e a todos os que estavam lá, bem como para o mundo em geral, o encontro do Rio de Janeiro foi um exemplo brilhante de um ideal sublime, trazendo as nações juntas unindo-as na causa comum da solidariedade, para além de suas fronteiras, dos conflitos naturais de interesses regionais, políticos e econômicos e das diferenças de raça, linguagem e religião.<sup>400</sup>

---

<sup>397</sup> A evolução da situação internacional repercutiu na política externa brasileira em particular a partir da ruptura das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo. O surdo conflito entre as tendências totalitárias e democráticas, dentro do governo Vargas, tornou-se uma questão pública. Os ataques sofridos pela Marinha Mercante nacional agravam as dissensões do governo varguista. Contudo, pouco a pouco, a tendência democrática marca pontos em várias questões importantes, que levam o Brasil a uma atitude progressivamente mais rígida em relação ao Eixo. É o caso da adoção, em março de 1942, do *estado de emergência* e do decreto-lei sobre *Indenização por Atos de Agressão*. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.296.

<sup>398</sup> Ibid., p. 299.

<sup>399</sup> A tradução do discurso original em inglês foi feita por mim.

<sup>400</sup> I wish to express my deep appreciation of the great honor the University of Rochester has bestowed upon me. I shall never forget this signal distinction nor the generous words we have just heard from Mr. Alan Valentine, president of the University. You will allow me, however, to accept this honor as a tribute to Brazil on the eve of the date when we commemorate the first anniversary of the Meeting of Foreign Ministers in Rio de Janeiro, an

Aranha realça o fato de presidir essa importante Conferência e destaca o prestígio para o país, o fato de ser realizado no Rio de Janeiro. O prestígio da Política Externa, durante o Estado Novo, ficará demonstrado quando o Presidente Roosevelt dos Estados Unidos indicou o Rio de Janeiro para sediar a III Conferência dos Chanceleres. Na Conferência do Rio de Janeiro, foram analisados temas de grande importância para o contexto continental, enquanto no transcorrer da reunião, colocou-se em jogo e decidiu-se uma grande parte dos destinos do continente. A Conferência projetou o Brasil no cenário internacional, devido, em grande parte, ao desempenho e ao trabalho do Ministro Oswaldo Aranha.

Além da questão envolvendo o conflito mundial, Aranha teve atuação destacada em um dos episódios de grande relevância da III Conferência de Chanceleres, o conflito envolvendo o Peru e o Equador, na ocasião concordou em negociar a sua grave questão de fronteiras - acordo inédito na história dos dois países. Aranha não só orientou os acordos como também assinou pelo Brasil o pacto de paz, na qualidade de mediador. O Brasil começa a consolidar, assim, o seu papel de liderança na região<sup>401</sup>.

Destaca, ainda no discurso o papel do continente americano na luta pela paz mundial e na defesa dos direitos individuais:

Eventos claramente impostos aos povos da América nos remetem ao dever de lutar mais uma vez pela liberdade individual e pela independência continental

Nunca antes uma reunião americana teve tão grande responsabilidade para os destinos de nossos povos que foram violentamente ameaçados.

Este continente nunca foi e nunca será uma fonte de guerras e/ou de conflitos - e continuará ser uma fonte de inspiração e bem-estar a todas as nações.

Uma humanidade pacífica, próspera e feliz sempre foi a mais alta aspiração dos povos americanos.

---

event that the future generations will come to consider one outstanding episodes in the history the nations of America. To me, I who had the honor of presiding over it and to all who were there as well as to the world at large, the Meeting of Rio de Janeiro was a shining example of a lofty ideal bringing the nations together and uniting them in the common cause of solidarity, over and above their frontiers, the natural conflicts of regional, political and economic interests and the differences of language, race and religion. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.65.

<sup>401</sup> Este papel futuro pretendido para o Brasil era vislumbrado como uma realidade inevitável em muitos círculos diplomáticos, militares e burocráticos brasileiros. Inicialmente, este papel era compreendido como envolvendo uma preeminência incontestada na América do Sul, mas algumas autoridades achavam que ele deveria incluir também as conversações de paz e participação na reorganização do sistema internacional. Nas palavras de Aranha, o Brasil se tornaria “inelutavelmente uma das grandes potências econômicas e militares do mundo”. João Neves da Fontoura, embaixador do Brasil em Portugal, contou a Vargas que “a conclusão de que devemos estender a todo o mundo nossa projeção política não me parece ousada nem excesso de imaginação”. Mesmo Vargas, normalmente um político eminentemente realista, começou a demonstrar interesse incomum nas atitudes europeias e estadunidenses quanto a questões relativas à paz e ao pós-guerra, tendo em vista o *status* futuro do Brasil como “aliado especial” dos Estados Unidos. MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil: 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 120.

No meio do caminho, entre o extremo oriente e o ocidente, tem sido a missão da América, contribuir grandemente para a solução dos problemas do mundo. As Américas são terras de hospitalidade, com suas portas abertas para todos os homens de todas as raças. Elas são o espelho dos nossos ideais. Nosso continente sempre foi um refúgio para os perseguidos e uma esperança para os necessitados.

Há cem anos, a independência das Américas foi criada com base em tais ideais e esperanças que, com as nossas leis liberais, com nossas instituições e com a nossa solidariedade, temos alcançado.

As Américas acreditam em uma ordem material e moral que deve perdurar para o seu próprio benefício e para o de todo o mundo. Nós não pedimos direitos exclusivos, nem exigimos um tratamento especial para o continente americano. Nós nos esforçamos para ter segurança e paz, a mesma paz e segurança que os outros povos do mundo têm sempre encontrado na hospitalidade de nosso solo e na proteção das nossas instituições.<sup>402</sup>

Oswaldo Aranha dá ênfase a certos pontos da argumentação que ele julga importante no discurso<sup>403</sup>. Clama pelo dever de lutar mais uma vez pela liberdade individual e pela independência continental. Exaltará a importância da Conferência do Rio de Janeiro, como uma reunião americana que teve a grande responsabilidade pelos destinos de nossos povos que foram violentamente ameaçados pelos ataques do Eixo. Enaltecerá o continente americano nunca foi e nunca será uma fonte de guerras e/ou de conflitos, - e continuará ser uma fonte de inspiração e bem-estar a todas as nações, e destacará as características pacíficas, prósperas e felizes dos povos americanos”.

Aranha utiliza um jogo de palavras como “hora trágica do conflito mundial”, “liberdade”, “tolerância às religiões”, “democracia social”, “bem-estar econômico”, “igualdade de oportunidades para todos que aqui chegam”, com o intuito de dizer que o Brasil

---

<sup>402</sup> Events clearly imposed upon the peoples of America the duty of fighting once again for individual freedom and continental independence.

Never before had the responsibilities of an American meeting been so great for never had the destinies of our peoples been so violently threatened.

This continent has never been and will never be a source of wars and conflicts – it will continue to be a fount of inspiration and well-being to all nations.

A peaceful, prosperous and happy humanity has always been the highest aspiration of the American peoples.

Standing midway between the extremes of the East and the West, it has been the mission of America, under providence, to contribute greatly to the solution of world problems.

The Americas midway are land of hospitality, with doors open to every man of every race. They are the mirror of our ideals. Our continent has always been a refuge for the persecuted and a hope for the needy.

The Americas believe in a material and moral order that must endure for its own advantage and for that of the entire world. We do not ask for exclusive rights nor do we demand special treatment for the American Continent.

We strive only for security and peace, the same security and peace which the other peoples of the world have always found in the hospitality of our soil and the protection of our institutions. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.65-66.

<sup>403</sup> Uma apresentação eficaz, que impressiona a consciência dos ouvintes, é essencial não só em toda argumentação visando à ação imediata, mas também naquela que visa a orientar o espírito de certa forma, a fazer que prevaleçam certos esquemas interpretativos, a inserir os elementos de acordo num contexto que os torne significativos e lhes confira o lugar que lhes compete num conjunto. PERELMAN e TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação – a Nova Retórica**. Trad. Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.161.

é parte integrante das Américas e seu destino está ligado a todos e a cada uma das nações americanas<sup>404</sup>. Estes são vistos como um conjunto de representações que, segundo o Chanceler, caracterizam as nações americanas. No discurso, o enunciado se reveste de primeira pessoa, sobretudo no plural (nós) - tal estratégia discursiva, empregada por Oswaldo Aranha, buscará atrair a simpatia fazendo apelos de valores éticos e construindo assim a sua imagem de estadista e, por meio dessa função, buscará reconhecimento da sua natureza política e humana<sup>405</sup>.

O Brasil é uma parte integrante das Américas e seu destino está ligado a todas e a cada uma das nações americanas. Este conceito tem estado com os brasileiros desde os primórdios da nossa vida nacional. Hoje, mais do que nunca nesta hora trágica de conflito mundial, em que as Américas, depois de quatro séculos de organização pacífica, são chamadas pelo destino para cumprir sua missão, para sua própria salvação e de toda a humanidade. Assim como a descoberta das Américas, e seu destino está ligado a todas e a cada uma das nações americanas, ela deu ao mundo a liberdade, a igualdade, a tolerância às religiões, Democracia social e o bem-estar econômico e a igualdade de oportunidades para as mulheres, até mesmo como o nosso lugar no concerto das nações, levando, para o resto do mundo, o exemplo do uso de arbitragem, de conciliação e consulta como meios de resolver diferenças internacionais, deste modo é o nosso dever hoje para salvaguardar esses princípios. Nossa força moral reside na cooperação entre as nações americanas, não só para o bem comum, mas também por um ideal nós jamais devemos abandonar.<sup>406</sup>

A ideia do discurso ético visará a colocar a sociedade americana e brasileira diante de uma escolha moral e de responsabilidade, do que é preciso agir.

A ideia de força moral como cooperação entre as nações americanas faz Oswaldo Aranha pensar o Brasil integrado com os países do continente na necessidade de proteção do

---

<sup>404</sup> Jogos de palavras, os *slogans*, as *palavras* de ordem, constituem máximas elaboradas para as necessidades de uma ação particular. Devem eles impor-se por seu ritmo, por sua forma concisa e fácil de guardar, mas são adaptados às circunstâncias, devem ser sempre renovados e ainda não participam do amplo acordo tradicional que o provérbio usufrui. PERELMAN e TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação – a Nova Retórica**. Trad. Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 189.

<sup>405</sup> O sujeito que comunica expressa seus estados emocionais, suas atitudes afetivas, diante do mundo e dos acontecimentos, suas opiniões pessoais, morais e ideológicas. EMEDIATO, Wander. **A Fórmula do Texto**. São Paulo: Geração editorial, 2004, p. 20.

<sup>406</sup> Brazil is an integral part of the Americas and their fate is connected to each and every one of the American nations. This concept has been with Brazilians since the beginning of our national life. Today more than ever before we in this tragic time of world conflict in the Americas, after four centuries of peaceful organization, are called by destiny to fulfill its mission, for their own salvation and of all humanity. Even as the Discovery of the Americas, and her destiny is linked to each and every one of the American nations gave to the world Liberty, Equality, religions tolerance, Democracy, social and economic well-being, and equal opportunities for women ; even as our place in the concert of nations brought to the rest of the world the example of using arbitration, conciliation and consultation as means of settling international differences, so it is our duty today to safeguard these principles. Our moral force lies in the cooperation of the American nations, not alone for the common weal, but also for an ideal we shall never relinquish. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.66.

território brasileiro. Essa política do Itamaraty particularmente, se fortaleceu com a Conferência, em especial o posicionamento que privilegiava o Pan-americanismo e fez de Oswaldo Aranha um dos principais artífices, que colocou o Brasil em uma posição de prestígio no consenso americano.

Ao referir-se constantemente que o continente americano ser pacífico, não bate com a nossa realidade histórica, sabe-se que nem sempre foi assim, continente americano não construiu a sua história de forma pacífica. Houve sempre teve em sua história marcas de exploração e de conflitos armados, a princípio pelas metrópoles europeias colonizadoras, por um momento relativamente curto pelo Reino Unido e, por fim, pelos Estados Unidos, além de conflitos de fronteiras e de descontentamento político e econômico de vários grupos sociais.

Ao mencionar no discurso a democracia na América, servirá perfeitamente ao interesse de Aranha, de opor a sua condição de inimigo dos sistemas totalitários na Europa e dentro do próprio governo brasileiro. Dissertou sobre a solidariedade continental com democracia, manifestando a ideia de assimilar melhor a sua proposta de Pan-americanismo, ideia anterior, conhecida e defendida pelo Brasil.

Oswaldo Aranha destacará, na sequência do discurso, o embate entre os direitos dos homens e o poder dos tiranos e a possibilidade da América em oferecer à “civilização” que está em perigo a sua força, a sua unidade e a sua solidariedade e que o continente americano como o maior beneficiado com essa escolha.

Hoje, a paz é um problema tão grave quanto a conquista da guerra, pois o mundo é mutuamente interdependente, graças às contribuições da ciência. Estes, contudo, foram subvertidos à violência. Civilização agora paira precariamente, no equilíbrio entre os direitos dos homens e o poder dos tiranos.

Em tais circunstâncias, a atitude da América só poderia ser como de fato foi: o de oferecer à civilização, a qual está em perigo de perecer, a força unida de solidariedade de seus povos, e todos os recursos e reservas, de sua energia e de seus trabalhos; provendo assim, o magnífico espetáculo de sua capacidade de improvisar e de resistir e, em menos de um ano, como o seu grande Presidente Roosevelt declarou ontem, na África, para atacar e vencer.<sup>407</sup>

---

<sup>407</sup> Today, peace is as grave a problem as the winning of the war, for the world is mutually interdependent, thanks to the contributions of science. These however have been subverted to violence. Civilization now hangs precariously in the balance between the rights of men and power of tyrants.

Under these circumstances, the attitude of America could only be, as indeed it has been, that of offering to civilization, which is in danger of perishing, the united strength of the solidarity of its peoples, and all the resources and reserves of its energies and its labors, thus furnishing the magnificent spectacle of its capacity to improvise and to resist and, in less than a year, as your great President Roosevelt declared just yesterday in Africa, to attack and to win. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.66.

A relação de respeito e admiração mútua entre o Presidente Roosevelt e o Chanceler Oswaldo Aranha remonta desde os tempos em que esse foi embaixador do Brasil em Washington. Essa relação foi de grande importância para o estreitamento e aprofundamento das relações políticas, comerciais e culturais entre o Brasil e os Estados Unidos. Aranha era um admirador incondicional da sociedade norte-americana e, conseqüentemente, percebia que o Brasil, ao se aliar aos Estados Unidos, teria muito mais a ganhar do que se aliasse com os países do Eixo<sup>408</sup>.

Os argumentos, utilizados por Aranha, reforçarão o discurso da unidade e o da concorrência, para evitar que um único grupo domine o mundo. Para ele é preciso ser forte e solidário, portanto, atingir uma dimensão que permita enfrentar a pressão do que os países Eixo poderiam exercer como também perceberemos na continuidade do discurso:

Até recentemente, nós não tentamos nos líderes em armamento, mortíferos, porque estávamos satisfeitos em sermos os líderes no progresso, na felicidade e na negociação direta e, acima de tudo, na convivência pacífica e fraterno dos povos americanos.

Os inimigos de nossa paz e prosperidade se atreveram a atacar um de nós, é como se eles tivessem atacado, não só os nossos territórios, mas também os nossos homens e as nossas crianças.

O vínculo que nos uniu para viver em paz agora cresceu mais forte para defender a paz.

Graças à força deste vínculo, a América é hoje, não só o arsenal da democracia, mas também o continente onde todos os soldados são cidadãos porque todos os cidadãos tornaram-se soldados.<sup>409</sup>

---

<sup>408</sup> Quando Welles chegou ao Brasil trouxe uma carta escrita em papel carimbado da Casa Branca que demonstra a admiração de Roosevelt por Aranha. “Meu caro amigo Sr. Ministro”, Roosevelt começou: “Tenho especial prazer em pedir a Sumner Welles que lhe transmita estas palavras de saudação nas vésperas da momentosa reunião de Ministros das Relações Exteriores, ciente que estou de que a presidência da reunião estará nas mãos de um estadista que tem tão ampla e compreensiva visão do significado da solidariedade hemisférica. Acompanhei durante os últimos dias, com grande interesse e a maior admiração, sua política exterior do Brasil. O momento atual é de importância histórica para as relações entre as vinte e uma Repúblicas Americanas. Uma decisão agora de cumprir rápida e definitivamente os compromissos de solidariedade assumidos em prévias reuniões interamericanas garantirá a segurança do Novo Mundo contra um ataque de qualquer lado. Qualquer demora poderá colocar em perigo a segurança de todos nós. Desejo expressar-lhes pessoalmente minha profunda gratidão por tudo o que tem feito e por tudo o que está fazendo para tornar a solidariedade do Hemisfério uma realidade. HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.382 e383.

<sup>409</sup> Until recently we did not attempt to become the leaders in death-dealing armaments because we were content to be the leaders in progress, in happiness and straight-dealing and, above all, in the pacific and brotherly familiarity of the American peoples.

The enemies of our peace and prosperity have dared to strike at the greatest one of us; this was if they had attacked, not only our territories but also our men and our children.

The bond that united us live in peace has now grown stronger to defend that peace.

Thanks to the strength of this bond, American is today, not only the arsenal of democracy, but also the continent where all soldiers are citizens because all citizens have become soldiers. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.66-67.

Nas falas, era comum Oswaldo Aranha fazer citações diretas ou indiretas de autores ou passagens literárias que marcaram a sua formação intelectual<sup>410</sup>.

Oswaldo Aranha ao referir-se que: “todos os soldados são cidadãos, porque todos os cidadãos tornaram-se soldados”, ilustra com uma comparação entre as características do cidadão americano com o papel exercido pelo cidadão grego. Os americanos assim como os gregos são homens livres. Sendo assim, o cidadão americano deveria se comportar como o cidadão ateniense, tornando-se um soldado, se caso fosse, convocado para defender o continente contra os ataques de nações inimigas<sup>411</sup>.

Na Grécia antiga, um cidadão era, por definição, um soldado. E o grau de qualificação política do cidadão estava relacionado ao grau de habilidade militar. As classes sociais mais elevadas tinham direito a cargos de chefia. O soldado-cidadão era o proprietário e as suas qualidades de vigilância, força e justiça formavam a base do espírito militar grego. Era chefe de família e guerreiro, daí a preocupação em preservar a liberdade de seus filhos<sup>412</sup>.

Finalizando o discurso, defenderá que os países americanos formam uma grande família, que se uniu para melhor se defender, e que esses povos soberanos souberam o que é melhor para a sua política externa.

Hoje, apenas um ano depois desse encontro histórico no Rio de Janeiro, que decidiu o destino da América, a luz da vitória brilha sobre o horizonte e ilumina nossos destinos.

---

<sup>410</sup> A literatura grega fazia parte de suas leituras. Na Biblioteca “Euclides da Cunha”, localizado no Instituto Estadual de Educação Oswaldo Aranha, no município de Alegrete, encontra-se uma parte da biblioteca particular de Oswaldo Aranha, que contém mais ou menos 7 mil volumes de obras variadas, destacando-se uma importante coleção de Direito, além de autores nacionais como José de Alencar, Humberto de Campos, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Visconde de Taunay, Paulo Setúbal, Castro Alves, Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, José Bonifácio e Joaquim Nabuco, entre outros autores nacionais e internacionais da literatura inglesa, portuguesa, grega, espanhola e francesa. Na sua coleção, podemos citar as obras do poeta grego Homero, os poemas épicos *Íliada*, cujos versos que narram os acontecimentos do último ano da Guerra de Tróia e *Odisseia* que narram a viagem de volta do herói grego Odisseu (Ulisses) da Guerra de Tróia, além de obras do escritor Xenofonte como a *Apologia de Sócrates* e o *Banquete*. Para Perelman e Tyteca, a alusão, que muitos autores tratam como figura desempenha certamente esse papel. Há alusão quando a interpretação de um texto se omitir a referência voluntária do autor a algo que ele evoca sem designar, estaria incompleta; esse algo pode consistir num acontecimento do passado num uso ou num fato cultural, cujo conhecimento é próprio dos membros do grupo com os quais o orador busca estabelecer essa comunhão. A esses fatos culturais, atribui-se em geral uma afetividade particular; a alusão aumenta o prestígio do orador que possui e sabe utilizar tais riquezas. PERELMAN e TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação – a Nova Retórica**. Trad. Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.201.

<sup>411</sup> FILHO, Cyro de Barros Rezende; NETO, Isnard de Albuquerque Câmara. **A evolução do conceito de cidadania**. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais e Letras: Universidade de Taubaté, 2001, p.2. Disponível em: < <http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/aevolucao-N2-2001.pdf>>. Acesso em: 20 julho. 2014.

<sup>412</sup> Nos séculos V e IV a.c, a população de Atenas dividia-se em três grupos distintos: os cidadãos, os metecos e os escravos. Os cidadãos compreendiam tão somente indivíduos do sexo masculino, nascidos de pais cidadãos, exceto alguns poucos que ganhavam essa condição, graças a leis especiais. BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. v.1. São Paulo: Globo, 1990, p.118.

Este é o farol daqueles ideais que estão colocando as hostes bárbaras em todo o mundo. É a luz da razão que deslumbra os agentes do mal onde quer que estejam, é o feixe luminoso da verdade que protege as vítimas daqueles criminosos que abandonaram suas presas e voam no horror de seu crime. É a luz vingadora da América, conquistando os poderes das trevas da tirania e da escravidão, para brilhar nos banners vitoriosos de justiça e de direito.

Esta é a luz que a universidade de Rochester, por quase um século, foi inculcando nos corações e nas consciências dos jovens norte-americanos e está queimando uma chama sagrada - com fé e esperança em todos os homens de boa vontade.<sup>413</sup>

Expressões como “hostes bárbaras”, “criminosos” e “inimigo externo” são recorrentes nos discursos políticos da época, bem como em alguns jornais, com o objetivo de designar influências nazistas nos Estados Unidos e na América de maneira geral. Aranha encerra o discurso exaltando as qualidades do continente americano como guardião de paz e intolerante às tiranias.

O discurso apresentará outras questões relevantes que merecem ser mencionadas para a compreensão da política externa brasileira. A primeira é soberania nacional e continental, que é expressa pela defesa contra “os inimigos de nossa paz e da prosperidade<sup>414</sup>” e a outra fala de uma “luz vingadora da América, conquistando os poderes das trevas da tirania e da escravidão, para brilhar nos banners vitoriosos de justiça e de direito”. O direito e a justiça são categorias que, ao longo da história, têm-se colocado ora em lados antagônicos, ora ao mesmo lado<sup>415</sup>.

\* \* \*

No discurso comemorativo ao primeiro ano de rompimento do princípio da neutralidade e isolamento do Brasil em relação à Segunda Guerra Mundial, transmitido por rádio para os Estados Unidos da América em 22 de agosto de 1943, Aranha aproveita a ocasião para lembrar os principais fatos e a importância da Conferência do Rio de Janeiro.

---

<sup>413</sup> Today, only one year after that historic meeting in Rio de Janeiro which decided the fate of America, the light of victory shines upon the horizon and brightens our destinies.

This is the beacon of those ideals that are putting the barbarian hosts to flight all over the world. It is the light of Reason that dazzles the agents of Evil wherever they may be; it is the bright beam of Truth that protects their victims from those criminal who abandon their prey and fly in horror from their crime. It is the avenging light of America, conquering the dark powers of tyranny and slavery, to shine on the victorious banners of justice and Right.

This is the light that the university of Rochester for nearly a century, has been instilling into the hearts and consciences of American youth and it is burning a sacred flame – with faith and hope in all men of goodwill. ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.66.

<sup>414</sup> *Sahid Maluf* afirma que não há Estado perfeito sem soberania. Dessa forma, leva-se a concluir que ou o Estado é soberano ou não é. Jamais existirá Estado soberano se não houver supremacia total e absoluta de sua soberania. MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 133.

<sup>415</sup> Leia mais: <http://jus.com.br/artigos/9466/direito-e-justica#ixzz3826WO8N2>.

Relata ele que: “Comemoramos no dia de hoje o primeiro aniversário da proclamação oficial do nosso estado de guerra com a Alemanha e a Itália. Mas já participávamos desta guerra, antes mesmo de ela atingir as nossas plagas. Estávamos na guerra, exatamente como já o estavam os Estados Unidos antes do ataque a Pearl Harbor, desde que foram violados, pela primeira vez, esses princípios fundamentais que norteiam a vida da América e com os quais ela há de sobreviver”<sup>416</sup>.

Relembrando que até o ataque do Japão aos Estados Unidos, o governo Vargas não tinha tomado uma posição em relação ao cenário que se desenhava com o desenrolar da guerra, e Oswaldo Aranha insistia com os seus discursos na defesa do Pan-americanismo a partir da necessidade da união continental para a defesa das Américas.

Quando inicia a Segunda Guerra, o governo do Presidente Getúlio Vargas declarou sua neutralidade "O governo do Brasil abster-se-á de qualquer ato que, direta ou indiretamente, facilite, auxilie ou hostilize a ação dos beligerantes"<sup>417</sup>, afirmou a circular transmitida pelo Itamaraty às missões diplomáticas brasileiras.

Mesmo com o transcorrer da Segunda Guerra, as negociações brasileiras com os Estados Unidos estavam emperradas devido ao conflito de interesses e a instabilidade internacional e a heterogeneidade de posições que marcavam o do governo de Vargas, dividido entre simpatizantes da Alemanha e dos Estados Unidos.

Estas questões obrigarão Aranha a tomar certas decisões principalmente que no dia 11 de junho de 1940, durante uma ofensiva alemã na Europa, Getúlio Vargas pronunciou o famoso discurso, a bordo do encouraçado Minas Gerais - um discurso que transpareceu certa simpatia ao Eixo<sup>418</sup>.

Para Lira Neto, o aceno germânico serviu como um elemento de pressão a mais para que o Itamaraty – leia-se Oswaldo Aranha – persuadissem os Estados Unidos a encerrar a fase de promessas vagas e começar e a agir de modo mais objetivo<sup>419</sup>.

A intenção do presidente, com o discurso, era forçar os Estados Unidos a cooperar com o Brasil, e se isso não ocorresse, não hesitaria em aceitar a cooperação de outros países, inclusive da Alemanha.

---

<sup>416</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.73.

<sup>417</sup> VARGAS apud HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 324.

<sup>418</sup> O discurso pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas a bordo do encouraçado Minas Gerais no dia 11 de junho de 1940, contendo citações simpáticas ao Eixo pode ser interpretado segundo Hélio Silva, Lira Neto e Ricardo Seitenfus, como uma manobra para forçar os Estados Unidos a uma definição favorável à implantação da siderurgia no Brasil.

<sup>419</sup> NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.385-386.

O Chanceler pediu para o Presidente divulgar uma nota explicitando suas verdadeiras razões. Pressionado, no dia seguinte, divulgou uma nota por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), comunicado tentando explicar-se<sup>420</sup>.

O discurso de 11 de junho não teve uma boa repercussão nos Estados Unidos. Quando o discurso foi divulgado, o embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery, pediu uma audiência com Aranha para manifestar a consternação do governo de Washington perante o discurso do Presidente Vargas. Junto aos países do Eixo, o discurso teve boa repercussão. O Embaixador do Brasil, em Berlim, Freitas Valle escreveu a Getúlio Vargas para informar o conteúdo dos elogios dirigidos a ele pela imprensa alemã. O embaixador observou que uma das manifestações, a da Rádio Berlim, "declarou que o senhor Getúlio Vargas era o primeiro estadista americano que reconhecia e proclamava a fraqueza das Democracias e o vigor dos regimes Totalitários<sup>421</sup>".

No mês seguinte desses episódios, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a subscrição de capital que permitiu a assinatura do primeiro acordo efetivo entre o Brasil e os Estados Unidos para a construção de uma siderurgia.

Oswaldo Aranha destaca em seu discurso que foi a Alemanha que obrigou o Brasil a participar diretamente da guerra, quando os submarinos alemães entraram em atividade no Atlântico, no Caribe e ao longo do litoral brasileiro, afundando os navios brasileiros. A escalada de destruição dos navios mobilizou a população brasileira com passeatas e atos públicos, apoiando os aliados. Com o afundamento dos navios brasileiros, Getúlio reconhecerá o Estado de Beligerância entre Brasil, Alemanha e Itália, que depois será transformado em Estado de Guerra.

O povo brasileiro sentiu-se agredido não somente na noite sinistra em que os submarinos torpedearam nossos navios, mas no dia em que primeiro se conspirou contra o direito dos povos livres. Onde quer que se verificasse essa violação de direitos, em qualquer parte do mundo que fosse, não podia atingir a força, mas sabíamos que, se ela prevalecesse, nenhum povo, país ou continente escaparia à sua tirania.

---

<sup>420</sup>“O discurso pronunciado pelo Presidente Getúlio Vargas a 11 de junho de 1940 não traz qualquer modificação à política internacional do Brasil. Teve por objetivo, tão somente, a vida interna do seu país e chamar a atenção dos brasileiros para as transformações que se estão operando no mundo, justificando, assim, a necessidade de se fortalecer o Estado, econômica e militarmente. Procurou o Presidente da República, além disso, alertar o espírito de seus patrícios prevenindo-os contra o desânimo e o pessimismo. As relações entre o Brasil e as outras nações da América, principalmente os Estados Unidos, nunca foram tão boas quanto agora”. SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p. 214.

<sup>421</sup> Ibid., p.214.

Por isso, a nossa declaração de guerra significava que adotávamos uma política de beligerância, partindo diretamente dos combatentes e ocupando o nosso lugar nas frentes de batalha.

Mas, na realidade, já estávamos na guerra desde a primeira hora, pois nela o nosso espírito nacional se decidiu em favor da causa da liberdade coerente com a fórmula de Ruy Barbosa, esse grande estadista, para quem entre o direito e o crime não pode haver neutralidade<sup>422</sup>.

No trecho seguinte, explica claramente o papel que o país deve ter naquele momento delicado da política internacional e defende a tomada de posição pela entrada do Brasil na guerra.

Para um país, como o Brasil, não havia lugar para dúvidas ou para hesitações.

Hoje, defendemos com armas, onde quer que sejamos chamados, esses princípios que sempre defendemos, nos campos de batalha, como nas empresas pacíficas, nas cortes de arbitragem, como nas conferências internacionais, ou seja, em suma, em todas as ocasiões em que o Brasil teve de erguer a sua voz e afirmar ao mundo os direitos fundamentais dos homens e dos povos, sem os quais se torna impossível o convívio das nações.

Nossa política internacional tem a mesma unidade de propósitos que os próprios direitos preconizam, por isso, diante do grande conflito que divide o mundo, a mais tremenda de todas as guerras, só tivemos uma única atitude. Fomos sempre contra os agressores e os opressores<sup>423</sup>.

No início, a maior preocupação do Brasil era manter o conflito longe de suas fronteiras, enfatizando uma política de neutralidade, mas quando a guerra não poderia mais ser evitada, mudou-se de postura, como afirma Aranha. Em todas as Conferências, o Brasil teve um papel destacado na luta pela paz, pela conciliação entre os povos, mas esta ótica é quebrada com as agressões sofridas pelo continente por parte do Eixo.

No final do trecho analisado, o Chanceler identificará a importância das Relações Internacionais para a opção da entrada no conflito armado, e demonstrará a sua relevância em termos nacionais no trecho a seguir.

Nesta guerra não se trata de nações que se defendem a si mesmas, e sim de princípios, que estão sendo agredidos e precisam ser salvaguardados. Só deste modo pode ser preservada a vida das nações e tornada possível a sua convivência pacífica.

Atualmente, um só pensamento anima o Brasil inteiro: o de como intensificar mais e mais a sua cooperação para a vitória.

Durante este ano, sem alardes, mas como a consciência dos deveres que assumimos perante o mundo, desenvolvemos forças consideráveis que irão com aumento, até a hora da vitória das Nações Unidas.

<sup>422</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.73.

<sup>423</sup> *Ibdi.*, p.73-74.

Então, cessando os ingentes sacrifícios da luta armada, teremos que continuar o nosso grande trabalho, de modo a criar um mundo melhor e evitar que a paz se transforme em mera trégua a preceder novas guerras e novos conflitos<sup>424</sup>.

Ao referir-se à guerra como defesa de princípios como a convivência pacífica entre as nações e que isso é o que anima para o Brasil a participar do conflito, ele argumentará que a guerra, como um conflito armado, de extrema violência, onde cada um dos países que compõe as forças aliadas agirá de forma a objetivar a derrota do inimigo. As nações unidas diante das possibilidades de ação, deverão procurar organizar da forma mais conveniente o que estiver a seu alcance, preparando o seu povo da forma mais eficiente possível, pois a guerra é uma certeza. É justamente essa a natureza da guerra, que, somada ao fato dela ser uma tomada de posição política por outros meios, ou seja, outra maneira de lutar para que os interesses políticos, econômicos e ideológicos dos Estados sejam preservados no cenário internacional, são obrigações das nações estimular e instigar o seu povo a lutar pela paz.

Quando Oswaldo Aranha assumiu o Ministério de Relações Exteriores realizou uma completa reforma na política internacional brasileira, devido à ascensão dos regimes totalitários e o cenário de guerra na Europa. Fica evidenciada, a partir das colocações do Chanceler a formulação de uma política primeiramente de neutralidade, mas depois de apoio a uma unidade pela defesa do continente de modo destacado percebemos na III Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro. Fica evidenciado a que política externa do Estado Novo constituirá em um fenômeno ímpar na História do Brasil, porém, compatível com a época de sua vigência. Oportunizará ao Brasil, o ensejo de obter importantes concessões do governo dos Estados Unidos necessárias ao desenvolvimento brasileiro. E, não resta dúvida que a chancelaria brasileira, no fiel desempenho de suas funções, elevou o país a uma posição hegemônica entre os países da América Latina após a Conferência.

Lembra Lira Neto que o discurso de Oswaldo Aranha, no final da reunião com os chanceleres, monopolizou a atenção do país. Em sua fala, Aranha informou que, por ordem do Presidente da República, os Embaixadores do Brasil na Alemanha, Itália e Japão haviam entregado os seus passaportes aos governos desses respectivos países, junto com uma nota oficial comunicando que, em virtude do que ficara acertado no encontro das Américas, o Brasil declarava, irrevogavelmente, rompidas as relações diplomáticas e comerciais com o Eixo<sup>425</sup>.

<sup>424</sup> ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências**. Brasília: FUNAG, 1994, p.74.

<sup>425</sup> NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.405.

O governo do Estado Novo determinava que a imprensa e o rádio permanecessem neutros ao divulgar notícias sobre a guerra. Assim que deflagrado o rompimento com o Eixo, acontece uma propaganda sistemática contra a ideologia e os países do Eixo, e os veículos de comunicação brasileiros passam a fazer “propaganda” da entrada no conflito. A partir daí, os noticiários dos jornais brasileiros, repercutiram sobre a Conferência do Rio de Janeiro, sempre em destaque na primeira e última páginas dos jornais.

A grande maioria das notícias da cobertura sobre a Conferência, era transmitida pela Agência Nacional, órgão oficial do governo, com matérias, notícias cujos textos explicitavam a posição brasileira sobre o acontecimento.

Os detalhes da posição do governo do Estado Novo não eram noticiados pela imprensa. As notícias sobre a Conferência do Rio de Janeiro, focavam na figura do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Oswaldo Aranha.

Esse é o caso do jornal “A Gazeta” de São Paulo, do dia 16 de Janeiro de 1942, com a seguinte manchete: “Grande dia, na história luminosa do Brasil – Repercute extraordinariamente a Conferência do Rio de Janeiro”.

O jornal repercute a notícia em forma de síntese: os principais discursos da Conferência, traz as palavras do Presidente Getúlio Vargas, do Chanceler do Chile, do representante dos Estados Unidos Sumner Welles, do Chanceler do Uruguai, as palavras do Chanceler do México e em grande destaque as palavras do Chanceler Oswaldo Aranha.

A matéria menciona “sobre um grande dia de luz que foi ontem na história luminosa do Brasil e na crônica generosa das nações do Novo Mundo”.

Honraram-nos os países do hemisfério, escolhendo o Rio de Janeiro como sede da mais importante Conferência que já se realizou nas Américas e distinguiram-nos confiando ao tato e à firmeza dos nossos homens públicos o encaminhamento de correntes possivelmente discordantes e a preparação do terreno para a marcha que é preciso realizar conjuntamente. E todo o nosso povo compreendeu a gravidade do instante e a grandeza da missão. Percebeu, sobretudo o que já lhe dissera, na sua linguagem franca e sóbria, o Presidente Getúlio Vargas e o que ontem repetiu numa frase vibrante o Chanceler Oswaldo Aranha; ‘é nas horas dramáticas que as amizades se afirmam e melhor se avaliam’. Seríamos indignos de nossas tradições se não corrêssemos ao encontro dos nossos irmãos da grande república do norte, para sofrer com eles, até a hora de com eles nos rejubilarmos. Não há quixotismo nem delírio romântico na atitude. Há uma compreensão inteira de deveres, há uma noção exata de honra nacional, uma e outras vivas, porque somos um povo vivo e elas só desapareceram nas nações moribundas<sup>426</sup>.

---

<sup>426</sup> A Gazeta, São Paulo, 16 Janeiro 1942. Brasil, p.10

O jornal destaca ainda que a capital da República não assistiu unicamente a uma solenidade, mas também a um grande plebiscito, onde as nações soberanas selaram os seus destinos, e destacará que, ao iniciar a segunda parte da sessão, “o Chanceler Oswaldo Aranha complementa, com o seu habitual desassombro, a seguinte oração”:

Na hora dos riscos e dos perigos é que os indivíduos como os povos podem saber quais são seus verdadeiros amigos. Estou certo de que a América agredida mostrará ao mundo que seus povos não são somente solidários e amigos, mas verdadeiros irmãos.

[...] os acontecimentos últimos vieram impor, por forma irrecusável, aos povos americanos, em meio das transformações violentas que se processam na sociedade mundial, a missão de mais uma vez emancipar a América. As responsabilidades nossas nunca foram tão grandes, porque os destinos de nossos povos jamais foram ameaçados como trágicos tempos em que estamos procurando sobreviver.

Esta é a razão pela qual nos reunimos aqui, não somente porque nossas terras, as nossas fronteiras, as nossas costas estejam ameaçadas ou possam ser igualmente atacadas, mas porque a nossa vida, a nossa religião, a nossa moral, as nossas famílias, as nossas raças, as nossas instituições, as nossas liberdades, enfim, as nossas ideias, estão em risco iminente de perecer<sup>427</sup>.

O jornal, O Globo, do Rio de Janeiro, dará destaque em edição das 11 horas, que o Chanceler Oswaldo Aranha “foi uma figura incansável e cujo esforço teve um êxito definitivo, na coordenação dos pontos de vistas dos delegados das nações americanas”<sup>428</sup>.

O Presidente Vargas e o Ministro Oswaldo Aranha tinham motivos diferentes em apoiar os Estados Unidos na guerra. Segundo Seitenfus, o primeiro estaria vendo uma oportunidade de conseguir mais recursos financeiros para o Brasil e a concretização da cooperação militar, por ter se tornado impossível qualquer negociação com a Alemanha; o segundo apenas dá sequência ao seu esforço constante de aproximar o Brasil dos Estados Unidos<sup>429</sup>.

Para Hélio Silva, “era curiosa a posição do Brasil. O Estado Novo, implantado a 10 de novembro de 1937, era a experiência do totalitarismo em nosso país. Logicamente, nossa conjuntura se apresentava mais próxima do Reich e do Fascismo que das democracias. Mas Vargas procurava manter a tradição da solidariedade continental e estava empenhado, firmemente, em sustentar a neutralidade que o conservou nos primeiros tempos de guerra”<sup>430</sup>. Para o autor, outro estadista americano, o chanceler Oswaldo Aranha, via mais longe. Para

<sup>427</sup> ARANHA apud **A Gazeta**, São Paulo, 16 Janeiro 1942. Brasil, p. 19.

<sup>428</sup> **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 janeiro 1942. Brasil, p. 2.

<sup>429</sup> SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003, p.279.

<sup>430</sup> SILVA, Hélio. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. Editora Três Ltda, São Paulo, 1998, p. 30.

ele, já se apresentava a realidade cruel de que não haveria lugar para os neutros no conflito de proporções mundiais<sup>431</sup>.

O Jornal do Comércio traz em destaque a seguinte manchete: “O Brasil na Guerra” e cita os pontos que o jornal abordará: “Os acontecimentos de ontem nesta capital por motivo do torpedeamento de cinco navios brasileiros – As manifestações populares realizadas durante todo o dia e a noite – A presença do povo no Palácio Guanabara”<sup>432</sup>.

O jornal noticia amplamente que, desde cedo, a cidade apresentava um movimento desusado e um nervosismo contagioso, oriundos das notícias que, desde a véspera, circularam, dos covardes atentados praticados contra a soberania brasileira, como o torpedeamento de cinco navios da marinha mercante nacional. Desde as 15 horas, grande massa popular se comprimia em frente ao Palácio Itamaraty para ouvir a palavra do Senhor Ministro das Relações Exteriores. Os populares deram vivas ao Brasil, ao Presidente Getúlio Vargas, ao Ministro Oswaldo Aranha e às nações americanas, vítimas da barbárie das nações do Eixo<sup>433</sup>.

Pouco antes das 16 horas, o Chanceler Oswaldo Aranha chegou à sacada do Itamaraty, sendo recebido com prolongadas salvas de palmas. O Ministro do Exterior estava acompanhado pelos chefes de diversas missões diplomáticas sul-americanas e por altas autoridades. Logo após, os populares entoaram o Hino Nacional. Falando em seguida em nome do povo, um dos manifestantes. Disse ele que a selvageria dos ataques não lhe diminuía a coragem. Depois de palmas que coroaram o discurso e de prolongadas aclamações ao Brasil e ao seu dirigente, usou a palavra o Ministro Oswaldo Aranha, sendo a sua oração interrompida de minuto a minuto, por “palmas delirantes”.<sup>434</sup>

O Jornal “O Globo” dará destaque à expressão da fisionomia do Chanceler brasileiro que era de franco otimismo e diz que se denota, visivelmente, a fadiga de tantos dias consecutivos de trabalho, mas a alegria de quem satisfeito, via coroado de êxito todo o seu esforço<sup>435</sup>.

Vê-se nas matérias a posição ideológica do Estado Novo, assumido abertamente pelos jornais. Como vimos, os jornais colocam o governo, mais precisamente o Presidente Vargas e o Ministro Aranha, numa posição de representantes e defensores dos interesses da nação brasileira. Era a consagração do Chanceler Oswaldo Aranha e do Presidente Vargas. O Brasil rompe, definitivamente, as relações com a Alemanha, o Japão e a Itália e afirmará a sua

---

<sup>431</sup> SILVA, Hélio. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. Editora Três Ltda, São Paulo, 1998, p. 30.

<sup>432</sup> Jornal do Comércio, Porto Alegre, p.3, 19 agosto. 1942.

<sup>433</sup> Ibid., p.3.

<sup>434</sup> Ibid., p.3.

<sup>435</sup> **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 agosto 1942 Brasil, p.3.

aliança com os Estados Unidos, fortalecendo o campo do Pan-americanismo.

Até a Conferência do Rio de Janeiro, a política adotada por Aranha no Ministério de Relações Exteriores foi de proximidade com os Estados Unidos. Para alcançar seus objetivos, não hesitou em recorrer para o relacionamento que mantinha com o presidente Getúlio Vargas e também não hesitou em alarmar os norte-americanos com supostas investidas dos alemães no Brasil. O resultado da Conferência do Rio foi uma vitória dos princípios que Oswaldo Aranha defendia desde o início.

A aproximação brasileira aos Estados Unidos, e a declaração de guerra ao Eixo, consolidou os seus discursos de solidariedade continental e a defesa do Pan-americanismo.

## **5.2 A contribuição do Ministro Oswaldo Aranha para a política externa brasileira**

A partir de 1943, surge um forte movimento de oposição ao Estado Novo, independente da censura e dos órgãos repressivos. Aconteceram passeatas de estudantes, promovidas pela União Nacional dos Estudantes, contra o Eixo. Em outubro deste ano, é lançado o “Manifesto dos Mineiros” pelas lideranças civis e liberais de Minas Gerais criticando o governo varguista. No ano de 1944, as tensões políticas radicalizaram. O próprio governo estava dividido e não conseguia manter a sua base de apoio. Começam, então, as dissensões internas. O Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, após o fechamento pelo governo da Sociedade Amigos da América, renuncia o seu cargo. Todos estes fatos e mais a derrota do nazi-fascismo contribuíram, decisivamente, para o fim do Estado Novo.

É neste contexto que ocorre o famoso discurso de Oswaldo Aranha, proibido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que seria pronunciado na Rádio Tupi, no dia 23 de fevereiro de 1945, que foi publicado pelo “O Jornal”, do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1945. Nele, Aranha faz uma verdadeira síntese do que foi a sua participação como Ministro das Relações Exteriores no Estado Novo.

O ex-Chanceler começa o seu pronunciamento, dizendo não ser mais Ministro do Governo do Estado Novo. Mas se fosse estaria, certamente, na Rádio Tupi, para falar da mesma maneira porque, a sua conversa é com os seus patrícios<sup>436</sup>.

Prosseguindo o seu discurso, afirma: “Entreí para o governo em 1938, não para servir ao Estado Novo, mas decidido a evitar a repercussão de seus malefícios internos na situação

---

<sup>436</sup> Arquivo Oswaldo Aranha. 45.02.23. DOC. I-30.

internacional do Brasil. Esta minha atitude foi expressa e quase direi pública, provocando, então, certo alarde nas fileiras estadonovistas”<sup>437</sup>.

Quando, em 1938, Oswaldo Aranha aceitou a pasta das Relações Exteriores tinha uma posição muito nítida contra a Constituição de 1937, de inspiração manifestamente autoritária. Timbrou, então, em dedicar-se exclusivamente à política externa, com o objetivo principal de impedir que as ideias prevalecentes, em influentes setores brasileiros se projetassem no campo internacional, traduzindo-se em apoio ostensivo ou não, aos países do Eixo<sup>438</sup>.

A oposição à Constituição de 1937 aparecerá em destaque no pronunciamento censurado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Para Aranha, esta Carta foi uma traição aos ideais revolucionários de outubro de 1930:

A Constituição de 1937 repugnava, como fiz sentir, em muitas de suas inovações, quase todas traduzidas de constituições totalitárias europeias e asiáticas, às minhas convicções democráticas e a minha fidelidade aos compromissos e fins da Revolução de Outubro.

Há dez anos, quando aceitei o cargo de Embaixador nos Estados Unidos da América, deixara meu país sob um regime constitucional, democrático e liberal, para cujo advento concorrera com o melhor dos meus esforços:

Ministro de duas pastas no período revolucionário. Depois de haver sido o coordenador do movimento de 1930, havia eu assegurado, de comum acordo com vários companheiros, que, com o advento do período constitucional, não permaneceríamos em funções propriamente governamentais. Atitude igual assumira José Américo, Ary Parreiras, Carneiro Mendonça, Nelson de Mello, Landry Salles e alguns outros companheiros de Revolução<sup>439</sup>.

A Constituição de 1937 outorgou ao Presidente Vargas, durante todo o Estado Novo, poder de governar através dos decretos-leis. A inclinação centralizadora, revelada pelos orquestradores da revolução de 30, realizou-se em toda a sua plenitude.

A Constituição de 1937 atendeu a interesses de grupos políticos desejosos de um governo forte, que beneficiasse determinados setores sociais, e que consolidasse o domínio daqueles que se colocavam ao lado de Vargas. A principal característica dessa constituição era a concentração de poderes nas mãos do Presidente.

No discurso, Oswaldo Aranha lastima os rumos que o governo de Vargas tomou, mostrando claramente a sua oposição à ideia da implementação do Estado Novo naquele momento.

<sup>437</sup> Arquivo Oswaldo Aranha. 45.02.23. DOC. I-30.

<sup>438</sup> ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique; CAMARGO, Aspásia. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p. 311.

<sup>439</sup> Arquivo Oswaldo Aranha. 45.02.23. DOC. I-30.

Ele se dedica nesta primeira parte, a mostrar que foi um grande colaborador do governo revolucionário instaurado por Vargas e relembra as pastas que ocupou em seu governo. Dois dias depois da posse do Governo Provisório, Aranha assume o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, no ano seguinte, passa a acumular as pastas da Justiça e da Fazenda, mas, logo depois permanece apenas na Fazenda.

Assim, como desde o começo do discurso, continua a expor sobre a sua devoção ao governo Vargas, ao falar do desempenho da função diplomática frente ao Ministério das relações Exteriores do Brasil:

A função diplomática que, então, me foi confiada, desempenhei-a com honra e prestígio para o Brasil.

O golpe de 1937, que me surpreendeu em Washington, não nasceu de meu apoio: foi de advertência e, até, de protesto a minha atitude.

Não me restringi aos círculos do Governo, mas, em entrevista dada à “A Noite”, a minha posição mostra-se contrária à Constituição de 1937 e aos primeiros atos governamentais.

A situação internacional, já antes desse golpe, como provam minhas informações e cartas ao governo, era ameaçadora e ainda em Washington, prevendo a hecatombe Mundial, eu insistia na necessidade de preparar-se o Brasil para essa tremenda prova a que seríamos submetidos, com todos os demais povos.

Esta foi a razão pela qual, passados alguns meses, e consciente da tarefa que me ia caber, aceitei participar do Governo, como Ministro do Exterior.

Não tenho porque me arrepender dessa atitude e, espero, não tenha o Chefe do Governo e nem os brasileiros motivos para queixarem-se de como me conduzi e conduzi a política externa do meu país.

Nesse período, participando das reuniões governamentais e privando com o Chefe do Governo, não tive a menor parcela de responsabilidade na política interna do país, salvo de reserva quando ela ameaçava comprometer a conduta da política exterior<sup>440</sup>.

Oswaldo Aranha busca justificar nesta parte do discurso, o seu não apoio ao golpe do Estado Novo, ao dizer que: “o golpe de 1937, que me surpreendeu em Washington, não nasceu de meu apoio: foi de advertência e até de protesto a minha atitude”. Mais adiante lembrará sua oposição ao golpe na entrevista concedida ao jornal carioca “A Noite” logo que chegou ao Brasil após renunciar o cargo de Embaixador em Washington.

Aranha ainda justifica os motivos que o levaram a aceitar o cargo de Ministro das Relações Exteriores, durante o Estado Novo, ao dizer que “a situação internacional, já antes desse golpe, como provam minhas informações e cartas ao governo, era ameaçadora e ainda em Washington, prevendo a hecatombe Mundial, eu insistia na necessidade de preparar-se o

---

<sup>440</sup> Arquivo Oswaldo Aranha. 45.02.23. DOC. I-30.

Brasil para essa tremenda prova a que seríamos submetidos, com todos os demais povos”. A hecatombe Mundial ocorrerá no ano seguinte com o começo da Segunda Guerra Mundial.

O discurso adquire uma forma de justificativa e de dever cumprido ao dizer que não se arrependeu de tomar a atitude de assumir o Ministério e diz não ter o Chefe do Governo e nem os brasileiros motivos para queixarem-se da forma como conduziu a política externa do Brasil, ao que acrescenta: “nesse período, participando das reuniões governamentais e privando com o Chefe do Governo, não tive a menor parcela de responsabilidade na política interna do país, salvo de reserva, quando ela ameaçava comprometer a conduta da política exterior”. Dessa forma, se exime de toda a responsabilidade da política interna do governo do Estado Novo, salvo quando essa interferia na política de seu Ministério, deixando claro que a sua única responsabilidade era somente com a política externa.

Tendo Rio Branco como uma referência na política externa, reforça no seguimento de seu pronunciamento, que a sua preocupação sempre foi servir no Itamaraty os interesses do país sem abrir mão de suas convicções políticas e pessoais. Defensor das ideias liberais, mais uma vez reafirma sua oposição à Constituição de 37, em especial ao grupo político que a outorgou. Reafirma o seu compromisso e a sua fidelidade ao governo, certifica que, enquanto esteve no governo, não guardou amarguras, e nem queixas, que suas ideias foram aceitas e defendidas pelo povo e que essa condição salvaguarda qualquer homem público.

Fui, única e exclusivamente, Ministro do Exterior, exercendo a minha função fechado na sala onde viveu e morreu o grande Rio Branco, o exemplo maior e melhor de como todo brasileiro tem o dever de servir ao seu país no Itamaraty, sem que isso importe no sacrifício de suas convicções políticas e pessoais.

Não renunciei às minhas ideias e nem reneguei um só daqueles princípios que foram, são e serão parte inseparável de minha vida de devoção ao Brasil. Nessa função, defendi essas ideias e princípios e, graças à minha fidelidade a eles, evitei, com o concurso do povo, que o Brasil fosse arrastado ao erro e à derrota pelas tendências políticas consagradas pela Constituição de 1937.

Não guardo, desses dias terríveis amarguras, nem queixas. Uma ideia sã, apoiada na opinião pública, exalta e conforta até os intemoratos. Antes, reconheço e proclamo a boa fé e até um estranhado propósito de bem servir ao Brasil de quantos, por vezes, divergiram de minha orientação no Itamarati<sup>441</sup>.

A atuação de Oswaldo Aranha, no comando do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, foi importante, na definição do alinhamento brasileiro, aos Estados Unidos e aos Aliados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Influenciou o processo de decisão do

---

<sup>441</sup> Arquivo Oswaldo Aranha. 45.02.23. DOC. I-30.

governo Vargas na tomada de posição durante a guerra, podendo, dessa forma, extrair, da cooperação entre O Brasil e os Estados Unidos o maior número de vantagens para o Brasil.

Esta tomada de posição é lembrada por Aranha;

O curso da guerra era ameaçador e a minha intransigência parecia comprometer a posição com os então vencedores.

Eu mesmo tive dias de perplexidade e se não vacilei foi porque sempre acreditei que o homem não inventou ainda armas capazes de vencer as ideias. Toda a guerra é uma luta de vontade mais que de armas: é um combate individual em grandes e temíveis proporções. E eu abrigava a certeza de que a organização cega e material do homem para a guerra teria que ceder, afinal, aos que estavam, pela prática da vida normal, educados moral e livremente para aceitar uma ordem contrária a sua forma de ser, de viver e de morrer.

As vitórias da força são efêmeras, ainda que espetaculares, ante a da decisão e a de coragem de uma consciência e de um coração bem formado. E isso é verdade para os homens, como para os povos, na guerra e na paz<sup>442</sup>.

Oswaldo Aranha relata que teve seus dias de perplexidade e que, se não vacilou foi porque sempre acreditou que o homem não inventou ainda armas capazes de vencer as ideias. O seu comentário será um manifesto sobre a guerra: através desse manifesto buscou prevenir os povos sobre o perigo da guerra mundial que se avizinhava e que depois se tornou uma dura realidade. Mostrava os objetivos espoliadores da guerra que as nações totalitárias realizavam e exortava todos os países a travar uma luta decidida pela paz, contra o perigo da guerra.

Já no trecho seguinte, Aranha trata das contradições, já no apagar das luzes do Governo do Estado Novo, onde procura defender a sua postura política interna e externa, propondo uma nova ordem política e jurídica, como os direitos civis e a liberdade de expressão. Em trecho transcrito abaixo:

Finda minha missão no Governo, com a segurança da vitória nas Nações Unidas, retornei, por ato próprio, ao seio do povo, desejoso, como estou fazendo, de prestar as contas eu, todos que exercemos funções públicas, devemos à opinião de nossos concidadãos.

Esta era de liberdade está sendo anunciada e nela caberá a cada um e a todos os brasileiros assumirem o seu quinhão de responsabilidades.

Não há razão para hesitação e temores. A violência acaba sempre por ceder, rendendo-se ao povo, à lei e à justiça.

A liberdade não é uma concessão de homens ao homem, em favor do governo ou ao povo. A sua negação é sempre passageira e inútil, porque faz com que volte mais vigorosa, como todas as necessidades naturais contrariadas.

---

<sup>442</sup> Arquivo Oswaldo Aranha. 45.02.23. DOC. I-30.

É este o fenômeno a que estamos assistindo em nosso país. Há dias em que a opinião pública, como no momento histórico da declaração de guerra, exulta, por todos os cantos do país, com promessas de liberdade.

É o Brasil que volta, tal como ele foi e terá que ser. O Brasil de todos e não Brasil de alguns. É o Brasil do povo e não dos governos que estamos sentindo de novo nas ruas, nas praças, nos lares, falando, ouvindo, lendo e, acima de tudo, aspirando, como todos os demais povos, seus irmãos nas armas e nas ideias<sup>443</sup>.

Sobre o fim da missão de Aranha no governo, João Hermes Pereira Araújo salienta que um fato será decisivo para o seu afastamento. O Ministro Oswaldo Aranha será convidado para ocupar o cargo de vice-presidente na Sociedade Amigos da América, cuja posse estava prevista para o dia 11 de agosto de 1944, na sede do Automóvel Clube do Brasil. Na véspera da data marcada, a polícia invadiu o prédio do Automóvel Clube e fechou o escritório da sociedade que funcionava no local, porém seus membros não desistiram de realizar a posse<sup>444</sup>.

A reunião da posse ocorre na sua sede, que foi mais uma vez invadida pela polícia, que tinha ordens para evacuar e depois fechar o prédio. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura no Estado Novo, determinou aos jornais que não publicassem qualquer informação sobre a Sociedade Amigos da América<sup>445</sup>.

Oswaldo Aranha definia seu sentimento como de “amargura íntima”. Não entendia como Getúlio apoiara semelhante ato de brutalidade contra uma organização que sempre trabalhara pelo alinhamento militar, econômico e cultural do Brasil com os Estados Unidos. Presidida pelo general Manuel Rabelo, ministro do Supremo – hoje Superior – Tribunal Militar (STM), a Sociedade Amigos da América congregava, na verdade, um amplo leque de

<sup>443</sup> Arquivo Oswaldo Aranha. 45.02.23. DOC. I-30.

<sup>444</sup> Fora inaugurada no Teatro Municipal, em 1º de janeiro de 1943 – pouco antes do encontro presidencial de Natal – a Sociedade Amigos da América, que visava à defesa dos ideais democráticos. Convidado pelo presidente, general Manoel Rabelo, Aranha ocupara a vice-presidência. Novamente escolhido vice-presidente da Sociedade, o chanceler deveria tomar posse oficialmente no dia 10 de agosto. Na véspera, porém, policiais, cumprindo ordens do novo chefe da polícia, Coriolano de Góis, invadiram o edifício do Automóvel Clube e fecharam a sede da entidade. Na hora do almoço do dia seguinte, no mesmo prédio do Automóvel Clube, achavam-se, em seu salão de refeições, inúmeros sócios, inclusive Aranha, quando novamente elementos da polícia penetraram no edifício, desta vez com o fito de fechar o clube e evacuar o recinto. Indignado com a afronta, Aranha procurou Vargas e esperou dele um gesto de reparação, que não obteve. ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique; CAMARGO, Aspásia. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p. 315 e 316.

<sup>445</sup> Para Maria Helena Capelato, a cooptação da imprensa e dos jornalistas se deu através das pressões oficiais, mas também pela concordância de setores da imprensa com a política do governo. É importante lembrar que Getúlio Vargas atendeu a certas reivindicações da classe, como por exemplo, a regulamentação profissional que garantia os direitos dos trabalhadores da área. Muitos jornalistas não se dobraram às pressões do poder, mas, segundo Nelson Werneck Sodré, foram raríssimos os jornais empresariais que não se deixaram corromper pelas verbas e pelos favores oferecidos pelo governo. Por outro lado, o autoritarismo do Estado Novo explica a adesão e o silêncio de jornalistas; por outro, não se pode deixar de considerar que a política conciliatória de Getúlio Vargas, aliada à ‘troca de favores’, também surtiu efeito entre ‘os homens de imprensa’. CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.175.

apoios, que iam da União Nacional dos Estudantes a certos setores da oposição liberal. Mas seria um exagero rotulá-la de “antro de comunistas”, como queriam os núcleos mais conservadores do governo<sup>446</sup>.

A determinação de fechar a Sociedade Amigos da América, no entender de Oswaldo Aranha, era uma demonstração de que ele perdera total prestígio nos altos escalões do governo. O gesto rude de Coriolano significara um desacato ao ministro das Relações Exteriores e, no limite, uma grosseria contra um amigo do presidente da república. Sentindo-se ultrajado, Aranha solicitou a imediata demissão da pasta<sup>447</sup>. Lira lembra uma frase que resume o sentimento de Aranha: “Eu fui vítima de um Pearl Harbor policial”, comparou. Em resposta, como em ocasiões anteriores, Getúlio pediu-lhe que refletisse melhor sobre o assunto. Consultasse o travesseiro. Quando estivesse mais calmo, conversariam a respeito<sup>448</sup>.

Para Stanley Hilton, a posição de Aranha, no governo, nunca fora cômoda e se tornara ainda menos com o passar do tempo. Permanecia pessoalmente, leal a Vargas, mas a incompatibilidade entre o Estado Novo – uma ditadura pessoal, baseada no culto à personalidade e assentada nas baionetas - e os ideais da causa aliada tornava-se cada vez mais patente à medida que se intensificava o engajamento do Brasil no esforço de guerra. Aranha se encontrava, assim, dividido entre o seu afeto e dedicação a Vargas e seus sentimentos liberais. Tais sentimentos ajudam a explicar a subcorrente permanente de tensão entre o chanceler e seus adversários no governo, velhos e novos<sup>449</sup>.

Oswaldo Aranha sentiu-se desprestigiado com a atitude do governo de que fazia parte, e por não esperar mais apoio do presidente da República, o ministro escreveu-lhe apresentando seu pedido de demissão. Aguardou por mais de dez dias uma resposta de Vargas. Aranha renunciará à pasta no dia 23 de agosto de 1944, sendo substituído então por Pedro Leão Veloso<sup>450</sup>.

---

<sup>446</sup> NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 449.

<sup>447</sup> Ibid., p. 449 e 450.

<sup>448</sup> Ibid., p. 450.

<sup>449</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 420.

<sup>450</sup> No dia 21 de agosto, mandou uma circular de despedida às missões no exterior. “Minha passagem pelo Itamarati será a mais grata e confortadora recordação de minha vida de serviços ao Brasil”, declarou. No dia seguinte se despediu-se dos funcionários do Itamarati, percorrendo as dependências do Palácio para cumprimentá-los um por um e agradecer sua colaboração. Como era seu feitio, não esqueceu os humildes. “O ex-ministro deteve-se mais tempo com os operários do Itamarati, abraçando-os sob forte emoção”, um repórter observou. Nisso tudo, Aranha exibiu forte emoção e, embora viesse tentando ultimamente reduzir o consumo de cigarro, acendia um atrás do outro. Os auxiliares mais graduados, chefiados pelo secretário-geral. Embaixador Pedro Leão Veloso, que há anos substituíra Maurício Nabuco e que seria o ministro interino, reuniu-se com Aranha no gabinete. Comovido, tentando dominar sua emoção, recebeu as despedidas. Leão Veloso, ao abraçá-lo, não disfarçava sua emoção, seus olhos enchendo de lágrimas. Uma pequena massa de funcionários

O último cabeça do movimento de 1930 ainda com assento no governo acabara de pedir demissão. Da condição de amigo íntimo do presidente, Oswaldo Aranha passou a ser investigado como um potencial adversário do regime. Benjamin Vargas, que assumira a função de intermediário entre o Catete e as autoridades policiais, submeteu o ex-chanceler a cerrada vigilância, dada a aproximação do demissionário com Virgílio de Melo Franco, signatário do “Manifesto dos mineiros”. Magoado, Oswaldo Aranha preferiu sair temporariamente, de circulação, recolhendo-se ao haras que havia montado em Vargem Grande, bairro afastado do centro do Rio<sup>451</sup>.

Para Lira, o principal arquiteto do alinhamento brasileiro com os Estados Unidos fora expellido do governo, por desconcertante coincidência, no exato momento em que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) mandava os primeiros contingentes para lutar na Europa ao lado dos norte-americanos. Oswaldo Aranha, em tal circunstância, perdia a chance de se autorizar como o nome ideal para conduzir a transição democrática, como muitos haviam imaginado, sobretudo o Departamento de Estado, em Washington. “Peço que transmita a Oswaldo Aranha meu profundo pesar pessoal com sua exoneração”, telegrafou um contrafeito secretário Cordell Hull ao embaixador Jefferson Caffery. O terreno ficava livre para Getúlio assumir, sozinho, e por conta própria, a condução do processo de abertura<sup>452</sup>.

O afastamento de Aranha teve como era de esperar, grande repercussão, tanto no campo interno quanto, e com maior destaque, no contexto internacional. Internamente, o ex-chanceler perdia sua condição oficial, deixando os conselhos do governo. Mantinha, no entanto intacto todo o seu prestígio. Marcondes Filho e Dutra esperavam ser os herdeiros de Aranha, inclusive na amizade do chefe do governo, o que não conseguiram, porque a posição de ex-Chanceler era única e, de certa maneira, insubstituível, não só como defensor da democracia, mas também por ter sabido colocar o Brasil ao lado das Nações Unidas, cuja vitória era iminente. Internacionalmente, a repercussão dos motivos foi ainda maior, variando a interpretação que, na impressão dos políticos e comentaristas, teriam levado Getúlio a afastar a personalidade mais brilhante e mais conhecida de seu ministério<sup>453</sup>.

Finalizando o seu famoso pronunciamento proibido, deixa claro o seu ressentimento com o governo Vargas e aponta o seu favorito para a sucessão presidencial:

---

acompanhou Aranha até o seu automóvel, à porta do palácio e chorando. HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.424 e 425.

<sup>451</sup> NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 450.

<sup>452</sup> Ibid., p. 450 e 451.

<sup>453</sup> ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique; CAMARGO, Aspásia. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarin, 1996, p. 317.

É esse Brasil, sem combinações e sem partidos, sem política, sem liberdade e sem representação, quase sem vida, porque faminto, doente e sangrando, ressurge, dominado pelos grandes instintos da sobrevivência para, no primeiro alento, balbuciar um nome que estava no fundo do meu coração: o de Eduardo Gomes.

Não foi ditado pelo governo, não foi escolhido por agremiações políticas, não foi apontado pelos seus companheiros de armas. Não surgiu contra ninguém, nem contra nada, mas a favor do Brasil. Não é um nome, é um símbolo, é uma legenda, uma providência. Não se deteve a opinião na consideração de suas convicções democráticas, de suas virtudes, dos seus títulos, dos seus atributos, dos seus serviços e até mesmo de suas glórias. A lembrança de seu nome tem sua origem naquelas reservas instintivas da consciência popular, imponderáveis e divinatórias, que na vida dos povos têm surpreendido o destino dos homens com missões e consagrações inesperadas. Nada mais posso aspirar em minha vida do que ajustar os meus atos à vontade dos meus concidadãos, sobretudo quando ela atende aos reclamos de minha própria consciência. Estou convencido de que nenhum outro brasileiro, nesse transe, corresponderá melhor às necessidades e aspirações do Brasil<sup>454</sup>.

Como Ministro, Oswaldo Aranha tinha plena consciência da importância estratégica do cargo que ocupará e, vai ser a partir de suas ações no Ministério que ele vai buscar a consolidação da sua política interna e externa. Agora ele deixava de ser um político da situação para ser um político de oposição, como se percebe no seu pronunciamento, onde abertamente prestará apoio, tecendo consideráveis elogios, ao futuro presidencial Eduardo Gomes<sup>455</sup>.

Neste processo, Aranha tomou partido. O desenrolar da campanha presidencial forçou Aranha a adotar uma posição ao situacionismo. O candidato dos udenistas era o brigadeiro Eduardo Gomes, amigo dele, enquanto os pessedistas indicaram o general Dutra e os petebistas ficaram indecisos. “O Oswaldo Aranha apoiou a candidatura do brigadeiro de raiva do Dutra, Amaral Peixoto lembraria”. Na casa de um amigo comum, Oswaldo Aranha, que se filiou à União Democrática Nacional rio-grandense, mencionou ao interventor que estava

<sup>454</sup> Arquivo Oswaldo Aranha. 45.02.23. DOC. I-30.

<sup>455</sup> Apesar da repressão policial, o movimento de oposição liberal parecia ganhar terreno tão rapidamente, neste período, que Vargas, pressionado até pelo alto comando do Exército, foi forçado a prometer publicamente a restauração das liberdades políticas. A censura à imprensa foi gradativamente relaxada nas primeiras semanas de 1945 e, em fins de fevereiro, abolida após a famosa entrevista de José Américo de Almeida ao Correio da Manhã. Ao mesmo tempo, Vargas baixou um decreto, garantindo que, dentro de três meses, marcaria a data para eleições presidenciais e congressionais. A formação, semanas depois, dos três principais partidos políticos da época de pós-guerra – a União Democrática Nacional (UDN), da oposição, e os dois patrocinados pelo governo, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – e a fixação de 2 de dezembro para o pleito, coroaram o processo de abertura. Apesar dessas medidas, porém, os adversários liberais de Vargas, lembrando-se de 1934 e 1937, não tinham motivos para confiar nele e redobram suas atividades subterrâneas, pretendendo expulsá-lo do catete antes de quaisquer eleições. HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.428.

pensando em dar uma entrevista sobre a atitude de Dutra durante a primeira parte da guerra e revelou o que diria. “O Dutra só pode fazer uma coisa: dar um tiro em você”.<sup>456</sup>

O Presidente Vargas não presidiu o processo eleitoral, foi derrubado por um golpe militar liderado por Góis Monteiro. Aranha se distanciara da conspiração contra Vargas, dedicando-se à sua banca de advocacia e a vários projetos comerciais. Continuaria a acompanhar a política nacional, com dificuldade, conformando-se com a ideia de Dutra na presidência. Reconhecia a bravura pessoal do general, mas não apreciava suas qualidades como chefe do executivo e, sem dúvidas, lhe era dolorosa a ironia de uma situação em que um homem tão profundamente antiliberal, seu adversário declarado, durante um período em que a sorte da democracia estivera em jogo, ocupava a presidência do Brasil<sup>457</sup>. Entretanto ainda por duas vezes teve a oportunidade de servir, com o brilho que lhe era peculiar, à Casa de Rio Branco, ao ser indicado para chefiar a delegação do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1947, e para chefiar a delegação brasileira na 12ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1947<sup>458</sup>.

A renúncia do Ministro Oswaldo Aranha teve enorme repercussão junto à imprensa brasileira e internacional. No acervo do Museu Oswaldo Aranha, recortes de jornais ilustram a repercussão da renúncia do Ministro Oswaldo Aranha. Todos os recortes dos jornais internacionais são argentinos e estavam com o carimbo oficial da embaixada brasileira em Buenos Aires, o que nos levou acreditar que esses eram enviados diretamente para o ex-Chanceler. Destacaremos algumas matérias que julgamos importante para análise deste contexto<sup>459</sup>.

O jornal argentino “El Federal” publicou reportagem de capa, anunciando a renúncia do chanceler brasileiro. A matéria narra que “informações procedentes do Brasil e dignas de maior crédito dão conta de um prazo que pode ser nas próximas horas, será apresentada a renúncia do Ministro das Relações Exteriores daquele país, Doutor Oswaldo Aranha, que vem

---

<sup>456</sup> Ibid., p.429.

<sup>457</sup> Ibid., p.430.

<sup>458</sup> ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique; CAMARGO, Aspásia. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p. 322.

<sup>459</sup> Nos Estados Unidos, como em Montevideú e Buenos Aires, a imprensa dedicou grande espaço à renúncia do chanceler brasileiro, apresentando para justificá-la diversas hipóteses: Vargas estaria se afastando dos Estados Unidos, por influência do Exército; a instabilidade do regime estaria ameaçada pela ruptura com o ministro Aranha, a renúncia significava um *rapprochement* com a Argentina. O *New York Herald Tribune* publicou a reportagem de Buenos Aires, segundo a qual o Brasil faria grande esforço para chegar a um entendimento com a Argentina, inclusive, mediante troca de cortesias entre os dois Exércitos. Tão numerosas foram as manifestações e a tendência de assimilar como próximo um maior entendimento entre o Brasil e a Argentina, o que parecia a muitos equivaler a um afastamento dos Estados Unidos e da orientação pan-americanista, que a Secretaria de Estado resolveu mandar à embaixada em Washington um despacho telegráfico de esclarecimentos. ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique; CAMARGO, Aspásia. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996, p. 317 e 318.

desempenhando esse cargo desde março de 1938 e era considerado como o mais fervoroso defensor latino-americano do colaboracionismo com os Estados Unidos e a cessão de bases militares para a defesa continental”. A matéria lembra o episódio, envolvendo a Sociedade Amigos da América e a polícia de Vargas, “em recente episódio ocorrido no Rio de Janeiro, e que, segundo se presume, servirá de motivo para formalizar essa renúncia, da conta do escasso apoio oficial que vem nestas horas ‘o Chanceler das bases’ como se denomina o Doutor Aranha. O dito episódio consistiu na violenta clausura, por parte da polícia carioca na sede da sociedade pró-norte americana Amigos da América, do qual o Ministro das Relações Exteriores era vice-presidente. O doutor Oswaldo Aranha exigiu, imediatamente, que o chefe da polícia lhe desse satisfações por tal procedimento, que qualificou de ‘agravo intolerante’, por este funcionário. Os amigos do doutor Aranha estimam a estas horas que as possibilidades de uma solução conciliadora se debilitam cada vez mais”.<sup>460</sup>

O La Prensa do dia 24 de agosto de 1944, também destaca a renúncia de Oswaldo Aranha com a seguinte manchete: “Anunciada de forma oficial, a demissão do Ministro Aranha – em seu lugar, de forma interina, atuará o senhor Leão Veloso”. E repercuta as notícias dos jornais brasileiros em sua matéria<sup>461</sup>. O La Nación do dia 24 de agosto de 1944, repercuta também a renúncia e buscar saber de quem foi a atribuição da saída de Aranha. “Fontes privadas, porém autorizadas, explicam a renúncia do chanceler brasileiro, Doutor Aranha, diz-se que ele se desentendeu com a oposição, grupo representado, principalmente, pelo Ministro da Guerra, General Dutra, e pelo de Indústria e Trabalho senhor Marcondes. Entende-se que este grupo tem a incumbência de manter o chamado ‘Estado Novo’ em

---

<sup>460</sup> O texto original do jornal El Federal em espanhol: RENUNCIO EL CANCELLER DEL BRASIL, lo anunció el Embajador de esse país, em Londres. Informaciones procedentes del Brasil y dignas del mayor crédito dan cuenta de que em un plazo que puede ser tal vez de horas, presentará su renuncia el ministro de Realaciones Exteriores do Dicho país, doctor Oswaldo Aranha, quien venia desempeñando ese cargo desde marzo de 1939 y era considerado como el más fervoroso propulsor latinoamericano del colaboracionismo con los Estados Unidos y la cesión de bases militares para la defensa continental. La dimensión del doctor Oswaldo Aranha vinia siendo anticipado desde hace tempo como consecuencia de la ola de criticas que provocaron en el Brasil diversas manifestaciones estadounidenses en el sentido de que la Unión deberá quedarse con las bases que le cedieron temporariamente diversas naciones latinoamericanas, culpandose al Dr. Aranha de Haber sido él quien propició la entrega de esos territorios brasileños cuyo rescate parec hoy más difícil que nunca. Un reciente episodio ocurrido em Rio de Janeiro, y que según se presume servirá de motivo para formalizar esa renuncia da cuenta del escaso apoyo oficial que tiene a estas horas “el canciller de las bases” como se denomina al doctor Oswaldo Aranha. Dicho episodio consistió en la violenta clausura, por parte de la policia carioca, del local de la sociedad pro-yanqui Amigos de América, de lá que el ministro de Realaciones Exteriores era vicepresidente. El doctor Oswaldo Aranha exigió inmediatamente que el Jefe de policia le diese amplias satisfacciones por esse procedimiento, que calificó de “agravio intolerable”, pero este funcionário no lo há hecho todavía, y los amigos del doctor Oswaldo Aranha, estiman a estas horas que las posibilidades de una solución conciliatória se debilitam cada vez mais. **El Federal**, Buenos Aires, p.5, 23 agosto. 1944.

<sup>461</sup> O texto original do jornal La Prensa em espanhol: Se anunció en forma oficial la dimisión del ministro Aranha. Em su reemplazo, y en forma interina, actuará el señor Leao Veloso. **La Prensa**, Buenos Aires, p.4, 24 agosto. 1944.

oposição à opinião de Aranha, que considerava necessária a realização de eleições e a democratização do governo”<sup>462</sup>.

O *El Mundo*, do dia 24 de agosto de 1944, deu manchete à renúncia de Oswaldo Aranha: “Aceita o Presidente Vargas a renúncia do doutor Oswaldo Aranha” e lembrará que, nos últimos sete anos, Oswaldo Aranha teve grande importância nas relações interamericanas, e que “sem dúvida alguma, converteu-se no estadista mais proeminente das nações unidas sul- americanas, tornando-se um dos propulsores mais enérgicos da solidariedade continental”<sup>463</sup>.

Os jornais brasileiros, apesar da censura, também repercutiam a renúncia de Aranha, no Itamarati<sup>464</sup>. Em entrevista ao jornalista do “Diário da Noite”, Oswaldo Aranha faz as seguintes declarações: “Só tenho a desejar que o Brasil, cada vez mais, se integre nos ideais pelos quais sempre defendeu e que são os ideais do povo brasileiro. Pensar que a mudança de um homem significa mudança de uma condição política, seria cair no nazismo, onde o homem que dirige tem maior expressão que o pensamento da coletividade”. Interrogado sobre a repercussão de sua renúncia nos Estados Unidos e nos demais países do continente, declara o ex-chanceler: “De fato é difícil traduzir a minha renúncia em inglês, porém, a política brasileira não poderá deixar de ser a mesma. Do mesmo que modo, se minha atitude é difícil de traduzir em inglês, difícil há de ser também em espanhol. Mas, reafirmo que, de qualquer maneira, a política exterior do Brasil continua a mesma, inalterável”. Por fim, o ex-chanceler acentuará: “O que fiz no Itamaraty, não foi nada mais que seguir a tradição desta casa, as quais tiveram uma expressão viva na figura do Barão do Rio Branco”. Ainda antes de se despedir do jornalista, Oswaldo Aranha elogia o seu sucessor no Ministério das Relações Exteriores, o embaixador Leão Veloso: “O embaixador Leão Veloso é um diplomata que

---

<sup>462</sup> O texto original do jornal *La Nacion* em espanhol: En fuentes privadas pero autorizadas de esta capital, al explicar la renuncia del canciller brasileño Dr Aranha se dijo que alla se debió a la oposición de un grupo representado principalmente por el ministro de Guerra, general Dutra, y el de Industrias y Trabajo, señor Marcondes. Se entiende que este grupo sostiene la conveniencia de mantener al llamado “Estado Novo” mientras Dr Aranha se inclinaba a considerar necesaria la realización de elecciones y de democratizar el gobierno lo antes posible. **La Nacion**, Buenos Aires, p.5, 24 agosto. 1944.

<sup>463</sup> O texto original do jornal *El Mundo* em espanhol: ACPETA EL PRESIDENTE VARGAS LA RENUNCIA DEL DOCTOR ARANHA. Con el alejamiento de la Cancilleria brasileña del doctor Aranha desaparece el hombre que en los dos últimos años y medio asumió una importancia cada vez mayor en las relaciones interamericanas, que, sin duda alguna, se convirtió em el estadista más prominente de las naciones unidas sudamericanas y que fué uno de los propulsores más enérgicos de la solidaridad continental. **El Mundo**, Buenos Aires, p.10, 24 agosto 1944.

<sup>464</sup> A reação, no Brasil, devido á censura, foi abafada. Uma nota curta divulgada pela Secretaria da Presidência da República no dia 23, a única manifestação oficial a respeito da exoneração, foi abreviada, dizendo que Vargas lamentava o afastamento do “seu antigo auxiliar e colaborador”, que prestara “numerosos e assinalados serviços” ao país. Fiscalizada pelo DIP, a imprensa não podia comentar os motivos da exoneração, mas todos os jornais teciam elogios à pessoa e à atuação do ex-chanceler. HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.426.

inspira confiança ao Brasil. Basta lembrar que, quando embaixador na Itália, o senhor Leão Veloso foi alvo das antipatias do governo de Mussolini, que chegou a solicitar a sua retirada de Roma, porque não convinha ao governo fascista a sua presença naquela cidade”<sup>465</sup>.

O Jornal do Brasil deu destaque à nota oficial do governo, sobre a renúncia do Ministro das Relações Exteriores. Na matéria dirá que “foi com pesar que o Chefe do Governo aceitou ao pedido do seu antigo colaborador, do seu antigo auxiliar e colaborador...”, e salienta que foi com estas palavras que a nota oficial da Presidência da República inicia a comunicação do afastamento do Chanceler brasileiro do posto que há sete anos se encontrava e no qual imprimiu um notável relevo ao papel do Itamaraty no campo da política internacional e, notadamente, ao programa de fortalecimento da solidariedade americana. O Jornal ainda dá enfoque aos cargos que o ex-Chanceler Oswaldo Aranha assumiu desde a “arrancada revolucionária de 1930” e acentua o seu esforço de aproximar o Brasil dos Estados Unidos, dizendo que “a sua proposta de amizade pelos Estados Unidos não servia senão para acentuar a galhardia impetuosa do seu mercado brasileiro”, e finaliza a nota concluindo que “nada se altera na política internacional e que a Nação contará sempre com Sua Excelência, com o seu devotamento de patriota e a sua experimentada capacidade de estadista”<sup>466</sup>.

O Jornal do Comércio repercute a renúncia de Oswaldo Aranha no exterior. Em Washington a notícia da renúncia do Chanceler Oswaldo Aranha causou sensação nos círculos norte-americanos e latino-americanos, narra o jornal e diz que “não houve comentário oficial a este respeito”. Conclui a matéria: “A impressão dominante nos círculos citados é que o Chanceler Oswaldo Aranha passará à história como uma notável personalidade e que seu trabalho em prol da solidariedade do hemisfério será longamente recordado”. Em Londres, a renúncia do Chanceler Oswaldo Aranha, declarou o jornal, foi recebido com muito pesar pelos círculos britânicos e latino-americanos. Mais adiante expressa o sentimento das comunidades internacionais: “O senhor Oswaldo Aranha será lembrado como um brilhante ministro de estrangeiros que, de acordo com as instruções do Presidente Vargas, levou a efeito muitas das importantes medidas em prol dos aliados as quais tiveram como resultado, há dois anos, a declaração de guerra aos países do Eixo”<sup>467</sup>.

O editorial do “O Globo”, do dia 24 de agosto de 1944, intitulado Oswaldo Aranha, faz uma análise da importância sobre o contexto da renúncia do ex-Chanceler. O editorial dirá que o seu afastamento “não pode ser considerado um fato trivial da política brasileira que, em

---

<sup>465</sup> **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 23 agosto 1944. Brasil, p.3.

<sup>466</sup> **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 agosto 1944. Brasil, p.3

<sup>467</sup> **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 26 agosto. 1944. Brasil, p.4.

toda a parte, se caracterizou pela transitoriedade das funções, já que os cargos e postos não de perdurar, enquanto os homens passam”. Oswaldo Aranha será lembrado, segundo o jornal, pelo patriotismo e como um eminente auxiliar do Presidente Vargas e também deixará, também, marcas históricas na defesa do Pan-americanismo<sup>468</sup>.

Os discursos, por ocasião do recebimento do título de Doutor “Honoris Causa”, da Universidade de Rochester, e do comemorativo ao primeiro ano de rompimento do princípio da neutralidade e isolamento do Brasil, em relação à Segunda Guerra Mundial, ressaltam a importância do III Encontro de Chanceleres, em janeiro de 1942, onde a maioria dos países optam por romper as relações diplomáticas com as nações do Eixo em solidariedade aos Estados Unidos.

O que esses discursos trazem de relevante em relação aos outros discursos analisados nesta tese, é o fim da política de neutralidade e a necessidade de formar uma frente contra as nações totalitárias, sem perder de vista a questão da paz e da solidariedade continental. .

Percebe-se que, desde o primeiro momento, Oswaldo Aranha defendeu publicamente que o Brasil deveria lutar ao lado dos Aliados, ao que várias correntes importantes e influentes da sociedade brasileira e do governo protestaram, inclusive havia campanhas idealizadas para a manutenção da neutralidade, visivelmente organizadas pelos simpatizantes do Eixo. No âmbito da política interna do governo, o Ministro da Guerra e o Chefe do Estado Maior do Exército foram contra o rompimento das relações, pois acreditavam que o Brasil não teria condições de enfrentar possíveis retaliações das potências do Eixo. Alegaram, então, que Aranha não teve nenhuma consultoria dos militares para lhe fornecer as consequências de tais medidas para o país.

Para o Ministro das Relações Exteriores, quando os alemães passaram a atingir navios mercantes na costa brasileira, havia o clamor vindo do povo, que assistia estarecido o número de vítimas aumentarem assustadoramente. Oswaldo Aranha acreditou, todo o tempo, que o Brasil devia declarar guerra à Alemanha e, desta vez, não encontrou resistências por parte do Presidente Vargas ou de seus conselheiros.

A análise do discurso proibido, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, finaliza o capítulo. Nele, Aranha faz um apanhado geral do período em que esteve no Ministério das Relações Exteriores.

Oswaldo Aranha tinha 44 anos, quando assumiu, no dia 15 de março de 1938, o cargo de ministro das Relações Exteriores, três dias antes as tropas do Exército alemão terem

---

<sup>468</sup> **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 agosto. 1944. Brasil, p.2.

invadido a Áustria. Berlim anunciara, oficialmente, o *Anschluss* – anexação do território austríaco ao III Reich. Uma parte da opinião pública internacional se perguntava se aquele não era mesmo o destino inevitável de todos os povos.

Foram vários os desafios que aguardavam o Chanceler. Oswaldo Aranha, que agiu com determinação na Reunião de Chanceleres Americanos no Rio, em janeiro de 1942, logo depois do ataque japonês à base americana de Pearl Harbor. A conferência terminou com uma recomendação de rompimento diplomático do continente americano com o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Também foram lembrados, nos seus discursos, os sucessivos torpedeamentos de navios brasileiros por submarinos alemães. Foi, sem dúvida, um dos principais colaboradores do Presidente Vargas que defendiam a entrada do Brasil na guerra, ao lado das Forças Aliadas.

No discurso, Aranha lembrou os contínuos embates com os setores do governo pró-Alemanha nos bastidores do governo do Estado Novo. Mesmo com a entrada do Brasil na guerra contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial diminuiu esse atrito. Outro fato lembrado, foi o acontecido em agosto de 1944, depois que a polícia fechou a sede da Sociedade Amigos da América, grupo que tentava oferecer argumentos pró-Estados Unidos à população. Oswaldo Aranha era o vice-presidente da entidade. Destaca que sem obter o apoio de Vargas para um desagravo à entidade, pediu demissão do cargo de ministro.

No discurso, Oswaldo Aranha busca convencer “a opinião pública” que, apesar de fazer parte do governo, ele não compactuou com o sistema autoritário, imposto pelo Estado Novo. Monta as suas estratégias discursivas, utilizando-se de dados e comparações como provas concretas para fundamentar o seu ponto de vista. Neste embate de imagens, busca construir a sua, em oposição ao governo que servia. Para Charaudeau, “as estratégias discursivas, empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem de vários fatores: de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até lá, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julgar necessário defender ou atacar: as pessoas, as ideias ou as ações<sup>469</sup>”.

Para Oswaldo Aranha, a opinião pública tem importância crucial na construção de sua imagem, por isso, apesar da forte censura, busca os meios de comunicação para se comunicar. Ele vê o público como um aliado político, busca seduzi-lo, atraindo o ouvinte ou o leitor para as suas verdades e as suas convicções.

---

<sup>469</sup> CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011, p.82.

Os assuntos abordados em seu discurso, foram selecionados previamente por ele, em alguns momentos mostra parcialidade, fidelidade e credibilidade junto ao governo, mas sempre buscando diferenciar o seu discurso com o oficial, mas em nenhum momento desqualifica a figura do Presidente Vargas, mostrando um forte respeito em relação do poder de hierarquia.

Buscou, através dos grandes acontecimentos que houve na sua vida, associar aos importantes momentos da história brasileira. Desta forma, ele construiu a figura de Oswaldo Aranha no domínio político.

Oswaldo Aranha coloca nele a marca de “estadista diferente” dos outros, mostra que seu engajamento com a política não foi motivado por uma ambição pessoal, mas sim por um ideal de vida, busca também provar que tem a experiência necessária para realizar os seus objetivos, mostrando que conhece todos os princípios da vida política.

Quem sabe com o “seu intelecto calculista”, prevendo o fim da censura à imprensa, com os partidos reorganizados e a anistia aos presos e exilados e a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial levaria ao fim o Estado Novo e, com isso, almejar uma futura candidatura a presidência da República<sup>470</sup>.

---

<sup>470</sup> A chance de sua candidatura pareceu real nas eleições de 1950. Aranha acompanhava o desenrolar da política interna brasileira, e media as suas possibilidades de uma eventual candidatura a presidente da República, para Stanley Hilton, Aranha enfrentava os mesmos problemas de sempre. Faltava-lhe não somente uma base política estadual adequada, mas não conseguia reunir forças suficientes dentro de seu próprio partido presumivelmente por causa de seus vínculos com Vargas. “A UDN (União Democrática Nacional) nunca aceitou o Oswaldo como udenista”, diria Amaral Peixoto e prócer do PSD (Partido Social Democrático) que participava intimamente das manobras partidárias nessa época. Aranha tinha bons amigos na cúpula do partido. Entre muitos, o brigadeiro Eduardo Gomes e Prado Kelly, o presidente da UDN, que fizera um discurso de saudação, quando voltara da ONU -, mas a briga com Raul Fernandes não ajudara e o assassinato em outubro de 1948, de Virgílio de Melo Franco, então presidente da seção mineira do partido, o privara de influência importante. “Não participo das deliberações da UDN e sou, mesmo, propositadamente excluído delas pelos seus atuais dirigentes”, confessou. A candidatura de Aranha contaria com a simpatia de alguns elementos de todos os partidos, mas suas possibilidades reais se resumiam na questão da atitude de Vargas, cuja influência provavelmente, seria decisiva. HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.463 e 464.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, ao longo desta tese, a analisar os discursos do Ministro Oswaldo Aranha, e a sua defesa pela causa do Pan-americanismo, no período em que foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil, durante o governo do Estado Novo, entre 1938 e 1944.

Comecei esta tese baseado na afirmação, respaldado por diversos autores, que os discursos do Ministro Oswaldo Aranha foram utilizados na defesa da causa do Pan-americanismo. A partir desta questão, levantei outro questionamento que percorreu toda a extensão da pesquisa: de como o discurso liberal de defesa do Estado de Direito de Oswaldo Aranha esteve inserido na dinâmica da política autoritária e de que forma ele será alterado e ajustado a esta nova circunstância a partir da instauração do Estado Novo.

Foram selecionados quatorze discursos por entender que estes apresentaram grande volume de informações que recortaram o tema proposto e, para efeito de análise, os referidos discursos foram analisados a partir dos três capítulos desta tese. Foram utilizadas várias matérias selecionadas na imprensa, esse material tornou-se uma rica fonte subsidiária sobre a atuação do Ministro Oswaldo Aranha, no Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

No primeiro capítulo, caracterizou-se a política externa brasileira do período conhecido como República Velha até o Estado Novo. Um ponto importante foi observar uma lenta mudança de reorientação da política externa do Brasil ao longo deste período, em direção à América, o que levaria o Brasil a olhar com mais atenção aos países vizinhos e o continente americano. Mostramos que as atuações de Oswaldo Aranha como Embaixador em Washington, foram importantes para compreender o futuro diplomata e a política externa da Era Vargas.

Começamos analisando o cenário político que antecedeu a escolha de Aranha e, posteriormente, o seu discurso de posse no Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Percebemos nele, que tinha como um de seus principais objetivos era estabelecer estratégias de “aproximação entre as Américas”. E essa questão, remetia ao Pan-americanismo. Notamos, também, uma análise muito rica e ampla sobre a política externa e as relações internacionais do Brasil.

Aranha fala de um destino comum da América. Menciona a necessidade da construção de um continente onde reinasse a paz, ao contrário do estado de guerra que se apresentava na Europa. Fica clara a tentativa de opor o continente americano à Europa, o que permite pensar em uma política Pan-americana brasileira, antes mesmo da confirmação da Segunda Guerra Mundial, independente da forma impositiva planejada pelos Estados Unidos. Cabe também

destacar, que dessa forma, o discurso serviu, perfeitamente, ao interesse estadunidense de opor a sua condição à dos inimigos totalitários na Europa, o que pode ter facilitado ainda mais a assimilação do Pan-americanismo pelo governo do Estado Novo.

No segundo capítulo, nosso objetivo foi o de mostrar a formação e a consolidação do Pan-americanismo, destacando, nos discursos de Oswaldo Aranha, o impulso ao americanismo. Analisamos a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, durante o período do Estado Novo e as relações diretas que essa aliança teve com a política externa brasileira. Na terceira parte do capítulo, analisamos as manifestações brasileiras nas Conferências americanas, entre 1937 e 1942. Foram selecionados dez discursos que trataram do tema - Pan-americanismo - proferidos no período em que Oswaldo Aranha foi Ministro das Relações Exteriores, por entender que esses apresentaram grande volume de informações sobre o tema proposto.

Na análise da primeira parte, foi importante demonstrar o caráter dinâmico da nova política de relações internacionais; inaugurada com o advento do Estado Novo, período em que Oswaldo Aranha foi Ministro das Relações Exteriores. O Pan-americanismo ficou consolidado como um movimento de solidariedade continental a fim de manter a paz nas Américas, preservar a soberania dos Estados americanos e estimular seu inter-relacionamento.

O Pan-americanismo, defendido pelo Itamaraty, tinha como objetivo estreitar as relações com os Estados Unidos, propondo uma política que fortalecesse as alianças continentais que deveriam levar à soberania e ao aumento do papel do Brasil como intermediário de comunidades americanas que desejavam se consolidar em nações soberanas. A ideia predominante era a de que a passagem do eurocentrismo para uma diplomacia voltada para as Américas só seria consumada com novos modelos de relações comerciais, políticas, culturais e econômicas entre os principais países do continente.

No contexto de extrema instabilidade internacional, foi necessária a elaboração de um discurso de defesa do Pan-americanismo, onde fosse mantida a soberania externa do Brasil e, por extensão de todo o continente americano, em um cenário no qual as tensões internacionais, devido à Segunda Guerra Mundial estavam latentes. Estas questões possibilitam compreendermos a construção de um projeto de unidade, a partir da defesa continental, baseada na manutenção de uma política regional de equilíbrio que, portanto, deveria servir como exemplo para o mundo. Percebe-se que, aos poucos, a soberania brasileira vai confundindo-se, no destino comum da América, com a soberania de todo o continente.

Na segunda parte do capítulo, primamos pela discussão de como o Pan-americanismo representou uma aproximação com os Estados Unidos e, por conseguinte, a consolidação de uma posição de liderança na América do Sul pela política externa brasileira, liderada pelo Ministro Oswaldo Aranha.

A estratégia da política externa era de, sem abandonar o discurso do Pan-americanismo, procurar consolidar ao Brasil uma posição de interlocutor diferenciado, que deveria negociar independentemente com os Estados Unidos. O maior objetivo da política continental brasileira era o estabelecimento das bases necessárias à construção de sua hegemonia regional, construída através de uma aliança especial com os Estados Unidos. Com a instabilidade internacional, os norte-americanos tornam-se um aliado cada vez mais estratégico.

A ideia de Oswaldo Aranha, que iria prevalecer junto ao Presidente Getúlio Vargas, de que essa aproximação, o Brasil viesse a ocupar, junto aos Estados Unidos, uma posição de “aliado especial” na América do Sul dada a sua importância política, uma vez que ocupava uma posição estratégica no apoio ao Pan-americanismo. Para isso, a política externa brasileira, não mediu esforços na defesa e difusão dos ideais do Pan-americanismo para os demais países do continente.

Por fim, analisamos as manifestações brasileiras durante a chancelaria do Estado Novo nas Conferências Pan-americanas, período em que o Brasil esboçou uma aproximação com as demais nações americanas, para entender o movimento de aproximação e distanciamento entre o Brasil e os demais países do continente americano.

Durante as Conferências, a política externa brasileira, apoiou as propostas dos Estados Unidos, como a obrigação de consulta entre os Estados americanos no caso de conflitos interamericanos ou de ameaças externas ao continente. Na Conferência de Lima, o Brasil apoiou a proposta de ampliação do sistema de consultas criado em Buenos Aires e na Conferência do Panamá, quando os países se reuniram para decidir por sua neutralidade frente ao conflito na Europa. Tendo em vista ao avanço alemão na Europa na Conferência de Havana, ficou determinado que qualquer tentativa contra a integridade ou inviolabilidade do território de um Estado americano, por uma potência de outro continente seria tomada como uma agressão aos demais.

No terceiro capítulo, demonstramos que os discursos do Chanceler Oswaldo Aranha analisados, trataram do contexto da Segunda Guerra Mundial e da entrada do Brasil no conflito. Os discursos ressaltaram a importância da III Reunião de Consulta dos Ministros das

Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, instalada na cidade do Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 1942.

Durante a tese, foi visto que o contexto da Segunda Guerra Mundial teve grande importância para o governo centralizador, autoritário e nacionalista implantado no Brasil por Getúlio Vargas em 1937, com o Estado Novo. Do ponto de vista das relações internacionais, o Brasil adquire, economicamente e estrategicamente, um papel importante, tanto para os interesses alemães, como dos Estados Unidos.

Vimos que um governo com características autoritárias, dividido entre os que apoiavam o Eixo e os Aliados, optou por sair da neutralidade diante do conflito, após o ataque japonês a Pearl Harbor e o afundamento de navios brasileiros por submarinos do Eixo. O Brasil posiciona-se a favor dos aliados, principalmente dos Estados Unidos. Essa decisão está diretamente ligada a interesses econômicos e políticos do governo do Estado Novo.

A Conferência do Rio de Janeiro, definitivamente, foi o “divisor de águas” no alinhamento Brasil e Estados Unidos e, efetivamente, consolidou os esforços de Oswaldo Aranha na direção a uma política a favor dos aliados e dos Estados Unidos, determinando os rumos da política externa brasileira a favor do Pan-americanismo.

E concluindo esta parte do capítulo nota-se que o Estado Novo e sua política externa oportunizaram ao Presidente Vargas barganhar importantes concessões do governo dos Estados Unidos, imprescindíveis ao desenvolvimento brasileiro. E, que o Chanceler Aranha, no desempenho de sua função de Ministro das Relações Exteriores, elevou o Brasil a uma posição de liderança entre os países do continente americano.

Para finalizar, analisamos o famoso discurso, proibido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que seria pronunciado na Rádio Tupi, e foi publicado pelo “O Jornal” do Rio de Janeiro. Nele, Oswaldo Aranha faz uma síntese do que foi a sua participação como Ministro das Relações Exteriores no Estado Novo.

No discurso, Aranha lembrou os enfrentamentos que teve com os setores do governo pró-Alemanha, durante o governo Estado Novo. Relatou que, mesmo com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o Eixo, não diminuiu esse conflito. Importantes fatos também foram lembrados, como o fechamento, pela polícia estadonovista, da sede da Sociedade Amigos da América, de cuja entidade Oswaldo Aranha era o vice-presidente. Destaca que, sem obter o apoio de Vargas para um desagravo à entidade, pediu demissão do cargo de Ministro, mas não encerrando, porém, a sua participação na política externa brasileira. Ocupou, mais tarde, ocupou importantes cargos, como a presidência da I Sessão Especial da Assembleia Geral da Organizações das Nações Unidas (ONU).

Vimos nesta tese, que o Estado Novo caracterizou-se por seu conteúdo autoritário e nacionalista, no qual Presidente Getúlio Vargas com o seu caráter paternalista e populista comandou o país. Foi à vontade do Presidente, que Oswaldo Aranha foi indicado e empossado no Ministério das Relações Exteriores. Apesar de Aranha não ter o controle sobre a tomada de decisões em questões importantes da diplomacia, ele teve um papel importante sobre o estabelecimento da aliança com os Estados Unidos.

A postura do governo do Estado Novo era de aproveitar ao máximo as benesses de financiar o desenvolvimento brasileiro. O país oscilou entre os interesses comerciais com a Alemanha e o alinhamento com os Estados Unidos, em troca de capitais e tecnologia para a construção do parque Siderúrgica de Volta Redonda.

Oswaldo Aranha a partir da defesa de uma política pan-americanista, pautado pela centralidade dos Estados Unidos, tendo o Brasil como seu parceiro prioritário foram traços diferentes da política exterior brasileira neste período. O discurso do pan-americanismo da chancelaria brasileira, em especial do Ministro Aranha, procurou ser coerente com determinados aspectos do regime. Os Estados Unidos por sua vez, buscou consolidar sua área de influência, envolvendo o Brasil por meio de questões políticas e econômicas.

O pan-americanismo apresentou-se em dois momentos; um de discurso e outro de prática política. No discurso é assumido pela defesa de uma América unida, e como parte de uma prática política, exercida no âmbito pan-americano das Conferências e Reuniões de Consulta. O maior prestígio do Estado Novo e de sua política externa ficou demonstrado em 1942, quando o presidente dos Estados Unidos indicou Rio de Janeiro para sediar a III Conferência de Chanceleres.

Nos discursos, Oswaldo Aranha se apropriava dos termos “democracia”, “participação popular”, “terra de paz e prosperidade” distanciando o “Brasil legal” do “Brasil de fato”, isto é, o discurso pautado pela ideia de democracia-liberal convivia com uma prática política socialmente injusta e autoritária. Deste modo, é possível dizer que Aranha assumia o autoritarismo de seu regime, sem abrir mão, porém, de um conceito de democracia diferenciado, distante da democracia liberal representativa típica do restante de América.

O discurso pan-americano “defendendo a democracia, a paz e a felicidade dos povos continentais” foi utilizada também, como ajuste de contas do Estado Novo com o pan-americanismo por ele ter abraçado definitivamente o alinhamento aos Estados Unidos em 1942.

Havia por parte do regime uma tentativa de associar a um tipo de democracia peculiar a situação histórica brasileira para ajustar os termos do regime aos termos do pan-

americanismo. Principalmente havia a necessidade de responder à oposição ao regime que se organizava em torno de um discurso democrático. Isso reforça a ideia de que a questão da defesa do pan-americanismo está também associada a questões internas.

Com o final das hostilidades na Europa, a Força Expedicionária Brasileira retornava ao país tendo lutado ao lado das democracias ocidentais. No Brasil, a partir de 1943, a oposição ao regime crescia. O episódio do fechamento da Sociedade Amigos da América pela polícia do Rio de Janeiro, em agosto de 1944, justamente quando o Ministro Oswaldo Aranha iria assumir a vice-presidência da associação, é emblemático. Quais seriam os reais motivos para o fechamento da sociedade? Para muitos observadores da época, Aranha era o candidato natural nas eleições de 1945, apesar da pouca base política e Vargas via nesta atitude um possível concorrente presidencial.

De certa forma, faltou a Oswaldo Aranha ambição para lançar-se decisivamente na disputa política, poderia ser o candidato das classe médias urbanas em ascensão, que aspiravam por um tipo de liderança política diferente daquela a que elas estavam acostumadas.

## FONTES CONSULTADAS

### Jornais:

**A Folha da Tarde**, Porto Alegre, Brasil.

**A Tribuna de Santos**, São Paulo, Brasil.

**Correio do Povo**, Porto Alegre, Brasil.

**Correio do Norte**, Santa Catarina, Brasil.

**Diários Associados**, Rio de Janeiro, Brasil.

**Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, Brasil.

**El Federal**, Buenos Aires, Argentina.

**El Mundo**, Buenos Aires, Argentina.

**Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, Brasil.

**La Nacion**, Buenos Aires, Argentina.

**La Prensa**, Buenos Aires, Argentina.

**O Globo**, Rio de Janeiro, Brasil.

### LOCAIS DE PESQUISA

Arquivo Histórico do Itamaraty.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/ FGV.

Getúlio Vargas, Arquivo Oswaldo Aranha. 45.02.23. DOC. I-30.

Museu Oswaldo Aranha, Alegrete, Rio Grande do Sul.

### FONTES DISPONÍVEIS ON LINE

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Oswaldo Aranha**. Disponível em:

<[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oswaldo\\_aranha](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oswaldo_aranha)>. Acesso em: 05 ago.

2014.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história.** Bauru: Edusc, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de 2003 “**uma frase (in)feliz?: o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil?**”. Disponível em: <[www.pralmeida.org/05docsPRA/992BomeuabomBrasil.pdf](http://www.pralmeida.org/05docsPRA/992BomeuabomBrasil.pdf)> acesso 30 de junho de 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto e ARAÚJO, João Hermes Pereira de. PIMENTEL, João Vicente (orgs.). **Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964).** Brasília: FUNAG, 2013.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Pensamento diplomático brasileiro: Introdução metodológica às ideias e ações de alguns dos seus representantes.** PIMENTEL, José Vicente de Sá. (org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964).** Brasília: FUNAG, 2013.

AMORIM, Celso. **A diplomacia multicultural do Brasil: um tributo a Rui Barbosa.** Fundação Alexandre Gusmão. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília, 2007.

AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos.** São Paulo: Contexto, 2011.

ARANHA, Oswaldo. **1894/1960 – discursos e conferências.** Brasília: FUNAG, 1994.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique; CAMARGO, Aspásia. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução.** São Paulo: Mandarim, 1996.

ARENDT, H. **Da violência.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARISTÓTELES. **A arte retórica e a arte poética.** São Paulo: Difusão Europeia, 1982.

ARON, RAYMOND. **Paz e guerra entre as nações.** Prefácio de Antonio Paim; Trad. Sérgio Bath (1ª. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BANDEIRA, Moniz. **Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização – A presença dos Estados Unidos no Brasil.** São Paulo: Ed. SENAC, 1989.

BARROS, Luiz M.M. e BITTENCOURT, Terezinha. **Pronome, pessoa do discurso e possessividade.** Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/3/113.pdf>>. Acesso em: 2 julho. 2014.

BRANCO, Barão do Rio. **Obras do barão do Rio Branco.** Rio de Janeiro, 1948.

BONAVIDES, Paulo e ANDRADE, Paes de. **História Constitucional do Brasil**. São Paulo: editora Paz e Terra, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BORGES, Livia de Carvalho. **Sociabilidade e Política: Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e o Pan Americanismo (1899-1907)**. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2007.

BUENO, Clodoaldo. **A república e sua política exterior (1889 a 1902)**. São Paulo: UNESP/Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luís. **História Política Exterior do Brasil**. 29 Ed, Brasília: Editora da UnB, 2002.

BURNS, Bradford. **A Aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. v.1. São Paulo: Globo, 1990.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. v. 2. São Paulo: Globo, 2003.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. **A questão agrária: crise de poder e reformas de base**. In. Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira II**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarin, 1996.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguales y desconectados: Mapas de La interculturalidad**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1): 178-213, 2005.

CANO, Wilson. **A crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth Bastos e FONSECA, Paulo César Dutra. (orgs.). **A ERA VARGAS: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARDIM, Carlos Henrique. **As raízes das coisas – Rui Barbosa: o Brasil no mundo**. PIMENTEL, José Vicente de Sá. (org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: FUNAG, 2013.

CERVO, Amado Luiz (org.); **O Desafio Internacional – A Política Exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**, Coleção Relações Internacionais, Editora Universidade de Brasília, 1ª edição, Brasília, 1994.

CERVO, Amado Luiz. **O Barão do Rio Branco e a modernização na agenda brasileira**.  
CARDIM, Carlos Henrique e ALMINO, João (orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHARAUDEAU. P. **Discurso Político**. (Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2011.

COHN, Gabriel. **Problemas da industrialização no século XX**. IN. MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectivas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP, 1999.

DINIZ, Eli. **O Estado Novo: estruturas de poder, relações de classe**. In. Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira III**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

EMEDIATO, Wander. **A Fórmula do Texto**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

FAUSTO, Boris. **O Brasil: sociedades e instituições (1889-1930)**. In. Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira II**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FERRER, Jorge Luiz Pereira; ZHEBIT, Alexander; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1938-1942)**. Diálogos (Maringá. Online), v. 16, n. 2, p. 547 - 569, mai.-ago./2012, p. 561.

FILHO, Cyro de Barros Rezende; NETO, Isnard de Albuquerque Câmara. **A evolução do conceito de cidadania**. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais e Letras: Universidade de Taubaté, 2001, p.2. Disponível em:<  
<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/aevolucao-N2-2001.pdf>>. Acesso em: 20 julho. 2014.

FONSECA, Paulo César Dutra. **Instituições e Política Econômica**. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth Bastos e FONSECA, Paulo César Dutra. (orgs.). **A ERA VARGAS: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Aspectos da vertente internacional do pensamento político de Rui Barbosa**. Textos de História. v.4. n°1, UNB, 1996.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2006.

GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo: ideologia e propaganda política**. 1ª edição em eBook. Roket Edition, 2005.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. **Ideologia e trabalho no Estado Novo**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. **Autoritarismo e corporativismo o Brasil: o legado de Vargas**. In: Pedro Paulo Zahluth e Pedro César Dutra Fonseca (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1934)**. In: Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira III**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

GONÇALVES, Ronaldo Pereira. **Capítulos da História do Brasil: o Estado Novo e sua Chancelaria**. Faz Ciências: v.2, nº 1, 1998.

HENRICH, Nathália. **O Barão do Rio Branco e a americanização da política externa brasileira**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUHP. São Paulo, julho 2011.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução” In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, 2008.

IGLÉSIAS, Francisco apud CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996.

LACERDA, Virgínia Cortes. **Rui Barbosa em Haia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1957.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Oswaldo Aranha – O Rio Grande e a Revolução de 1930: um político gaúcho na República Velha**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1996.

LOVE, Josep L. **A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)**. MOTA, Carlos Guilherme. (org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Elementos de linguística para o texto literário**. Trad. Maria Augusta Bastos de Matos; revisão da tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARTINS, Joel. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. Ivani Fazenda (org.). São Paulo: Cortez, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS** <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/131.pdf>>. Acesso em: 9 de outubro de 2013.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/122.pdf>>. Acesso em: 11 junho, 2014.

MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial** / Gerson Moura; apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012.

NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade).

PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas**. In: Gadet, F e Hack, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. [prefácio Fábio Ulhôa Coelho; tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira]. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: FUNAG, 2013.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SADER, Emir. Chile (1818-1990). **Da Independência à Redemocratização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. Coleção Tudo é História, vol.136.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.

SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. **Relações Internacionais**. Barueri: Monole, 2004.

SEITENFUS, Ricardo. **A construção da ALCA: Doutrina Monroe, Destino manifesto, ou a integração soberana?** Disponível em: <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/construção-alca.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2014.

SILVA, Hélio. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. São Paulo: Editora Três Ltda, 1998.

SINGER, Paul. **O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)**. In. FAUSTO, B. (dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: DIEFEL, 1977.

SOARES, Marilda. **Percursos Históricos**. Ano 1, vol. Ago., série 09/08. 2011.

VAINER, Bruno Zilberman. **Breve histórico acerca das Constituições do Brasil e do controle de constitucionalidade brasileiro**. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n.16 – jul./dez. 2010.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad . R. Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VELLINHO, Moyses. **Oswaldo Aranha: pequenos registros à margem de uma grande personalidade**. Porto Alegre: Editora Lima, 1978.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.20, n.1, p.134-154, 1999.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais e Desenvolvimento: O Nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1995.